**CONJUNTURA INTERNACIONAL**

**CONJUNTURA**

**A crise econômica mundial, as reações da classe trabalhadora e a construção de alternativas de direção**

O ano de 2008, com o estouro da chamada “bolha imobiliária” nos Estados Unidos, marcou o início da atual crise econômica internacional, a maior crise estrutural e de superprodução do capitalismo mundial desde o “crash” de 1929. Economias de países inteiros faliram ou ampliaram seu grau de dependência com os países mais ricos do mundo, em especial com os Estados Unidos da América e com a Alemanha, no continente europeu.

Mesmo a economia chinesa, que foi o carro chefe do momento anterior, não consegue mais crescer como antes.

Em 2014 o crescimento do PIB chinês foi de 7,4%, devendo cair para 6,8% em 2015, menos que a meta de 7% do governo. O valor das exportações chinesas cresceu 5% nos primeiros 3 meses do ano, enquanto as importações despencaram 17%, principalmente devido à queda dos preços do petróleo e de outros produtos primários (commodities). O setor mais atingido foi o industrial – incluído a construção civil – e coube ao setor de serviços evitar uma queda ainda maior do crescimento. O aumento do consumo interno sofreu a maior queda em 10 anos.

A economia dos Estados Unidos vive um momento de recuperação parcial, real, embora não seja espetacular. Ao mesmo tempo, a Europa que tecnicamente saiu da recessão, apresenta taxas de crescimento um pouco acima de zero. Além disso, a economia dos “países emergentes” (que em anos anteriores estavam fugindo da crise) agora começa a apresentar graves problemas monetários e financeiros.

Seguimos ainda na onda de impacto da crise aberta em 2007 e a atual conjuntura é parte dela. Assim ocorreu com a crise de 1929, cujo impacto durou até a década de 1940, quando enfim houve uma verdadeira recuperação.

A economia mundial, considerada de conjunto, não está se aproximando de uma nova recessão. Mas também estamos bem longe de ter deixado para trás a onda iniciada em 2007 e entrado no ciclo de “vacas gordas”.

Esse ciclo econômico continua marcado por um ataque sem precedentes ao nível de vida da classe trabalhadora, para salvar os lucros dos banqueiros e grandes empresários. Temos visto cair o nível de vida das famílias trabalhadoras, a perda de direitos trabalhistas, fim de programas assistenciais e de saúde, maiores dificuldades de acesso ao estudo e aumento do preço da cesta básica. Essa é uma parte da realidade.

A outra, é que a classe trabalhadora e os setores oprimidos, que nunca deixaram de lutar, tem dado um salto em sua luta durante esses sete anos contra os planos do imperialismo e seus governos em cada um de seus países. Enquanto a crise capitalista mundial provoca retirada de direitos, desemprego, privatizações e repressão, os trabalhadores se mobilizam, promovem greves e insurreições mundo afora.

Na China, por exemplo, cuja realidade é menos conhecida dos ativistas, o número de greves em 2014 foi o dobro do ano anterior, em avaliação não oficial, pois o governo não divulga tais dados. Operários industriais e da construção civil, mineiros, professores, taxistas e motoristas de caminhões realizaram 1378 greves ou protestos em 2014, sendo que 61% envolveram setores da classe operária. Do total no ano, 40% se deu no quarto trimestre, conforme a organização China Labour Bulletin.

Este número continuou a aumentar no primeiro trimestre de 2015, com um total de 650 greves e protestos contra 569 no último trimestre de 2014.

O caráter histórico da crise mundial abre uma etapa de transição e os trabalhadores devem enfrentá-la estrategicamente em defesa da independência política frente aos governos capitalistas no mundo inteiro.

**Europa: resistência popular, da juventude e da classe trabalhadora**

Na Europa se desenvolve um dos capítulos dessa dramática dessa situação. A aplicação dos planos de austeridade implicou à classe trabalhadora ter seus direitos históricos atacados e ver seu nível de vida ruir de maneira brutal. Ainda que resistindo, a classe trabalhadora de países como a Grécia, Espanha e Portugal viu o desemprego aumentar e amargou a perda de direitos trabalhistas, sociais e previdenciários, comandados pelos governos de turno e as instituições da “Troika” (FMI, Banco Central Europeu e a União Europeia). O resumo até aqui é: Tudo para a banca internacional em detrimento das condições de vida de quem trabalha.

Essa realidade, porém, não está passando sem que haja luta, reação e resistência dos trabalhadores e da juventude. Praças e ruas foram ocupadas, acampadas por uma juventude que dizia: “Nós não vamos aceitar ser condenados a viver pior do que os nossos pais!”. Setores da classe operária, pouco depois, moveram-se e protagonizaram levantes por segmentos e inúmeras greves gerais. Só na Grécia, nos últimos anos, assistimos a mais de 30 greves gerais, por exemplo, e viu-se ali a ascensão de Syriza, um fenômeno eleitoral que catapultou o sentimento de indignação e desejo de mudança do povo. Essa ascensão eleitoral, no entanto, levou à composição de um governo de coalizão com setores de extrema direita e, já agora, o governo está sem cumprir boa parte de suas promessas, inclusive “negociando” com a União Europeia o pagamento da dívida pública daquele país.

Esse mesmo fenômeno pode se repetir no estado espanhol, com a possível ascensão de “Podemos” ao governo.

A polarização social e política segue forte na Europa, com crescimento de alternativas de centro e reformistas e também da direita mais conservadora.

**A questão dos imigrantes**

As políticas anti-imigração e os ataques aos direitos dos trabalhadores imigrantes são parte dessa realidade.

As guerras e as ditaduras no Oriente Médio e na África, bem como o surgimento de organizações islamitas fundamentalistas, semeiam o terror nestas regiões e empurram milhões de pessoas a fugirem de seus países. Uma parte destes imigrantes busca refúgio na Europa, de maneira ilegal, colocando em risco a própria vida.

No dia 14 de abril, 550 imigrantes afundaram no mar Mediterrâneo; somente um terço se salvou e, posteriormente, outros 700 “náufragos” pereceram. 3.072 pessoas morreram nas águas do Mediterrâneo em 2014. Já o número de imigrantes que entrou ilegalmente na Europa triplicou em 2014, frente a 2013, chegando a 274.000 pessoas.

Diante desta explosão de imigração, a União Europeia decidiu restringir o número de pedidos de asilo aceitos e reforçar o controle nas fronteiras, dando essa atribuição à Frontex – Agência de Segurança das Fronteiras Externas da União Europeia, criada em 2004. Mas, ao mesmo tempo em que nega asilo à maioria dos imigrantes, os países da União Europeia aceitam que esses trabalhadores permaneçam “ilegais”, sem direitos, e como mão da obra barata, pressionando para baixo as condições de trabalho e salários de todos os trabalhadores legais.

No Brasil começamos a viver um fenômeno parecido, com os imigrantes haitianos e de nações africanas que se refugiam em nosso país. O Congresso da CSP-Conlutas declara que a luta dos trabalhadores imigrantes é inseparável da luta dos demais trabalhadores. Por isso é fundamental unificar nossas ações e lutar pela regularização de todos os imigrantes e contra a aplicação de direitos trabalhistas diferenciados, seja nos países da Europa ou no Brasil. Apoiamos o direito de sindicalização, de organização e de greve de todos os imigrantes. Unifiquemos as nossas lutas contra o governo e os patrões!

**América Latina: o questionamento aos governos de colaboração de classes**

A América latina sofreu com a operação condor, uma intervenção político-social, que ataca diretamente a soberania das nações que a compõe. Até hoje perdura a mesma política através do sistema capitalista que fabrica corruptores e corruptos. Todos os trabalhadores que fazem uma luta classista precisam se unir mais agressivamente e se municiar contra este legado que nos massacra.

No continente latino-americano o que temos visto é aumentar os efeitos da crise econômica internacional, afetando o crescimento da maioria dos países, que entram em estagnação e até em recessão econômica, ao passo que um conjunto de reformas e ataques aos direitos dos trabalhadores também passa a ser implementada.

Os governos de “esquerda” que emergiram na última década, na verdade, governos de colaboração de classes e frentes populares com participação importante de setores da burguesia, começam a demonstrar os seus limites para domesticar a ação dos movimentos de massas e o controle sobre as organizações da classe trabalhadora. Além das questões que envolvem a opressão e a violência contra as mulheres, contra os homossexuais e transgêneros, contra negros e negras.

A América Latina e o Brasil, em particular, que vinha de uma situação de mais atraso na luta de classes, se somam ao processo mundial, com novas lutas, explosões sociais, greves de resistência, polarização social e política.

**Oriente Médio**

O processo mais intenso das revoltas e revoluções no mundo árabe foi marcado pela derrubada de ditaduras sanguinárias. Esse processo segue aberto, mas com novos contornos, a emergência de direções nacionalistas, fundamentalistas e religiosas e guerras civis em vários países.

O Estado Islâmico - Além de todos os desafios que os trabalhadores do Oriente Médio já enfrentam, no último período o jihadismo dogmático do Estado Islâmico ameaça todos os trabalhadores que não comungam de suas práticas políticas e religiosas. Repudiamos essas práticas sectárias do Estado Islâmico, apoiamos todas as iniciativas que a classe trabalhadora árabe faça nesse sentido e nos colocarmos contra o papel do E.I. de aplicar política de ataque a classe trabalhadora e ao povo do Oriente Médio.

Também nessa região do planeta segue uma dinâmica de lutas, polarização e conflitos, em praticamente todo o Oriente Médio. A resistência histórica do povo palestino, que há décadas enfrenta o enclave imperialista representado pelo estado de Israel, persiste. Um exemplo de luta pela liberdade e contra a opressão e exploração.

Nossa Central, junto com a defesa de uma Palestina livre e laica, onde convivam todos os povos da região, afirma, com vigor, posição pelo fim do Estado de Israel, criação artificial das Nações Unidas e do imperialismo norte-americano, que só tem servido ao massacre e genocídio dos povos que originariamente habitavam a região.

Denunciamos o massacre e defendemos a resistência do povo sírio. São centenas de milhares assassinados por um governo subserviente aos interesses do imperialismo. A resistência dos jovens que se levantam, dos homens e mulheres que integram as brigadas, contra essa permanente ofensiva, demonstra o quanto é duro, porém necessário e possível, resistir na guerra contra a opressão e exploração.

Kobane e a região de Rojava são exemplos dessa luta. Pela ação direta anticapitalista, feminista e contra a opressão nacional. Pelo apoio ativo à luta Curda. Pela derrubada de Assad! Pelo direito à autodeterminação Curda! Fora o Imperialismo da Síria e Iraque! Por um Curdistão, Síria e Oriente Médio socialistas.

**Apoio e solidariedade aos povos e trabalhadores que lutam**

Em cada um desses casos, em escala mundial, a ausência de alternativas de direções independentes tem cobrado o seu preço. A resistência, muitas vezes heroica, dos trabalhadores e dos povos, esbarra nos limites dos programas e alianças construídas pelas direções dos diversos processos.

A CSP-Conlutas é uma pequena experiência de organização sindical e popular no Brasil, e tem aberto relações com direções e organizações sindicais de várias partes do mundo, com as quais temos buscado explorar todas as possibilidades de ampliar a unidade de ação da classe trabalhadora em escala mundial, impulsionando a ação direta, a solidariedade de classe e a articulação internacional entre organizações independentes e de luta.

Nesse debate temos expressado nossa visão estratégica da necessidade de construção de uma nova forma de sociedade, a defesa do socialismo e do fim da sociedade de exploração e opressão representada pelo capitalismo.

Mas sabemos que as experiências históricas das organizações dos trabalhadores em várias partes do mundo e o peso que ainda detém alguns grandes aparatos, como a CIS (Confederação Internacional Sindical) e a FSM (Federação Sindical Mundial), ainda limitam essas possibilidades.

A constituição da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, em 2013, foi um momento importante dessas iniciativas que temos desenvolvido. Depois de anos de colaboração mútua, nossa Central, aliada à CGT do estado espanhol e à central sindical francesa Solidaires, junto com outras sessenta organizações, sindicatos, tendências e agrupamentos sindicais deu um passo adiante no fortalecimento de uma alternativa internacional.

**A reorganização sindical internacional e as tarefas da CSP-Conlutas**

O aprofundamento da crise econômica mundial, os ataques ao nível de vida e aos direitos de nossa classe, a degeneração das velhas e “novas” burocracias sindicais e sua escancarada colaboração de classes, tem tornado uma necessidade premente o desafio da construção de alternativas independentes no movimento sindical.

A realização da segunda reunião internacional da Rede, colada ao Congresso da CSP-Conlutas, alimenta esse desafio de construção de um polo e sua articulação no plano internacional.

A CSP-Conlutas não pode nem deve tratar essa tarefa com um olhar superestrutural. A construção e afirmação dessas ferramentas é muito importante, num mundo de economia cada vez mais globalizada, com necessidade de enfrentamentos unificados às empresas e a uma burguesia que tem seus negócios “internacionalizados”, o que exige o desenvolvimentos de ações de solidariedade ativa, ações e campanhas coordenadas mundialmente, seja por categorias, setores, países, continentes... A cada uma dessas lutas objetivas é nosso dever dar a elas o sentido estratégico da luta contra o capitalismo. E afirmar uma concepção de luta e organização baseada na defesa da ação direta, da democracia operária, da solidariedade internacional e da independência de classe.

**Fortalecer a Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas**

O II Congresso da CSP-Conlutas resolve seguir desenvolvendo todos os esforços no sentido da ação e solidariedade ativa internacional de nossa classe, bem como a busca pelo fortalecimento do sindicalismo alternativo e independente em escala mundial. A situação internacional abre um espaço maior para a construção da Rede Internacional e nos coloca novos desafios.

Apoiamos os indicativos apontados pela coordenação da Rede e os objetivos para essa segunda reunião:

- a realização do balanço político das atividades e campanhas assumidas pela Rede, dos avanços e também das deficiências no trabalho, buscando corrigir e aprimorar a ação internacional;

- tomar medidas que busquem avançar na consolidação da Rede como espaço de organização, solidariedade e difusão das lutas das organizações que dela participam;

- a construção de uma declaração política comum sobre a situação internacional e as lutas dos trabalhadores e a definição de uma campanha política comum para toda a Rede no próximo período, que unifique as bandeiras e aponte uma semana de ação intercontinental no segundo semestre de 2015;

- avançar na definição do perfil político da Rede, adotando resoluções e iniciativas sobre alguns dos processos políticos e lutas da classe trabalhadora e dos povos do mundo, dentre eles os temas da criminalização das lutas, das organizações sindicais e a defesa do direito de greve; a luta em defesa dos trabalhadores imigrantes e sua integração nas organizações sindicais; as questões que envolvem a opressão e a violência contra as mulheres e ainda um debate sobre a autogestão e o controle operário, fenômeno que tem avançado em alguns países, fruto da crise capitalista e do fechamento de empresas;

- avançar na estruturação de trabalhos setoriais comuns das organizações que compõem a Rede;

- avançar na construção de um trabalho mais efetivo na América Latina, para o qual a CSP-Conlutas deve dispor sua experiência e sua militância.

O avanço do capitalismo no continente africano expõe as contradições desse sistema na região. A indústria da fome, da seca e das doenças, assola a classe trabalhadora negra. Considerando os impactos do racismo nacional e internacionalmente, estreitar as relações da CSP Conlutas com os países africanos, a fim de fortalecer a luta dos trabalhadores do continente, buscando a inclusão desses países na Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas.

**Outras resoluções internacionais**

Em todo o mundo os capitalistas buscam descarregar sua crise sobre os trabalhadores e o povo. Reconhecemos como nossa a luta dos trabalhadores de todos os países! Que a crise seja paga pelos capitalistas! Por uma sociedade sem classes, exploração e opressão! Pelo socialismo!

Pelo Internacionalismo e a defesa da autonomia e independência frente ao estado, governos e partidos políticos burgueses, construindo a unidade como valor estratégico na luta dos trabalhadores (as), a ação direta, a mobilização coletiva da classe trabalhadora como forma de luta; Não atrelamento e aparelhamento do sindicato a nenhum partido.

Autonomia de todos os povos e Contra o Imperialismo;

Solidariedade aos imigrantes haitianos, bolivianos, africanos e aos trabalhadores (as) que migram para o Brasil em busca de emprego e fugindo das guerras.

Campanha Nacional e Internacional em Defesa de Cesare Battisti. Por sua permanência no Brasil, contra sua extradição e deportação.

Pela defesa internacional de todos os trabalhadores e seus métodos de luta.

Apoiar a “Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale” movimento criado internacionalmente.

Campanha contra a prisão do lutador Gaetan, preso político na França em função de participar de protesto contra o assassinato policial de um ativista, e contra a criminalização dos demais lutadores franceses.

Solidariedade a todas as vítimas de massacres como o do Boko Haram, na Nigéria, sejam vítimas de grupos extremistas ou exércitos. Não a qualquer intervenção militar imperialista.

Todo apoio aos trabalhadores da Grécia! Por uma campanha pelo cancelamento e não pagamento da dívida grega!

Fora Troika! Não aos planos de austeridade!

Ressaltar as perspectivas de avanço e de retrocesso para os governos sociais-democratas incluindo o Syriza (partido grego) dentro dessa conjuntura.

Fora as tropas invasoras da Minustah, lideradas pelas tropas brasileiras, do Haiti!”; Toda solidariedade e garantia de todos os direitos aos imigrantes no Brasil, em especial os imigrantes haitianos e apoio à sua organização na USIH!

Abaixo o massacre do povo palestino pelo Estado de Israel!

Pelo fim do Estado de Israel.

Por uma Palestina livre.

Toda solidariedade ao povo palestino.

Campanhas de boicote aos produtos de Israel e pela liberdade e repatriamento do brasileiro Islam.

Em defesa dos Povos Africanos.

Manifestação de apoio das lutas dos estudantes da África do Sul, do movimento “Rhodes Must Fall”, que luta pela descolonização da produção do Conhecimento nas universidades daquele país. Pela auto-organização dos professores, estudantes e funcionários Negros daquelas universidades.

Pelo fim das intervenções imperialistas em todos os locais do mundo. Pela autodeterminação dos povos.

Pela defesa internacional de todos os trabalhadores e seus métodos históricos de luta.

Apoio a luta do povo Curdo e pela constituição do seu estado nacional.

Solidariedade à líder comunitária mexicana Nestora Salgados, que foi presa há mais de 2 anos por lutar contra a polícia e o narcotráfico, e que nesse momento se encontra numa greve de fome como forma de protesto.

**Os EUA continuam sendo a polícia mundial**

O imperialismo norte-americano, secundado pelo europeu, continua com a sua política de intervenção militar. Seguem os bombardeios no Oriente Médio para defender os interesses do imperialismo na exploração do petróleo, nas demandas da indústria armamentista e na preservação dos interesses de Israel. As covardes agressões imperialistas já lograram destruir o Líbano, o Iraque, o Afeganistão, a Síria e a Líbia, desrespeitando permanentemente o direito de autodeterminação dos povos, massacrando as populações dos países atacados e pauperizando as suas condições de vida.

As intervenções militares imperialistas são responsáveis pela fuga em massa de africanos para a Europa, e pela mortandade que vem acontecendo na travessia do Mediterrâneo.

O imperialismo norte americano e europeu é o responsável pelo genocídio do povo negro, que ocorre em grande parte da África, causando mais miséria, e favorecendo a disseminação cada vez mais mortal do Ebola e da AIDS.

Construção de organização unitária para a luta anti-imperialista.

Autodeterminação e soberania dos povos em todo o mundo.

Internacionalismo proletário.

**Não ao Estado Islâmico**

Os trabalhadores árabes continuam lutando contra o imperialismo, pelas liberdades democráticas e por melhores condições de vida, mas existe uma nuvem pairando sobre o mundo árabe, que anuncia retrocessos. A ameaça do fundamentalismo islâmico.

As correntes políticas fundamentalistas ocupam um espaço importante no Oriente Médio e África do Norte, onde muitas vezes se constituem em direção política das massas, cumprindo um papel reacionário, que procura conter o movimento operário, reprimir as liberdades democráticas, o estado laico, e os direitos das mulheres.

O Estado Islâmico é a expressão maior desse fundamentalismo reacionário, por representar a barbárie e a negação da civilização, praticando uma mortandade genocida entre a população cristã e islâmica, e movendo uma guerra de extermínio contra os curdos. O E.I. ganhou força entre alguns segmentos das massas por aparentemente combater o imperialismo. No entanto, é sustentado financeira e militarmente pelos reizinhos da Península Arábica, que por sua vez são braços do imperialismo norte-americano no mundo árabe. Estamos frente a uma contradição: Não podemos combater o Estado Islâmico, juntando-nos com o imperialismo, e nem podemos apoiar o Estado Islâmico quando este parece combater o imperialismo.

A CSP-Conlutas, além de se somar à luta contra o Estado Islâmico, precisa respaldar todas as iniciativas do movimento operário árabe, que apontem para a organização independente de classe, a luta anti-imperialista, a defesa das liberdades democráticas, o estado laico e os direitos das mulheres.

**Pela retirada das tropas da ONU do Haiti! Fora Minustah!**

Desde 2004 a ONU leva à frente uma ocupação militar no Haiti, nomeada de Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah na sigla em francês). A Minustah é indiretamente comandada pelo imperialismo norte-americano, francês e canadense, mas tem como sua principal liderança o governo e os militares brasileiros.

De 2004 até hoje são inúmeras as denúncias em torno dos militares dos inúmeros países que fazem parte da Minustah. Denúncias que vão de assassinatos, invasão de bairros populares, repressão a greves operárias, estupros, contaminação do país pela cólera e um longo etc.

O governo brasileiro desde 2004 cumpre um vergonhoso papel à frente dessa Missão, papel este que é desconhecido pela grande maioria dos brasileiros. No Brasil, a Minustah é apresentada como uma Missão de Paz, e não uma Missão de controle e repressão.

Neste sentido, o Congresso da CSP-Conlutas aprova:

Retomar a luta pela retirada das tropas invasoras da Minustah, lideradas pelas tropas brasileiras, do Haiti! Fora Minustah! Por um Haiti soberano!

Exigir do governo brasileiro que se retire da Minustah.

Levar à próxima Reunião Internacional da Rede Internacional de Solidariedade e Lutas a proposta de que a luta contra a ocupação militar no Haiti seja encampada de forma internacional, principalmente pelas organizações que estarão no Encontro e fazem parte dos países que possuem tropas na Minustah.

Promover iniciativas nos sindicatos e movimentos populares que fazem parte da CSP-Conlutas que visem informar e denunciar aos trabalhadores brasileiros o caráter da ocupação da ONU no Haiti. Promover iniciativas para levar estas denúncias também aos trabalhadores imigrantes haitianos no Brasil.

Impulsionar iniciativas contra a renovação do mandato da Minustah no Haiti, que expira em 17 de outubro de 2015. Participar de outras iniciativas que vem sendo tomadas do ponto de vista internacional contra a renovação do mandato.

**CONJUNTURA NACIONAL**

**O aprofundamento da crise econômica e política exige uma resposta classista dos trabalhadores**

Estamos em meio a uma nova situação política em nosso país, que se prenunciava ainda em meados de 2012, quando realizamos o último Congresso de nossa Central, mas que teve um salto, com a entrada em cena de milhões de pessoas, que foram às ruas em junho de 2013. A irrupção de massas demonstrou o profundo mal-estar que a juventude, os trabalhadores mais pobres e um amplo segmento dos setores assalariados médios já sentiam naquele momento e que contrastava com toda a propaganda governamental da estabilidade econômica e política, e também com o apoio de massas ao governo de colaboração de classes encabeçado por Dilma e pelo PT.

Desde então, ainda que com distintas conjunturas (momentos específicos) vemos uma intensa polarização social em nosso país, com as lutas sindicais e populares crescendo, da mesma forma que os ataques patronais e dos governos. A economia brasileira vai imergindo na crise econômica mundial, sem demonstrar a capacidade de reação que teve nos primeiros momentos de manifestação da crise.

No terreno das lutas há um salto no patamar das greves desde 2011 e a entrada em cena de amplos setores da base das categorias, com peso no movimento operário. Apesar da dureza da resposta patronal e dos governos, pelo grau de crise, insatisfação e disposição de luta, até esse momento não houve nenhuma derrota estrutural da classe que tenha levado ao fechamento desse novo momento ou ciclo de mobilizações.

**O significado da reeleição de Dilma/PT**

Dilma foi reeleita na eleição presidencial mais polarizada desde 1989, por pequena margem e sendo obrigada a “girar à esquerda” em seu discurso para não perder, para preservar o apoio dos trabalhadores ao governo. As eleições expressaram de maneira distorcida o desejo de mudança da maioria da população. A oposição de direita conseguiu capitalizar esse sentimento, conquistando tanto o voto de oposição mais conservador, tradicional, mas obtendo votação expressiva em amplos setores populares e setores da classe trabalhadora.

O resultado foi um governo mais frágil, mais dependente das alianças com setores burgueses de peso (Kátia Abreu, Joaquim Levy, Armando Monteiro etc.) e da base fisiológica do Congresso Nacional. Mas com disposição de atacar os direitos da classe e fazer os ajustes necessários para garantir os lucros da grande burguesia financeira, industrial e do agronegócio que elegeram e sustentam esse governo.

**Os trabalhadores e a juventude resistem aos ataques dos governos e dos patrões**

A crise econômica já atinge em cheio o nível de vida dos trabalhadores brasileiros, com aumento da inflação e do desemprego e um rigoroso ajuste fiscal por parte do governo Dilma e governos estaduais. A senha foi dada ainda antes da posse com as edições das medidas provisórias 664 e 665, que atacam o seguro desemprego, a pensão por morte, o auxílio doença, o seguro defeso e o auxílio reclusão e com a reforma da previdência que apresentou a aposentadoria das mulheres para 85 anos somando a idade com o tempo de contribuição, e para os homens de 95 anos”.

A resistência tem sido importante, como nas greves na Volks e Mercedes, no ABC paulista, na GM de São José dos Campos, no Comperj, nas greves dos trabalhadores e trabalhadoras da educação em vários Estados. A violência do governo Beto Richa, no Paraná, é a expressão mais recente do grau de enfrentamento e polarização que estamos vivendo e da disposição dos governantes de derrotar a resistência organizada da classe trabalhadora.

A ação mais forte, como era de se esperar, se deu com a unidade de ação conquistada no dia 15 de abril, quando foi possível transformar em realidade o esforço da CSP-Conlutas em defesa da unidade para lutar contra medidas do ajuste fiscal do Governo e do Congresso, com o deslocamento de outras Centrais para o combate ao PL 4330 e as MPs do governo Dilma. Aconteceu então um forte dia de paralisações contra o PL 4330 das terceirizações, cuja tramitação foi retomada pela Câmara em atendimento ao clamor patronal, e contra as MP`s 664 e 665.

**Está em curso um processo histórico, de ruptura de massas com o governo Dilma e também com o PT**

Os ataques do governo Dilma, combinados ao cenário econômico de aumento da inflação e do custo de vida, desemprego, falta d’água, demissões, o escândalo de corrupção na Petrobrás, fizeram crescer a indignação e cair a popularidade do governo Dilma, hoje em níveis semelhantes ao governo Collor.

A capacidade de resposta do governo está reduzida, seja pelo cenário econômico e pelo compromisso que este governo tem com o mercado financeiro internacional, seja pela erosão de sua aliança com o PMDB, que ocasionou na perda de controle da Câmara dos Deputados, seja pela perda de popularidade.

A política do imperialismo e da burguesia brasileira, ainda que alguns dirigentes do PSDB e outros setores da oposição de direita agitem o impeachment, em sua grande maioria, não é a derrubada do governo ou mesmo o impeachment, mas sim chantagear o governo para que ele aplique todo o ajuste fiscal e, ao mesmo tempo, continuar desgastando o PT, preparando a volta do PSDB ao governo central em 2018.

Nesse sentido, não se trata de uma onda conservadora, uma ameaça de golpe ou um retrocesso na situação política. O que existe é uma unidade da burguesia e do governo, com o apoio do Imperialismo, para se aplicar no país um profundo ajuste fiscal, um plano de austeridade, um rebaixamento das condições de vida e um aumento dos patamares de exploração da classe trabalhadora.

Os atos contra o governo e a corrupção chamados por setores da oposição de direita em 15 de março e 12 de abril, foram grandes e atraíram, sobretudo, os setores de classe média, também descontentes e imprensados pela crise econômica. Apesar da classe trabalhadora não ter participado destes atos, de maneira organizada, houve ampla simpatia no proletariado. Os trabalhadores também não se moveram pelos chamados dos atos governistas, como no dia 13 de março e não saíram às ruas para defender o governo Dilma como “o seu governo”.

**Abriu-se um novo momento na disputa da direção do movimento de massas**

O fato novo e fundamental é que há uma ruptura política de amplos setores de massas com o governo e o PT, além de greves e mobilizações populares. Vivemos esse momento histórico, em que há uma ruptura, em particular da classe trabalhadora, com sua direção histórica. O governo Dilma não é mais reconhecido pela classe como um governo dos trabalhadores e o PT já é identificado como um partido de interesses particulares, e que utiliza o Estado para favorecer estes interesses, ou seja, um partido parecido com os demais grandes partidos.

A CSP-Conlutas deve atuar, conscientemente, para fomentar as mobilizações, para derrotar o plano econômico do governo e da oposição de direita (pois é o mesmo plano) e ampliar a ruptura de massas com o governo, o PT e também com a CUT e demais organizações governistas, se postulando como alternativa nessa nova conjuntura aberta. Não se trata de autoproclamação, mas de responder à necessidade histórica aberta com a subida de Lula ao governo e a capitulação das principais direções da classe trabalhadora. O desenlace desse processo se dará nas lutas e na disputa da direção da classe, que muitas vezes tem ultrapassado as direções burocráticas. E também na apresentação de um programa que expresse uma saída dos trabalhadores, independente, de ruptura com o regime e a ordem vigente e com os limites impostos à consciência de amplos setores de massas pelo PT, que nas últimas décadas educou a nossa classe com a ideologia da colaboração de classes.

**Nem o PT representa mais os trabalhadores, nem a oposição de direita é alternativa!**

**Basta de Dilma, desse Congresso, do PMDB, PSDB e demais alternativas de direita!**

Nesse sentido precisamos romper a falsa polarização política entre os dois campos burgueses que se apresentam (o governo Dilma com seus aliados e a oposição de direita, capitaneada pelo PSDB) e fomentar uma aliança que permita a construção de um campo de classe, de luta, independente do governo e da oposição de direita, que se apoie nas mobilizações dos trabalhadores e apresente um programa em defesa do emprego e dos direitos ameaçados. Não há saída por dentro da frente popular, construindo um bloco de apoio crítico ao governo do PT. Para lutar contra a direita, que disputa o espaço político aberto, é preciso lutar contra o governo Dilma.

Nos somamos aos milhões de trabalhadores, a classe operária em particular, que, em suas lutas, rejeitam as alternativas apresentadas pelo PT e PSDB e seus blocos aliados, dizendo: Basta de Dilma, desse Congresso, do PMDB, PSDB e demais alternativas de direita!

 A política da CUT e de outros setores governistas conduz a classe a um abismo. Apesar de rejeitarem aspectos da política econômica, tem como centro alimentar a ilusão de “empurrar” o governo para a “esquerda”. Assim, escondem a responsabilidade do governo pelos graves ataques aos trabalhadores, agitando uma possível “ameaça golpista” fomentada pela “direita” de fora do governo. A política da Força Sindical também joga os trabalhadores nos braços da burguesia, ao apoiar o PSDB e Aécio, e medidas de ataques aos trabalhadores como o PL 4330.

A CSP-Conlutas se esforçará para construir uma verdadeira oposição de esquerda ao governo Dilma, dialogará com os trabalhadores mostrando que este governo é nosso inimigo e que precisaremos derrotá-lo se quisermos barrar a retirada de direitos. Da mesma forma seremos categoricamente contra a oposição de direita, que defende o mesmo ajuste fiscal e é favorável ao PL da terceirização, além de defender políticas conservadoras, como a redução da maioridade penal e restrições aos direitos das mulheres, negros e negras e LGBT’s.

A construção do Espaço de Unidade de Ação é parte desse esforço. Embora a construção de uma política de alianças não se limite a esse campo, devendo incorporar outras organizações e movimentos, de acordo à realidade de cada local, foi esse o espaço de unidade que permitiu construir marchas a Brasília, a campanha que derrotou o Acordo Coletivo Especial, o encontro “Na Copa vai ter luta!”, além de diversos dias de mobilização nacional.

**Exigimos das centrais e outros movimentos que enfrentemos as medidas de ajuste fiscal e a retirada de direitos com a construção da greve geral**

Também alertamos e chamamos a que rompam com o apoio ao governo e à oposição de direita, porque esta é a única maneira de lutar de forma coerente e defender até o final os direitos e interesses dos trabalhadores.

A greve geral está colocada como necessidade e como possibilidade na conjuntura aberta em nosso país. Foi o que demonstrou o dia de paralisações em 15 de abril. O Congresso da CSP-Conlutas faz um chamado às centrais sindicais e movimentos populares à unidade na construção da greve geral. Não podemos aceitar as manobras do governo e embarcar no jogo de discutir o tamanho da perda que aceitamos, sem lutar e mobilizar os trabalhadores.

O apoio a qualquer dos agrupamentos burgueses que governam o pais (o governo do PT e aliados e a oposição de direita capitaneada pelo PSDB) levam a nossa classe a um beco sem saída. Propomos a construção de uma plataforma mínima comum de luta, não imposta a nenhum setor, mas com a disposição sincera de construir mobilizações unitárias e a greve geral em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Da nossa parte, a CSP-Conlutas seguirá se empenhando para construir as mobilizações não só nas suas bases, mas em todos os setores nos quais atue, através de oposições sindicais e grupos de empresas, nos dirigindo às bases das outras centrais para que exijam de suas direções que venham à luta.

Buscaremos nos colocar na vanguarda das lutas, não apenas as lutas econômicas, salariais, mas de todas as mobilizações que vierem a ocorrer, como as mobilizações nas periferias dos grandes centros urbanos pelas mais diversas razões, seja a falta de água, o transporte deficiente, moradia, a questão da segurança e a violência policial, as mobilizações políticas contra governos e a repressão, dentre outras.

Por isso a CSP-Conlutas defende um programa que possa tirar o país da crise e que quem pague por ela sejam os banqueiros, os latifundiários e as grandes empresas. Por isso defendemos:

1. Em defesa do emprego e dos direitos, contra qualquer forma de flexibilização e precarização do trabalho, contra o PL 4330 e contra o PPE - Programa de Proteção ao Emprego - do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC/CUT; pela estabilidade no emprego para todos os trabalhadores, pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial, proibição de remessa de lucros das multinacionais para o exterior, estatização das empresas que demitirem. Nenhum pacto ou acordo que aceite retirada de direitos, como foram o ACE (Acordo Coletivo Especial) e o PPE (Programa de Proteção ao Emprego). Aumento geral dos salários rumo ao salário mínimo do DIEESE. Congelamento dos preços dos alimentos e tarifas públicas.

 2. Contra o ajuste fiscal. Pela revogação das MPs 664 e 665, que encerram um duro ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários, reduzindo benefícios tais como o seguro-desemprego, o abono salarial do PIS PASEP, a pensão por morte, o seguro defeso, auxílio reclusão e auxílio doença. Contra a diminuição de servidores públicos concursados e estáveis em detrimento de servidores de livre nomeação existentes nos poderes legislativo das diversas esferas do estado brasileiro, câmara de vereadores, assembleias legislatórias e Congresso Nacional.

3. Suspenção do pagamento da dívida pública e auditoria. Nenhum corte no orçamento das áreas sociais. Destinação de 10% do PIB para a educação e para a saúde, Já!

Os trabalhadores e a população pobre não podem pagar pela crise de energia e da água. Enquanto se esquece o saneamento básico, moradia entre outros problemas educacionais, a população está pagando pela saúde debilitada, sem emprego, sem água, habitações com péssimas qualidades.

Diante da crise hídrica na região sudeste, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e Nordeste, que pode desembocar numa crise de saúde pública, humanitária, de desemprego generalizado e de convulsão social, a CSP Conlutas se compromete em desenvolver a nível nacional e em todos os sindicatos e espaços atividades de formação sobre o tema, bem como materiais de divulgação e estrutura para atingir amplos setores da população. Os sindicatos e movimentos da Central devem organizar campanha sobre o tema. Que a CSP oriente todos os sindicatos a realizarem discussões e debates sobre a água e o saneamento básico no país. Que a CSP – Conlutas deve impulsionar lutas unificadas para garantir distribuição de água ao conjunto dos trabalhadores e aos serviços públicos, como saúde e educação.

A CSP-Conlutas e suas entidades filiadas buscarão participar de todas as lutas e mobilizações contra a privatização da água e dos serviços de saneamento ambiental, imposta pelos governos municipais, estaduais e federal. A CSP-Conlutas também lutará pela reestatização dos sistemas já privados, sem indenização, sob controle dos trabalhadores. Água é um direito humano fundamental e não uma mercadoria!

Necessitamos de um melhor saneamento, cuidado ao meio ambiente, melhor educação, mais empregos e estrutura para que as pessoas possam ter vida digna.

Que todos os serviços de saneamento sejam estatizados e colocados sob controle da população, através de conselhos de usuários com poder de fiscalização e de deliberação.

5. Contra a criminalização dos movimentos sociais, dos ativistas, da população pobre e negra das periferias. Não à redução da maioridade penal. Revogação das demissões de dirigentes sindicais, pela libertação dos presos e fim dos inquéritos contra os ativistas. Chega de mortes das lideranças camponesas, indígenas, quilombolas e religiosas. Pela desmilitarização e fim da PM! Não à redução da maioridade penal, visto que a parcela adolescente e jovem da população brasileira, que teria a porcentagem de assassinatos aumentada, seria a negra, que atualmente sabe-se que, a cada 33.000 jovens assassinados anualmente em nosso país, 77% são negros. Tal mortandade é uma herança do sistema Colonial e de seu regime escravista e racista.

6. Chega de violência contra as mulheres! Destinação de 1% do PIB para o combate à violência, construção de casas abrigo e outras medidas. Pela criminalização da LGBTfobia.

7. Todo apoio e respeito aos trabalhadores assalariados do campo e agricultores familiares. Reforma agrária sob controle dos trabalhadores, prioridade para a produção de alimentos para o povo, garantia de infraestrutura e crédito para os agricultores.

8. Pelo direito à moradia, pela reforma urbana. Transporte público de qualidade, com tarifa social, rumo à tarifa zero! Moradia para todos, aluguel social e fim da especulação imobiliária!

9. Defesa da Petrobras 100% estatal e pela volta do monopólio. “Todo o petróleo tem que ser nosso!”, sob o controle dos trabalhadores

10. Anulação da reforma da previdência. Retomar a campanha pela anulação da reforma da previdência aprovada pelo mensalão.

11. Apuração e punição de todos os envolvidos nos esquema de corrupção da Petrobras, bem como aos escândalos de sonegação fiscal das empresas. Punição dos envolvidos no caso de corrupção do cartel do metrô e ferrovias de SP e confisco dos bens de todos os envolvidos.

**Outras resoluções nacionais**

**Para o Capital, a conta da crise tem que ficar sempre com os trabalhadores**

 A crise do capitalismo que, ciclicamente, manifestou-se nos EUA em 2008 e espalhou-se pela Europa está longe de ser uma “marolinha” - como proclamava Lula - pois, agora, atinge em cheio a América Latina e, em especial, o Brasil, em função de ser, de fato uma crise de superprodução do capitalismo que como contraposição gera ações por parte dos países imperialistas do centro do capitalismo, e em última instância gera ataques a direitos conquistados pelos trabalhadores, em especial nos países da periferia do capitalismo, a qual o Brasil compõe. Nesse sentido há ataques à classe trabalhadora mundial que se manifestam de formas diferenciadas em cada lugar do mundo.

No Brasil, os cortes nos orçamentos sociais, a retirada dos direitos dos trabalhadores, a volta da inflação, a alta dos juros, a alta do custo de vida, o arrocho salarial, e o aumento do desemprego são medidas de pseudo-austeridade tomadas pelo governo Dilma para enfrentar a crise. Na verdade, ações ditadas pelo Capital para cumprir a agenda dos países imperialistas.

As medidas provisórias 664/665 que alteram os critérios do seguro-desemprego, dos abonos salariais e das pensões são provas disso. Como se isso não bastasse agora surge o PL 4330 que trata das terceirizações. Quem mais sofre com essas medidas sem sombra de dúvida é a classe trabalhadora.

Sem contar que o país atravessa outras crises como a energética e hídrica. Crises essas resultantes da falta de investimentos, da falta de políticas públicas para esses setores. A irresponsabilidade dos governos joga a classe trabalhadora para uma condição de vida onde nem mesmo suas necessidades básicas podem ser atendidas.

Como consequência disso os serviços públicos como educação, saúde, transporte e segurança funcionam caoticamente, a carestia aumenta (luz, água, combustível) ocasionando alta nos produtos da cesta básica, dificultando cada vez mais a vida dos trabalhadores para suprir as necessidades da sua família.

A corrupção está sem limites. Para salvar a Petrobrás, o PT e a CUT - que é uma central declaradamente governista - agora chama atos numa tentativa de retomar sua inserção nos movimentos sociais e sindicais. A direita se articula em grandes manifestações querendo tirar proveito da fragilidade do governo Dilma. O PMDB hoje é quem domina o governo e a economia nacional está totalmente controlada pelos bancos, na pessoa do ministro Joaquim Levi.

Para responder a tudo isso a classe trabalhadora tem tentado se reorganizar. Vários movimentos de luta ocorreram e vêm ocorrendo no Brasil. Lutas dos trabalhadores do metrô, da GM, da COMPERJ, dos caminhoneiros, da Volks de SBC, contra o aumento das tarifas do transporte e servidores públicos do Paraná. Hoje trabalhadores da educação em 10 estados, inclusive SP com mais de 60 dias, estão em greve. A postura dos governos é de total ataque e tentativa de desconsideração das manifestações, o que demonstra que os governos disputam a consciência de nossa classe, com apoio da grande mídia, que atua de modo a ganhar ideologicamente apoio para suas ações.

A perspectiva das organizações de esquerda da classe trabalhadora, especialmente as que atuam na CSP-Conlutas, deva ser de trabalhar para o crescimento da luta. O chamado pela greve geral é um passo importante nesse sentido, pois os trabalhadores não suportam mais tanto arrocho. Mas, independente do resultado dessa ação, devemos discutir táticas que recoloquem na perspectiva da classe, a unidade de ação de todos os setores da esquerda e da classe trabalhadora, pois só as lutas unificadas podem garantir nossos direitos e combater o avanço da direita reacionária.

**O enfrentamento com o governo Dilma**

Da mesma forma que Lula, Dilma governa de acordo com os interesses da burguesia e do capital financeiro, mas não é um governo burguês clássico, ou como poderíamos chamar “puro sangue”. É um governo de frente popular. Não tanto pela sua base de apoio partidária que, além do PT e PCdoB, inclui um amplo leque de partidos burgueses, entre eles o PMDB, mas principalmente pela sustentação que recebe da CUT, CTB, MST, UNE e outros movimentos populares e sociais, apoio político que define o caráter do governo.

Ao contrário de Collor, que foi derrubado porque não tinha sustentação parlamentar, sindical e popular, Dilma conta com o respaldo da CUT e do PT, que não aceitarão a deposição da presidente. O Governo Dilma somente se sustenta em virtude desse apoio político, que o defende contra a ação da direita de um lado, e dos movimentos sindicais e populares de oposição, de outro.

Para enfrentar o Governo Dilma, é preciso atuar na luta de classes, com programa e organização independente, enfrentando os partidos e centrais que sustentam a Frente Popular e, sem se confundir com a direita, combater o Governo que ataca os direitos dos trabalhadores, associado que está com os interesses da burguesia.

**O fim de ciclo petista, ajustes e ataques históricos**

A cara do fim de ciclo do governo do PT tem seu espaço em um profundo desgaste do governo Dilma, acompanhado de ajustes e ataques aos direitos dos trabalhadores. As últimas eleições já mostravam um desgaste do PT não apenas em setores médios, mas também entre os trabalhadores.

E o discurso eleitoral de Dilma de “nenhum direito a menos” logo deu espaço a ataques aos direitos trabalhistas. As Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665 implementadas por seu governo atacam direitos como seguro desemprego, pensão por morte, auxílio doença e abono salarial. A opção do PT é atacar os direitos trabalhistas e previdenciários, para manter as fortunas das grandes empresas.

 Acompanhando os ajustes, é no governo do PT que a classe trabalhadora está sofrendo um dos maiores ataques da história desse país com a possível aprovação do Projeto de Lei 4330, o PL da terceirização. As centrais sindicais (CUT e CTB) e movimentos sociais governistas (MST e MTST) tentam limpar a cara do PT dizendo que esse PL está sendo levado à frente pelo parlamento dominado pela direita. Mas verdade seja dita: o maior responsável pela terceirização no Brasil é o governo do PT, Lula e Dilma. Nestes 12 anos de seu governo, os terceirizados aumentaram de 4 milhões em 2002 para 12,7 milhões no final de 2014.

Se até agora os terceirizados estavam restritos às atividades meio, como segurança, limpeza e logística, com a aprovação do PL 4330, também as atividades fim, ou seja, todas as atividades poderiam ser terceirizadas, rasgando literalmente a CLT, rebaixando os salários, aumentando a jornada de trabalho e aumentando os riscos de acidentes nos locais de trabalho. Esse ataque ainda não foi implementado e há tempo para que a classe trabalhadora construa grandes mobilizações para barrar esse ataque histórico.

Além destes ataques, o desemprego tem aumentado no país e a indústria começa a entrar em uma crise cada vez mais forte, o que tem significado demissões, férias coletivas e suspensões. É necessário uma forte luta pela defesa e ampliação do emprego. Algumas greves neste ano já mostraram que é possível lutar pelos postos de trabalho.

Em meio aos ataques há uma voz de resistência

Após as históricas manifestações de junho de 2013, os trabalhadores também começaram a mostrar suas forças.

Começou com a heroica greve dos profissionais da educação do Rio de Janeiro que após 19 anos sem fazer greve, mantiveram uma dura greve por mais de 60 dias. Passamos pela dura greve dos rodoviários em Porto Alegre. Depois veio o maio operário de 2014, em uma onda de greves não vista no país há 20 anos. O símbolo mais importante naquele momento foi a grandiosa greve dos garis do Rio de Janeiro, que depois despertou uma onda de greves de motoristas e cobradores por todo o país. Em seguida veio a importante greve dos metroviários de São Paulo que enfrentou a truculência do governo Alckmin (PSDB) e luta ainda hoje pela imediata readmissão dos 42 punidos por lutar.

Por fim, os trabalhadores da USP deram uma grande lição em mais de 100 dias de greve, vencendo o governo e a reitoria e avançando como em nenhuma outra luta na organização de base dos trabalhadores, com seus comandos de delegados por local de trabalho, com o método da democracia operária.

Neste ano vimos importantes greves na indústria pela defesa do emprego, na Volks do ABC, na GM de São José dos Campos e diversas outras que estouram país a fora.

Mas sem dúvida as mais emblemáticas greves neste fim de ciclo do petismo estão hoje nas mãos dos profissionais da educação em todo o país. Neste começo de maio os educadores fazem greves simultâneas em 10 estados diferentes, enfrentando os mais diversos governos estaduais e federais, o PSDB no Paraná e em São Paulo, o PT e Goiânia e até o governo do PSOL no Macapá.

A grandiosa greve dos profissionais da educação do Paraná no começo deste ano, enfrentando a repressão, passando por cima do governo de Beto Richa (PSDB) iniciou essa onda de luta pela educação. Agora novamente voltam à cena com a forte repressão da polícia de Richa às vésperas do 1 de maio. Em São Paulo o governo Alckmin endurece e os professores fazem uma histórica greve que já chega a 60 dias.

É preciso unificar as greves pela educação em todo o país, com encontros regionais de delegados, organizados desde a base em cada luta local e impondo uma organização nacional para que vencem com um programa único nacional contra os governos estaduais e federal.

Envidar esforços na construção do 2° Encontro Nacional de Educação (ENE), assim como nos encontros regionais preparatórios.

Impulsionar uma campanha contra o PL4330. Contra as terceirizações e toda forma de precarização do trabalho. Unificar as lutas para derrotar o PL 4330. Pela estabilidade no emprego. Defesa e extensão de todos os direitos aos trabalhadores terceirizados. Estatização das empresas terceirizadas com preservação dos empregos, todo apoio, unidade e solidariedade aos terceirizados. Em defesa dos serviços públicos, abertura e ampliação de concursos públicos para atender aos interesses e necessidades dos trabalhadores.

Pelo repúdio a lei 9837/98 (Lei das organizações sociais) que atinge a saúde pública e atingirá a educação, a pesquisa cientifica e defesa do meio ambiente, entre outros.

Impulsionar uma campanha para “Que todo político ganhe o salário de uma professora”, e que seja o salário mínimo do DIEESE. Ampliar a resolução, incluindo o Poder Legislativo e, especialmente, o Poder Judiciário, pois o Judiciário tem relevante papel que impacta, direta ou indiretamente, a sociedade brasileira. Contra a proposta de lei que regula os magistrados e que aumentará privilégios deste setor em total descompasso com demais trabalhadores, começando pelo auxílio moradia de R$ 4.333,00 a juízes e membros do ministério público. Por medidas mais combativas contra a ilegalidade e a imoralidade – levando não só para a base da central, mas também para toda a sociedade

Por uma campanha nas bases das centrais governistas para que elas rompam com o governo e com o PT e impulsionem uma luta real contra os ajustes.

**A situação econômica nacional e as tarefas políticas colocadas**

O Brasil vive um momento de esgotamento do modelo econômico adotado a partir da crise mundial de 2008. Esse modelo esteve baseado na expansão do crédito ao consumidor, empréstimos, e obras públicas de interesse das empresas, isenções fiscais para determinados ramos, desoneração da folha de pagamento, redução do compulsório dos bancos, etc., travestidas de propostas para salvaguardar o país da crise internacional (no chamado Programa de Aceleração do Crescimento – PAC). Essas medidas mantiveram artificialmente aquecido o consumo por algum período, garantindo a vitórias nas eleições presidenciais para o PT com Dilma em 2010.

Entretanto, ao longo do mandato de Dilma o fôlego das medidas adotadas pelo governo foi se esgotando, e também a capacidade dos consumidores seguirem consumindo na mesma medida. O crescimento da economia brasileira foi de -0,-1% em 2014 segundo o IBGE (http://saladeimprensa.ibge.gov.br/notícias), sendo que os dados do 1º trimestre de 2015 ainda não estão disponíveis. A inflação acumulada nos últimos 12 meses (até março de 2015) está em 7,9% segundo o IPCA do IBGE, maior do que o teto da meta de 6,5% do governo (http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/03/1605619-previa-da-inflacao-desacelera-em-marco-mas-12-meses-acumulam-79.shtml). Na vida real, a inflação sentida pelo trabalhador na hora de pagar supermercados, aluguel, transportes, etc., é muito maior do que os índices oficiais. O aumento das contas de luz autorizado pela ANEEL para 2015 terá uma média de 23,4%, podendo chegar a 39,95% em alguns estados (http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-02/aneel-aprova-aumento-de-ate-39-para-contas-de-luz-de-58-distribuidoras). O preço do transporte público subiu em 9 capitais do país. A gasolina deve subir em média 8%. A taxa SELIC, que serve de referência para os juros, subiu para 12,5%, num cenário em que 57% das famílias estão endividadas e 17% com contas em atraso (dados da Confederação Nacional do Crédito).

Enquanto o trabalhador paga mais, o governo quer gastar menos com a área social. O novo ministro da Fazenda Joaquim “mãos de tesoura” Levy iniciou o ano de 2015 anunciando cortes no seguro desemprego, no PIS e nas pensões do INSS, com o objetivo de economizar R$ 18 bilhões para o superávit primário. Essas medidas de “austeridade” à brasileira visam garantir o pagamento dos juros da dívida pública, que atingiu R$ 978 bilhões em 2014, o equivalente a 45% do orçamento federal, ou 12 vezes o que foi gasto com a educação, 11 vezes o que foi gasto com a saúde e o dobro do que foi gasto com a previdência pública (dados da auditoria cidadã).

A privatização transforma cidades em mercadoria, onde as mesmas não pertencem mais ao trabalhador e sim ao capital. O melhor exemplo no Brasil são os megaeventos como a copa do mundo e as olimpíadas, onde as pessoas são despejadas de suas casas e colocadas em bairros distantes de seu local de trabalho, cultura e educação. Ao mesmo tempo, temos uma crise ambiental em especial à questão da água, que atinge principalmente a população das periferia das grandes cidades. Os serviços de água estão sendo privatizados e transformados em mercadoria, exemplo do oriente médio onde não tem água para todos e é usada como recurso estratégico levado a essa guerra local entre os países do oriente médio.

No mercado de trabalho avança a terceirização e várias formas de precarização, sem que o governo tenha feito nada para que fosse arquivado ou retirado da pauta. A discussão do PL 4330 circulou durante anos, sem que o governo impedisse que fosse à votação. Antes disso, defendia o Acordo Coletivo Especial – ACE, que permitiria o rebaixamento geral de salários e direitos trabalhistas sancionada pela burocracia sindical governista.

O governo do PT loteou o ministério aos diversos setores da burguesia, entregando por exemplo a pasta da Agricultura à Kátia Abreu, representante do agronegócio. Desde o mandato de Lula os governos do PT vem sendo coniventes com o ataque do latifúndio e do agronegócio aos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, negando-se a demarcar terras e fazendo vista grossa aos crimes contra os lutadores do campo. Além disso, os governos do PT deram livre curso à devastação ambiental, aprovando um código florestal que legaliza a destruição de florestas, e impulsionando obras como as hidrelétricas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio. E também não houve nenhum avanço na Reforma Agrária, ao contrário, os trabalhadores do campo continuam morrendo em conflitos pela terra.

Assim como o governo, as empresas também cortam seus gastos. As montadoras de automóveis puxam a fila, com as demissões na Mercedes, na GM, na Ford e também em empresas menores, essas sem grande repercussão. O fechamento de plantas e a transferência da fabricação de determinados modelos para outros estados ou outros países resultam em demissões em toda a cadeia automotiva, que vai de autopeças a prestadores de serviços.

Esse cenário projeta para 2015 um ano de baixo crescimento econômico e aumento da inflação, que está sendo usada pelos empresários para retomar dos trabalhadores o que foi conquistado em termos de aumento salarial nas greves e campanhas salariais passadas. Ao mesmo tempo, prossegue a deterioração dos serviços públicos, e principalmente, um grande plano de privatizações que está entregando à iniciativa privada portos, aeroportos, rodovias, inclusive atingindo as empresas públicas como a Caixa Econômica Federal, que está sob ameaça de abertura de capital. Tudo para garantir o pagamento da dívida aos banqueiros e especuladores, uma versão brasileira dos planos de austeridade, ou seja, os planos aplicados antes nos PIGS, (Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha) e que agora são desencadeados sobre países periféricos de maior peso, entre eles o Brasil. Os trabalhadores seguem convivendo com educação e saúde pública precários, transporte caro e de má qualidade, déficit habitacional, etc. A isso tudo se somam problemas como a seca e a falta d’água, provocada pela falta de investimentos em vários estados do país, podendo chegar a situações catastróficas.

O arrocho e as dificuldades que estão sendo impostos sobre os trabalhadores impõem a necessidade de duras lutas para reverter os planos do governo e da patronal. As campanhas salariais terão que ser muito fortes para recompor o valor dos salários que está sendo aceleradamente corroído pela inflação. Ao mesmo tempo, a luta por serviços públicos de qualidade, para os quais a população em geral tem se tornado mais atenta desde as jornadas de junho de 2013, vai se chocar frontalmente com os planos de “austeridade” do governo em relação aos gastos sociais, que tem como contrapartida a generosidade para com os banqueiros.

Em 2015 não teremos Copa do Mundo ou eleições para criar distrações e desvios no debate sobre a situação do país. As lutas terão que convergir para um enfrentamento mais direto contra o governo e a burguesia. É papel da CSP Conlutas desenvolver essas lutas numa perspectiva de independência de classe, antigovernismo e politização dos trabalhadores.]

**Reforma Política**

**A reforma política do Congresso não nos representa. Contra qualquer restrição democrática como a cláusula do barreira**

Por uma reforma política dos trabalhadores - Pelo fim do Senado; Pelo fim do financiamento público (fundo partidário, etc.) e empresarial às campanhas; Que as campanhas sejam pagas pelos filiados e simpatizantes de cada legenda; Pela legalização de toda organização que requeira registro eleitoral sem qualquer restrição; Pelo voto facultativo; Pelo direito à candidatura avulsa e não filiados partidários; Salário mínimo do DIEESE aos políticos (Fim de qualquer privilégio); Pela ampla democracia e acesso igualitário dos candidatos ao rádio e TV, bem como debates e a assumir seus mandatos, sem nenhuma cláusula de barreira.

**OPRESSÕES**

**Organizar as mulheres trabalhadoras contra o ajuste fiscal e a retirada de direitos**

No mundo, as mulheres trabalhadoras ainda recebem 24% a menos que os homens pelos mesmos trabalhos e a mulher com filhos recebe menos ainda. Porém, se levarmos em conta que as mulheres estão nos trabalhos menos remunerados, esta desigualdade é muito maior. As mulheres são 83% dos trabalhadores domésticos, que estão entre os menos remunerados do mundo.

Com os planos de austeridade, implementados por todos os países como saída capitalista para a crise econômica, as mulheres trabalhadoras estão entre os grupos mais sacrificados. No Reino Unido por exemplo, há cortes em programas de auxílio à amamentação, exames de pré-natal e fechamento de creches. Na Espanha, mudanças na legislação trabalhista torna descartável o trabalho das mulheres no setor de serviços. Em vários países existe ameaças de retrocessos na legislação sobre o aborto. Na Espanha, este retrocesso foi rechaçado por um forte e vitorioso movimento de mulheres.

No Brasil a situação das mulheres trabalhadoras também está piorando a cada dia com o corte de verbas das áreas da saúde, educação, combate à violência contra a mulher, reforma agrária, programa minha casa, minha vida, etc.

O ajuste fiscal está corroendo as condições de vida das mulheres trabalhadoras, principalmente das mulheres negras e pobres. O aumento dos preços dos alimentos, das tarifas de transporte e energia e a falta d’água, se somam à deterioração dos serviços públicos por causa do ajuste fiscal. Estão faltando vagas nas creches, médicos e remédios nos hospitais, para dizer sobre alguns serviços básicos que atingem em cheio a vida das mulheres trabalhadoras. O desemprego crescente também ameaça a vida das mulheres, que são as primeiras a serem demitidas pelas empresas.

A retirada de direitos previdenciários e trabalhistas também está penalizando mais as mulheres e todos os setores oprimidos da classe trabalhadora. As medidas provisórias 664 e 665, que já estão em vigor desde o início de março de 2015, já estão afetando a vida das mulheres.

A pensão por morte é um direito previdenciário do qual 80% dos beneficiados são mulheres. O auxílio-reclusão também é utilizado pelas mulheres e suas famílias, que muitas vezes só tem esta renda para seu sustento. As mulheres também são 35% dos trabalhadores que utilizam o seguro-desemprego. A restrição de todos estes direitos, está tornando a vida das mulheres, em sua maioria com renda de até 1 salário mínimo, muito mais penosa e as consequências sociais destas medidas têm dimensão gravíssima.

A economia pretendida pelo governo Dilma (PT), com as medidas provisórias, será em torno à 18 bilhões de reais, ou seja, um valor referente ao pagamento de 5 dias de juros da dívida pública. Sendo que as medidas são só uma parte do ajuste fiscal. Ao todo, o governo Dilma (PT) pretende economizar 1,2% do PIB, ou R$66 bilhões com todos os cortes e retirada de direitos. Isso mostra como o ajuste fiscal está sendo perverso, mas mostra também quem está sendo beneficiado por ele, pois os bancos e o mercado financeiro continuam aumentando seus lucros, enquanto a vida de mulheres e crianças está ficando muito mais vulnerável à fome, às doenças e à morte.

Mas a burguesia, não contente com os ajustes, ainda quer elevar o patamar de exploração da classe trabalhadora a níveis chineses. O PL4330 pretende terceirizar todas as atividades das empresas. Hoje a terceirização já atinge cerca de 12 milhões de trabalhadores. Destes, cerca de 70% são mulheres, na sua maioria negras, que já têm menos direitos, trabalham mais, ganham menos e sofrem mais acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

A expansão da terceirização, se o PL4330 for definitivamente aprovado, irá aumentar ainda mais a exploração dos setores mais vulneráveis dos trabalhadores como as mulheres, negros e negras, jovens e LGBT’s. Empresas terceirizadas se proliferarão e a quantidade de trabalhadores com reclamações trabalhistas também. Hoje as empresas terceirizadas já são as principais responsáveis por não pagarem e não respeitarem os direitos dos trabalhadores e por isso são as terceirizadas as maiores devedoras de processos judiciais trabalhistas.

Direitos das mulheres como a estabilidade das trabalhadoras grávidas ou licença maternidade serão muito mais desrespeitados e a fila de trabalhadoras que terão que esperar anos pela justiça também, muitas vezes sem nunca conseguir receber seus direitos. Enquanto isso, as grandes empresas ficarão livres para agenciar as terceirizadas, sem terem nenhuma responsabilidade com os trabalhadores.

O avanço da terceirização, através do PL4330, irá aumentar a exploração sobre o conjunto da classe trabalhadora, e os setores oprimidos, por serem os mais vulneráveis, serão os primeiros a sentir os reflexos da retirada dos direitos.

**Mulheres à frente das lutas contra o ajuste fiscal, as medidas provisórias e o PL 4330**

As mulheres trabalhadoras já estão à frente das lutas de resistência contra o ajuste fiscal e a retirada de direitos. Nas várias greves da educação, as mulheres, que são a maioria dos profissionais da educação, têm dado exemplo de persistência e coragem para enfrentar governos truculentos como Beto Richa (PSDB) e Alckmin (PSDB). Também na classe operária, têm aumentado a participação das mulheres nas lutas. Exemplos como a luta contra as demissões no Comperj, greves metalúrgicas dos setores de eletroeletrônicos, têxteis, confecção feminina e construção civil, já contam com uma linha de frente de operárias. Assim como greves em empresas de telemarketing e de empresas terceirizadas, com maioria de mulheres.

Contra o PL4330 e as medidas provisórias do governo Dilma não será diferente. O fato de Dilma ser uma presidenta mulher não faz com que ela defenda as trabalhadoras, pelo contrário, Dilma governa junto com a burguesia e para os interesses da burguesia e quer que os trabalhadores e as trabalhadoras paguem pela crise. Isto fica evidente quando vemos que as medidas do ajuste fiscal estouram nas costas dos trabalhadores e não dos ricos, banqueiros, latifundiários e grandes empresários. Por isso, a tarefa que está colocada para as mulheres trabalhadoras, é derrotar o governo Dilma e a oposição de direita, que estão unidos para realizarem o ajuste fiscal e a retirada dos direitos.

Para derrotar os ataques que estão ameaçando nossos direitos, temos que fazer todos os esforços para a realização da Greve Geral. Nós, mulheres trabalhadoras, como parte da CSP-Conlutas, nos somamos ao chamado às centrais para a construção da Greve Geral e estaremos levando a todos os sindicatos e movimentos este chamado.

O combate à exploração não se faz separado do combate à opressão. O capitalismo continua se utilizando das ideologias machistas, racistas e homofóbicas para dividir a classe trabalhadora e aumentar a exploração sobre o conjunto da classe. Por isso, devemos fazer todos os esforços necessários para unir a classe e para isso é necessário que todas as demandas das mulheres, negros e negras e LGBT’s sejam incorporados em todas as lutas. A CSP-Conlutas deve ser instrumento da luta das mulheres e de todos os setores oprimidos da classe trabalhadora pela sua libertação do jugo de toda a exploração e de toda a opressão.

Pela imediata revogação das medidas provisórias 664 e 665.

Pela derrubada do PL4330 da terceirização.

Não ao ajuste fiscal.

1% do PIB para o combate à violência contra a mulher.

Pelo atendimento da demanda por creches públicas de qualidade para todos os filhos da classe trabalhadora. Pela ampliação do atendimento de crianças de 0 a 5 anos em creches públicas de qualidade para os filhos da classe trabalhadora.

Pela descriminalização e legalização do aborto: Educação sexual e anticoncepcionais para prevenir e aborto legal e seguro para não morrer.

Construir a Greve Geral para derrotarmos todos os ataques à classe trabalhadora.

Nem Dilma e nem a oposição de direita! Mulheres trabalhadoras na construção do terceiro campo de classe.

**A presença da mulher no mercado de trabalho e a necessidade da luta da classe para combater o machismo e a exploração capitalista**

Desde a década de 1970, a classe trabalhadora brasileira sofre um processo de feminização. Atualmente correspondem a 46% da mão de obra no país. Ocupam majoritariamente o setor de serviços, mas é crescente a presença das mulheres em todos os ramos de atividade.

Contudo, essa conquista de espaço no mercado de trabalho não significou a superação das contradições impostas pela ideologia machista. As mulheres foram absorvidas pelo capitalismo considerando as falsas ideias de sua maior sensibilidade, habilidade para os trabalhos de manipulação de peças pequenas, além de terem seu trabalho visto como complementar a renda familiar e não de sustento da mesma.

Essas e outras considerações sobre a mulher, baseadas na ideologia machista, faz com que a mão de obra feminina siga recebendo salários até 33% menor do que os dos homens em mesmas funções. Elas são localizadas nos postos de trabalho mais precarizados, com maior grau de adoecimento ocupacional, com menor exigência de qualificação e são as primeiras a serem demitidas, frente a qualquer crise ou necessidade de contenção de gastos.

A maior evidencia dessas condições na atualidade é o fato de que nos 12 mil postos de trabalho terceirizado que já existem no país 70% são ocupados por mulheres, em sua maioria negras. O perfil desses postos de baixa remuneração, com alta rotatividade, sem garantir todos os direitos trabalhistas contidos na CLT e sem permitir a representação sindical desses trabalhadores pelas entidades que representam os trabalhadores primeirizados são os espaços impostos para as mulheres e que tendem a ser estender a toda a classe trabalhadora, com a provação do projeto de lei 4330 que regulamenta a terceirização no país.

Para além do reflexo do machismo nas condições de ingresso ao mercado de trabalho, outros problemas enfrentados pelas mulheres nas diversas esferas sociais são determinantes para a vulnerabilidade desse setor. As mulheres continuam sendo vistas como as responsáveis naturais pelo trabalho doméstico e cuidado dos filhos. Ou seja, seguem cumprindo uma dupla jornada de trabalho que chega a até 08 horas semanais de diferença em relação ao homem, sem que sejam remuneradas por esse serviço.

Quando têm filhos a situação é ainda mais crítica, visto que as mulheres não contam com uma rede de creches públicas que possa garantir a educação de seus filhos, ao mesmo tempo em que lhe permita ocupar um posto de trabalho formal. Segundo o Anuário da Educação Básica de 2013 somente 22,95% crianças de 0 a 3 têm acesso às creches. Desta porcentagem, 25,5% são crianças brancas e amarelas e 20,5% crianças negras. A estimativa do déficit de vagas em creche segundo o relatório do Banco Mundial é de 1,8 milhões de crianças de 0 a 3 anos.

Além disso, segundo a legislação brasileira toda empresa que tenha mais de 30 mulheres com idade superior a 16 anos deve garantir creche no local de trabalho ou conveniada, ou pagar auxílio-creche. Em vez disso, uma pesquisa organizada pela empresa Hewitt Association aponta que apenas 3% das empresas oferecem creche para suas funcionárias e 43% pagam auxílio-creche. A maioria, 54% das empresas, não oferece nenhum subsidio para as trabalhadoras.

Outro problema central enfrentado pelas mulheres que interfere na sua vida profissional é a violência machista a qual estão expostas. A ONU calcula que em nível mundial, uma a cada cinco mulheres se converterá em vítima de estupro ou tentativa de estupro ao longo de sua vida. No Brasil, em 2012, foram registrados 50,6 mil denúncias de violência sexual, ou seja, um estupro a cada 10 segundos. Parte considerável desses casos ocorre bem no início da manhã ou altas horas da noite, quando as mulheres estão indo ou voltando do trabalho.

A violência doméstica atinge dados alarmantes. Entre 2006 e 2013, o serviço ligue 180 contabilizou mais de 03 milhões de atendimentos, sendo apenas um terço disso pedido de informações. A violência mais frequente entre esses dados é a violência física que inclui desde lesões corporais leves até assassinato. Na última década 43,5 mil mulheres foram assassinadas no país, isso aponta para um feminicídio a cada 02 horas e coloca o Brasil na 7ª posição em um ranking mundial com 84 países analisados pela ONU, entre 2006 e 2010, para esse tipo de crime.

As principais vítimas são as mulheres jovens e negras. Em 2011 a taxa de morte de mulheres jovens foi 73% maior que entre as mulheres não jovens e enquanto o número de mulheres brancas assassinadas caiu 11%, entre 2003 e 2008, entre as mulheres negras esse número subiu 20%.

No local de trabalho essa violência tem nome e se faz presente no cotidiano das mulheres trabalhadoras. Os assédios morais e sexuais refletem a combinação entre o poder hierárquico do chefe e a compreensão do senso comum de que a mulher é um objeto sexual a serviço do homem. Por isso as mulheres são as principais vítimas tanto da pressão psicológica e da humilhação no local de trabalho, seja para aumentar o ritmo de produção ou para aceitar as condições de trabalho precárias; quanto das cantadas e o condicionamento da manutenção de seu posto mediante prestação de serviços sexuais.

Na União Europeia, 40 a 50% das trabalhadoras reportaram alguma forma de assédio em seus locais de trabalho. No Brasil, cerca de 30% da população economicamente ativa é vítima de assédio moral e 52% das mulheres já foram vítimas de assédio sexual. Atualmente o assédio moral e sexual corresponde ao maior risco para adoecimento mental dos trabalhadores.

Pode-se dizer que desde a hora da admissão da mulher no emprego ela já é discriminada, a exigência da “boa aparência” para se admitir uma mulher no trabalho demonstra que as mulheres são submetidas a também a critérios subjetivos na hora da seleção. Mas não é só isso a discriminação persiste através da diferenciação salarial ou na falta de oportunidade de ascensão profissional. Com relação ao assédio moral propriamente dito, pode-se manifestar no não reconhecimento das necessidades biológicas próprias das mulheres, na pressão para que não engravidem através da exigência de testes de gravidez nos exames periódicos; dificultando sua vida na época da amamentação ou até mesmo perseguindo propositalmente para força-las as pedir demissão quando retornam da licença maternidade; no condicionamento de benefícios a metas de produção e limites de falta, além do aproveitamento da situação de muitas mulheres que sustentam suas famílias sozinhas para impor trabalhos humilhantes e penosos.

O assédio sexual é um dos instrumentos de desqualificação mais grosseiros da mulher, é a sua coisificação, sua transformação em objeto. Atitudes como piadinhas, brincadeiras, comentários, olhares constrangedores e até mesmo toques físicos são enfrentados pelas mulheres provocando situações vexatórias, de insegurança e de revolta.

Todas essas situações muitas vezes causam o afastamento da mulher do local de trabalho, seja por licença-saúde ou até mesmo pela demissão. A questão da violência doméstica, embora cause bastante constrangimento e aconteça fora do local de trabalho também pode causar o afastamento dessa trabalhadora. A lei Maria da penha preconiza que a vítima de violência seja afastada do trabalho por até seis meses sem perda do vínculo empregatício, porém não condiciona tal fato a manutenção da remuneração dessa mulher. Isso gera uma contradição significativa, uma vez que a mulher está afastada, mas não tem como se sustentar financeiramente.

Na maioria das vezes as mulheres enfrentam essas condições de maneira bastante individual e sem solidariedade de classe. Pelo contrário, em algumas situações o próprio sindicato reproduz comportamentos machistas sobre essa mulher, seja na pratica do assédio ou na invisibilização ou secundarização de pautas ditas “específicas” das mulheres. Vale evidenciar que ao serem quase metade da classe trabalhadora e, em muitas categoriais, a maioria absoluta os temas que afetam as mulheres não são tão específicos assim, senão que também se refletem nas condições de trabalho de toda a classe.

Nesse sentido, é preciso compreender que essas questões em geral e o assédio moral, em especial, é atualmente, parte importantíssima do modo de produção capitalista e é exatamente por isso que é fundamental para a classe trabalhadora enfrentar, combater e derrotar essa prática, seja qual for sua forma de manifestação. Combater o assédio moral é hoje proteger a saúde e a vida do trabalhador, e, portanto não pode ser considerada uma coisa a mais na luta dos trabalhadores. O combate ao assédio moral nesse sentido deve ser encarado como parte da luta contra a exploração capitalista, que reduz os trabalhadores a peças de uma engrenagem cujo objetivo é única e exclusivamente a busca pelo lucro.

Nesse sentido, combater o assédio sexual e incorporar nas pautas de acordo coletivo cláusulas referentes remuneração e qualificação das mulheres; exigência de creche ou auxilio creche; combate a todo tipo de violência contra a mulher; dentre outras, também é uma tarefa de toda a classe trabalhadora, de homens e mulheres, porque combater a opressão das mulheres seja ele no ambiente de trabalho ou fora dele, fortalece as companheiras e, portanto, quem ganha é a classe na luta contra a exploração capitalista.

**Resoluções:**

1. Lutar contra toda forma de diferenciação salarial entre homens e mulheres que se apresenta de maneira diferenciada nos diversos setores da economia;

2. Impulsionar junto aos sindicatos campanhas pela garantia de programas específicos de qualificação, treinamento e formação profissional para a mulher, de acordo com a sua área de atuação;

3. Impulsionar a luta pela redução do ritmo de trabalho, incorporando o debate sobre a necessidade das empresas considerarem os limites físicos das trabalhadoras, bem como as características fisiológicas especificas das mulheres, a exemplo da menstruação e da gravidez;

4. Ser parte ativa nos atos e atividades contrárias ao PL4330 que institui a terceirização no setor privado, mas que pode se estender ao setor público, precarizando as condições de trabalho, principalmente das mulheres;

5. Atuar regularmente na luta por creches com funcionamento em tempo integral, sejam públicas, gratuitas e de qualidade com financiamento estatal, atendendo 100% das crianças, através da aplicação de 10% do PIB para educação, sem prejuízo de manter a exigência de garantia de creche por local de trabalho;

6. Realizar uma campanha em conjunto com a CSP-Conlutas e os sindicatos de combate ao assédio moral e sexual nos locais de trabalho;

7. Orientar que o setor jurídico dos sindicatos tenha uma atuação frente aos casos de assédio moral e sexual;

8. Atuar junto aos sindicatos para incorporar as pautas específicas das mulheres nas campanhas gerais das categorias, já apontando três propostas iniciais, quais sejam:

9. Que o tema de violência contra a mulher seja obrigatório nas SIPATS;

10. Que seja constituído um canal de denúncia e apuração dos casos de assédio moral e sexual, composto por sindicato e empresa/ órgão, garantido o anonimato da vítima até o fim das investigações;

11. Garantir o direto a mulher de mudar de local de trabalho ou que o mude o assediador caso assim ela deseje, após a conclusão das investigações sobre o assédio.

**Gênero – Quem é o nosso maior opressor?**

Contrariamente aqueles que desqualificam a luta das mulheres, nosso maior opressor não são os homens, mas o capitalismo. O Governo Federal, hoje é presidido por uma mulher, que apesar de sua história de luta, se omite quanto à solução de nossas maiores questões. Isso faz com que ela não nos represente do ponto de vista da nossa classe.

Quanto aos governos estaduais não há mudanças. A opressão e a exploração se traduz na categoria de professores nas péssimas condições de trabalho, na falta de investimentos na educação, nos baixos salários e na forma humilhante como são tratadas as profissionais de educação no país. No estado de São Paulo a situação é ainda pior para as professoras da categoria “O”, que tem o direito a licença maternidade reduzido para 120 dias, direito a licenças médicas reduzido, não poder usar o Hospital do Servidor e maior dificuldade para aposentadoria.

Em respeito à nossa própria história e percepção política, afirmamos que não basta ser mulher, é necessário ter o recorte de classe. Devemos mostrar nossa indignação frente às atitudes de todos os governos, dentre elas a omissão e o descaso quanto à discussão sobre o aborto; a não defesa e criação de creches públicas que atendam os filhos de todas as trabalhadoras e trabalhadores; a não equiparação salarial entre os gêneros e a proposta de nova reforma da previdência que prejudicará mulheres e homens. A luta das mulheres não pode se dar fora da luta de classe. Todos os trabalhadores e trabalhadoras estão sendo prejudicados. Mulheres e Homens devem se unir para defender seus direitos e exigir melhores condições de vida e mais dignidade para todos e todas.

Dessa forma precisamos defender:

A legalização do aborto para impedir a morte de muitas mulheres trabalhadoras;

Equipamentos sociais que atendam às necessidades da mulher trabalhadora e seus filhos (creches, públicas-estatais de boa qualidade, hospitais de referência na saúde da mulher, lazer e cultura);

Licença maternidade de seis meses para todas as trabalhadoras;

Fim da violência contra as mulheres.

Hospitais de referência à saúde das mulheres.

Delegacias especializadas e casa de acolhimento às mulheres vítimas de violência em todos os municípios.

**Chega de mortes de mulheres! As mulheres devem ter direito ao próprio corpo! Legalizar o aborto já!**

O aborto é uma realidade da vida das mulheres brasileiras. Segundo o DataSus do Ministério da Saúde do Brasil, de 1996 a 2012, 1498 mulheres morreram em decorrência de prática de aborto. Isto significa que segundo essas estatísticas, cerca de cem mulheres por ano morrem por motivo de aborto. Mas, esses dados são muito imprecisos. As pesquisas sobre aborto no Brasil são muito recentes, sendo 90% delas iniciadas depois dos anos 2000. Dados não oriundos de órgãos governamentais, porém, mais próximos da vida da mulher brasileira, afirmam que por ano morrem 10 mil mulheres por razões de aborto. Os números são necessariamente conflitantes, pois o aborto é ilegal e as pesquisas recentes e precárias. Mas, os números dizem por si mesmos. São alarmantes. 10 mil mulheres por ano! A cada 1 hora, pelo menos uma mulher está morrendo. Isso significa que se trata de uma questão de saúde pública e que os governos não podem mais permanecer coniventes com essa realidade.

As mulheres recebem salários menores do que o dos homens, realizam o trabalho doméstico e são educadas desde pequenas a terem como seu maior sonho a construção de uma família. Sendo assim, existe uma ideologia que se propaga com força divulgando que a maternidade é algo sagrado e belo e que a mulher deve ter isso como centro de sua vida. Tal ideologia desresponsabiliza o estado da construção de creches e do investimento em educação infantil, legitima o machismo dos pais, aprisiona as mulheres ao lar e em última instância, assassina as mulheres.

A mulher tem a sua sexualidade tolhida, sendo constrangida para não conhecer seu próprio corpo, para colocar a sua sexualidade a serviço do prazer do homem e não de seu desenvolvimento. As que ousam alguma experimentação de liberdade sexual são condenadas como vadias, enquanto os homens são tidos como garanhões. As mulheres, principalmente as negras, são objetificadas e sofrem violência sexual com frequência. As mulheres lésbicas espantam por não estarem vivendo sua sexualidade para o prazer do homem e muitas vezes sofrem o chamado estupro corretivo, uma violência nojenta.

A ideologia do papel central da mulher ser o papel de mãe e o não direito ao próprio corpo criam uma atmosfera de deslegitimação do aborto que sustenta o código penal brasileiro. A atual jurisdição sobre o assunto é de 1984 e criminaliza o aborto com pena de até três anos para a mulher que aborta. O aborto só é legal em caso de estupro.

Além dessa realidade opressora existe uma realidade de caos na educação pública que não garante educação sexual nas escolas, de modo que as crianças e adolescentes crescem sem informação sobre prevenção de doenças e de gravidez, bem como sobre como planejar a gravidez. Isto é, não são dadas condições para que a gravidez seja uma escolha. Ela acaba por ser uma fatalidade.

E por fim, além dos métodos contraceptivos não serem divulgados, os contraceptivos não são devidamente distribuídos na rede pública, de modo que uma parcela significativa da população fique desassistida.

Em meio a falta de condições sociais, de educação sexual, quando a gravidez é uma fatalidade e não uma escolha, a mulher não tem o direito ao próprio corpo e é criminalizada se aborta. E a maior pena não é nem os 03 anos do código penal. Mas, as 10 mil mortes anuais.

Em 2008, foi feito pela UnB (Universidade de Brasília) e UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) um levantamento sobre aborto com a finalidade de estabelecer o perfil da mulher que faz aborto no Brasil. A conclusão foi de que a maioria delas tem entre 20 e 29 anos (de 51% a 82%), vivem em relacionamento estável (70%) e têm pelo menos um filho. As adolescentes representam de 7% a 9% das mulheres que fazem aborto. Outro estudo foi realizado pelo Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero e pela UnB em 2010. Entre 18 e 39 anos, de cada 100 mulheres, 15% disseram ter feito aborto e entre 35 e 39 anos, 20% responderam o mesmo. Muitas das mulheres que disseram já ter abortado têm filhos e um relacionamento estável, 64% são casadas e 81% têm filhos. Quanto às suas crenças, 65% disseram ser católicas e 25% protestantes. A região que apresenta o maior número de abortos é a do nordeste, e a menor, a região sul. Com base nesses resultados, estima-se que 5,3 milhões de mulheres no Brasil já tenham abortado ilegalmente. A pesquisa também mostrou que mais da metade, 55%, dessas precisaram ficar internadas em hospitais públicos para recuperação.

Desse modo, o aborto já ocorre. As mulheres trabalhadoras estão morrendo nos hospitais públicos despreparados para essas circunstâncias. Em geral os abortos são realizados em clínicas clandestinas com poucos ou nenhum médico, sem higiene e preparação. Muitas mulheres ainda são obrigadas por falta de recursos a usarem técnicas muito agressivas como a inserção de uma agulha na vagina ou ainda o desferimento de socos sobre o ventre. Já as mulheres ricas conseguem pagar hospitais de alta qualidade para garantir procedimentos seguros. Desse modo, o que existe é um ataque à vida das mulheres trabalhadoras.

A legalização do aborto é uma mudança legal em função de uma questão de saúde pública. Não se trata de uma discussão de concepção da vida. É possível defender a legalização do aborto, sem defender o aborto. Isto é, cada mulher tem o direito de fazer o que quiser com a sua própria gravidez e de propagar suas crenças e concepções. Mas, o Estado não pode impor uma concepção. Ainda mais com 10 mil mulheres morrendo por ano.

No país vizinho Uruguai, após a legalização a desistência de abortos subiu 30%. Os dados foram coletados “entre dezembro de 2013 e novembro de 2014”, explicou à Agência Efe, a ginecologista e ex-diretora de Saúde Sexual e Reprodutiva no MSP, Leticia Rieppi, que participou da coordenação do relatório realizado durante sua gestão. A taxa de aborto no Uruguai é bastante baixa, sendo menor inclusive do que a dos países nórdicos.

Portanto, a legalização do aborto é necessária no Brasil. O governo da primeira mulher presidente não pode ser conivente. É preciso legalizar o aborto e garantir investimento em saúde para que a realização desse procedimento seja feita pelo SUS. Para haver qualidade no atendimento às mulheres é preciso investimento de 10% do PIB em saúde pública. Para isso, o governo deve parar de dar dinheiro aos banqueiros e corruptos através do pagamento da dívida pública e deve investi-lo nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. E isso, arrancaremos com uma greve geral para garantir nossos direitos!

É por isso que é parte da tarefa do Congresso da CSP-Conlutas se posicionar a favor da:

Legalização do aborto, já!

Nenhuma mulher a menos!

Educação sexual para prevenir!

Contraceptivos para decidir!

Aborto, livre, seguro e gratuito para não morrer!

10% do PIB para a saúde!

1% do PIB para políticas de combate à violência a mulher!

**Pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito**

A ausência do aborto legal é uma violência contra as mulheres, porque oprime o direito de decidir sobre o seu próprio corpo, uma restrição que tem por base o patriarcado e o machismo. Também denuncia uma realidade. Quem tem dinheiro, tem acesso a clínicas clandestinas seguras, e não morre. As mulheres da classe trabalhadora padecem, porque recorrem a métodos arriscados, que comprometem a sua saúde e a própria vida.

O debate do aborto legal é examinado pelo viés religioso ou moral, mas antes de mais nada é um problema de saúde pública. No Brasil, são realizados mais de um milhão de abortos por ano, com 250 mil internações por complicação de saúde, com a mulher sujeita à discriminação e passível de criminalização. Segundo a OMS, uma mulher pobre morre a cada dois dias vitimada por aborto clandestino.

Levando em consideração a forma como a discussão do aborto radicalizou no Brasil, a partir do reacionarismo militante das bancadas religiosas e direitistas, majoritárias no Congresso Nacional, estamos na obrigação de levantar a nossa voz em defesa dos direitos das mulheres.

A CSP-Conlutas deve abrir este debate através de uma campanha pública de esclarecimento, que alcance a base dos sindicatos e movimentos populares e sociais, com o objetivo de massificar uma compreensão científica sobre a necessidade do aborto legal. Defendemos uma educação sexual laica para decidir, anticoncepcional para não abortar, e aborto legal para não morrer.

**Contribuição e Resoluções de Raça e Classe**

Trotsky, diz: “Podemos e devemos encontrar o caminho que nos conduza à consciência dos trabalhadores negros, chineses, hindus e a todos os oprimidos desse oceano humano constituído pelas raças “não-brancas”, pois são elas as que terão a última palavra no desenvolvimento da humanidade”. “(...) Devemos dizer para os sujeitos conscientes dentre os negros que eles estão convocados, em função do desenvolvimento histórico, a se transformar na vanguarda da classe operária”.

O Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe e a CSP-Conlutas reinauguraram nas ruas um novo movimento negro independente dos governos e dos patrões junto com o Movimento de Hip Hop Organizado Quilombo Urbano do Maranhão, precursor das Marchas da Periferia Negra, com o objetivo de garantir uma maior visibilidade ao 20 de Novembro: Dia nacional da Consciência Negra, resgatando a combatividade do Movimento Negro e o Legado de “Zumbis e Dandaras”. Importante data de luta contra o racismo no Brasil e de combate à violência e a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, ainda muito presente na realidade e no cotidiano brasileiro, além de fortalecer a luta em defesa de direitos sociais, da oferta de serviços públicos e de enfrentamento contra o capital.

**A crise econômica afeta diretamente a classe trabalhadora negra**

Após o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos em 2008, os governos dos países desenvolvidos torraram trilhões de dólares para salvar bancos e indústrias. Esperavam com isso retomar o crescimento de suas economias. Mas países como Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha seguem em recessão, profundamente endividados, à beira da falência. Cada um deles tem uma dívida maior do que o próprio PIB (Produto Interno Bruto), ou seja, impossível de pagar. A situação é tão grave que o desemprego da juventude na Espanha ultrapassa 70% e a Grécia têm uma dívida externa de 178% e com isto o aumento do racismo e da xenofobia é profetizado pelos meios de comunicação e das instituições da democracia burguesa.

Há a desaceleração no crescimento do PIB de países dos Brics: China, África do Sul, Brasil, Rússia dentre outros. Com isto, para resolver a crise, o FMI (Fundo Monetário Internacional) propõe privatizar os serviços públicos, terceirização, cortes de salários, demissões, redução das aposentadorias, cortes nos recursos destinados às políticas sociais, etc. Direitos básicos dos trabalhadores estão sendo atacados!

O chamado plano Troika (Banco Central Europeu, Mercado Comum União Europeia e FMI) exigiu da Grécia o fim da jornada de 40 horas, flexibilização das relações de trabalho, demissões em massa para o novo Governo de Syriza e exigem o cumprimento do pagamento da dívida externa.

O imperialismo em crise desenvolve o plano neoliberal de Obama, que não consegue acabar com a ofensiva militar e os diversos assassinatos de jovens negros praticados por policiais brancos e racistas que representam o Sistema e o Regime do Estado Americano Capitalista. Desde 2009 o Governo Norte Americano exige pelo FMI e OMC (Organização Mundial do Comércio) a diminuição dos estados-nacionais dos países dos BRICs, bem como o Mercado Comum Europeu representado pelos planos daTroika na Europa. Estes vem construindo novas ofensivas a classe trabalhadora nos aspectos militar, político e econômico com leis cada vez mais restritivas aos imigrantes africanos e árabes e impõem ajustes fiscais e o pagamento da Dívida Externa em nível internacional.

Essa conjuntura não é diferente nas América Central e do Sul onde países como Haiti vêm sofrendo uma ocupação militar há mais de 12 anos, por parte de 17 países compostos pela Minustah (Missão de Paz da ONU), entre outros países ao Sul das Américas que enfrentam também um processo de crise política e violência aprofundados com as consequências da crise econômica mundial.

Na América Latina entram em crise os governos frente-populistas que traíram os trabalhadores, com isto, as massas populares como na Venezuela, Bolívia, Paraguai tem ido as ruas questionar suas governabilidades. Como também países como Argentina, Peru, Chile, vivem verdadeiras recessões e crises inflacionárias com baixo crescimento econômico.

No Brasil, apesar de mais tardio não tem sido diferente, têm avançado nas ruas mobilizações, contra o autoritarismo do Governo Dilma em apresentar um reajuste 0% para os servidores públicos que pararam o país com marchas e mobilizações em Brasília em 2012 dando início a Campanha dos 10% do PIB para a Educação, já e não para 2016, e contra o Plano Nacional de Educação (Campanha Nacional da CSP-Conlutas desde 2010), PCCS (Plano de Cargos, Carreira e Salário), aumento salarial e anulação da Reforma da Previdência, alcançando vitórias ainda muito parciais nesta greve.

O ano de 2013 começou com a ameaça de demissões na GM, resultando na isenção de impostos para os empresários e indústria. Orquestrados pelo governo Dilma do PT e pela Frente Popular, apoiado pelas TVs e os jornais, o governo dá início a uma campanha de massa, estimulando o consumo e intensifica políticas assistencialistas como Bolsa Família e cotas raciais com duração de 10 anos e programas como bolsas nas faculdades e universidades particulares como Prouni, programas como Reuni e Pronatec que aprofunda a privatização das universidades públicas e ataca os profissionais da educação com reajustes salariais irrisórios. Seguido pela alardeada propaganda da presidente Dilma do fim da miserabilidade e o surgimento de uma nova classe média negra no país por ter acesso a trabalhos precarizados e de grande rotatividade como a construção civil no programa do PAC I e II de Lula e Dilma.

O que não impediu que a classe trabalhadora brasileira também sentisse a crise econômica mundial, já presente na economia do Brasil, mesmo com quedas pequenas de serviços, os salários eram em sua maioria de pouco poder de ganho e em sua maioria de 1 salário mínimo e meio. Mesmo assim o governo alegava que estava controlada a economia e as contas públicas, mantendo o envio de sua maior fatia, 47% para pagar a dívida externa. Enquanto as contas públicas internas aumentam o endividamento público e os gastos com a Copa ficam cada vez maiores, os serviços públicos de saúde educação estão cada vez mais precarizados e a população enfrentando mais e mais dificuldades com moradia, emprego e salários insuficientes.

Neste mesmo ano também estouraram as mobilizações de rua, as chamadas jornadas de junho de 2013, movimento estimulado a princípio pela juventude indignada pela carestia do transporte público, mas que com a adesão massiva da população e da classe trabalhadora teve a pauta ampliada contra a omissão do governo de Dilma Rousseff/PT, contra a corrupção cada vez mais crescente, a precarização de serviços públicos essenciais como saúde e educação, abalando a governabilidade e colocando os governos em xeque. Muitas foram às mobilizações radicalizadas neste período pós-jornadas, como na educação, saúde, metalúrgicos, construção civil, mesmo nos canteiros de obras do PAC (menina dos olhos do governo), neste caso não só contra a perda de direitos sociais e superexploração dos trabalhadores, mas também contra as situações análogas à escravidão - fato é que o governo Dilma foi pressionado a dar respostas para muitas destas questões, de forma apenas para garantir a sua reeleição à presidência.

O que estamos vendo é que as mudanças de ânimo da classe trabalhadora seguem numa crescente diante do aprofundamento dos ataques do Governo e do Parlamento aos direitos dos trabalhadores. Categorias sem praxe nenhuma de organização de luta vêm se mobilizando na maioria das vezes à revelia das direções sindicais pelegas.

Um dos exemplos foi a luta dos garis do Rio de Janeiro, que realizaram em 2014 em pleno carnaval carioca, uma greve histórica, de uma radicalização e resistência inerente aos que não suportam mais tanta exploração e opressão, visível nas várias mobilizações realizadas pelos mesmos, uma categoria majoritariamente composta por homens e mulheres negras, evidenciando também o racismo estruturante que estes trabalhadores enfrentam em seu cotidiano de trabalho. Luta esta que segue ainda hoje, culminando com a remoção e até demissão de 100 garis recentemente, por ousarem lutar e tentar disputar o processo eleitoral do sindicato que deveria representar sua categoria, mas eles seguem firme na luta, agora também por suas reintegrações.

A mobilização dos trabalhadores do Comperj no Rio de Janeiro, que estavam sem pagamento, na iminência de serem demitidos sem indenização, parte dos resultados dos escândalos de corrupção da Petrobrás, demonstrando mais uma vez que a conta cai nas costas dos trabalhadores – mas não se intimidaram e nem capitularam a displicência de seu sindicato, mantiveram-se unidos e organizados, buscaram apoio de outros sindicatos e organizações de luta, ocuparam a ponte Rio Niterói, buscaram audiências em Brasília, em fim não desistiram de sua dignidade.

A luta dos professores do Paraná contra o “pacotão enviado pelo governador a Assembleia Legislativa que dentre outras coisas propõe alterar uma lei acabando com a eleição de diretores (as) de escola”, e pela data base dos professores segue firme, apesar do aparato militar utilizado na última semana contra os (as) servidores (as). A polícia do governo de Beto Richa, do mesmo PSDB de Aécio Neves, foi de uma truculência e de uma violência tão extrema que há “quem diga que o Paraná vive hoje, um processo de ditadura”.

Ao mesmo tempo em que se vê o aprofundamento dos ataques dos governos à classe trabalhadora e a população pobre em geral, também vemos uma maior disposição e resistência destes mesmos setores. O que coloca para os instrumentos de luta sindicais, dos movimentos sociais, estudantis uma responsabilidade maior e a tarefa de organizar e construir as lutas pela base!

**O II Congresso da CSP-Conlutas fortalece a reorganização e as lutas classistas e socialistas negras no país!**

Visa-se organizar em âmbito nacional um polo consciente de lutadores da periferia e da classe trabalhadora em geral para enfrentar os ataques dos governos aos trabalhadores e aos setores mais oprimidos e explorados da sociedade, assim como lutar contra a criminalização, a violência, a faxina étnica que tende a se intensificar com os ataques do Governo Dilma e seu ministro da Fazenda Joaquim Levy, representante do Banco Mundial e do FMI.

Dizemos isto porque o governo já vem intensificando um baixo investimento nas pastas sociais como a saúde e educação pública, aprofundando o processo de sucateamento nestes serviços com a proposta da Ebserh, aprofundando assim o processo de privatizações em serviços essenciais a população, corroborando com o desmonte da Universidade e do SUS já tão sucateados de desvios de dinheiro do SUS aos tubarões das clínicas particulares, fundações privadas, OSs e ONGs. – Já os servidores públicos estão passando por um processo cada vez maior de assedio e criminalização no processo de trabalho, tendo inclusive o seu direito de organização sindical e de greve ameaçado – direito este conquistado e garantido com muita luta dos servidores.

Além dos ataques que vem sendo realizados no Congresso Nacional, como a mais recente votação do ajuste fiscal e a proposta das medidas provisórias 664 e 665 e o projeto de lei das terceirizações, que só trazem mais derrotas e precarização aos trabalhadores, demonstram a serviço de que e para quem estão governando. Políticas que só aprofundam a situação de pobreza da maioria da população negra que padecem com o desemprego, com os subempregos e a destruição dos serviços públicos básicos como educação, saúde e a falta de moradia e transportes mais baratos. Essa contradição foi à causa principal das jornadas de junho e julho de 2013 que levaram milhares as ruas.

O racismo no Brasil faz parte do contexto de classe e tem se expressado no cotidiano da população negra e pobre do país, comprovado pelos diversos dados estatísticos apresentados. Segundo o IPEA, 70,8% da parcela da população em extrema pobreza são afrodescendentes. Assim, exigimos políticas de Estado como estratégia do movimento negro pela ação direta das lutas, greves e rebeliões de base sindical, popular, estudantil, como reparação, ações afirmativas e cotas nos diversos setores do mundo do trabalho, oportunidades de acesso pelos concursos públicos pelo Estado Brasileiro. Estado este, que tem uma dívida histórica com a maior população negra fora do Continente Africano e que sofreu mais de 350 anos de escravidão, ainda vista hoje, em trabalhos análogos a escravidão país afora.

Olhando o índice de desemprego, veremos que entre os negros é de 40% superior aos brancos (Caderno de Contribuições do I Encontro Nacional do MML), e segundo estudos do Dieese as mulheres negras são maioria entre os trabalhadores sem carteira e que estão nos empregos domésticos (onde é maioria numericamente), não remunerados e ou informal e precarizados. A diferença salarial entre homens brancos e mulheres negras, segundo o IBGE, é de até 70% e de até 28% entre as mulheres brancas e negras.

A CSP-Conlutas é uma Central que está na luta contra o racismo e o capitalismo e em defesa da questão dos povos originários (quilombolas e indígenas), buscando unificar os movimentos sindical, social e popular, estudantil na luta contra as opressões e a exploração – garantindo um programa classista e socialista no combate ao racismo nos diversos campos da luta social brasileira.

**Propostas para um programa de Raça e Classe para a Central**

Defendemos e exigimos:

1. Salário igual para trabalho igual, negros e brancos, homens e mulheres, contra a perda de direitos sociais e trabalhistas; lutar pela garantia de tratamento isonômico para todos os trabalhadores, assegurando aos povos e comunidades tradicionais como ciganos, índios e quilombolas um ambiente de trabalho respeitoso.

2. Defesa intransigente das trabalhadoras (os) que sofrem com assédio moral, racial e sexual, fruto das mazelas do capitalismo, do machismo e do racismo;

3. Defesa da educação e da saúde 100% públicos e estatal de qualidade, valorização dos servidores públicos;

4. Abaixo ao genocídio da Juventude Negra – Pela desmilitarização da PM;

5. Fim do Auto de Resistência;

6. Contra a maioridade penal e pela legalização de todas as drogas com controle pelo estado.

7. Em defesa da titulação das terras de quilombos, indígenas e moradia digna para as trabalhadoras (os);

8. Contra a criminalização dos movimentos sindicais, sociais e da pobreza;

9. Em defesa das políticas de cotas raciais, das políticas afirmativas e de reparações, nas universidades, no mundo do trabalho e em todos os espaços onde não esteja refletida a realidade populacional negra.

10. Pela implementação da Lei 10.639/03 e 11.645/08, que garante o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena;

11. Não ao pagamento da dívida pública; pelo fundo de reparações, já!

12. Transporte público, de qualidade e tarifas populares;

13. Fora as tropas do Haiti. Pelo fim da ocupação militar da Minustah e da ONU!

**Saúde da população negra**

Considerando a incidência de doença falciforme (anemia falciforme - (do latin falci-, foice e -forme, formato de) ou depranocitose, que acometem pessoas negras, remeter ao Congresso a incumbência de promover a efetiva implementação de política nacional de saúde integral da população negra, prevista no Estatuto da Igualdade Racial, objetivando acompanhar o atendimento à saúde da população negra no país, junto aos organismos municipais, estaduais e federal afetos a saúde pública.

**RESOLUÇÕES LGBT AO II CONGRESSO DA CSP-CONLUTAS**

Considerando que o Brasil é o país onde mais se matam lgbts em todo mundo, em 2014 foram registrados 326 assassinatos, o que significa de uma morte por dia, Dilma em seu primeiro mandato usou as reivindicações dos lgbts como moeda de troca com a bancada fundamentalista e não avançou com o projeto de lei que criminaliza a LGBTfobia (antigo PLC 12, hoje arquivado).

Considerando que a CSP Conlutas, por meio de seu setorial organizou o primeiro encontro LGBT da Central, bem como protagonizou intervenções em paradas, atos e marchas ao longo do país. Esteve presente nos atos do #forafeliciano e contra o projeto da cura gay, sobretudo durante as jornadas de junho, data em que organizou seu primeiro encontro LGBT. Tal intervenção se deu porque a central entende que a pauta de combate às opressões é uma legítima e prioritária pauta da classe trabalhadora.

Considerando que estamos passando por um momento de crise política e econômica. Que tão logo acabou o segundo turno, Dilma descumpriu diversas promessas de campanha e deu início ao programa de ajuste fiscal contra a classe trabalhadora. Cortes nos direitos trabalhistas e previdenciários, como o seguro-desemprego e a pensão por morte, e cortes na educação mostram que o governo abre mão de tudo, menos das políticas que privilegiam os empresários. No Congresso, Eduardo Cunha lidera a cruzada do setor mais reacionário e fundamentalista da política brasileira, defendendo a terceirização irrestrita da mão-de-obra, a reforma política conservadora e indo contra os direitos das LGBT, de mulheres e da população negra, com projetos como o Estatuto da Família, a redução da maioridade penal e a defesa da criminalização do aborto.

Considerando que as maiores vítimas da violência policial são as populações oprimidas e exploradas, que há uma política de genocídio da população negra da periferia, das pessoas em situação de rua e de prostituição e que há uma invisibilidade e impunidade dos crimes praticados pelos agentes policiais do Estado.

Considerando que uma parcela ínfima do mercado de trabalho formal é formado por pessoas trans. Isso é parte da opressão a LGBTs que existe na sociedade capitalista, agravada pelo preconceito institucionalizado que impede que pessoas TTs que ingressem e se mantenham num emprego. Que os recursos do Estado deveriam atender às necessidades da população trabalhadora, não dos empresários e banqueiros. A população é mal atendida, utiliza serviços precarizados, como transporte e educação. Não há uma política de saúde para as LGBTs, em especial para as pessoas trans e para as mulheres lésbicas.

O II Congresso da CSP Conlutas resolve que a Central reafirme o seu programa de combate à opressão a LGBTs e siga sendo um motor dessas lutas em todo o Brasil, assim, decide lutar pela:

Criminalização da LGBTfobia;

Desmilitarização da PM;

Despatologização da Identidade Transexual;

Aprovação da Lei de Identidade de Gênero;

Pelo Estado Laico, por serviços públicos e de qualidade para as LGBTs e por uma política de Saúde Pública que atenda às necessidades das pessoas trans e mulheres lésbicas;

Fora Eduardo Cunha e fora todos os lgbtfóbicos do congresso nacional e do governo;

Igualdade de Direitos entre héteros e lgbts;

Resolve também realizar o segundo encontro nacional LGBT da Central em 2016.

Que a CSP-Conlutas elabore um kit anti-LGBTfobia.

Que a CSP-Conlutas informe a sua base, através de cartilhas de opressão incorporando temas como machismo, racismo, LGBTfobia, fortalecendo a unidade da classe e combatendo toda forma de opressão.

**Opressões**

Contra todas as formas de opressão! Estamos ao lado das mulheres, das negras e negros, das e dos LGBT’s, e de todos os setores oprimidos! Reivindicamos as resoluções da Secretaria de Mulheres e da Secretaria de Políticas Sociais e Antirracistas do SINTUSP, e das Setoriais de Trabalho de Mulheres, LGBT’s, e Negros e Negras da CSP-Conlutas.

Contra os projetos na Câmara Federal de caráter machista, racista e homofóbico.

Proposta de criação de políticas públicas para atendimento das populações oprimidas (mulheres, negros e LGBT´s) nas suas especificidades e capacitação dos profissionais de saúde.

Reivindicamos as resoluções dos Encontros do Movimento de Mulheres em Luta e das setoriais de mulheres da CSP-Conlutas.

Discussões sobre a descriminalização e legalização do aborto.

SUS 100% Público e Estatal com cobertura para procedimentos como o aborto.

1% do PIB para combate à violência contra as mulheres.

Contra o assédio sexual no transporte público.

Defesa da moradia e contra os despejos violentos, onde quem mais sofre são mulheres e crianças.

Cobrar do governo políticas públicas para a saúde da mulher, incluindo treinamento de pessoal para acolhimento de mulheres que sofreram abuso. Exigir dos Ministérios da educação e da saúde formação sobre gênero aos alunos, profissionais de educação e trabalhadores da saúde.

Pela implementação da lei 10.639/04 em todos os cursos.

Pelo Fim do auto de resistência que o Estado se utiliza para legitimar os assassinatos.

Reconhecimento, titulação e autonomia das terras Quilombolas e Povos Originários.

Aprofundar o conhecimento nos mecanismos que silenciam a “Negritude”, o sujeito com sua História (mecanismos Históricos, políticos, Epistemológico e Cultural).

Contra a mudança, na legislação, do conceito de trabalho análogo ao de escravo.

Pela legalização da união homoafetiva.

Pela criminalização da LGBTfobia e aprovação da Lei João Nery.

**Por uma sexualidade livre dos preconceitos religiosos, de raça, de orientação sexual e não submetida às imposições do capital.**

A sexualidade não pode ser tratada como forma de reprodução de força de trabalho. Entendemos e sentimos a sexualidade como uma das formas de prazer humano a que todos devem ter o direito de desenvolver e realizar. Nessa atividade podemos manifestar tudo o que há de mais belo no ser humano. Defendemos a plena liberdade para que as pessoas exerçam, voluntariamente, a sua sexualidade, sem obedecer a imposições externas à sua vontade. Defendemos a liberdade de escolha quanto à identidade de gênero dos LGBT’s.

Como parte do entendimento de que a liberdade sexual não pode ser totalmente realizada sob o capitalismo, a nossa intervenção no movimento LGBT se pautará pela defesa do socialismo como o único sistema social capaz de garantir a mais ampla liberdade sexual para a humanidade. Essa concepção também implica que o proletariado é a única classe que poderá levar adiante o projeto de ruptura –revolucionária – com o capitalismo. Também sabemos do tamanho do desafio dessa política uma vez que a nossa classe ainda pensa como a burguesia, mas também sabemos que a disputa pela consciência necessariamente inclui ganhar os trabalhadores para a luta pela liberdade sexual;

Impulsionar e ampliar (publicações, debates, etc.) a discussão e pela construção de um movimento coletivos/grupos sobre sexualidade/homossexualidade nas nossas frentes de atuação, realizando atividades com o conjunto da categoria e/ou setor social em que atuamos a fim de aglutinarmos companheiros/as para fortalecer a luta contra a opressão.

Defendemos um movimento LGBT: a) de luta – de atuação na realidade e que tenha como concepção de que só a luta poderá garantir a conquista dos direitos do movimento LGBT; b) anti-governista – ou seja, é oposição aos governos burgueses de plantão e contra a política aplicada por esses governos para o setor. Isso implica que, como parte da disputa pela consciência, defenderemos as nossas concepções políticas e teóricas no interior desses grupos e não atuaremos em grupos que tenham posições antissocialistas e governistas; c) classista – formado por trabalhadores/as e de defesa dos interesses da classe trabalhadora; d) socialista – que luta pela revolução socialista e por uma sociedade sem classe social.

**Criminalização da LGBTfobia**

Entendemos que a LGBTfobia, o ódio, aversão ou discriminação aos LGBTs é a expressão do conservadorismo que se opõe a tudo que questiona ou que se diferencia das normas estabelecidas pela classe dominante, nesse caso, para reafirmar os papéis tradicionais de cada gênero (masculino/feminino), demonstrar a força da Igreja e tentar manter dois dos pilares do modo de produção capitalista, o casamento e a procriação.

Com a crise estrutural do capital e com a necessidade da burguesia mundial de destruir as conquistas sociais dos trabalhadores, torna-se necessário, nos Estados nacionais, criar situações de divisão e oposição entre os trabalhadores a fim de enfraquecer e não possibilitar a unidade nas lutas. Para isso, unem-se Estado e igreja, condenando a homossexualidade, estimulando a LGBTfobia, aplicando a discriminação, negando a igualdade e até a vida. Somente em 2010, cerca de 250 homossexuais foram assassinados (casos registrados em B.O.). Mesmo com todos esses índices, o governo Dilma, que assumiu seus mandatos dialogando com os setores oprimidos, abriu mão do “Kit Anti-LGBTfobia” das escolas atendendo aos setores reacionários de sua base aliada, deixando claro de que lado está.

Que a sexualidade da classe trabalhadora esteja intimamente relacionada ao prazer e não submetida aos ditames do poder, da religião e às necessidades do capital!

Pela livre expressão e manifestação da homo-afetividade, em todos os espaços.

Pela criminalização da LGBTfobia, pela aplicação imediata da Lei de São Paulo 10948/2001 e aprovação imediata do PL 122/06, que multa e penaliza a discriminação contra o homossexual, o bissexual, os transgêneros e travestis.

Perda de mandato e punição a todos que, investidos de função pública, desrespeitem o art. 3º, IV da Constituição Federal e deixem de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, ou quaisquer outras formas de discriminação!

Garantir nos acordos coletivos e convenções trabalhistas rechaço e medidas práticas para combater à discriminação diante de opção sexual dentro das empresas.

**Direito à união civil/estável e direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo**

Numa sociedade socialista, algumas lutas não serão necessárias, pois teremos garantida a liberdade sexual. No entanto, no sistema capitalista exigimos – além do reconhecimento jurídico da união civil e estável entre pessoas do mesmo sexo – o direito ao casamento, pois sabemos que sob esse sistema as garantias de herança e direito aos bens construídos conjuntamente precisam de trâmites legais.

Pelo direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, sem nenhum tipo de discriminação e com todos os direitos legais que derivam dessa situação!

Que as Igrejas que pregam contra a homossexualidade sejam enquadradas na Lei 10948/2001 e seus pastores ou padres respondam criminalmente por LGBTfobia!

Ampliação do direito à adoção por casais homossexuais.

O sistema capitalista se sustenta com a desigualdade social visível em questões como moradia, alimentação, educação, etc. Muitas crianças terminam a infância na marginalidade, na rua ou em orfanatos enquanto centenas de casais estão na fila pela adoção. O processo burocrático da adoção é ainda mais cruel com os casais homossexuais, pois além de toda a exigência legal é cobrado uma vida dentro dos padrões da religiosidade e da procriação.

**Saúde pública gratuita e de qualidade**

Na sociedade capitalista, a classe trabalhadora dispõe de toda a sua energia e vitalidade para gerar riqueza. No entanto, quando adoece não tem à sua disposição o avanço tecnológico e a qualidade dos serviços públicos dos quais sustenta com seu salário. Essa situação é ainda mais grave com o homossexual e caótica com o travesti e o transexual.

O gênero (feminino ou masculino), construído socialmente, é também uma determinação do ser (dialética entre elementos biológicos, psicológicos conscientes/inconscientes e sociais), que faz com que a pessoa se identifique como sendo homem ou mulher. Ao ter o corpo que não corresponde com o seu ser, a pessoa precisa orientar-se sexualmente para poder dar vazão aos seus desejos, prazeres e possibilitar a saúde mental. No entanto, numa sociedade opressora e conservadora, a imposição da igreja adentra no aspecto mais íntimo do ser e arrasta-se até as questões de saúde pública, contando com a contribuição de alguns médicos irresponsáveis e charlatões que mantém vivo o mito de que existem algumas doenças “especialmente de homossexuais”.

Por saúde pública gratuita e de qualidade, sem discriminação!

Que cada pessoa possa decidir sobre o seu próprio corpo!

Pelo direito à cirurgia de mudança de sexo no SUS e planos de saúde!

Pelo direito à identidade civil (mudança de nome) correspondente à identidade de gênero

Que o homossexual possa ser doador de sangue e saia da condição de fator de risco!

Que os profissionais da psicologia e psiquiatria que garantem acabar com a homossexualidade percam os direitos de exercer a função por charlatanismo!

Por educação e orientação sexual e políticas de saúde específicas para os LGBTs e que respeitem suas especificidades. Atendimentos em postos de saúde, ambulatórios e emergência. Denunciar o programa do ministério da saúde chamado ESUS, que cadastra os usuários através de uma ficha individual feito pela ACS, onde o munícipe necessita informar “opção sexual” o que causa constrangimento tanto para os usuários quanto aos funcionários.

**Contra a discriminação entre a militância**

Mesmo no meio militante de esquerda, tem sido comum identificarmos alguns casos de atraso de consciência e a discriminação aos LGBT’s dispostos a lutar pela revolução socialista, o que dificulta a relação de camaradagem ao nos depararmos constantemente com piadas e agressões verbais.

Não podemos reproduzir as práticas necessárias para a dominação capitalista. Cada LGBT ganho para a luta tem múltiplas tarefas a cumprir na tentativa de conquistarmos uma sociedade que tenha uma sexualidade livre. A luta inicial é para que todos assumam a sua homossexualidade e sintam-se fortalecidos politicamente para atuarem contra todas as formas de opressão, discriminação e preconceito.

Que a militância de esquerda impulsione a discussão sobre homossexualidade nos locais de atuação. Contra a LGBTfobia, opressão, discriminação e preconceito.

O capitalismo que separa a sociedade em classes, burguesia e proletariado, precisa fortalecer as diferenças para avançar no seu nível de exploração. É criado salário diferente para igual trabalho, jornadas que extrapolam a própria legislação trabalhista, a dupla ou tripla jornada de trabalho para as mulheres, elevados níveis de desemprego para a população negra e a visão cristã e machista da anormalidade para o homossexual, em especial para a lésbica negra.

Pela prisão de todos os agressores e estupradores a LGBT’s.

Pelo desarquivamento e aprovação da PLC 122 que criminaliza a LGBTfobia!

Por saúde pública e de qualidade que atenda às necessidades LGBT’s!

Por uma sexualidade livre! Contra todo moralismo que destrói e assassina!

Pela inclusão da disciplina de Orientação Sexual nas escolas desde o ciclo básico até a formação universitária, principalmente nas áreas de Licenciatura! A sexualidade não pode ser apenas um tema transversal!

Pela unidade da esquerda na luta contra todo tipo de discriminação nas fileiras militantes!

Que a classe trabalhadora seja educada para repudiar a LGBTfobia!

Por uma formação militante consciente sobre uma sexualidade livre, sadia e respeitosa à orientação sexual!

**Direito ao trabalho**

Muitos LGBT’s trabalhadores são perseguidos, espancados, alvos de comentários e expulsos de seus trabalhos ao assumirem a sua orientação. Alguns preferem não assumir e outros se adequam à exclusão aceitando empregos que “condizem com homossexuais”. Essa é mais uma divisão necessária no mundo do trabalho capitalista a fim de precarizar ainda mais as funções como de telemarketing, ligadas à beleza e limpeza, ou mesmo a prostituição (principalmente no caso de travestis e transexuais não aceitos no mercado de trabalho excludente e opressor, que mascara o preconceito e a discriminação ao afirmar que a pessoa não se enquadra no perfil).

**Sobre a luta contra as opressões**

O ano iniciou com ataques profundos aos direitos dos trabalhadores. Os ajustes de Dilma (PT), através das MP´S 664 e, a já aprovada, 665, restringe direitos e dificulta o acesso ao seguro desemprego, e fará com que as mulheres e os setores oprimidos sejam os mais atingidos pois ocupam os piores postos de trabalho, terceirizados e rotativos.

O recém aprovado PL 4330 estenderá essa situação a um contingente maior de trabalhadores e será ainda pior para mulheres, negros e LGBT. No Brasil, 70% do total dos trabalhadores terceirizados são mulheres. Sobre o PL 4330, Rosane da Silva, secretária nacional da Mulher Trabalhadora da CUT disse, “o que se aprovou aqui é a generalização da precarização do trabalho. No processo de terceirização, os riscos para o profissional são maiores. Além disso, abre a possibilidade para que o trabalhador seja demitido e não tenha a quem recorrer por seus direitos”. Tanto a CUT como a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), estão denunciando a terceirização, mas é importante ressaltar que a terceirização avançou nesses 12 anos de governo do PT, e atualmente o país tem 12 milhões de trabalhadores precários. Ou seja, a precarização que “escraviza, humilha e divide” e tem “rosto de mulher” se aprofundou no governo Lula e a Marcha Mundial de Mulheres, que apoia os governos do PT, nunca impulsionou uma luta contra a terceirização e por trabalho igual e direitos iguais.

Os deputados reacionários de partidos da ordem (PMDB, PP, PTB, etc.) como Sarney, Maluf, Color, Renan Calheiros, que atacam os direitos dos trabalhadores, são parte das alianças construídas pelo PT desde 2002, pois o que caracterizou o “ciclo lulista” foi justamente sua aliança com empresários como José de Alencar (vice de Lula), dono de um conglomerado têxtil que superexplora milhares de mulheres. Alianças que fizeram com que os direitos das mulheres fossem rifados em troca da governabilidade, ao mesmo tempo em que a MMM exaltou a estratégia de empoderamento das mulheres através da figura de Dilma.

Os patrões e os governos usam das opressões para dividir os trabalhadores entre homens e mulheres, negros e brancos, heterossexuais e homossexuais e poder explorar mais. A terceirização é mais uma forma de dividir, entre efetivos e terceirizados. A luta contra o PL 4330 e toda terceirização deve buscar romper essa divisão. É preciso que os efetivos se organizem junto aos terceirizados do seu local de trabalho.

Fim das terceirizações! Abaixo o PL 4330!

Pela unidade entre efetivos e terceirizados!

Além dos ataques aos direitos dos trabalhadores, os setores oprimidos sofrem com a violência nos locais de trabalho, estudos, em casa, com assédio moral, estupros, repressão policial e as mulheres são criminalizadas e assassinadas pelas máfias do aborto, que envolvem policiais e médicos, e pelo Estado que nega o direito ao aborto tirando a vida de centenas de mulheres negras, trabalhadoras e pobres como Jandira e Elisângela.

No Brasil, segundo pesquisas feitas UERJ, ao menos 865 mil casos de abortos são feitos no país e, segundo o IBGE, 7,4 milhões de mulheres já fizeram aborto pelo menos uma vez na vida. São mulheres de diferentes idades, mas as que morrem devido à impossibilidade de pagar por clínicas clandestinas “seguras”, são mulheres trabalhadoras, pobres e negras.

O tema do aborto ainda é tratado como um tabu e existem várias dúvidas entre os trabalhadores, mas é fundamental que este debate seja feito para que se avance na defesa deste direito elementar na vida das mulheres para que deixem de morrer. É importante que a partir dos sindicatos e Secretarias de Mulheres sejam organizados debates e seminários sobre este tema para avançar conjuntamente entre os trabalhadores e impulsionar um plano de luta pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito oferecido sem burocracia pelo SUS. Este é um debate que o grupo de mulheres Pão e Rosas tem feito no Movimento Mulheres em Lutas, da qual é integrante, desde o I Encontro do MML em 2013, em que propusemos que também fosse uma campanha prioritária do movimento de mulheres da esquerda. Até hoje a esquerda não foi uma alternativa à Marcha Mundial de Mulheres que, ao apoiar o governo Dilma, não organiza nenhum plano de luta pelo direito ao aborto.

Por um plano de luta pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito oferecido sem burocracia pelo SUS!

No capitalismo, o racismo cumpriu o terrível papel de justificar a escravização e o extermínio de dezenas de milhões de indígenas em sua terra originária e negras e negros capturados na África e trazidos à força para o continente americano. Foi através da escravidão e exploração das colônias que os países europeus enriqueceram.

No Brasil, maior país negro fora da África, a abolição da escravidão em 1888 não acabou com o racismo, pois suas marcas se arrastam até os dias de hoje. As negras e negros são alvo das piadas e agressões racistas e sofrem com as piores condições de vida, moradia, educação e trabalho. E claro são os mais atingidos pela terceirização. Também são a maioria entre os desempregados e aqueles que ficam de fora das universidades públicas. O racismo em nosso país também se manifesta na violência policial, em que os negros são sempre os suspeitos e alvos prioritários das chacinas.

Certos de que esse absurdo precisa acabar, acreditamos que a classe trabalhadora, inclusive a partir dos sindicatos, tem um papel fundamental no combate ao racismo.

Implementação imediata das cotas raciais nas universidades públicas;

Lutamos pelas cotas raciais proporcionais à população negra de cada estado;

Pela retirada das tropas invasoras da Minustah, comandadas pelo Brasil, do Haiti;

Toda solidariedade e garantia de todos os direitos aos imigrantes no Brasil, em especial os imigrantes haitianos e apoio à sua organização na USIH!

Pelo fim das chacinas policiais contra o povo negro!

Pela igualdade de direitos entre efetivos e terceirizados e em entre negros e brancos!

Assumir a identidade homossexual no Brasil é um fator de risco. A cada hora um caso de violência contra gay, lésbica ou travesti (LGBT) é registrado e a cada dia um é assassinado violentamente. Com 40% dos assassinatos de travestis e transexuais do mundo concentrados no Brasil, esse campeão de homicídios a LGBT faz com que as pessoas corram risco de vida simplesmente por assumirem, em seu jeito de agir, de viver e em sua identidade social, que seus desejos afetivos não cumprem com o papel sexual pré-estabelecido como “correto” e “único” pelo sistema capitalista.

Essa situação de risco de violência e agressões cotidianas, impõe à milhões uma vida dupla ou mesmo o silenciamento por toda uma vida de seus desejos sexuais. Repressão e agressão, medo e coerção: essa também é a lógica com a qual o sistema atua contra a livre sexualidade da população. Aqueles que violam suas leis escritas ou sua moral e tradição pregada não recebem somente a culpa como sanção, mas são também penalizados através do próprio aparato repressivo do Estado: polícia, justiça e milícias paramilitares. Sobre os LGBT’s recaem os castigos mais severos e imediatos.

A conivência do Estado e de seus governos é evidente: sequer a garantia dos mesmos direitos civis que o restante da população esse setor tem acesso. Essa é a realidade de parte significativa da classe trabalhadora hoje!

Os trabalhadores e trabalhadoras não podemos reproduzir a ideologia e as agressões verbais e físicas que a mídia, os formadores de opinião e as instituições sociais, moldadas pela burguesia, nos condicionaram desde a infância. Ao impor uma localização inferior para milhões de trabalhadores negros, mulheres e LGBT, o capitalismo incentiva que muitos trabalhadores, para vingarem a exploração cotidiana que sofrem no trabalho, reproduzam o machismo, o racismo e a LGBTfobia sobre as costas dos setores mais oprimidos de nossa própria classe. Enquanto isso o patrão e a burguesia sorriem e aplaudem. Nada melhor para a dominação deles do que ver a nossa disputa, nossa competição, nossas humilhações trocadas e nossa divisão!

**Aprofundar a unidade da classe trabalhadora fortalecendo o combate ao machismo, à homolesbotransfobia na base das categorias de trabalhadores**

É através da concepção de que a luta pelos direitos dos setores oprimidos também é parte da luta da classe trabalhadora que atuamos nas categorias de trabalhadores, no Sintusp e Secretaria de mulheres da USP. No metrô de SP os metroviários impulsionaram uma campanha contra a violência homofóbica, em que sofreu um trabalhador do metrô que repercutiu na mídia.

Na greve dos trabalhadores da USP, com o apoio de estudantes da Juventude às Ruas e do Pão e Rosas, organizou-se o “Cantinho das Crianças”, contribuindo para que as trabalhadoras pudessem deixar seus filhos e assim participar da greve, pois a opressão faz com que as mulheres não sejam participantes ativas da vida política. Além disso, foi organizado pelo comando de greve com o apoio da Secretaria de Mulheres do Sintusp um debate sobre a transfobia. Também através da Secretaria de mulheres impulsionaram a luta contra a desvinculação do Hospital Universitário e pela realização dos exames de Papa Nicolau de centenas de mulheres na fila de espera, exame tão fundamental que diz respeito à saúde das mulheres. Também somos parte da luta por vagas na creche da USP para todas estudantes e trabalhadoras.

Recentemente, os trabalhadores da prefeitura do campus da USP fizeram uma greve de 20 dias contra 4 chefes que praticavam assédio moral de cunho homofóbico. Com seus métodos de luta, os trabalhadores conquistaram o afastamento das chefias e esta vitória fez avançar a unidade entre os trabalhadores fazendo com que os companheiros e companheiras que sofriam o assédio e eram alvo das piadas enxergassem nos outros trabalhadores fortaleza para enfrentar toda a opressão que leva à problemas psiquiátricos e à uma vida de privações de todos os tipos e pudessem ser quem realmente querem ser.

No início desse ano, Geiza, uma trabalhadora da USP, foi vítima do feminicídio e a Secretaria de Mulheres do Sintusp prestou toda solidariedade à sua filha e família e organizou junto a elas uma homenagem e um ato dizendo que ela não era a primeira, pois milhares de mulheres são assassinadas todos os dias, mas que a Secretaria daria um combate, dentro e fora da categoria, para que seja a última, para que nenhuma família tenha que passar pela dor de perder alguém por causa da violência contra as mulheres.

Acreditamos que é nesta perspectiva que devem atuar as Secretarias de Mulheres nos sindicatos combatendo a opressão cotidianamente e impulsionando todas as medidas necessárias para ajudar na organização das mulheres junto aos trabalhadores nos seus instrumentos de luta combatendo a burocracia sindical. E achamos que os sindicatos devam ser linha de frente na luta pelos direitos das mulheres, LGBT e negras e negros para que a luta dos setores oprimidos contra a violência e seus direitos seja tomada pelo conjunto da classe trabalhadora para combater os patrões, Estado e os governos e a opressão e exploração.

**PLANO DE AÇÃO**

O II Congresso Nacional da CSP Conlutas é realizado numa conjuntura de agravamento da crise econômica e política, por ataques do governo Dilma, governadores, prefeitos, empresários e banqueiros aos direitos dos trabalhadores e de crescimento da polarização social no país.

A prioridade dos governos é implementar os ajustes fiscais para garantir, principalmente, o pagamento das dívidas interna e externa, alimentada por um conjunto de instrumentos e medidas ilegais, ilegítimas e imorais, denominado Sistema da Dívida, que fazem com que quanto mais os governos paguem, mais cresça, não só a dívida da União, mas, também, a dos Estados e Municípios.

Através deste sistema, em que o FMI e os banqueiros internacionais impõem ao Governo um superávit primário que consome cerca de 50% do orçamento executado a cada ano, em detrimento das políticas públicas e do desenvolvimento do país, cujo crescimento do PIB em 2014 foi de apenas 0,1%.

Para este ano, o Banco Central prevê queda de 1,1% do PIB. Esta situação de estagnação da economia com perspectivas recessivas para 2015, vem sendo acompanhada por um processo de retomada da inflação e de crescimento do desemprego, principalmente no setor industrial. Além disto, o país atravessa uma grave crise energética e de abastecimento de água, fruto da falta de políticas públicas, o que agrava ainda mais as já precárias condições de vida da maioria da população.

Em virtude desta situação, o governo federal tomou medidas que jogam nas costas dos trabalhadores os custos do agravamento da crise econômica no país. Antes mesmo de iniciar seu segundo mandato, Dilma emitiu duas medidas provisórias, a 664 e 665, sendo que a segunda já foi aprovada pela Câmara, alterando critérios para o seguro-desemprego, o abono salarial e as pensões.

Assim, contrariando seu discurso de campanha, a presidente reeleita atacou direitos trabalhistas e, pior, justamente nos setores mais fragilizados da classe trabalhadora. Neste momento, também há uma luta em curso para barrar, no senado federal, o Projeto de Lei 4330, que libera de forma geral as terceirizações. Se este projeto for aprovado, ele provocará mais demissões, perda de direitos e precarização nas relações de trabalho.

A esses ataques, os trabalhadores têm respondido com luta. As greves dos trabalhadores em educação, em mais de 10 estados, por emprego, salário, melhores condições de trabalho e contra os ataques à previdência, e a luta do conjunto dos trabalhadores brasileiros contra o PL 4330 tiveram centralidade no último período.

A truculência brutal de Beto Richa (PSDB), governador do Paraná, utilizando cassetetes, bombas, balas de borracha, cavalos e cães para reprimir manifestação dos professores contra o projeto que ataca a aposentadoria dos servidores estaduais paranaenses, mostra o que os governos são e serão capazes de fazer para que o ajuste fiscal seja pago pelos trabalhadores.

O Dia Nacional de Lutas e Paralisações contra o PL 4330, realizado no dia 15 de abril, convocado pela CUT, CTB, Intersindical, Nova Central e pela CSP-Conlutas, expressou uma inflexão na luta contra os ataques de patrões e governos.

Além do travamento de rodovias, paralisações dos metroviários e rodoviários, no RS e da realização de grandes Atos, como o de São Paulo, com mais de 20 mil, o elemento de qualidade foi o fato de uma parte da classe operária ter entrado em cena, paralisando a produção, como foi o caso dos metalúrgicos da região do ABC e São José Campos, em São Paulo.

Até mesmo o Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba, filiado à Força Sindical - Central Sindical, que vergonhosamente apoia o PL 4330 – devido à pressão de suas bases, foi obrigado a paralisar a produção de fábricas importantes como da Volks, Renault e Volvo.

O dia 29 de maio, convocado pela maioria das Centrais Sindicais, como um novo Dia Nacional de Paralisação e Manifestações pode representar um novo passo na construção, tão necessária, de uma Greve Geral no país. Só uma Greve Geral construída pela base terá a força necessária para derrotar as medidas de ajuste fiscal dos governos.

Além disso, a Greve Geral fortalecerá as lutas das categorias e movimentos sociais, que serão realizadas no próximo período. No segundo semestre, serão realizadas as campanhas salariais dos batalhões pesados da classe trabalhadora brasileira, como é o caso de metalúrgicos, petroleiros, químicos, bancários e os trabalhadores dos correios.

Neste momento, os servidores federais e, em particular, os professores do Andes estão em luta contra a política de arrocho salarial do governo Dilma. Além disso, há as mobilizações do movimento popular por moradia, impulsionadas principalmente pelo MTST. Entretanto, o grande problema é que estas lutas têm sido realizadas de forma fragmentada.

Do ponto de vista político, as denúncias de corrupção, relacionadas à Petrobrás, têm levado o governo a ficar mais refém do PMDB. Eduardo Cunha, Renan Calheiros e Michel Temer estão, na prática, co-governando o país em benefício dos empresários e banqueiros.

Este cenário de agravamento da crise econômica, combinado com a crise política potencializada pelas denúncias de corrupção, tem provocado um aumento da polarização social no país.

Considerando toda essa complexa conjuntura que estamos vivendo, o desafio central que está colocado para o II Congresso Nacional da CSP-Conlutas é o de contribuir para a unificação das lutas e a realização de uma poderosa greve geral, construída pela base, para derrotar os ataques de patrões e governos.

É tarefa também da Central, contribuir para a construção de um campo de esquerda e socialista que se constitua como uma alternativa política para a classe trabalhadora brasileira à falsa polarização entre PT e PSDB.

A partir destes desafios apresentados, o II Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

1- Contribuir para a construção de fóruns amplos unitários com o objetivo de unificar as campanhas salariais, greves e mobilizações num amplo movimento nacional exigindo salário, direitos, emprego e condições de trabalho diante de governos e patrões. Unir trabalhadores da cidade e do campo, sem-terra e sem-teto, estudantes e movimentos de luta contra o racismo, sexismo e LGBTfobia numa mesma luta de massas.

2- Colocar a luta contra o pagamento da dívida pública aos grandes tubarões capitalistas, banqueiros e especuladores no centro de nossa agitação e mobilização, para garantir verbas para os serviços públicos, a valorização do funcionalismo, a geração de empregos, etc.

3- Defender a realização de uma Greve Geral no país, junto às demais centrais sindicais e movimentos sociais, tendo como plataforma mínima, a luta contra o PL 4330, as MPs 664 e 665 e outras medidas de ajuste fiscal que estão previstas pelo Governo Dilma, governadores nos estados e prefeitos nos municípios.

4- Contribuir para que esta Greve Geral seja construída e preparada pela base, através da realização de Plenárias Nacionais, Estaduais e Municipais Unificadas, abertas a todos aqueles que concordem com esta plataforma mínima.

5- Colocar a luta contra a criminalização dos movimentos sociais e da pobreza no centro de nossas ações. Apoiar as lutas contra a redução da maioridade penal. Participar de todas as lutas contra o genocídio da população pobre e negra nas periferias. Construir ações enérgicas de solidariedade a todos os ativistas e movimentos atacados.

6- Iniciar as denúncias das consequências sociais das Olimpíadas para o país e, em particular, para a população pobre do Rio de Janeiro.

7- Intensificar sua campanha internacionalista unitária contra a presença das tropas brasileiras e internacionais no Haiti e em defesa da solidariedade de classe, em conjunto com uma campanha contra as ações do imperialismo na América Latina e em outras regiões do mundo.

**PLATAFORMAS GERAIS E PROPOSTAS**

**Nacionais**

Não estamos nem com o governo federal anti-operário, nem com a oposição burguesa pela direita! Contra os chamados “ajustes” e ataques aos trabalhadores que ambos implementam, como as MPs 664 e 665 que restringem o acesso ao seguro desemprego e outros direitos trabalhistas, e os cortes nos orçamentos da educação e outros direitos sociais! Pela mobilização independente dos trabalhadores, nos unificando em todo o país, rumo à greve geral!

Frente ao aumento da inflação e às demissões nas fábricas e empresas, defendemos: Piso nacional igual ao salário mínimo do Dieese! Reajuste mensal dos salários de acordo com a inflação! Nenhuma demissão! Redução da jornada de trabalho, sem redução de salário! Repartição das horas de trabalho para que ninguém fique sem emprego!

**O II Congresso Nacional da CSP Conlutas referenda todas as propostas de lutas formuladas no Espaço de Unidade de Ação**

- Luta em defesa do emprego, contra qualquer forma de flexibilização e precarização do trabalho, contra o PL 4330 que intensifica o processo de terceirização, estabilidade no emprego para todos os trabalhadores, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, proibição de remessas de lucros das multinacionais para o exterior, estatização das empresas que demitirem, nenhum pacto ou acordo, como o Acordo Coletivo Especial e o PPE – Programa de Proteção ao Emprego - alavancando a Campanha “Demitiu, parou”. Em defesa do emprego.

- Contra a precarização do trabalho e a terceirização, que querem aprofundar através do PL 4330! Contra as divisões na nossa classe! Pela efetivação dos trabalhadores terceirizados, sem necessidade de concurso ou processo seletivo para os que já trabalham nas instituições públicas ou privadas!

- Enquanto houver terceirização, iguais direitos e salários entre efetivos e terceirizados! Iguais direitos e salários para todos os trabalhadores, independente de gênero, raça e orientação sexual.

- Defesa de todos os serviços de saneamento (água e energia) estatizados sobre o controle dos trabalhadores e colocados sob o controle da população, através de Conselhos de Usuários com poder de fiscalização e de deliberação;

- Em defesa dos serviços públicos, contra os cortes no orçamento, contra a privatização e terceirização, defesa dos direitos dos servidores, contra os ajustes fiscais, juros, aumentos de impostos, não STU (Serviço Único no Trabalho). Apoio a todas as Greves de servidores públicos;

- Todo apoio a Greve dos professores da Rede Estadual do Ensino.

- Abaixo à repressão aos lutadores na cidade e no campo, em todo o país! Liberdade imediata aos presos por lutar! Pelo fim dos processos aos lutadores sindicais e sociais!

- Contra a criminalização dos movimentos sociais, dos ativistas, da população pobre e negra das periferias, revogação das demissões de dirigentes sindicais, pela libertação dos presos e fim dos inquéritos e processos-crimes contra os ativistas. Chega de mortes de lideranças camponesas, indígenas, quilombolas e religiosas.

- Fim das chacinas policiais e da ocupação dos morros e favelas pelas UPP’s, Polícias e Força Nacional.

- Readmissão imediata de todos os metroviários demitidos e reintegração, aos postos de trabalho dos que tiveram suas demissões anuladas.

- Campanha pela readmissão do companheiro Marzeni e todos os demitidos da Sabesp.

- Todo apoio às greves de professores de todo o Brasil.

 - Campanha de solidariedade aos trabalhadores do COMPERJ.

 - Pelo direito à moradia, pela reforma urbana, transporte público de qualidade com tarifa social e rumo à tarifa zero, moradia para todos, aluguel social e fim da especulação imobiliária.

 - Defesa da Petrobras 100% estatal sob controle dos trabalhadores e monopólio estatal, todo apoio a campanha: “O Petróleo tem que ser nosso”, apuração e punição de todos os envolvidos no esquema de corrupção, punição dos envolvidos no caso de corrupção do cartel do metrô e ferrovias de São Paulo. CONTRA A CORRUPÇÃO no país.

 - Confisco dos bens e prisão de todos os corruptos e corruptores.

- Por um plano de construção efetiva pela base das próximas paralisações nacionais e da greve geral, construindo encontro estaduais e ou regionais de trabalhadores junto à CSP-Conlutas.

 - Usar todos os meios do sindicato, inclusive o boletim para propor e propagandear a Greve Geral, analisando as implicações da aprovação da PL. 4330. Informar e conscientizar os trabalhadores da USP sobre os ataques do governo.

- Nenhum Direito a menos! Não ao arrocho salarial! Fazer um chamado a todos os trabalhadores terceirizados, promovendo ações de esclarecimento sobre o combate a precarização do trabalho. Denunciar os sindicatos que defendem a terceirização e os interesses dos empresários.

- Acompanhar, apoiar e fortalecer as Greves de outras categorias que estão ocorrendo neste momento. Verificar quais as insatisfações e reivindicações com o objetivo de unificar e construir a Greve Geral.

1 - Em defesa do emprego.

- Não aceitamos mais nenhuma demissão!

- Escala móvel das horas de trabalho! Nas empresas em que a produção cair (como acontece hoje na indústria) todos devem trabalhar menos. Trata-se de dividir as horas de trabalho entre todos os empregados quando necessário para evitar as demissões, sem redução dos salários.

2 - Chega de arrocho.

- Escala móvel de salários! Reajuste mensal dos salários de acordo com inflação dos itens básicos de consumo do trabalhador. Exigir a manutenção do nosso poder de compra a cada mês, é exigir o mínimo, e de hoje em diante não aceitar mais nenhuma perda salarial!

3 - Nenhum direito a menos.

Contra todos os cortes dos governos e em defesa dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora!

É preciso construir um Terceiro campo que proponha uma saída para a crise com um programa contra os cortes e por mais direitos, claramente em oposição ao atual Governo Federal, que envolva partidos de oposição de esquerda, movimentos sociais e populares centrais sindicais e a juventude.

Frente à falta de água, ao caos nos transportes, às filas nos hospitais e problemas na saúde, aos escândalos de corrupção na Petrobras, dizemos: Não às privatizações! Só o controle dos trabalhadores e usuários pode dar uma saída! Pela estatização, sem indenização, sob controle operário e popular de todas as empresas ligadas aos serviços públicos! Que o dinheiro destinado à dívida pública seja usado para financiar os serviços públicos!

- Defesa de um SUS 100% estatal com financiamento público

- Contra as Fundações, Organizações Sociais e EBSERH, contra a Lei 13097 de 1/2015 que autoriza o capital estrangeiro a investir na saúde. Lei sancionada pela Dilma. Em defesa dos trabalhadores dos serviços precarizados de saúde.

- Participação nas Conferências Municipais, Estaduais e Nacional de Saúde.

- Por mais investimento público à Atenção Primária e à Rede de Saúde Mental.

- Que o Estado forneça atendimento à Saúde para a população negra, indígena, LGBTs, portadores de necessidades especiais e população em situação de rua.

- Contra a entrega dos equipamentos de saúde pública para as organizações e fundações.

- Revogação da reforma da previdência aprovada com votos comprados pelo “mensalão”.

Fazer ecoar a luta dos povos da floresta, indígena e ribeirinho. Solidariedade ao companheiro Osmarino Amâncio.

Em defesa de povos nativos! Basta de assassinatos dos indígenas sobreviventes do genocídio em nosso país! Reconhecimento dos territórios indígenas e todo apoio aos Guarani-Kaiowa.

Reafirmamos a construção da Central Sindical e Popular - Conlutas como instrumento para a organização e unificação das lutas dos trabalhadores nacionalmente.

- Fortalecer a CSP-Conlutas como polo independente dos trabalhadores. Apoiar o Espaço de Unidade de Ação e o chamado a outras organizações, como as Intersindicais e o MTST para a conformação de um polo claramente de oposição ao governo e de independência de classe;

- Contra a redução da maioridade penal.

Pelo fim do monopólio dos meios de comunicação hoje nas mãos de poucos grupos como a Rede Globo.

Pela revogação da Lei da Anistia de 1979. Pela garantia da anistia e reparação política e financeira a todos os perseguidos políticos. Punição a todos os militares e civis envolvidos nos crimes do Regime Militar brasileiro. Punição aos torturadores.

Punição às Empresas que deram apoio à ditadura e reparação às vítimas.

Pela Abertura dos arquivos da ditadura, tanto em posse de instituições estatais como privadas.

Contra a corrupção, os altos salários e os privilégios dos políticos: que os políticos ganhem o mesmo que um professor.

Reestatização de todas as companhias de distribuição e tratamento de água e esgoto, de todas as companhias de produção e distribuição de energia elétrica; sem indenização e sob controle dos trabalhadores.

Pela redução de jornada de trabalho dos trabalhadores da área de saúde para 30 horas semanais sem redução de salários.

Pela defesa da creche como um direito da criança. Aplicação do ECA – Estatuto da criança e do adolescente – que o artigo 50 garanta esse direito.

Pela defesa da Escola Básica, Pública e Livre. Fora PM das Escolas Públicas.

Moção de apoio aos Professores do Paraná e repudio à repressão do Governo Estadual

Moção de apoio aos garis, demitidos, do Rio de Janeiro.

**Brasil - Desenvolvimento ou Socialização da Miséria?**

**Desmascarando o Discurso Governista e Combatendo a Criminalização das Lutas Sociais**

Os movimentos sociais em geral e o movimento sindical e popular em particular, para avançar na organização, mobilização e luta numa perspectiva socialista, necessitam compreender a formação social, a história, a realidade e a luta do povo brasileiro e latino-americano. Precisam entender porque, apesar da grandeza e da riqueza do Brasil, a distância entre o reconhecimento do direito e sua concretização é abissal. Porque quem luta para melhorar a vida, é criminalizado e muitas vezes paga com ela própria, por sua ousadia de sonhar e lutar por um mundo melhor.

Só a concretização dos direitos fundamentais assegura a democracia, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

Mas, historicamente, os direitos humanos não têm sido respeitados no Brasil. E na raiz deste problema estão as opções políticas e econômicas das elites nacionais, a intelectualidade com suas teorias importadas, o escravismo, como se deu a formação social brasileira, o endividamento público, o modo de inserção do Brasil no sistema capitalista mundial.

Há uma manipulação constante dos corações e mentes do povo.

Na prática, parte considerável da população aceita as desgraças, como uma provação divina e não como consequência da dependência, subdesenvolvimento, Sistema da Dívida, das opções feitas pelos governantes, do descompromisso dos poderes públicos para com as políticas sociais universais, do papel desempenhado pelas Igrejas, justiça, meios de comunicação, a dizimação dos povos indígenas, pela polícia, do analfabetismo, da corrupção, do desconhecimento acerca da própria história.

O impacto real do escravismo, da dizimação dos povos indígenas, das políticas de Estado voltadas para a dominação, exploração, exclusão e opressão nestes 515 anos de resistência indígena, negra, feminista e popular é muito grande. O desrespeito aos direitos fundamentais, inclusive, por parte dos poderes constituídos que constitucionalmente têm o dever de garantir a efetividade dos mesmos é uma constante.

E não tem sido diferente no governo do PT, a despeito do discurso oficial. Vejamos por que!

Em interessante trabalho intitulado Impactos Sociais Decorrentes da Subtração dos Recursos por meio do Sistema da Dívida, a professora da UnB, Ivaneti Boschetti, desmascara o discurso oficial, demonstrando as armadilhas e como os recursos públicos são manipulados, em especial os da Seguridade Social, para garantir as metas do superávit primário e, por conseguinte, o pagamento de juros e amortizações da dívida pública interna e externa.

Trata da “expansão seletiva da Assistência Social”, mostrando como os recursos foram deslocados da Saúde e da Previdência Pública para a Assistência social, de forma seletiva e focalizada. Ou seja, além da ampliação da assistência social ter se dado à custa da redução dos gastos com saúde e previdência, não é uma política pública universal. O Bolsa Família atende 12,4 milhões de famílias, ou seja, 51 milhões de pessoas (25% da população brasileira). Já o BPC (Benefício de Proteção Continuada) atende 1,6 milhão de pessoas portadoras de necessidades especiais e 1,5 milhão de pessoas idosas (com mais de 65 anos)

O seguro desemprego, tão duramente atacado com o ajuste fiscal, beneficia apenas 6,5 milhões de desempregados/desempregadas. O Regime Geral da Previdência Social atende 24 milhões de aposentados/aposentadas e pensionistas e o Regime dos Servidores Públicos, 4,7 milhões.

Ademais, 48,6% da PEA (População Economicamente Ativa), cerca de 45 milhões de pessoas, não contribuem com a Previdência Social (destas, 83,3% vivem com renda inferior a 02 salários mínimos).

Enquanto isso, proliferam os fundos de pensão privados, os quais, na última década, tiveram o maior crescimento no Brasil (14,7% quase o dobro da média de outros países). E há 20 anos os recursos da seguridade social são saqueados, através de mecanismos que vão do FSE (Fundo Social de Emergência) - (1993) à Desvinculação das Receitas da União (2011).

Isso sem falar na concentração da terra! De acordo com o IBGE (2011), “3,35% das propriedades, com mais de 2.500 hectares, detém 61,57% das terras”.

Para Ivaneti Boschetti, “o discurso do “universalismo básico” é o novo eufemismo para focalização e seletividade”, enquanto “68,5% das propriedades com menos de 100 hectares, ficam com 5,53% das terras”.

Isso sem falar da redução do valor dos benefícios, o desemprego, a terceirização, privatização e precarização do trabalho.

Deste modo, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo (é a 7ª economia e ostenta uma das piores distribuições de renda) e o tão propalado crescimento econômico, de 2000 a 2013 foi “fraco e instável”, oscilando o PIB (Produto Interno Bruto), de -0,3% em 2009 a 7,5% em 2010, sendo que em 10 dos 13 anos analisados, o crescimento do PIB esteve abaixo de 5%.

Os dados oficiais, portanto, desmascaram o discurso oficial do “desenvolvimentismo brasileiro”, cujos argumentos estão baseados em premissas que não se sustentam: “forte crescimento econômico”, “geração de emprego e renda”, “aumento do gasto social”, “valorização do salário mínimo” e “estabelecimento de políticas sociais universais”. O que vem ocorrendo, efetivamente, é a socialização da miséria, o empobrecimento dos setores médios e a concentração da renda (em 2012, conforme dados IRPF, estimava-se que “50% dos brasileiros mais pobres detinham 2% da riqueza, 36,99% ficavam com 10,60% e 13,01% com 87,40%. Uma parcela menor entre os mais ricos, 0,21%, era dona de 40,81% do total”), de acordo com Róber Iturriet Avila, em Brasil Debate, 08/01/2015. E com a agudização da crise, os cortes nos gastos sociais, as políticas ainda mais restritivas, a privatização e terceirização da saúde e previdência, dentre outros direitos trabalhistas e sociais, a tendência é piorar, não só as condições de vida da população, a insegurança e violência, a falência dos municípios, Estados e União, mas a criminalização dos movimentos sociais.

A saída é a conscientização, organização, mobilização e luta, não só dos setores organizados da sociedade, mas da população - maior vítima do Sistema da Dívida e das Políticas Governamentais.

Diante do exposto, o II Congresso da CSP-Conlutas decide:

1. Incentivar a participação das organizações e lutadores e lutadoras sociais, nos Núcleos Estaduais e Municipais de Auditoria Cidadã da Dívida Pública;

2. Organizar internamente, Coletivo Jurídico e de Combate à Judicialização e Criminalização dos Movimentos e lutadores/lutadoras sociais;

3. Elaborar publicações em linguagem simples, que desmascarem o discurso oficial acerca do “desenvolvimentismo”;

4. Recontar a história da classe trabalhadora, a partir da luta dos povos indígenas e do povo negro em nosso país;

5. Exigir, juntamente com os movimentos indígenas e com o movimento negro, o pagamento da dívida histórica, humanitária e financeira do Estado para com o povo africano, para com os povos indígenas e afro-brasileiros pelos crimes cometidos ao longo da história e que, de certo modo, se perpetuam até hoje. Lutar pela demarcação das terras indígenas e quilombolas.

6. Lutar para acabar com a sangria dos recursos e com o endividamento público, suspender o pagamento das dívidas interna e externa, fazer a auditoria da dívida e adotar as medidas legais cabíveis, no sentido de ressarcir os cofres públicos e só pagar dívidas legalmente constituídas e mantidas ao longo do tempo.

7. Denunciar e combater a criminalização dos movimentos sociais e a judicialização das greves e lutas;

8. Lutar pela taxação das grandes fortunas;

9. Lutar contra as privatizações e terceirizações, assegurar que os mecanismos de democracia participativa e controle social sejam utilizados plena e livremente.

10. Resgatar os 515 anos de resistência indígena, negra, feminina e popular em nosso país, a partir da história escrita e oral do povo brasileiro em todos os Estados.

11. Reafirmar os laços de solidariedade e luta com a Nossa América e conjuntamente lutar pelo rompimento com a dependência e o subdesenvolvimento, construindo uma nova arquitetura econômica regional;

12. Lutar contra qualquer forma de discriminação contra os aposentados, aposentadas, exigindo políticas públicas para esta parcela significativa da sociedade.

Só com formação política e ideológica, com ações massivas, com muita organização, mobilização e luta permanentes, a Nossa América terá chance de ser efetivamente grande, de estar entre os primeiros do mundo em desenvolvimento econômico, humano, político e social.

Ousando unir, ousando lutar, venceremos!

**Campanhas e plano de lutas**

A tarefa histórica da classe trabalhadora é a destruição do capitalismo e a construção do socialismo. Qualquer organização que se omita dessa tarefa está condenada a repetir a trajetória e os erros do PT e da CUT. O papel da nossa central é impulsionar a luta pelas reivindicações da classe trabalhadora, de maneira a desenvolver a consciência do enfrentamento classista e socialista. Defendemos a construção da greve geral pela base como forma de iniciar essa discussão junto as categorias e movimentos e também junto aos demais setores do processo de reorganização do movimento como as Intersindicais, A Unidos Pra Lutar, etc. Não podemos tratar a construção da Greve Geral apenas como exigência as centrais governistas pois sabemos que elas só darão algum passo nesse sentido se forem duramente pressionadas por suas bases. Nosso papel é justamente iniciar esse debate para que. Ao crescer esse movimento pela construção da Greve Geral, as centrais pelegas venham a se somar ou que a esquerda vá ganhando condições de chamar movimentos, mesmo que não tão fortes, mas com um forte caráter de classe antigovernista e anticapitalista. Organizar uma ampla campanha de agitação na massa e nos setores organizados da classe, principalmente aqueles ligados a burocracia; Agitar a necessidade de construir assembleias gerais nas categorias que discutam os ataques dos governos e da burguesia e das assembleias que se construam comitês de base para levar os debates para os locais de trabalho e coordenar a luta em conjunto com as outras categorias, tanto em âmbito regional quanto nacional; Fortalecer os trabalhos sindicais entre as oposições dos sindicatos burocratizados, elas que irão impulsionar as lutas nesses setores. Fortalecer os trabalhadores de base entre os terceirizados esse setor é um dos que mais é atingido pelos ataques dos governos e é a classe trabalhadora pobre, negra, feminina e jovem.

Em face do cenário que estamos enfrentando colocam-se como prioritários os seguintes eixos de lutas:

– Em defesa do emprego, contra as demissões e fechamento de postos de trabalho;

– Contra o arrocho salarial, por reajustes que reponham o poder de compra dos trabalhadores, enfrentando os aumentos do custo de vida e a inflação real sentida pelos trabalhadores;

– Contra a inflação, abrir as planilhas das empresas!

– Em defesa dos serviços públicos, contra os planos de “austeridade” do governo, por investimentos em saúde, educação (10% do PIB já!), transporte, moradia, aposentadorias;

– Para termos serviços públicos e empregos, não pagamento da dívida pública, e investimento desse dinheiro num plano de obras e serviços públicos que atendam às necessidades dos trabalhadores;

– Salário mínimo do DIEESE para todos!

– Contra os cortes nas pensões e seguro desemprego!

– Direitos trabalhistas para todos, contra a terceirização e o PL 4330!

– Contra o Acordo Coletivo Especial – ACE e todo tipo de flexibilização dos direitos trabalhistas!

– Confisco do dinheiro dos sonegadores! Taxação das grandes fortunas!

– Contra a repressão e a violência policial! Em defesa do direito de lutar, pelo direito de greve e manifestação, contra a perseguição aos ativistas e pela liberdade de todos os presos políticos!

– Apoio incondicional a luta dos povos indígenas!

– Contra a influência política de seitas religiosas, quaisquer que sejam, nas políticas públicas de saúde, educação, legislação, etc. Que as crenças religiosas sejam questões de âmbito privado. Em defesa de um país laico!

– Contra o assédio moral que tem se institucionalizado como prática de gestão nas empresas e órgãos públicos e contra a prática do racismo institucional como algo naturalizado.

– Redução da jornada de trabalho para 6 horas diárias, sem redução de salários! Menos horas trabalhando, mais postos de trabalho!

– Reestatização imediata, sem indenização e sob controle dos trabalhadores e do povo, de todas as empresas públicas, principalmente de serviços essenciais para nosso país!

– Pela estatização sob controle dos trabalhadores de todo o sistema de saúde privado do país o colocando à disposição de todo o povo.

– Estatização sob controle dos trabalhadores de todo o ensino provado do país. Educação não é mercadoria! E o conhecimento deve ser ao povo não ao lucro!

– Amplo debate na base das categorias sobre a importância da legalização das drogas como medida de combate ao crime! A dependência química deve ser tratada como problema social e de saúde, não de polícia! Tratamento gratuito e humanizado pelo SUS em todas as regiões!

– Transporte público 100%, estatal, sob controle dos trabalhadores! Tarifa zero já! Transporte público é um direito não uma mercadoria!

Que sejam criados espaços para a discussão da questão da ratificação da Convenção 87 da OIT sobre o fim da unicidade sindical.

Apoio incondicional a luta dos povos indígenas e às comunidades Quilombolas.

1. Intensificar ações e políticas unitárias com outras entidades e movimentos classistas, como polos aglutinadores dos setores combativos para organização de lutas, como vem sendo consolidadas no Espaço de Unidade de Ação.

2. Buscar a mais ampla unidade na luta em defesa do emprego, contra o ajuste fiscal e os ataques aos direitos dos trabalhadores, as terceirizações e toda sorte de precarização do trabalho, na perspectiva da construção de um programa classista anticrise e de emancipação. Pela unificação de empregados e desempregados defendemos um plano de obras públicas. Os sindicatos e movimentos sociais podem lutar por um plano de obras públicas que gerem empregos públicos, frentes de trabalho, que atendam às necessidades da população, como creches e hospitais, e de emprego a todos os desempregados.

3. Reforçar a articulação com outras entidades sindicais e demais movimentos sociais do campo classista, pela reorganização da classe trabalhadora, em uma orientação de luta anticapitalista.

4. Defender a liberdade e a autonomia sindical (nos termos da Convenção 87 da OIT), contra a estrutura sindical verticalizada e de Estado, sustentada na unicidade, imposto e investidura sindical.

5. Realizar campanha nacional pela ratificação, por parte do Governo Brasileiro, da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a consequente revogação dos dispositivos que impõem a unicidade sindical. Incluir, nessa campanha, a defesa da liberdade e da autonomia sindical, denunciando as ações do Estado brasileiro, particularmente do MTE, de ataque ao sindicalismo classista, a exemplo do que vem ocorrendo com o ANDES-SN.

6. Denunciar a crescente mercantilização da educação, intensificação e precarização do trabalho dos profissionais da educação, e a destinação dos recursos públicos para a iniciativa privada, como investimento em educação pública, que estão presentes no PNE (2014-2024).

7. Envidar esforços para a criação e o fortalecimento dos comitês estaduais em defesa da escola pública junto aos demais setores que defendem a educação pública.

8. Contribuir para organizar junto aos Comitês Estaduais, a realização, no segundo semestre de 2015, de Encontros Regionais Preparatórios ao II Encontro Nacional de Educação, envidando esforços na sua construção.

9. Construção de um dia nacional de luta em defesa da liberdade e da autonomia sindical nos espaços de articulação com as entidades sindicais e os demais movimentos sociais do campo classista.

10. Continuar defendendo o princípio da autonomia em relação a governos e a partidos políticos.

11. Realizar uma campanha nacional de denúncia e de combate ao PL 499/2013 (Lei Antiterrorista);

12. Intensificar ações unitárias com as organizações sindicais e populares, e as demais centrais, na perspectiva da construção da greve geral contra os ataques aos direitos da classe trabalhadora.

**Construção de assembleias populares**

Construir assembleias populares em nível municipal, independentes do Estado e dos governos, constituídas por associações de moradores, sindicatos, partidos comprometidos com as lutas dos trabalhadores, e movimentos sociais e populares, para organizar de forma direta a luta por moradia, transporte, infraestrutura básica, meio ambiente, saúde, educação, abastecimento de água, e contra o aumento dos preços dos alimentos e da energia elétrica.

**Resolução sobre a Petrobrás: Contra a corrupção e a privatização, por uma Petrobrás 100% estatal!**

O esquema de corrupção envolvendo diretores e gerentes da Petrobrás, empreiteiras, doleiros e partidos políticos, mostra-se repugnante. São bilhões entre propinas pagas, superfaturamentos e desvios de verbas. Em meio a esta crise, a Petrobrás tem sido alvo de ataques que objetivam enfraquecer o potencial da empresa, sua capacidade de exploração, produção, refino e inserção no mercado. A situação, portanto, ameaça diretamente a nós, petroleiros, nosso futuro, nossos direitos (salário, PLR, AMS etc.).

Para defender a Petrobrás, exigimos que todos os casos sejam investigados, apurados e os responsáveis, sejam eles do Sistema Petrobrás, sejam eles ligados às empresas privadas ou a partidos, devidamente punidos. Para iniciar o imediato ressarcimento do patrimônio da Petrobrás e dos prejuízos, defendemos a expropriação das contas, fortunas, bens, daqueles que acarretaram danos à Petrobrás. Não compactuamos com uma lógica de beneficiamento de interesses privados que usurpa e parasita esta empresa estatal e que, portanto, coloca em xeque o ideal de construção da soberania nacional.

Das empresas envolvidas no caso, tais como Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Engesa, Queiroz Galvão Mendes Júnior; OAS, Iesa, Engevix, UTC, algumas estão representadas no Conselho Administrativo da Petrobrás (CA), por meio de Conselheiros que atendem diretamente aos interesses destas empresas.

Assim, o interesse econômico destas empreiteiras é defendido tanto informalmente, pelo sistema de corrupção, quanto formalmente, pela presença de seus representantes no Conselho Administrativo.

Exigimos, portanto, suspender o direito de voto no CA dos Conselheiros direta ou indiretamente ligado a estas empresas. Além disso, para ampliar o controle do corpo técnico sobre os gastos da companhia, os contratos firmados e sobre a direção da empresa, defendemos a ampliação do número de representantes dos empregados no Conselho Administrativo, de um para quatro, sendo duas vagas para ensino médio e duas para cargo de ensino superior. Defendemos também eleições diretas para os cargos de direção da companhia e que apenas empregados de carreira possam ser escolhidos, sendo fiscalizados de modo permanente pela categoria.

Por termos consciência do papel estratégico da companhia para o país, é preciso estatizar a Petrobrás não apenas para acabar com a corrupção e bloquear os interesses privatizantes em torno da empresa, mas também para podermos garantir combustível e gás de cozinha mais baratos e de qualidade à sociedade, para primeirizarmos todas as suas atividades e para garantir que os recursos do petróleo brasileiro sejam todos investidos no país.

A Petrobrás é uma grande empresa. E, mesmo com toda essa crise, segue batendo recordes de produção e ganhando prêmios de referência tecnológica mundo afora. Tudo isso graças aos petroleiros e petroleiras que constroem essa empresa, primeirizados e terceirizados. Ela só não é maior por conta da política neoliberal do governo FHC e mantida em grande medida pelos governos Lula e Dilma. O governo federal segue entregando nossos recursos naturais a mega-empresários e ao capital estrangeiro como no caso das plataformas da Bacia de Santos, que em sua maioria são operadas por outras empresas (o que é chamado de afretamento). Isso sem falar no desinvestimento, que vem entregando ativos importantes para a iniciativa privada.

Nesse momento de crise econômica, o governo Dilma busca jogar nas costas dos trabalhadores a conta da crise. Por isso, a insatisfação popular com o governo é enorme. Por outro lado, a oposição de direita, liderada pelo PSDB, não é alternativa para a classe trabalhadora, pois todos sabem a receita dos tucanos: privatização, arrocho e ataques. Os trabalhadores têm que enfrentar o governo Dilma e seus ataques e também a ofensiva da oposição de direita e sua agenda privatizante. É necessário construir uma alternativa independente dos trabalhadores, contra a direita e contra o governo que nos traiu.

Por fim, devemos entender que a luta pela estatização da Petrobrás não é uma luta isolada e devemos, ao mesmo tempo, batalhar contra os ataques que atingem toda a classe trabalhadora de conjunto e dizer aos governos e patrões que não pagaremos a conta da crise.

- Contra o Plano de Desinvestimento da companhia;

- Pela manutenção das obras de investimento e melhorias das unidades da Petrobrás, que o Governo Federal assuma as obras estratégicas que foram paralisadas;

- Pela imediata revogação das medidas de desmobilização e privatização do patrimônio do Sistema Petrobras, em particular, as medidas sobre a Transpetro, UTEs e BR Distribuidora; “FAFEN” (Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados). Todo apoio e respeito aos trabalhadores assalariados do campo e agricultores familiares sob controle dos trabalhadores, prioridade para produção de alimento para o povo, garantia de infraestrutura e crédito para agricultores.

- Imediata devolução do dinheiro desviado da empresa pelos corruptos. Imediata cobrança das empreiteiras de indenizações por danos e prejuízos causados a companhia;

- As empreiteiras que roubaram os cofres públicos devem ser estatizadas sem indenização;

- Que os corruptos e as empreiteiras paguem a crise ocasionada na companhia. Confisco de bens e prisão para todos os corruptos e agentes corruptores;

- Eleição direta para a diretoria da Petrobrás;

- Exigir que as obras dentro das refinarias, plataformas e terminais possuam placas com valores atualizados e descritivo detalhado do projeto, prazo, nome do fiscal de contrato e gerências envolvidas;

- Utilizar o Sindicato, enquanto entidade reconhecida legalmente, para denunciar ao Tribunal de Contas da União (TCU), conforme preceitos da Constituição Federal (Artigo. 74, § II), as irregularidades ou ilegalidades constatadas na Petrobrás;

- Pela unificação das empresas de todo o Sistema Petrobrás;

- Fortalecimento da campanha o petróleo tem que ser nosso;

- Por uma Petrobrás e Transpetro 100% estatal e pública;

- Contra as Medidas Provisórias 664 e 665 que alteram acesso a benefícios previdenciários e trabalhistas como seguro desemprego, PIS e pensão por morte;

- Garantia do Direito de Greve e contra as intervenções antissindicais do Estado e da Empresa

- Contra a criminalização da luta e dos movimentos sociais;

- Nem governo, nem oposição de direita;

- Por uma alternativa dos trabalhadores e do povo;

- Nenhum direito a menos! Em defesa dos direitos trabalhistas;

- Anulação do Leilão de Libra e retomada do controle totalmente estatal da Petrobrás;

- Mais verbas para educação, saúde e moradias públicas! Fim do pagamento da dívida pública aos banqueiros, investir esse dinheiro nas áreas sociais e em ciência e pesquisa.

**Não é só a Petrobrás!**

Considerando:

1) Que o Governo Federal de Dilma/PT, vêm atacando duramente as conquistas dos trabalhadores ecetistas. Com o Processo de privatização da Empresa, que se iniciou em 2008 com a criação da MP 532 que transformou a ECT em S.A. (sociedade anônima) elaborada pelo próprio Lula com a conivência da CUT/PT e CTB/PC do B que se tornou lei a 12.490/11 em 2011 sancionada pela presidenta Dilma, dando toda a flexibilidade jurídica necessária para que o governo fatie a empresa e entregue os setores mais lucrativos ao setor privado.

2) Que com o avanço do processo de privatização os trabalhadores serão duramente atacados, mas não somente os trabalhadores sofrerão com a privatização. Isto afetará também o conjunto da população principalmente a mais pobre, pois em primeiro lugar a ECT hoje ainda é uma empresa pública do qual o governo se beneficia financeiramente, e em segundo a população vai sofrer com o sucateamento dos serviços oferecidos, primeiro para justificar a privatização e depois porque se priorizará os setores mais rentáveis, perdendo assim seu caráter social de comunicação.

3) Que o governo do PT nos últimos anos vêm privatizando o plano de saúde, aumentando as terceirizações, acabando com o PCCS (Plano de cargos, carreiras e salários).

4) Que a categoria de correios é uma das que mais se enfrentou e se enfrenta contra os governos de frente popular Lula/Dilma. Realizando diversas greves e paralisações contra estes governos.

5) Que as centrais sindicais CUT e CTB em parceria com seus sindicatos filiados vêm implementando de forma sistemática as políticas de privatização, o desmonte da ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) e Arrocho salarial dos trabalhadores.

6) Que o governo federal utiliza o TST para arrochar os salários e punir a luta dos trabalhadores ecetistas, com descontos dos dias, inclusive dos finais de semana e compensação das horas de greve inclusive aos domingos.

7) Que tem seu fundo de pensão o POSTALIS saqueado, hoje com um rombo de mais de 5,6 bilhões devido aos investimentos de forma irresponsável e com diversas denúncias de fraude. Lembrando que os cargos da administração do fundo é dividido pelo PMDB e PT e que os “representantes dos trabalhadores” no conselho administrativo, ligados à CUT votaram a favor que este rombo seja pago pelos trabalhadores.

8) Que a ECT sofre com um forte aparelhamento político, fruto de cooptações do movimento sindical, que o primeiro grande escândalo de corrupção envolvendo o PT, o mensalão, surgiu dentro dos correios, que já tivemos novos casos de corrupção dentro da ECT como no caso do RJ com fraudes no plano de saúde, o próprio caso do POSTALIS e tudo isto tem pouca repercussão na mídia e no próprio movimento.

Resolve:

1) Que a CSP-Conlutas inclua nas suas bandeiras e materiais a luta contra a privatização dos CORREIOS.

2) Que sejam realizados seminários contra as terceirizações, privatizações e todos os ataques envolvendo as categorias de petroleiros, correios e bancários (Que são empresas públicas que estão passando pelos mesmos desmontes realizados pelo Imperialismo e Governo Dilma/PT).

3) Que a CSP-Conlutas apoie atos e protestos unitários entre Correios, petroleiros, bancários, e demais estatais que atuamos. Que estes setores tentem unificar as campanhas salariais para barrarmos os ataques do Governo que é apoiado pelas Centrais traidoras CUT e CTB.

4) Que as lutas contra a privatização dos CORREIOS sejam apoiadas por todas as entidades filiadas a CSP-Conlutas, divulgando notas de apoio em seus sites e materiais. Pois somente com o apoio de toda a classe trabalhadora poderemos barrar a privatização da ECT.

5) Que a CSP-Conlutas articule, com os sindicatos de sua base, a construção de campanhas, seminários de formação, cartilhas e materiais de mobilização contra a política de fundos de pensão e na defesa da previdência pública. Pela suspensão definitiva da responsabilização dos trabalhadores dos correios no rombo do fundo de pensão Postais.

6) Que a CSP-Conlutas em seus materiais fará exigências e denúncias das intervenções favoráveis do TST a patronal.

7) Que a CSP-Conlutas se atentará e se aprofundará sobre as próximas possíveis denúncias de corrupção e no avanço da privatização, pois isso não ocorre somente na PETROBRÁS.

**Unir trabalhadores e usuários do transporte na luta por um transporte público gratuito, estatal e de qualidade**

As manifestações de 2013 colocaram em cheque a política dos governos para o transporte público no país. Movidos pela indignação contra o aumento das passagens e a péssima qualidade do transporte público oferecido à população, milhares de jovens e trabalhadores foram às ruas protestar e com isso, inaugurar uma nova situação política no país.

Em 2014, a greve dos metroviários de São Paulo também escancarou essa crise principalmente do ponto de vista do trabalhador do transporte público. O apoio que recebeu na população paulista e de todo o movimento social brasileiro foi resultado também da indignação da população com a crise das cidades e do transporte público, indignação essa que perdura até os dias atuais.

**2% do PIB para o transporte público já**

A base fundamental da situação calamitosa dos ônibus, trens e metrôs oferecidos à população em todo o país é a falta de investimento público na área do transporte. O acúmulo que as entidades que refletem o setor de transporte desenvolveu foi a luta pelos 2% do PIB do país para essa área, de modo que esse dinheiro se reverta para as empresas públicas e estatais de transporte, pois o mesmo é de responsabilidade do Estado e direito constitucional da população.

**Estatização de Todo o Transporte Público, sob controle dos trabalhadores e usuários**

Hoje há uma política do governo Dilma (PT) e dos governos estaduais de privatizarem os metrôs e trens através da política da PPP’s (Parceria Pública Privada). Assim ocorreu em São Paulo, governada por Geraldo Alckmin (PSDB), na Bahia, governada por Rui Costa (PT). A expressão dessa política para os transportes em geral é o projeto de privatização dos aeroportos, ferrovias, portos e estradas. O Metrô do Rio de Janeiro, privatizado há muitos anos, é uma referência para os governos adotarem essa gestão e essa política para os transportes em todo o país.

**Campanha Pela Estatização da Indústria Metro-ferroviária e do Transporte Fluvial!**

Chega de dar dinheiro para as corruptas Alston, CAF e Bombardier, que estão envolvidas nos escândalos conhecidos como Trensalão em São Paulo! O Brasil tem tecnologia para se desenvolver e ser ponta no setor, assim como tivemos no passado a estatal Mafersa e a empresa nacional Cobrasma.

**Redução do preço das tarifas rumo à Tarifa Zero e Integração dos Transportes**

Estaremos em todas as lutas contra o aumento das passagens, na perspectiva de batalhar pela tarifa zero em todo o transporte público, assim como pela integração em todo o transporte. Que sejam taxados os grandes empresários, os bancos e as grandes fortunas para que seja subsidiada a tarifa.

E por isso, defendemos uma campanha da CSP – Conlutas contra o projeto da prefeitura de Belém que quer retirar os vales transportes pendentes (não utilizados no mês) dos trabalhadores para criar um fundo de reserva para manutenção da frota de ônibus.

**Transporte Público x Montadoras**

O governo federal ajuda todas as montadoras com isenção de ICMS enquanto os governos estaduais e prefeituras oferecem mais um monte de benefícios para instalação da fábrica nas suas cidades. Enquanto o s cegonheiros, motoristas do transporte de veículos, estão precarizados pela terceirização há muito tempo. Temos um salário base muito baixo, recebem por comissão. Com a crise econômica, ainda maior no setor automotivo já está difícil garantir o sustento. Por isso lutamos pelo cumprimento da legislação trabalhista, como férias e 13º salário dos quais são privados e pelo aumento do salário base, para que mesmo com a redução de veículos possam garantir o seu sustento.

Nós achamos que esse dinheiro que tem que ser revertido para o transporte público, com criação de transporte de massa como os ônibus, trens e metrô criando facilidades nos meios de locomoção para os trabalhadores.

**Modal Metro-ferroviário**

A subserviência do Brasil perante a indústria automobilística, as montadoras multinacionais, foi base para a ampliação do modal rodoviário no país e redução drástica da utilização do modal metro-ferroviário nos últimos 50 anos. Achamos que é necessário e mais barato para nosso país a volta do modal metro-ferroviário, pois permite a ampliação do transporte em massa ao mesmo tempo em que reduz os custos do Estado que deve ser o verdadeiro provedor do transporte coletivo.

**Estabilidade aos trabalhadores do transporte**

Os trabalhadores precisam ter garantias que vão poder prestar boas condições de serviço a nosso povo, sem que com isso os tubarões do transporte não demitam todos para aumentar seus lucros. Exemplo claro que acontece hoje em várias capitais do país com os trabalhadores dos ônibus urbanos, onde existe uma tentativa de eliminar os cobradores dos ônibus, fazendo com que os motoristas façam esse papel. Essa ameaça de corte de postos de trabalho também ocorre com a falsa modernização dos metrôs, que tem induzido a eliminação do operador de trem, como já ocorre na Linha 4 – Amarela de São Paulo, uma linha privatizada que ainda assim é subsidiada pelo estado.

Em relação às rodovias ou transportes de passageiros, interestadual. Apoio as oposições; Construir um encontro nacional dos sindicatos da CSP-Conlutas e as oposições; Criminalização; Slogan: Quem transporta vidas, merece respeito; Permanência dos cobradores; Acabar com a dupla função dos motoristas ou seja dirigir e cobrar.

**Basta de violência contra as mulheres no transporte público!**

É necessário que os trabalhadores do transporte se unam aos usuários no combate ao assédio e a violência que as mulheres trabalhadoras sofrem no transporte público. Acreditamos que a combinação entre o machismo na sociedade e a superlotação dos ônibus, trens e metrôs resulta nos milhares de casos que sofrem as mulheres em várias partes do país. Estamos junto com a Fenametro e o MML na batalha pelos vagões exclusivos como forma de proteger as mulheres dessa violência e na batalha pela ampliação do transporte público para reduzir drasticamente o número de casos de violência.

**Nem no meio, nem no fim. Não a qualquer forma de terceirização!**

A terceirização ocupou espaço importante na mídia e na pauta de luta dos trabalhadores e suas entidades nesse início de 2015. Mas, infelizmente, as lutas de última hora culminaram com a aprovação, pelos Deputados do PL4330, mesmo com forte oposição das organizações que tradicionalmente fizeram oposição ao governo do PT nos últimos anos, como também de vários sindicatos da CUT, que tentam desesperadamente reverter o desgaste de todos esses anos aliados ao governo, embora o sigam defendendo em várias instâncias do movimento.

Desnecessário aqui, desenvolver uma caracterização conceitual sobre o tema da terceirização, pois ela e suas consequências para a saúde, direitos trabalhistas, salário e organização sindical, bem como do ganho ilimitado das empresas com o aumento da exploração já foram muito bem caracterizados e são conhecidos, especialmente pela enorme evidência que obteve no último período.

Ocorre que o que representa “ameaça” para muitos trabalhadores já é indesejável, porém frequente companheira dos trabalhadores gráficos, que sofrem há mais de uma década com esse e outros processos de precarização do trabalho.

A terceirização, que como em todos os setores produtivos limitavam-se aos serviços de asseio, conservação e vigilância, se ampliaram rapidamente para as atividades fim do setor gráfico – Tribunais, Senado, Polícia Militar, Diários Oficiais – de vários estados do país. Praticamente todos os órgãos estaduais e federais terceirizaram as atividades de pré-impressão, impressão e acabamento e, em alguns casos – PM e TJ de MG, Senado-DF - por mais de uma vez, as empresas terceiras desses órgãos perderam seus contratos e deixaram os trabalhadores sem os acertos rescisórios e sem a garantia de emprego, visto que a empresa sucessora não teria, em tese, nenhuma responsabilidade com aqueles trabalhadores. Ressalta-se o patente desrespeito dos sucessivos governos pela Constituição Federal que define o ingresso no serviço público por meio de concurso público.

Paralelo à onda de terceirização, praticada largamente pelo setor público, várias empresas privadas se sentiram confortáveis para adotar a mesma política, chegando ao ponto de, em Belo Horizonte, uma empresa ter surgido e se transformado numa das maiores do estado apenas terceirizando o serviço de acabamento de quase todas as demais empresas gráficas.

Diante dessa situação os sindicatos se viram às voltas com inúmeros processos trabalhistas onde tentavam fazer valer a responsabilidade subsidiária dos órgãos públicos e das empresas em geral, numa disputa em que nem sempre foram vitoriosos, especialmente porque as decisões do Tribunal Superior do Trabalho eram e ainda são constantemente descumpridas.

O fato concreto é que após mais de uma década enfrentando a terceirização e vários outros mecanismos de precarização, o trabalho gráfico tornou-se mais fragmentado, desvalorizado, alienante. O trabalhador gráfico perdeu muito da sua identidade com o trabalho, que, se antes era uma profissão a ser seguida por filhos e netos, atualmente não passa de um estágio de tempo, “enquanto não se arranja uma coisa melhor”. Destaca-se a situação das mulheres gráficas que, apesar de serem hoje numericamente equiparadas aos homens, ocupam as piores funções e consequentemente recebem os piores salários, representando a parcela da categoria mais atingida pela terceirização;

Ora, esse histórico nos permite afirmar que a luta contra a terceirização não pode se limitar ao justo rechaço e necessária mobilização contra a aprovação do atual PLC30/2015 que transitará no Senado.

É necessário e fundamental que as organizações mais comprometidas dos trabalhadores, assim considerando a CSP-Conlutas e seus filiados, cerrem fileiras contra a terceirização em sua total abrangência: tanto das atividades fim quanto das atividades meio. E mais ainda, que a terceirização seja discutida e analisada como parte de um processo que visa precarizar cada vez mais o trabalho e garantir os lucros das empresas. Para isso se utilizam de mecanismos político/ideológicos - que engana e seduz o trabalhador; legais - que alteram e flexibilizam as leis trabalhistas, e financeiros, visto que todo o poderio econômico patronal é mobilizado para alcançar o objetivo de redução de custos e aumento dos lucros.

A terceirização das atividades meio é responsável pela calamidade apresentada em várias estatísticas de inúmeras categorias – de educação à construção civil, passando por bancários, gráficos, metalúrgicos e tantas outras e abrangendo acidentes de trabalho fatais, perda parcial e afastamentos, desemprego, perda de qualidade de serviços e produtos em prejuízo de toda a sociedade e também do meio ambiente, brutal redução dos salários e benefícios, além de efetivamente reduzir a capacidade de organização sindical dos trabalhadores pela fragmentação vertical e horizontal da nossa classe.

Nesse sentido, o II Congresso da CSP-Conlutas resolve:

1) Incorporar à atual campanha contra o PLC30/2015 a denúncia dos prejuízos já causados aos trabalhadores, desde a opção do capital pela terceirização como uma forma privilegiada de assegurar a competitividade das empresas, a fim de reforçar os argumentos contra a terceirização;

2) Propor ao movimento sindical nacional a retomada da campanha contra a terceirização em geral, no bojo de uma campanha mais ampla contra todos os processos de flexibilização e precarização da força de trabalho;

3) Realizar pesquisa entre as entidades filiadas, a fim de aferir as conquistas que foram perdidas pelas categorias, por meio do processo de mudanças estruturais da produção levadas a cabo desde a década de 1990.

4) Lutar amplamente pela mobilização dos trabalhadores com vistas à realização de uma forte greve geral, que seja capaz de reverter a situação defensiva da classe e abrir canais mais efetivos de negociação com governo e patrões, bem como recuperar o protagonismo da classe na sociedade.

5) Se preparar para esse momento de mobilizações mais fortes já delineando no congresso os eixos prioritários de negociação que vão nortear a atuação da central, seus dirigentes e entidades filiadas junto aos trabalhadores, governo e patrões.

**CSP Conlutas decide sair da Mesa Nacional para o Aperfeiçoamento das Relações de Trabalho na Indústria da Construção**

Foram com essas bandeiras e objetivos que a CSP-Conlutas nossa central definiu, ainda em 2012, compor a Mesa Nacional para o Aperfeiçoamento das Relações de Trabalho na Indústria da Construção.

- Efetivação desse acordo em todas as obras;

- A mesma data-base;

- Um piso nacional e o mesmo salário, no país inteiro, para os profissionais;

- Sexta básica com valor igual em todo país;

- Pagamento de horas-extras e horas in itinere;

- Folga (baixada) de 5 dias a cada 60 dias trabalhados, com passagens aéreas pagas pelas empresas;

- Plano de saúde com cobertura nacional para todos os nossos familiares;

- Eleição de representantes sindicais de base em cada obra, com direito a estabilidade no emprego;

- Saúde, Segurança, Condições de Trabalho, alojamento, transporte e refeição de qualidade;

- Nenhuma demissão.

Na resolução que definiu nossa participação nessa Mesa afirmávamos que: “A CSP-CONLUTAS comporá essa mesa para representar exclusivamente a luta dos operários da construção, exigindo o cumprimento da sua pauta de reivindicação e a aplicação imediata e obrigatória do acordo nacional.”; Assim o fizemos insistentemente, mas o fato é que dessa pauta mínima a que tínhamos apontado como desafio um único ponto, Eleição de representantes sindicais de base em cada obra, com direito a estabilidade no emprego fora efetivado. Este, no entanto, com controles burocráticos de um então sindicalismo de colaboração de classes e sobre protestos públicos de nossa central, além do que, mesmo assim o efetivaram em pouquíssimos canteiros da indústria da Construção Pesada.

Reivindicamos acertada, diante de uma conjuntura de explosões de greves, protestos e manifestações dos trabalhadores das obras do PAC, desde Jirau e Santo Antônio, passando por Belo Monte, SUAPE e COMPERJ, entre outros que de maneira radicalizada exigiam melhores condições de trabalho, que decidimos nos incorporar a esse instrumento do qual o Governo viu-se obrigado a instituir. Nesses três anos fomos insistentes e dissonantes ao pautar as demandas mais sofridas pela categoria da Construção. Além de uma luta insistente pela nossa pauta, levantamos temas como:

- A exigência das retiradas das tropas da FNS do canteiro de obras de Belo Monte;

- A denúncia e exigência ao Governo contra as demissões em massa ocorridas em vários canteiros e momentos dessa luta;

- Denuncia e exigência do governo contra a demissão e perseguição de novas lideranças do movimento, cipeiros e comissões independentes;

- Contra prisão de trabalhadores em virtude de liderar a luta da categoria;

- Nossa participação efetiva nos processos de mobilização e greves nesses grandes canteiros de obras;

- Denúncia pública do governo quando do anúncio da desoneração da folha de pagamento em benefício dos empresários da construção, mesmo esta não sendo objeto de discussões na referida mesa;

- Denuncia do Governo, dos patrões e das entidades sindicais que, via Mesa Nacional, impuseram um processo de indicação/imposição pelos sindicatos dos chamados representantes de base, em detrimento de um processo democrático e livre que permitisse a participação dos trabalhadores;

Em cada um dos momentos em que atuamos nos fóruns dessa Mesa e de maneira mais direta nessas lutas, tivemos que nos deparar com representantes sindicais, governo e empresários com uma postura geralmente alheia aos temas mais sentidos dos trabalhadores e, por tanto, com inúmeras dificuldades de fazer incorporar as demandas mais concretas de uma categoria que seguia e segue em assenso.

No atual cenário de crise econômica e o aprofundamento e estouro dos escândalos de corrupção, revelados na Operação Lava Jato, envolvendo diretamente a Petrobrás e, consequentemente, grandes obras dessa estatal, o que temos visto é a demissão em massa e completo desrespeito aos diretos trabalhistas de dezenas de milhares de operários e operárias espalhados pelo nosso país e; Mais uma vez, o Governo Dilma, do PT, vira as costas à essa situação deixando os trabalhadores a mercê do desespero e da humilhação. Nessa mesa nada disso é tratado com afinco ou dedicação ficando esse instrumento longe de uma “Mesa de Aperfeiçoamento das relações de trabalho”.

O que se consolidou foi a ineficácia desse instrumento para a melhoria e “aperfeiçoamento das relações de trabalho na indústria da construção”. O que estamos assistindo é, mais uma vez, os trabalhadores serem penalizados diante da volta do desemprego em massa, da permanência das péssimas condições de trabalho, a manutenção do uso da repressão e da força policial contra os que lutam, bem como a permanência da escalada de acidentes e mortes dos operários e operárias nos canteiros de obras do Brasil. Tudo isso somado aos escândalos de corrupção em detrimento de uma postura de defesa e proteção do Governo Dilma às empreiteiras, leva a que nossa central, a CSP-Conlutas, nesse momento, decida se retirar da Mesa Nacional para o Aperfeiçoamento das Relações de Trabalho na Indústria da Construção.

Seguiremos na defesa, intransigente, da luta e dos direitos dessa categoria e continuaremos insistindo para que, por essa via, alcancemos melhores condições de trabalho e emprego para os trabalhadores da Indústria da Construção.

**Resolução sobre o trabalho dos comerciários aos domingos**

Considerando que:

O Sindicato dos Comerciários de Nova Iguaçu e Região há várias décadas carrega uma bandeira que é muito cara aos (às) trabalhadores (as). Essa bandeira é o não trabalho aos domingos e feriados. Esse sindicato luta praticamente sozinho contra as leis do Estado e o poder do capital dos grandes empresários do setor, que mantém um elo com o escravismo. Nós trabalhadores (as) comerciários (as) vivemos com a sombra da precarização nas nossas costas. Um breve relato da nossa situação se faz necessário para o entendimento de todos (as) que compõe esse II congresso: A rotatividade em nosso setor é grande. Haja visto, que as mulheres são maioria no setor comerciário. E que dessas mulheres a maioria é negra e pobre. Elas integram um verdadeiro exército de mulheres invisíveis. A opressão a essas mulheres passa pelo território onde em sua maioria habitam esse contingente de trabalhadoras: São áreas sem água tratada, sem esgoto, sem transporte, sem postos de saúde e sem creches públicas. Seus salários são reconhecidamente achatados e miseráveis, em contrapartida nossa carga horária é extremamente exaustiva. Muitas empresas, de forma criminosa, adotam o banco de horas, que é proibido em nossa base, por não ter acordo com o sindicato. Nossa luta é histórica, pois no passado tínhamos garantida a semana inglesa, que era o funcionamento das lojas de segunda até sábado às 13 horas da tarde, mas infelizmente acabamos perdendo essa conquista por causa de uma lei municipal. Foi um duro golpe contra nós, comerciários da Baixada Fluminense, pois foi com muita luta que conseguimos a semana inglesa. A participação da nossa categoria nessa luta é grande, pois em várias assembleias, ano após ano os comerciários (as) votam contra o trabalho nos domingos e feriados por acreditar que esses dias são ideais para ficar em casa com seus entes queridos e familiares. Elencada nossas principais disputas, agora iremos propor algumas contribuições para nossa classe e o conjunto de trabalhadores e ativistas de nossa Central Sindical. O Segundo Congresso da CSP-Conlutas resolve:

1 – Que a CSP-Conlutas incentive e promova campanhas regionais e nacionais contra o trabalho nos domingos e feriados.

2 – Que se faça a realização de um abaixo assinado contra o trabalho nos domingos e feriados.

3 – A realização de um marcha regional e outra nacional, contra o trabalho nos sábados, domingos e feriados.

4 – A luta pela carga horária de 36 horas semanais.

5 – Pelo fim das terceirizações.

6 – lutar por creches públicas, gratuitas e que funcionem 24 horas por dia.

7 – Sistema de cotas para o ingresso de negros (as) no setor.

8 – Realização de um censo para saber quem somos e quantos somos em nossas bases.

9 – Tickets alimentação para todos comerciários (as).

10 – Estabilidade de um ano após o parto para as comerciárias.

11 – A luta pela implementação da semana inglesa. Diante desta situação, acreditamos que seja possível juntamente com a CSP-Conlutas a criação de um fórum no qual comerciários do Brasil e exterior possam compartilhar experiências e discutir tais iniciativas. Este fórum poderia propor e coordenar ações, manter um canal de comunicação para informar, tanto por via impressa ou por meio das mídias sociais e via internet, as lutas para conservar e criar direitos da nossa classe de comerciários.

12 - Pelo fim do banco de horas. Que a CSP-Conlutas e os sindicatos filiados se posicione condição nem o serviço público e nem no serviço privado, uma vez que esse sistema é um grande prejuízo para o trabalhador já que é totalmente controlado pela empresa.

**Resolução sobre o funcionalismo público federal**

Considerando que:

1) O governo, que deveria investir nos serviços públicos, baixou um pacote de medidas cortando verbas do orçamento da União da ordem de R$ 22,7 bilhões e vem reduzindo vários direitos da população, diminuindo drasticamente os investimentos em políticas públicas e sociais.

2) As recentes medidas provisórias 664 e 665 atacam direitos como, por exemplo, o auxílio-doença, pensão para viúvas e seguro-desemprego.

3) O Supremo Tribunal Federal (STF) votou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI-1923) contrária às normas que regulamentam a prestação de serviços nas áreas sociais por organizações sociais, previstas na Lei 9.637/98, para ampliar os ataques sobre os serviços públicos estatal, gratuito e de qualidade.

4) A aprovação do PL 4330/04 pode representar o fim dos concursos públicos e a ampliação das terceirizações nos serviços públicos. Dados de um Dossiê da Terceirização e Desenvolvimento apontam que a terceirização vem acompanhada de números que preocupam. O trabalhador terceirizado permanece cerca de três anos a menos no emprego; tem uma jornada semanal de três horas a mais; recebe salário 25% menor; está mais exposto a acidentes e mortes no trabalho, 8 em cada 10 mortes no trabalho acontecem com terceirizados.

5) Ao mesmo tempo em que reduz direitos trabalhistas, o governo privilegia os banqueiros com juros altíssimos e os empresários com isenções de impostos milionárias.

6) O Fórum das Entidades dos Trabalhadores do Serviço Público Federal tem cumprido um papel especial na construção da unidade para enfrentar os ataques do governo bem como na elaboração de uma pauta e um calendário de lutas unificado para campanha salarial de 2015.

7) A campanha salarial dos servidores públicos federais tem como centro a defesa dos serviços públicos, contra os cortes de verbas públicas e de direitos dos trabalhadores.

8) O servidor que está na ponta do balcão e que enfrenta péssimas condições de trabalho não é o responsável pelo caos no serviço público.

O II Congresso da CSP-Conlutas resolve:

1) Exigir do governo Dilma que suspenda o pagamento da dívida pública e destine mais verbas para saúde, educação, e para os serviços públicos de forma geral. No mesmo sentido, exigir uma política de proteção ao emprego e punição para empresas que demitem.

2) Indicar a realização de uma ampla campanha nos sindicatos, chamando a população, todos os segmentos e movimentos sociais a lutar para evitar o desmonte e a destruição do Estado e por mais e melhores serviços públicos.

3) Ajudar a impulsionar a greve geral do funcionalismo em torno da seguinte pauta:

a) Salário

- Reposição de perdas salariais desde os governos de FHC (PSDB) até o governo Dilma (PT);

- Recuperação das perdas salariais apuradas entre janeiro de 1994 e novembro de 2014, tomando-se por base o INPC-IBGE;

- Índice de reposição salarial para o Orçamento Geral da União-2016 no índice de 27,3%, conforme aprovado pelo Fórum das Entidades Nacionais dos SPF;

- Reajuste dos benefícios e revisão dos valores do auxílio-alimentação, auxílio-saúde, diárias e do auxílio-creche, de modo a observar a isonomia entre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário);

- Incorporação das gratificações e fim da política de avaliação de desempenho;

- Correção da tabela do Imposto de Renda considerando a inflação real;

- Cobrar do governo o pagamento dos passivos trabalhistas judiciais;

- Garantir reposição salarial, sem amarras à LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

- Isonomia salarial entre ativos, aposentados e pensionistas

b) Condições de trabalho

- Readmissão e revogação das punições de todos os trabalhadores por motivos de participação em movimentos grevistas e outros de organização da categoria;

- Campanha contra o assédio moral;

- Lutar pelo fim de todas as privatizações. Abaixo à EBSEHR e o FUNPRESP e contra toda e qualquer terceirização e/ou contratação temporária;

- Contra o PL 4330 das terceirizações;

- Reposição dos servidores públicos por concurso público;

- Fim da instrução normativa 74/2014 do INSS - demissão por rito sumário;

- Arquivamento do Projeto do Sistema Único do Trabalho (SUT);

- Jornada de 30 horas e turno ininterrupto de 12 horas para atendimento à população;

- Manutenção da prescrição do FGTS (30 anos) para assegurar direitos;

- Contra a avaliação meritocrática e quantitativista;

- Combate e prevenção aos agentes causadores dos adoecimentos em massa no serviço público federal;

- Concessão pecuniária e contagem de tempo nos casos de ambientes insalubres.

c) Direitos de aposentadoria

- Pela aprovação da PEC 555 (extinção da contribuição previdenciária dos servidores aposentados)

- Anulação da reforma da previdência de 2003;

- Enquadramento imediato no Regime de aposentadoria Integral dos servidores ingressantes ao serviço público federal

- Regulamentação da aposentadoria especial para os SPF

- Propor lei de escalonamento de isenção de Imposto de Renda para os aposentados

- Reenquadramento dos aposentados nas carreiras das universidades

d) Lutas gerais

- Auditoria da dívida pública e suspensão imediata de seu pagamento;

- Lutar contra o PL 92/07 das OS e a contrarreforma do Estado;

- Lutar pelo amplo e irrestrito direito de greve;

- Lutar por mais investimento em saúde, educação, habitação e segurança;

- Unificação da luta com o conjunto da classe trabalhadora: reforma agrária, moradia e contra todo tipo de opressão;

- Modificação do art. 92 da Lei 8112/90, garantindo liberação sindical com ônus para o Estado;

- Fim do imposto sindical;

- Valorização dos servidores públicos e mais e melhores serviços públicos.

**Resolução sobre o funcionalismo municipal**

A CSP-Conlutas tem se mostrado, ao longo dos anos, como uma alternativa importante no processo de reorganização do movimento sindical, popular e estudantil. A decisão tomada em 2010, no CONCLAT de Santos, de ampliar o perfil de nossa entidade para além do movimento sindical mostrou-se acertada com o passar do tempo e isso faz com que a CSP-Conlutas seja uma referência na atual conjuntura política nacional, no sentido de aglutinar sob sua bandeira, os/as lutadores/as de todo o país.

A maior prova disso é o movimento que algumas organizações políticas tem feito no sentido de debater com nossa central o seu ingresso nessa trincheira da luta de classes, avaliando corretamente que a CSP-Conlutas é o que há hoje de mais dinâmico e progressivo dentro do movimento de massas em nosso país.

Somos muito pequenos ainda e temos consciência disso. Sabemos que nossas tarefas a cumprir são imensamente maiores do que nós, neste momento. Mas sabemos também que temos cumprido um papel fundamental nesta conjuntura tão dura quer se coloca para nossa classe.

Vimos, com estas propostas abaixo, apresentar algumas ideias que possam melhorar nosso trabalho em um setor importante do serviço público brasileiro e que, muitas vezes, se torna invisível aos nossos olhares, que é a categoria dos servidores públicos municipais. Estes/as por atuarem nos municípios e, muitas vezes, em municípios muito pequenos, onde a repressão política exercida diretamente pelo gestor é colada ao apadrinhamento e clientelismo sem tamanho, que muitas vezes dificulta uma ação política mais efetiva.

Demos alguns passos na construção do Setorial dentro da CSP Conlutas. Porém, nos últimos anos, problemas vários ocorreram que levaram à dispersão do setor dentro de nossa central. É preciso retomar este trabalho o mais rápido possível. Assim, elencamos algumas propostas que visam, de nossa parte, ajudar na reconstrução do setor.

Propostas:

1) Defesa intransigente do serviço público, gratuito e de qualidade. Contra todo e qualquer processo de precarização, terceirização e/ou privatização do setor público, seja na esfera municipal, estadual e nacional. Articular esta luta em conjunto com entidades de servidores estaduais e/ou nacionais nesta linha;

2) Pelo fim do fator previdenciário; não à proposta da fórmula 85/95.

3) Lutar pelo cumprimento efetivo dos direitos conquistados pela categoria nos diversos PCCR’s dos/as servidores/as municipais de todo o país;

4) Exercício de função de chefia exclusiva para os/as servidores/as de carreira;

5) Iniciar uma grande campanha nacional de criação de CIPA’s nos locais de trabalho;

6) Reorganização do Setorial de Municipais da CSP Conlutas, através de reuniões periódicas durante as reuniões da Coordenação Nacional, bem como organizar o II Encontro Nacional dos Municipais da central, construído por meio de Encontros Estaduais e/ou Regionais;

7) Maior atenção à formação política em nossas entidades e no Setorial da central.

**Defesa do serviço e dos servidores públicos**

A atual conjuntura trouxe de volta de forma concentrada, todas as ameaças que vem sendo feitas aos servidores e ao serviço público nos últimos tempos.

O Governo Dilma está implementando na sua essência a terceirização, deixando a porta aberta para que seja estendida para o serviço público.

É tarefa de todas as organizações sindicais e populares lutar contra os sistemáticos ataques do Congresso Nacional direitista, e do Governo Dilma, aos direitos dos trabalhadores em geral, e dos servidores públicos em particular.

- Não à reforma previdenciária e aos fundos complementares de aposentadoria;

- Contra o confisco dos fundos de aposentadoria já existentes;

- Aposentadoria integral e paridade salarial entre ativos e inativos;

- Admissão no serviço público somente através de concurso. Fim da contratação emergencial e da consequente flexibilização do serviço público;

- Fim das privatizações e das terceirizações;

- Contra o PL 4330.

**Resolução sobre saúde**

A conjuntura internacional e nacional vem de problemas estruturais que assolam o capitalismo mundial, e de formas particulares, articulando a dependência do bloco latino-americano. É crise estrutural porquê aciona determinados limites da reprodução do capital, em problemas como a crônica impossibilidade de retomada dos níveis de lucratividade a altura da capacidade instalada, e continua aceleração da degradação do meio ambiente. Os rombos causados pela crise do setor financeiro imobiliário dos EUA em 2008, e na Europa nos anos seguintes, sob a justificativa de ‘retomada da normalidade’. A economia Mundial apresenta índices oscilantes de crescimento, entre negativo e mínimo (caso típico do Brasil).

Forçar caminho para a saída desta crise sistêmica vem sendo conduzida pelo tripé reestruturação produtiva, intensificação do neoliberalismo e mundialização capitalista com o objetivo de extrair o que for possível na exploração do trabalho, rompendo fronteiras para o livre transito das corporações.

Ostensivamente, cria novos espaços de acumulação do capital privado através de privatizações, mercantilização dos direitos e políticas sociais. O que Dilma Rousseff está fazendo, ao contrário do que acusava seu opositor na campanha, é chegar ao limite máximo do livre mercado, com a retração do financiamento estatal para as políticas sociais, abrindo mais brechas que permitam a captura dos fundos públicos pelo setor privado. Cada vez maiores quantidades do fundo público são para garantir a acumulação do capital financeiro. Inclusive pela destinação de grande parte das receitas do orçamento público, do orçamento fiscal (público) para pagamento de isenções, juros e rolagem da dívida pública. Dilma avança cada vez mais na política de elevação das taxas de juros e a política de renúncia fiscal.

**A saúde privada no Brasil**

O capital privado na saúde encontra-se hoje diversificado em diferentes frentes de atuação, por meio dos chamados planos de saúde, das cooperativas que mantêm convênio com os sistemas municipais e ainda por intermédio da manutenção de convênios com o SUS.

A demanda por Planos de Saúde cresceu rapidamente no Brasil, nos últimos anos, em resposta a uma série de fatores como o ambiente macroeconômico favorável e um histórico de limitações na qualidade e no acesso a serviços públicos de saúde.

O crescimento do setor privado no Brasil é expressivo: aumentou em cerca de 56% o número de beneficiários de 2003 a 2013, de acordo com dados ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), alcançando mais de 50,6 milhões de indivíduos em setembro de 2014.

Esse crescimento é instigado pela crença de que o SUS seria de baixa qualidade e que a provisão desse serviço seria de melhor qualidade quando prestado pelo setor privado.

Porém, esse setor não parece ser bem avaliado por seus usuários: as reclamações sobre planos de saúde privados junto à ANS cresceram cerca de 484% somente entre dezembro/2011 e junho/2013 (ANS 2013), comparado ao referido crescimento de 56% no número de beneficiários de 2003 a 2013.

O fortalecimento do setor privado com o enfraquecimento do SUS pode ser notado com o aumento de investimentos na saúde pelo capital privado. Um exemplo é a aquisição, anunciada de 90% da empresa brasileira Amil pela estadunidense United Health.

**Como o dinheiro público vai para o setor privado na saúde**

Diversos subsídios se dão entre o Estado e o setor privado da saúde. Entre os principais, consta o “gasto tributário”, isto é, os recursos tributários que o Estado deixa de arrecadar, mediante as desonerações fiscais. Eles atuam como incentivo fiscal aos prestadores e operadoras de planos de saúde filantrópicos e, também, como indutores à compra de serviços e de planos privados, uma vez que o gasto deles proveniente é deduzido do imposto de renda devido por pessoas físicas e jurídicas.

Assim, as instituições filantrópicas (que envolvem tanto prestadores como operadoras de planos de saúde) são isentas dos tributos federais, estaduais e municipais. Em 2005 existiam 917 hospitais filantrópicos no Brasil. Ainda, segundo a ANS, em março de 2007, existiam 106 operadoras filantrópicas registradas na Agência, com 1.300.914 beneficiários.

Por outro lado, a renúncia fiscal referente às deduções de gastos em saúde sobre o imposto de renda devido se dá em relação às pessoas físicas (que descontam do cálculo da receita tributável os gastos em serviços e em planos de saúde) e às empresas que, ao relacionar como custos, os gastos em serviços e planos de saúde dos seus funcionários, diminuem também a base de cálculo do imposto de renda.

Dessa forma, embora não se possa afirmar que a totalidade dos gastos privados em saúde seja financiada pelo Estado pelo gasto tributário (ou renúncia fiscal), uma boa parte o é, na medida em que da base sobre a qual é calculado o Imposto de Renda são deduzidos os gastos privados em serviços e planos de saúde.

Outro importante elemento da relação entre Estado e mercado se dá na relação entre o SUS, as empresas que operam planos de saúde e os prestadores de serviços privados.

No que tange às operadoras de planos de saúde, os dados da PNAD/IBGE-2013 mostram que 15,4% das pessoas que têm plano de saúde privado e foram internadas o foram pelo SUS e no caso dos atendimentos, é de 11,8%. O ressarcimento ao SUS é muito pouco expressivo, pois falta controle e fiscalização.

No que se refere aos subsídios cruzados entre o SUS e os prestadores privados, deve-se mencionar a “dupla porta de entrada” de hospitais privados que também atendem a pacientes do SUS e muitas vezes estabelecem, nessa duplicidade, uma relação promíscua. Como mostra uma pesquisa realizada recentemente que 72% dos prestadores hospitalares que atuam na saúde suplementar também prestam serviços ao SUS. Em outra pesquisa realizada junto a beneficiários de planos de saúde de entidades hospitalares filantrópicas que possuem operadora própria, verificou-se que serviços não cobertos pelo plano são prestados pelo mesmo estabelecimento com financiamento SUS, o qual, por outro lado, favorece o acesso desses beneficiários ao SUS. Assim, a relação dos planos com o SUS é marcada pela interdependência que se apresenta pelo encaminhamento para o SUS em virtude de uma restrição que consta na cláusula do plano, do favorecimento de acesso ao SUS pelos usuários e da indistinção entre serviços prestados pelo SUS e pelo plano.

**A privatização da saúde e as organizações sociais**

Os governos federal, estaduais e municipais já vem há algumas gestões, tanto do PSDB como do PT, implementando um tipo de administração indireta dos hospitais públicos, através das OSs (Organizações Sociais). Este modelo, já bastante difundido em alguns estados, como São Paulo, já mostrou que não dá certo. Por serem organizações, em tese, sem fins lucrativos, não prestam contas ao Estado de seus gastos, virando uma fonte fácil de corrupção e desvios de verba, como demonstram as rejeições de contas pelos Tribunais de conta de alguns estados.

É necessário acabar com a administração privada dos hospitais através das OSs assim como com os contratos com clínicas, hospitais e laboratórios privados. Todos os recursos públicos devem ser investidos na saúde pública. Pois o motor e o fim da iniciativa privada é o lucro e não a saúde da população.

**A Ebserh e a saúde privada**

Desde 31 de dezembro de 2010, último dia de Lula, como presidente da República, a saúde e a educação pública se veem em meio a um debate sobre como devem ser geridos os Hospitais Universitários Federais (HUs). Naquele dia, Lula assinou a Medida Provisória (MP) 520/2010, que criava a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), uma empresa público-privada que serviria para gerir todos os HUs, sob a desculpa de que os problemas dos hospitais eram apenas de gestão.

A Ebserh, porém, evidencia o que cada vez mais se confirma: um caráter privatista. Seu projeto não garante a manutenção dos HUs como hospitais escolas, onde se ensina, se pesquisa e se pratica expansão e nem a manutenção do atendimento exclusivo pelo Sistema Único de Saúde (SUS), permitindo que os hospitais realizem consórcios com planos de saúde particulares. Por fim, a Ebserh contrata funcionários regidos pela CLT, e não servidores públicos, o que, em prática, ajuda a precarizar as relações de trabalho dentro dos HUs.

**Precarização do trabalho na saúde**

Uma das mudanças recentes, no âmbito do trabalho em saúde no Brasil, é o crescimento do número de trabalhadores sem as garantias trabalhistas de que gozam os demais trabalhadores assalariados da instituição. Encontra-se: contratos temporários; trabalhadores contratados para realizar atividades especiais (plantonistas em hospitais, por exemplo), celetistas contratados na saúde pública etc.

A terceirização cresce na saúde e tem sido utilizada pelos empregadores tanto do setor público quanto do privado, para diminuir os custos com a remuneração da força de trabalho e para fugir das conquistas salariais e direitos trabalhistas dos efetivos da empresa-mãe.

Segundo pesquisa divulgada em 2015, da Fiocruz/Coren, os trabalhadores da saúde são submetidos a multiempregos, com diversidade de jornadas de trabalho (12, 20, 24, 32 e até 44 horas semanais), num cenário de subsalário inferior ou igual a R$ 1.000,00. A jornada média de 100 horas semanais inclui a sub-jornada extensiva (bicos). O setor privado é o campeão do subemprego e do subsalário seguido pelo setor filantrópico, público e ensino respectivamente.

O setor privado, filantrópico, responsável por cerca de 40% do emprego no setor da saúde, registra a maior instabilidade em relação às condições de trabalho.

**A luta contra a privatização da saúde**

Com a mercantilização da saúde, o Estado transfere recursos para as mãos da iniciativa privada e sucateia as condições de trabalho dos trabalhadores do setor. Os trabalhadores e usuários do serviço de saúde não podem deixar que esta seja tratada como mercadoria, o que ocorre inevitavelmente com o controle da iniciativa privada sobre o setor. Não se pode permitir que a classe trabalhadora sofra tamanho ataque de seus direitos, desde os usuários dos serviços que passarão a ser atendidos a partir de metas que visam lucros e não de suas necessidades, e até os trabalhadores do setor saúde que perdem sua autonomia no trabalho e têm seus direitos flexibilizados.

A única solução do problema é um sistema de saúde público, universal e de qualidade que só é possível através da organização, da luta e da mobilização.

Dessa forma, é preciso lutar contra a privatização e mercantilização da saúde; contra as OSs, OSCIPs e Fundações Estatais de Direito Privado; contra a extinção dos servidores públicos da saúde, flexibilização dos direitos dos trabalhadores da saúde; contra a lógica empresarial na saúde.

Considerando que as trabalhadores por nós representados, 85% são mulheres e que na prática exercem a tripla jornada em prol do sustento da família, sendo chefes do Lar, sofrem com ausência de creche, é composta também de LGBTs, negras(os) (50% se declararam parda e 40% negra na pesquisa da Fiocruz), trans, bissexual, sofrendo preconceito desde o processo de seleção até o seu ambiente de trabalho, boa parte em ambientes fechados, juntamente com a sobrecarga de trabalho, baixos salários, falta de local de descanso, assédio moral e sexual, tortura e agressão psicológica, por isso defendemos:

Direito à saúde - Em defesa do SUS 100% estatal, gratuito e de qualidade sob o controle real dos trabalhadores. Pela efetivação dos princípios do SUS. Pelo acesso universal a medicamentos gratuitos.

Financiamento - Dobrar as verbas para a saúde pública! No mínimo 6% do PIB! Que sejam investidos 12% e 15% da arrecadação de estados e municípios, respectivamente, na saúde. Pela aplicação da EC 29 (10% do orçamento federal corrente líquido para a saúde pública). Nenhum dinheiro público para a iniciativa privada.

Contra a Privatização - Concursos públicos já! Contra a terceirização das relações de trabalho, por meio de OS, OSCIPS, ONG, fundações, cooperativas, entre outras. Reestatização dos equipamentos privatizados. Estatização da rede privada. Contra a PEC 451/14 de Eduardo Cunha, que obriga os patrões a contratarem planos de saúde privados aos empregados. A saúde deve ser garantida a todos e todas pelo Estado, e não por planos de saúde privados que oferecem péssimos serviços e lucram com a falta de saúde da população.

Direito à organização, melhores salários e redução da jornada - Pela carga horária máxima de 30 horas semanais para todos os trabalhadores da saúde, sem redução salarial. Em defesa dos trabalhadores terceirizados! Piso nacional com isonomia salarial e de carga horária para trabalhadores de mesma escolaridade.

Contra o assédio sexual - Denuncia e punição do assédio moral e sexual. Contra toda forma de opressão seja ela de gênero, racial ou devido à orientação sexual.

Campanha nacional pelo piso e pelas 30 horas - É necessário que CSP-Conlutas e seus sindicatos filiados encampem esta luta para aprovação e assinatura das leis inerentes às 30 horas, PL2295/2000 e o Piso Regional de Enfermagem PL 3.195/2012.Propomos um dia de luta nacional a ser marcado pela primeira Coordenação após o congresso e ainda um material (jornal) nacional traduzindo a nossa política para a saúde no Brasil.

**Saúde, Segurança do Trabalhador, Insalubridade, Periculosidade, Síndrome de Burnout e Aposentadoria Especial**

Há uma relação direta e comprovada entre trabalho e saúde ou adoecimento do trabalhador. No geral todas as profissões tendem a causar algum dano à saúde, não apenas pela natureza em si das tarefas exercidas, mas principalmente pelas relações sociais implícitas no trabalho: hierarquia, dominação, subordinação, desigualdade de poder, desvalorização, frustração de expectativas.

Em algumas categorias o dano maior ocorre em nível psicológico, cognitivo, emocional. Em outras, aliado aos danos psicológicos ocorre também o dano físico, são as profissões reconhecidamente insalubres. A periculosidade que vitimiza atualmente os trabalhadores que atuam em áreas consideradas de alto risco com alto risco de conflitos avis, também causam sérios danos psicológicos, cognitivos e emocionais, desdobrando-se em riscos ou danos físicos e até mesmo mortes. São aqueles profissionais que atuam ou trabalham como entregadores (de medicamentos e alimentos), nos Correios, motoristas de empresas rodoviárias e moto taxistas, que são os profissionais inclusive que precisam ter a sua legalização perseguida, visto que auxiliaria a diminuir o número de jovens recrutados, absolvidos pela criminalidade. (moto-taxistas cabe à análise).

O trabalho gráfico é insalubre por várias razões: a) lida com substâncias químicas como as tintas e solventes cujos compostos contém chumbo e outros elementos que podem causar Saúde, segurança do trabalhador e insalubridade.

Há uma relação direta e comprovada entre trabalho e saúde ou adoecimento do trabalhador. No geral todas as profissões tendem a causar algum dano à saúde, não apenas pela natureza em si das tarefas exercidas, mas principalmente pelas relações sociais implícitas no trabalho: hierarquia, dominação, subordinação, desigualdade de poder, desvalorização, frustração de expectativas.

Em algumas categorias o dano maior ocorre em nível psicológico, cognitivo, emocional. Em outras, aliado aos danos psicológicos ocorre também o dano físico, são as profissões reconhecidamente insalubres.

O trabalho gráfico é insalubre por várias razões: lida com produtos/matérias primas como as tintas e solventes cuja composição química contém chumbo e outros elementos que podem causar leucopenia (redução do número de leucócitos no sangue), estado que pode levar a inflamações, doenças da medula óssea, doenças autoimunes, doenças da tireoide e do baço etc.; b) exposição ao barulho superior à capacidade do ouvido humano – cerca de 40% dos trabalhadores apresentam perda auditiva significativa; c) exigência de esforço repetitivo sempre crescente quanto mais “avançam” as tecnologias de comunicação impressa e acabamento gráfico.

O reconhecimento da insalubridade e consequentemente do direito à aposentadoria especial no setor se dava, até 1995, apenas pela comprovação do exercício da profissão ou qualquer função da categoria gráfica. Porém, fatores como o crescimento do poderio empresarial tanto do ponto de vista da propriedade dos meios de produção sempre mais modernos, quanto do poder político para influenciar na piora da legislação trabalhista, bem como do ataque do governo, por meio de constantes reformas, aos direitos previdenciários conquistados, atualmente é quase impossível se receber insalubridade ou, ainda recebendo, se aposentar pelo regime especial, pois o INSS nega o pedido obrigando o trabalhador a recorrer ao judiciário.

Sabendo que várias outras categorias de trabalhadores no interior da CSP-Conlutas enfrentam a mesma situação, o II Congresso da CSP-Conlutas resolve:

Ações internas: atividades formativas e informativas no sentido de conscientizar as entidades a priorizarem a saúde e a segurança do trabalhador no momento das negociações e no cotidiano. Isso pode ser reforçado pautando-se o tema de forma planejada e sistemática nas coordenações nacionais. Propor que a CSP-Conlutas forme um núcleo de apoio, pesquisa (ILAESE), busca e aderência de categorias que se encontram a mercê da espoliação patronal; Retratar a disparidade entre as diversas regiões do pais através do núcleo formado; Nesta linha, inserimos os instrutores de transito, que através da OIIB tem iniciado sua luta contra patrões e governos que os oprimem em mais diversos níveis; Devemos considerar a importância dos instrutores no plano social – educadores que são – e no plano de luta; Pedir o apoio da CSP-Conlutas nos estados para que nos estados fortaleçamos a luta contra as diretorias pelegas e os patrões auxiliando os ativistas da OIIB neste processo de luta.

Ações externas: a) ações políticas e jurídicas junto aos órgãos públicos, com denúncias, responsabilização; b) criação de espaços de discussão ampla junto à sociedade, priorizando inicialmente as entidades que frequentam o Espaço Unidade de Ação; c) junto aos trabalhadores, mobilizando por categorias e em lutas unitárias mais amplas com várias categorias e entidades.

**Organizar os trabalhadores para defender direitos e ampliar conquistas.**

**Em defesa da saúde do trabalhador**

Considerando:

1. O aumento da exploração tem criado uma epidemia de trabalhadores lesionados, mutilados, incapacitados e muitas vezes mortos pelo ritmo insuportável impostos pelos patrões nas empresas.

2. Todas as empresas tratam os trabalhadores como materiais descartáveis: usam e jogam fora. Tem sido prática permanente a demissão de trabalhadores portadores de estabilidade pelo código 91 (referente à doença do trabalho reconhecida pelo INSS),

3. Que as empresas cada vez mais aperfeiçoam seus processos de produção, inovando em técnicas que aumentam o ritmo e a intensidade do trabalho e que esse processo de reestruturação produtiva leva muitos trabalhadores a sofrerem de doenças provenientes do trabalho, como LER/DORT e outras enfermidades psicológicas como depressão, crises de ansiedade, etc.

4. Que o processo de produção é agravado pela pressão das chefias que utilizam do assédio moral como processo de gestão para impor metas absurdas. No caso das mulheres essa pressão e ainda mais brutal com o assédio sexual praticado pela patronal, que usa do machismo para aumentar seus lucros.

5. Neste cenário, as mulheres são as mais atingidas pelas doenças do trabalho. Isto ocorre por serem responsáveis por atividades minuciosas, que exigem movimentos repetitivos. As mulheres também recebem os menores salários e se veem obrigadas a fazer excesso de horas extras para complementar o baixo rendimento;

6. O governo, como parceiro dos patrões, não fiscaliza nem exige políticas de prevenção e de tratamento. Os trabalhadores ficam sem salário porque o INSS os retorna para a fábrica, ignorando suas condições de trabalho. Os trabalhadores, por sua vez, aguardam nova perícia sem saber se terão salário. Além disso, arcam com toda a medicação;

7. Sindicato, junto com as Cipas classistas, de luta e atuantes, tem de estimular o debate sobre a saúde nas fábricas. É preciso que os trabalhadores tomem consciência dessa realidade, se organizem e se contraponham aos ataques dos patrões e do governo.

8. O governo não somente não fiscaliza, como impõe leis que aprofundam a precarização da vida dos trabalhadores, como fez agora em 2015, permitindo a terceirização da pericias médicas do INSS, aumentando o prazo de afastamento para 30 dias legitimando os acidentes e doenças do trabalho através da Medida Provisória 664.

9. Todas essas medidas, contrárias aos interesses dos trabalhadores, são acompanhadas pela falta de investimento do governo no INSS, que está sendo sucateado por falta de verbas. Essa política do governo é uma Reforma da Previdência a conta-gotas, retirando aos poucos os direitos dos trabalhadores e dificultando a defesa da saúde e de melhores condições de trabalho.

10. O Projeto de lei 4330 é o maior ataque aos trabalhadores. A cada dez acidentes ocorridos nas empresas oito são de empresas terceirizadas. A possibilidade de um trabalhador terceirizado morrer no local de trabalho 5,5 vezes maior que os demais segmentos produtivos. Os trabalhadores terceirizados trabalham cerca de 3 horas a mais acarretando mais prejuízo a saúde e aumentando a probabilidade de acidentes.

11. As mudanças na Norma Regulamentadora 1 que coloca nas mãos dos empresários a política de preservação da saúde dos trabalhadores a partir da lógica do lucro, retira poderes da Cipa e legitima a precariedade nos locais de trabalho;

12. O SUT (Sistema Único do Trabalho) também vem no sentido de legitimar a precarização já que retira entre outras coisas o papel de fiscalização e mediação dos sindicatos.

Diante de todos estes ataques à classe trabalhadora, o Congresso da CSP-Conlutas resolve:

1. Priorizar a saúde do trabalhador em todas as ações dos sindicatos, em uma perspectiva classista em defesa da vida;

2. Posicionar-se contra os ataques à saúde dos trabalhadores;

3. Contra as Reformas da Previdência Social e da CLT;

4. Basta de mortes e acidentes no trabalho. Pela fiscalização e punição das empresas que matam e lesionam;

5. Defesa dos salários, estabilidade no emprego e redução da jornada de trabalho, sem redução de salário e sem banco de horas;

6. Não ao SUT e as mudanças na NR1;

7. Fim do fator previdenciário, por pensões e aposentadoria dignas;

8. Contra a PL 4330: chega de terceirização e precarização do trabalho;

9. Pela criação de secretarias de saúde nos sindicatos, que possam elaborar e dar suporte a atuação das diretorias;

10. Elaboração de materiais para os locais de trabalho sobre os ataques promovidos pelo governo, bem como, o impacto na saúde dos trabalhadores;

11. Nenhuma confiança no governo Dilma, cuja política é privatizar a Previdência Social. Denunciar o governo e sua política de sucateamento da saúde pública e Reforma da Previdência;

12. Organizar os portadores de doença ocupacional na luta pela reparação. Exigimos que as empresas e o governo, além de pagarem financeiramente pela redução na força laboral do trabalhador, adotem medidas de reabilitação e pelo fim da discriminação dos lesionados. São medidas essenciais para dar ao trabalhador uma nova perspectiva de realização profissional;

13. Organizar uma campanha para que as empresas se responsabilizem pela reabilitação dos portadores de doenças relacionadas ao trabalho, bem como o custeio de todo o tratamento;

14. Lei 8.213/91 obriga as empresas a preencherem parte do quadro de funcionários com pessoas portadoras de deficiência física. Porém, a maioria das fábricas não cumpre essa lei e, na tentativa de burlar a regra, supre a cota colocando trabalhadores lesionados como portadores de deficiência. Uma trapaça que esconde a epidemia de doenças ocupacionais e prejudica trabalhadores ao não abrir, de fato, uma vaga de emprego. Devemos denunciar essa prática e exigir a verdadeira inclusão dos portadores de deficiência física;

15. Lutar contra política do governo de descaracterização dos acidentes, a IN 31;

16. Exigir dos governos federal, estadual e municipal um serviço de atendimento e acompanhamento referente à saúde dos trabalhadores. Exigir dos órgãos governamentais transparência e acompanhamento permanente das empresas que causam acidentes e doenças ocupacionais. Fazer audiências públicas nas Câmaras municipais, estadual e federal sobre a saúde dos trabalhadores e a epidemia das doenças ocupacionais;

17. Exigir das Prefeituras que a verba do CEREST (Centro Especializado e Referência em Saúde do Trabalhador) seja utilizada para tratamento e atendimento aos trabalhadores conforme legislação;

18. Refletir nos materiais de comunicação dos sindicatos as informações sobre a saúde dos trabalhadores.

19. Realizar estudo científico, em parceria com universidades, sobre o número de portadores de doenças relacionadas ao trabalho em nossa categoria e do impacto do mundo do trabalho na saúde mental dos trabalhadores. Com isso, realizar campanha de denúncia da situação dos trabalhadores dentro dos locais de trabalho e da relação da doença mental com o trabalho;

20. Participar e organizar fóruns, seminários e cursos sobre a saúde do trabalhador para munir a categoria com informações sobre o cenário nacional e mundial;

21. Fortalecer o Setorial de Saúde do Trabalhador.

**Em defesa da Previdência Pública e dos direitos dos aposentados e pensionistas**

Considerando:

1. Que a crise econômica internacional, que assola a economia capitalista desde 2008, tem sido justificativa para o desmonte das leis trabalhistas, principalmente as que se referem aos aposentados e pensionistas, em diversos países do mundo, como França, Grécia, Espanha e Portugal;

2. Que para manter em dia o pagamento do serviço da dívida, os governantes recorrem ao famigerado corte de gastos públicos, sucateando os serviços nas áreas de educação, moradia e saúde, com terríveis efeitos para as camadas mais pobres da sociedade e para a população idosa;

3. Que o Brasil desde o ano passado passou a sofrer os efeitos mais graves dessa crise econômica e, diante desse quadro, aplica um rigoroso plano de austeridade, com aumento dos juros, redução dos investimentos públicos e cortes nos direitos, que garante o pagamento dos juros aos banqueiros e especuladores, mas gera o desemprego e a miséria. No ano passado, o governo utilizou 45% do total arrecadado com impostos apenas para pagar juros e amortização da dívida pública;

4. Que os extorsivos reajustes da energia elétrica este ano têm contribuído para o aumento da inflação e do custo de vida da população em geral, afetando duramente o orçamento familiar de aposentados(as) e pensionistas;

5. Que ao reajustar os benefícios de aposentados e pensionistas abaixo da inflação, como ocorreu nos dois últimos anos, o governo produz o empobrecimento de todo um setor da população, com idade mais avançada e que depende exclusivamente desse ganho para a sua sobrevivência e a de sua família;

6. Que o Fator Previdenciário causa grandes perdas aos trabalhadores que se aposentam, forçando-os a continuar trabalhando por anos e anos na informalidade ou em funções com baixa remuneração, para completar a renda perdida;

7. Que existem vários projetos aguardando votação há anos no Congresso Nacional, como o de nº 4434 (que garante ao aposentado o mesmo valor em salários mínimos da época da aposentadoria) e a emenda ao projeto que trata sobre a política de valorização do salário mínimo (que garante para os aposentados, nos próximos anos, o mesmo reajuste do salário mínimo);

8. Que projetos que facilitam o processo de terceirização das empresas, como o 4330, em tramitação no Congresso Nacional, irão dificultar a aposentadoria de milhões de trabalhadores de nosso país;

9. Que ao implantar a “desoneração da folha de pagamento” para as empresas, o governo reduziu uma importante fonte de receitas da Previdência Social, que a médio prazo poderá inviabilizar a atual forma de concessão de benefícios, destruindo esta que ainda é a melhor rede de proteção social da população trabalhadora de nosso país;

10. Que a Medida Provisória 664, em vigor desde o último dia 1º de março, já com as alterações feitas pela Câmara dos Deputados, é o maior ataque do governo Dilma aos direitos de trabalhadores aposentados e ainda na ativa. Para o acesso à pensão por morte passa a exigir tempo mínimo de 18 meses de contribuição e dois anos de casamento. Além disso, acaba com a vitaliciedade das pensões para viúvas(os) com menos de 44 anos de idade. Assim, o governo ataca um direito histórico da classe trabalhadora brasileira e prejudica principalmente as crianças e jovens que venham a perder prematuramente um de seus genitores;

11. Que a Medida Provisória 665, também já com as alterações, acabará com o direito ao seguro-desemprego para todo(a) trabalhador(a) que tiver menos de 12 meses na mesma empresa, penalizando a classe trabalhadora num momento em que os índices de crescimento do desemprego em nosso país crescem a cada dia;

12. Que a reação a tais medidas ainda são débeis, com as entidades nacionais de aposentados previlegiando mais as pressões sobre os gabinetes dos deputados e senadores do que esclarecer, para a população aposentada e pensionista, as medidas anti-trabalhadores do governo Dilma. Pouquíssimas tentativas de levar às ruas os aposentados e pensionistas foram efetuadas até o momento para enfrentar as medidas provisórias 664 e 665, baixadas no dia 30 de dezembro do ano passado, portanto há mais de cento e vinte dias;

13. Que mesmo a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP, entidade a qual a ADMAP é filiada, e que se diferencia das demais por suas firmes posições anti-governistas e contra as MP’s 664 e 665, necessita ainda organizar de maneira efetiva as suas federações estaduais para enfrentar de maneira unificada os ataques do governo. Os seus congressos anuais – CNAPI’s – não devem limitar-se apenas a apresentar uma “carta do congresso” contendo generalidades, que não apontam claramente as tarefas para o período seguinte. Necessitam ser fóruns de discussão efetiva, que aprovem planos de luta que organizem e unifiquem a atuação das entidades filiadas;

14. Que tal situação também se repete na nossa federação estadual, a Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado de São Paulo – FAPESP, que, nesse início de ano, sem discutir com as entidades filiadas no estado, concedeu ao presidente da Câmara dos Deputados, Dep. Eduardo Cunha, um diploma de “amigo das causas sociais”, mesmo sabendo que tal parlamentar em nenhum momento posicionou-se contra as MP’s 664 e 665. Ao contrário, esse deputado é o principal responsável pela aprovação na Câmara do projeto de lei nº 4330 (que amplia as terceirizações até para atividades-fim nas empresas) e pela tramitação de projetos de forte conteúdo homofóbico, além de estar entre os parlamentares investigados na operação “lava-jato”.

O II Congresso da CSP-Conlutas resolve:

1. Participar ativamente das lutas em defesa da previdência pública e dos direitos dos trabalhadores(as) aposentados(as) e pensionistas;

2. Exigir do governo federal o reajuste imediato de pensões e aposentadorias e o fim do Fator Previdenciário, assim como a extinção da chamada “desoneração da folha de pagamento das empresas”. Manifestar também uma firme oposição às propostas de substituição do Fator Previdenciário pelo fator 85/95 ou 95/105;

3. Participar da campanha pela rejeição das MP’s 664 e 665 e do projeto de lei nº 4330;

4. Exigir do Congresso Nacional a aprovação dos projetos de lei que beneficiam aposentados e pensionistas, como o de nº 4434; e pelo direito à desaposentação para permitir que trabalhadores que depois de aposentados permaneçam trabalhando e contribuindo para o regime, possam requerer novo benefício com melhor remuneração.

5. Lutar para que o governo amplie as verbas para a Saúde pública, destinando parte importante das mesmas para o atendimento à população idosa, parte dela hoje refém de planos de saúde privados, e permitindo que as associações de aposentados possam representá-los junto a esses planos de saúde, buscando impedir os abusos do mau atendimento e do reajuste absurdo dos preços;

6. Instruir cada entidade filiada à CSP-Conlutas a organizar os trabalhadores aposentados de sua base, criando uma “Associação de Aposentados” ou um “Departamento de Aposentados” ou uma “Secretaria de Aposentados”, vinculados ao próprio organismo sindical, mas com políticas específicas para esse segmento. Para viabilizar a organização dos aposentados, é de extrema importância que tanto os sindicatos, como a própria CSP-Conlutas, tenham em suas instâncias de direção membros responsáveis pela tarefa e que acompanhem a implementação da medida acima citada, além de centralizar a nossa intervenção nacional no setor. Que seja mobilizado pelas entidades filiadas a CSP-Conlutas, já para a sua primeira plenária nacional, representantes para tratar do tema de forma de organização dos aposentados na central.

7. Manter a política de trabalho unitário com a Fapesp (Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo) e a Cobap (Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos), colaborando para que a assumam um papel mais efetivo na mobilização dos aposentados e nas lutas gerais da classe trabalhadora. Convidá-las para participar das reuniões nacionais da nossa central.

**Defesa dos direitos dos aposentados**

Vivemos um momento em que os trabalhadores brasileiros são constantemente atacados nos seus direitos. O elo mais frágil da classe são os aposentados, que regra geral estão limitados pela situação doméstica e pela idade. A CSP-Conlutas e os sindicatos a ela relacionados devem organizar os aposentados na sua base sindical.

- Melhores condições de vida e de salário para o aposentado.

- Manutenção do valor real das aposentadorias.

- Pela extinção do fator previdenciário.

- Manutenção da paridade salarial entre ativos e inativos no serviço público.

- Contra a fusão dos fundos de pensão e uso por parte dos estados para pagar os salários dos servidores ativos e aposentados e pensionistas. Contra as leis de previdência complementares dos servidores públicos e privados. Contra as leis municipais de previdências próprias que atacam os servidores municipais e restringem o direito a aposentadoria.

**EDUCAÇÃO**

**PNE: Um projeto de Estado e do capital para a privatização da Educação**

O PNE (Plano Nacional de Educação), lei 13005/2014, que foi aprovado por unanimidade no Congresso Nacional, diferentemente do anterior, o PNE de FHC, é um plano enxuto, com apenas vinte (20) metas e as estratégias correspondentes, boa parte delas já estão sendo aplicadas pelos governos estaduais e federal – é mais do que um plano de governo, é um plano de Estado.

Como já foi dito, este PNE é bem diferente de seu antecessor. No PNE do governo FHC, pouco mais de 1/3 (um terço) das mais de duzentas metas saíram do papel e o atual foi feito para ser cumprido.

Por ser um plano estratégico – um plano de Estado – este PNE deve ser encarado como uma totalidade e analisado em bloco. Uma vez que as 20 metas e suas estratégias têm objetivos bem delineados.

As estratégias podem ser divididas em quatro blocos: expansão da educação básica, expansão do ensino superior, professores da educação básica e investimento público.

A expansão da educação básica é objeto principalmente das metas 01/educação infantil, 03/expansão do ensino médio, 06/50% das escolas em tempo integral, 08/elevar a escolaridade média, 10/expansão do EJA (Ensino de Jovens e Adultos) e 11/expansão do ensino técnico.

O problema não está nas metas, no geral consensuais, mas nas estratégias, nos caminhos para atingi-las. Todas as principais estratégias do PNE atual são privatizantes e criminalizam os profissionais da educação básica, especialmente os professores. Vejamos:

A expansão da educação infantil prevista na meta 01 se dará, de acordo com o PNE do governo, através de convênios com entidades privadas, ditas beneficentes – o que muitas prefeituras já estão fazendo.

A expansão do ensino médio prevista na meta 03 se dará através da correção de fluxo (eliminar num único período letivo a defasagem idade/série) e da compra de vagas na rede privada – isso ajuda a explicar porque nos últimos dez anos no estado de São Paulo as matrículas na rede privada de ensino regular aumentaram enquanto na rede pública diminuíram.

A meta 06 que prevê 50% das escolas em tempo integral tem como estratégia correspondente convênios com entidades sindicais de caráter privado e com entidades privadas ditas filantrópicas ou beneficentes.

A elevação da escolaridade média prevista na meta 08 prevê exames de certificação como o ENCEJA, assim como na meta 10, expansão do EJA (Ensino de Jovens e Adultos) e na meta 11, expansão do ensino técnico - que atinge diretamente as ETECs, se preveem o ensino a distância e convênios com entidades dos sistemas sindical (de caráter privado) e do sistema S (Sesi, Senai, Senac - lembrando que para o governo essas entidades são consideradas sindicais). A Meta 11 também prevê convênios com faculdades e universidades privadas.

O Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) é a síntese da meta 11/expansão do ensino técnico. Ela implica no desmonte da rede de escolas técnicas mantidas pelo Estado ao permitir o ensino à distância e toda sorte de convênios com instituições privadas de ensino em todos os níveis – ensino médio e superior.

O governo transfere alunos e recursos do ensino público para o ensino privado, condena os alunos mais pobres, justamente os que acorrem a rede pública de ensino na educação básica, a um ensino de qualidade inferior, seja pela educação a distância, seja pelos convênios com escolas privadas de qualidade duvidosa; transformando o direito a educação num grande negócio para seus amigos do ensino privado.

Por isso, o Pronatec deve ser repudiado, juntamente com o PNE que lhe dá suporte.

Um segundo grupo de metas trata da expansão da educação superior; parece “mais do mesmo”, transferência de verbas públicas para o capital privado, educação à distância, etc. Vamos a elas:

A meta 12 trata da expansão da graduação através do ensino à distância, expansão do crédito estudantil (FIES), de “políticas afirmativas para grupos desfavorecidos na forma da lei” – não se deixe enganar pela verborragia progressista! – através de programas como o Prouni (compra de vagas para alunos “carentes” em faculdades e universidades privadas a um custo até quatro maior do que numa universidade pública de acordo com o ANDES-SN).

A meta 14 trata da expansão da pós-graduação strictu sensu (mestrado e doutorado) através de financiamento estudantil (FIES) e ensino à distância.

Pelo exposto acima, pode-se concluir sem sombra de dúvida que toda a expansão da educação – básica, superior, e até a pós-graduação-, implica na privatização crescente de um direito histórico da população: o acesso ao conhecimento via educação.

Chegamos finalmente aos professores da educação básica – isto porque o PNE ignora os demais profissionais da educação. A meta 07 prevê a manutenção e aperfeiçoamento dos indicadores de avaliação da qualidade de ensino como o IDEB (que prioritariamente serve para avaliar professores); a meta 15 prevê que todos os professores de educação básica tenham nível superior e, “para variar”, estabelece pra esse fim convênios com faculdades e universidades privadas ditas comunitárias ou beneficentes e financiamento estudantil (FIES).

A “valorização profissional” dos professores de educação básica é objeto da meta 17 que, neste caso, vale mais pelo que não diz do que pelo que diz. Ela simplesmente omite a necessidade de aplicação imediata por parte de governos estaduais e prefeituras da jornada de trabalho com 1/3 de aulas extraclasse prevista na lei do PSPN, simplesmente ignorada por governadores e alcaides municipais.

Plano de carreira aparece na meta 18 apenas para estabelecer avaliação periódica de desempenho e exame nacional de certificação – espécie de ENEM – para os professores.

O que o governo chama de “valorização profissional” no PNE, qualquer professor com alguma dose de isenção chamaria de criminalização ou responsabilização.

A meta 20 trata do investimento público em educação está tramitando no senado federal e até agora não há uma definição sobre o montante do investimento público em educação ao longo deste PNE.

A previsão de incluir os royalties do petróleo como parte do investimento em educação ajuda mais a confundir do que propriamente a aumentar os investimentos públicos no ensino. Primeiro porque os valores desses royalties são previsões para os dez anos de duração do PNE –não são receitas anuais – e em segundo lugar porque esses royalties estão sendo arrecadados com a privatização e internacionalização de um recurso natural estratégico para o país – o petróleo – através dos leilões dos poços de petróleo descobertos pela Petrobras – como no caso de Libra.

Por fim, também é bom lembrar que todos os recursos dos royalties - a “montanha” de dinheiro que o governo anuncia que virá para educação - chegarão a, no máximo, 0,6% do PIB, sendo que o governo pretende destinar boa parte deles ao ensino privado - como permite a meta 20.

Queremos e exigimos mais verbas para a educação pública; mas também queremos e exigimos a Petrobras e o petróleo 100% estatais e nacionais.

**A Petrobras e o petróleo são nossos!**

Contra o PNE do governo devemos levantar a bandeira de verbas públicas somente para escolas públicas e de 10% do PIB para a educação pública já!

Petrobras /Petróleo 100% estatal e nacional – Anulação do leilão do Campo de Libra

O governo federal de Dilma Roussef promoveu em 2013 a maior privatização da história do país ao leiloar o Campo de Libra – pré-sal – permitindo que empresas estrangeiras controlem 60% do petróleo daquele que é considerado o maior campo de petróleo do mundo.

Ao mesmo tempo o governo dos petistas que dizia nunca ter realizado qualquer privatização, avança nas privatizações; primeiramente foram os aeroportos e as estradas, agora é a vez do nosso petróleo e da Petrobrás.

Ainda chegam à desfaçatez de usar como argumento a favor da privatização do petróleo o investimento dos royalties em educação – tanto pública quanto privada.

Essa é uma manobra para nos dividir. Os royalties – direitos de exploração do petróleo – seriam pagos por quem explorar a riqueza independente de qualquer privatização; além do que o governo Dilma pretende investi-los também na educação privada, avançando mais ainda na privatização tanto do petróleo e da Petrobrás, como também da educação pública transferindo dinheiro público aos capitalistas do ensino privado.

Exigimos 10% do PIB para a educação pública já, a escola pública não pode esperar até 2023, não aceitaremos que se sacrifique uma geração de estudantes como quer o governo.

Não vamos cair na manobra divisionista do governo federal e de seus representantes nos movimentos sociais – CNTE, CUT, CTB e outros.

Petrobrás e petróleo 100% estatais e nacionais, imediata anulação do leilão do Campo de Libra, prisão e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores do “petrolão”.

**Educacional**

Os ataques à educação pública-estatal no Brasil, hoje são coordenados pelo governo federal, que assumiu o projeto da burguesia brasileira e imperialista para a educação. No passado a educação privada estava nas mãos de empresas familiares, que isoladas não conseguiam articular um projeto unitário, a partir de 1997 com o decreto 2.306, as IES privadas puderam alterar sua natureza: antes disso, eram sem fins lucrativos e, depois do referido decreto puderam optar pela forma comercial, com fins lucrativos. Essa alteração abriu a porteira para a mercantilização do ensino, com o Movimento Todos Pela Educação sendo o grande representante do capital na unificação das frações burguesas.

O projeto está materializado no PNE (Plano Nacional da Educação) aprovado pelo congresso nacional e sancionado pela presidenta Dilma sem nenhum veto. Não deve nos iludir com o aumento de 10% do PIB a ser gasto com educação. Primeiro porque só será efetivado esse gasto em 2022, e depois porque o aumento dos gastos está voltado ao grande Capital, privatizando ainda mais a educação brasileira e aumentando as parcerias público privada sem atender as demandas da educação pública. A mercantilização da educação via privatizações diretas ou indiretas, e a consequente precarização das condições de trabalho e da vida dos trabalhadores em educação nas redes públicas e privadas, do ensino básico ao superior, traz consequências sérias ao futuro dos estudantes e a classe trabalhadora.

Se a burguesia conseguiu se unificar em torno de um projeto que visa mais lucro e investimentos nas grandes empresas de educação privada, além de atacar nossos direitos, é necessário que aqueles que lutam por uma educação de qualidade para os trabalhadores, se unifiquem e organizem a luta conjuntamente. A Conspiração Socialista defende o aprofundamento do debate, ampliando cada vez mais os setores dos trabalhadores comprometidos com a educação pública-estatal, que combatem o PNE privatista, sendo contra a mercantilização da educação, a favor de que nenhum centavos de verbas públicas seja repassado para a iniciativa privada, temos que estar dispostos a organizar o conjunto da classe trabalhadora para que lutem junto a nós para que seus filhos tenham educação pública-estatal de qualidade e gratuita.

As últimas lutas dos trabalhadores em educação nos vários estados e municípios do Brasil demonstram que há espaço para construção de um calendário unificado de lutas em defesa da educação pública-estatal e que é dever da CSP-Conlutas dirigir esse movimento pois é a única central comprometida com a luta dos trabalhadores, independente de governos e patrões. Defendemos que os 10% do PIB aprovados, sejam aplicados imediatamente na educação pública-estatal, rumo aos 15% e organização de um Encontro Nacional de Educação, unificado com outros setores da esquerda que defendem os trabalhadores. Por uma greve geral da educação publica

**Educação**

- Permanência Estudantil é um direito!

- Por mais verbas para as universidades e toda a educação pública! Por 33% do total de impostos do estado para a educação pública, incluindo 11,6% do ICMS para as universidades estaduais e 3,3% para o Centro Paula Souza.

- Aumento de verbas públicas; 11,6% do ICMS para as estaduais paulistas e 10% DO PIB para a educação pública.

- Pelo fim do vestibular! Por uma universidade pública, gratuita, laica, democrática e autônoma, a serviço dos trabalhadores e do povo pobre!

- Defesa da assistência estudantil.

- Contra às fundações, organizações sociais

- Contra a terceirização, precarização do trabalho, contra o PL 4330.

- Lutaremos para defender as reivindicações dos terceirizados por melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas;

- Lutamos pelas cotas raciais proporcionais à população negra e indígena de cada estado e apoiamos outras iniciativas do movimento negro em defesa de cotas! Pelo fim do filtro social do vestibular!

- Contra os projetos na Câmara Federal de caráter machista, racista e homofóbico.

**Resolução sobre as lutas na Educação**

A presidente Dilma, na posse de seu segundo mandato, disse que a educação seria a prioridade de seu governo nos próximos quatro anos. Para tanto, criou o bordão “Pátria Educadora”. Na semana seguinte, o governo anunciou o corte de R$ 7 bilhões da educação como parte das medidas para garantir o superávit fiscal e seguir o pagamento de juros da dívida pública aos credores nacionais e internacionais.

Este corte de recursos faz parte de uma série de medidas de ajuste fiscal como é caso medidas provisórias 664 e 665 e do PL 4330, que atacam direitos e precarizam as relações de trabalho. Assim, enquanto destina mais de 45% do orçamento da União para os rentistas, designa apenas 3,7% para a pasta da Educação.

Nos estados e municípios, a lógica dos governadores e prefeitos tem sido a mesma: jogar nas costas dos trabalhadores os custos do agravamento da crise econômica no país. Além de arrochar salários e retirar direitos, sucateiam os serviços públicos oferecidos à população, tornando cada vez mais difícil a vida dos brasileiros.

O propagandeado Piso Nacional não passou de um grande engodo, pois, mesmo sendo um valor muito aquém das necessidades dos educadores, não é cumprido nos estados e municípios. Ou seja, o governo federal criou uma lei e não garante o cumprimento da mesma. Nos poucos lugares onde o Piso é pago, foi possível à custa do desmonte dos planos de carreira, transformando, assim, o que deveria ser Piso, em teto salarial.

É evidente que este cenário tem causado muitos problemas para a categoria dos educadores, pois além da falta de investimentos e da sobrecarga de trabalho, estes convivem com baixos salários e a frustração em relação a uma conquista histórica que representou o Piso Salarial Nacional, que se transformou em um “direito virtual”.

Assim, existe um quadro de adoecimento físico e/ou mental, de insegurança com a profissão, de desestímulo, de sentimento de fracasso. Mas também de indignação. E esta indignação tem estado presente nas manifestações, nas greves que se multiplicam e se radicalizam, com os trabalhadores em educação retomando a sua histórica capacidade de lutar.

Desta forma, os trabalhadores em educação têm resistido com luta aos ataques e continuam se mobilizando contra a precarização, por valorização salarial, contra a retirada de direitos e, em muitos estados, pela implementação da Lei do Piso. Greves vêm ocorrendo em todos os cantos do país. Só em 2015, os educadores entraram em greve em mais de dez estados e também em inúmeros municípios.

A resposta dos governos, por sua vez, é a criminalização das greves da educação e dos grevistas. Ameaças de corte de ponto, demissões, lei da “mordaça” e truculência no trato com as manifestações tem sido o receituário adotado pelos distintos governos.

Em São Paulo, o governo Geraldo Alckmin (PSDB) não negociou com a categoria e ainda caçou a liberdade de expressão dos educadores. No Paraná, professores foram brutalmente reprimidos pelo governador Beto Richa (PSDB) que utilizou cassetetes, bombas, balas de borracha, cavalos e cães para acabar com a manifestação dos professores no dia em que o projeto que ataca a aposentadoria dos funcionários estaduais paranaenses foi votado. Essa mesma violência já havia sido empregada contra os trabalhadores da educação no RJ, na greve de 2013.

Em Macapá, os professores entraram em greve no dia 11 de abril e não tiveram as suas reivindicações atendidas pelo prefeito Clécio Luís (PSOL). Essa mesma postura de intransigência e truculência dos governantes esteve presente também em outras greves de professores, como foi o caso de Pernambuco, Santa Catarina e Pará.

Infelizmente, apesar deste contexto de greves dos trabalhadores da educação básica em diversos estados e capitais do país, não houve uma política por parte da CUT e da CNTE de unificar estas lutas através de uma greve geral da educação.

A degeneração imposta à CNTE pela política governista da Articulação Sindical já levou diversas entidades representativas de educadores a se desfiliarem da Confederação e também da CUT, pois é cada vez mais necessária a existência de uma ferramenta de luta para responder aos ataques do governo. A CNTE e a CUT foram omissas e nada fizeram para enfrentar a nefasta Reforma da Previdência promovida pelo governo em 2003.

Em relação ao ensino superior público, há indicativo de greve do Andes para o período que vai de 25 a 29 de maio. A luta dos Andes é a mesma dos professores da educação básica: contra o corte de gastos no ensino superior público, valorização dos seus profissionais e por uma educação pública de qualidade em todos os níveis.

Assim, para fortalecer as lutas da Educação Pública, é necessário que o nosso II Congresso delibere por:

1-Encampar uma grande campanha nacional contra a criminalização das lutas na educação, pelo direito de greve, de organização, de manifestação e pela liberdade de expressão.

2- Apoiar todas as lutas dos trabalhadores em educação, buscando a unificação das mesmas e exigindo que os governos atendam as suas pautas de reivindicações.

3- Exigir da CNTE um plano claro de unificação das lutas da educação básica e superior.

4- Defender, na base de todos os sindicatos da educação onde a central atua, a construção de uma greve nacional da educação, partindo das lutas que estão em curso. Esta greve na educação seria parte da construção de uma greve geral no país, capaz de derrotar os ataques de governos e patrões. E fortalecer o chamado à responsabilidade da CNTE para a construção da greve geral da educação nacional, visto a quantidade de greves e paralisações da categoria, a truculência dos governos, bem como a precariedade e os cortes de mais de 9 bilhões da educação pública.

5- Realizar, no segundo semestre deste ano, um seminário das entidades e movimentos da educação básica que atuam na, central com o objetivo de debater uma política de intervenção mais organizada neste setor.

6- Iniciar, ainda este ano, a preparação do II ENE (Encontro Nacional da Educação).

**Levante dos trabalhadores em educação**

Nos últimos anos, têm sido vários os levantes dos trabalhadores em educação. Na rede municipal, em 2012, houve uma importante greve comandada, sobretudo, pelos setores de oposição do Sinpeem (SP), contra o governo de Gilberto Kassab, que terminou com um embate significativo entre a base e a direção majoritária do sindicato. Em 2013 e 2014 fizemos duas greves duras contra o governo de Fernando Haddad (PT). A greve de 2013 foi para consolidar conquistas da greve anterior, já que Haddad e seu secretário César Callegari ameaçavam em não cumpri-las. Em 2014 foi a maior greve da rede municipal de São Paulo, com 43 dias de duração e ao final, apesar das parcas conquistas (reajuste salarial parcelado em 2 anos), obtivemos uma importante vitória política, pois a categoria atendeu ao chamado da militância e reforçaram a greve no momento em que o governo endurecia com os grevistas, inclusive forçando o desconto dos dias parados. O governo recuou com a adesão massiva de professores e funcionários à greve.

Na rede estadual tivemos uma importante greve em 2013, porém a categoria não teve a mesma confiança na militância do sindicato e terminou com um golpe da Articulação Sindical ao anunciar o fim da greve, quando a categoria havia votado a continuidade. Não houve conquistas. A direção majoritária do sindicato que representa a categoria – Apeoesp, pertencente ao PT tem total controle das subsedes do interior e, justamente estes professores do interior do estado não atenderam ao chamado do sindicato e não fortaleceram a greve.

Tanto na rede municipal quanto na rede estadual, os principais sindicatos têm direções majoritárias governistas. No município, o presidente do Sinpeem, que já foi vereador pelo PC do B e hoje está filiado ao PPS, partido aliado dos tucanos, comanda o sindicato com uma diretoria majoritária plural, tendo até petistas em seu grupo político. Na Apeoesp, a presidente é da Articulação Sindical, um dos setores mais pelegos do movimento sindical.

Em 2015, uma grande greve da rede estadual foi deflagrada em 13 de março e ainda está em curso. Há quase 60 dias, os professores cruzaram os braços e estão fazendo manifestações pelo estado diariamente. São bloqueios de ruas, avenidas e rodovias. Ocupação da Assembleia Legislativa, aeroportos, Diretorias Regionais de Ensino, Secretaria da Educação e tantos outros espaços públicos, na tentativa de chamar a atenção da sociedade para o descaso com a educação promovido pelo governo tucano.

Em outras cidades e outros estados, como no Paraná, também estão ocorrendo levantes importantes contra a retirada de direitos ou por melhoria salarial. Levantes contra governos dos mais diversos partidos (PT, PSDB, PMDB, PSOL) demonstrando a necessidade dos trabalhadores se organizarem com independência de governos e partidos para conseguirem impor suas bandeiras de lutas.

**As Revoltas Urbanas, os Movimentos Populares e os desafios da CSP-Conlutas**

1 – As lutas urbanas

As jornadas de junho de 2013 golpearam a todos com a surpresa que colocou diante de nós, os lutadores. É possível dizer que ninguém imaginava que as lutas anuais contra o aumento das passagens pudessem ter o tamanho que tiveram.

Mas o que é mais importante só foi revelado aqueles e aquelas que conseguem ler um pouquinho as imagens do mundo e suas entrelinhas.

As jornadas de junho expressaram a explosão de um sentimento que há anos vinha crescendo nas periferias, bairros pobres, vilas e favelas do nosso país: para os trabalhadores pobres que vivem nas grandes cidades, a vida se tornou insuportável.

Os governos petistas adotaram nos últimos 12 anos uma fórmula que só poderia acelerar este sentimento; a fórmula é: “você tem direito a tudo, desde que compre os seus direitos”.

Você tem direito à moradia, desde que compre uma casa e se endivide com a Caixa Federal.

Você tem direito ao transporte, desde que compre um carro e se endivide com algum banco.

Você tem direito à educação, desde que compre seu direito de estudar e se endivide com o FIES.

Assim, para garantir altíssimos juros aos investidores e banqueiros e altíssimos lucros às empresas transnacionais, se criou a receita certeira para um caos completo.

Nenhuma política habitacional teve a coragem de tocar nas propriedades deixadas para a especulação; com isso, a construção de casas – além de não resolver o problema – entope de dinheiro os bolsos das construtoras e empreiteiras. A cidade de São Paulo é um exemplo disso; existem mais imóveis construídos e vazios na cidade do que famílias sem teto. Mas, para não arrumar encrenca com a burguesia especuladora, o governo prefere construir mais e mais casas em terrenos cada vez mais distantes dos centros onde se concentram os postos de trabalho. A expulsão dos trabalhadores para as regiões mais distantes foi aprofundando um problema que já era muito grave; o problema do transporte público.

Em relação às lutas por moradias: Famílias e comunidades que já estão assentadas com pelo menos 5 anos ou mais, que são solidárias e tem toda uma estrutura economicamente ativa, devem ser asseguradas com o título de posse e semituração. Uma vez que não possui este direito garantido, as deixam vulneráveis a especulações imobiliárias (grandes empreiteiras). Junto a políticos que pagam suas faturas de campanha a essas empresas com os espaços de moradias. Retirando da classe trabalhadora o direito fundamental a moradia. Principalmente as comunidades mais afetadas são as que residem próximas ao litoral. Como por exemplo, as situações corriqueiras na Região Metropolitana de Recife. Devemos lutar pela elaboração de medidas que assegure a classe trabalhadora o direito ao título de posse e semituração; uma vez que já é garantido pela Constituição Federal colocarem em prática o Poder Público dificulta. O desafio para CSP-Conlutas/luta popular seria tornar esse direito à moradia digna eficaz e menos burocrática. De forma que não dê margem para políticos corruptos e burgueses retirarem moradias de famílias com facilidade, contribuindo assim o procedimento do capitalismo.

Não é de hoje que a gente sabe que o transporte é refém de uma máfia que faz acordos espúrios para financiar campanhas e, com isso, vendem a possibilidade do povo ter o mínimo de dignidade. Só que, indo pra cada vez mais longe, quem antes demorava 1 hora, passou a demorar 2, 3, ou mais tempo pra fazer o trajeto casa-trabalho.

Então, dá-lhe carro na rua e dá-lhe trânsito. Todos os dias os jornais noticiam quilômetros de filas de carros parados. As chuvas seguem todos os anos castigando os mais pobres com desbarrancamentos, com soterramentos e com enchentes. Contraditoriamente, por conta da relação predatória do capitalismo com a natureza, os mesmos que se afogam nas enchentes não tem mais água nas torneiras.

A crise hídrica e energética dá as caras no sudeste do Brasil, região de irracional superconcentração populacional.

A ausência de reforma agrária submeteu os trabalhadores pobres das cidades a uma alimentação predatória, barata, transgênica e cheia de venenos e, mesmo esta, fica ameaçada com o aumento recente da inflação que corrói primeiro os salários dos mais pobres que direcionam o grosso do que ganham para comida, transporte e aluguéis.

A saúde pública há anos segue na UTI e não há reparos que possam remendar seus problemas estruturais. Os mais explorados lotam as filas dos hospitais, esperam anos por tratamentos especiais e cirurgias e chegam mesmo a morrer em condições precárias.

Por todos os lados, em todas as dimensões, a vida – embora cheia de bens de consumos como celulares, TV’s de plasma e eletrodomésticos – se torna insuportável. As metrópoles brasileiras são como bombas-relógio prestes a explodir. Junho foi uma explosão. Ninguém esperava, mas quem olhar com a devida atenção não tem dificuldades em enxergar suas raízes.

Com tantos conflitos, tantas contradições, as lutas que ocorrem no território se somam de forma a complementar a organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho. Muitas vezes, os que estão nas fábricas são também os mesmos que marcham junto com as ocupações por moradia. Os que se organizam pelo transporte são também jovens operários das fábricas que, neste momento iniciam suas primeiras experiências de greve, como as que ocorreram no julho e agosto de 2013.

A CSP-Conlutas compreendeu os desafios da realidade e, desde seu início, a tarefa histórica que lhe cabia. De maneira embrionária, ainda pequena e em construção, as organizações que construíram esta central tiveram a ousadia de dar uma resposta à altura da realidade que lhe rodeava quando nasceu.

Esta ousadia se concretizou na concepção de central que construímos: uma central que unifique o conjunto dos setores explorados e oprimidos da classe, constituindo um espaço comum de lutas e elaboração para as diferentes formas de organização que as lutas impuseram: movimentos populares urbanos, rurais, sindicatos, movimentos feministas, movimentos LGBT’s, o movimento negro e os movimentos estudantis.

Acontece que este impulso fundamental que fez com que a concepção de nossa central fosse tão avançada, não significa uma homogeneidade na compreensão das tarefas que cumprem, hoje, os movimentos populares na luta de classes. Há ainda quem – mesmo dentro da CSP-Conlutas – encare com desdém ou sem importância as formas organizativas desenvolvidas pela classe trabalhadora fora das fábricas. Não é raro encontrar, mesmo entre nossos ativistas sindicais mais combativos, aqueles que achem que a Reforma Urbana e a Reforma Agrária são bandeiras que só os movimentos de sem-teto ou de sem-terra devem carregar.

Não avançaram o suficiente para compreender e implementar uma unidade orgânica e não apenas formal entre os movimentos sindical e popular. Ainda não se convenceram de que os problemas urbanos afetam ao conjunto da classe trabalhadora que vive nas cidades, independente de possuir ou não uma moradia. Não assumiram a importância de os próprios sindicatos se empenharem em debater e reivindicar estas reformas como necessidade premente da base de suas próprias categorias.

Na fervura dos acontecimentos dos últimos dois anos, a importância das lutas realizadas pelos movimentos populares ao redor destas duas bandeiras (há outras, é claro) a realidade se impôs e tornou-se um imperativo compreender estes movimentos e estas lutas para dar uma batalha consequente para que se aproximem e integrem nossa central, fortalecendo um polo de lutas combativo, independente e antigovernista.

2 - A cultura de resistência

O Luta Popular é um movimento que nasce das dificuldades da realidade somadas às potências da vontade das pessoas. Lutamos por todas as coisas mais brutas, elementares e essenciais: comida, casa, educação, saúde, contra o genocídio, por saneamento, por liberdade.

No entanto, em cada ocupação que realizamos por moradia, em cada reunião que discute o mínimo problema de um bairro, em cada passeata contra algo ou por alguma coisa, lutamos por uma cultura e uma arte revolucionárias.

A cultura é o campo de batalha por um poder invisível, mas dominador. Por isso, entendemos que é parte de nossas tarefas a luta pelos corações e mentes do povo trabalhador. Queremos revolucionar o mundo, queremos derrotar o capitalismo, queremos uma sociedade sem classes sociais e sem estado, queremos a possibilidade de vislumbrar nossa plenitude humana mais criativa e rebelde.

3 - Como então avançar?

Uma das necessidades que temos é ir mais além o que significa a incorporação política dos setores do movimento popular. É fundamental dar vida às CSP-Conlutas estaduais, incorporando representações dos movimentos. É fundamental essa expressão também no âmbito da Executiva Nacional da Central.

É premente que as bandeiras da Reforma Urbana e da Reforma Agrária sejam pautas permanentes de todas as nossas plataformas de luta e reivindicação, independente da própria participação de movimentos em sua elaboração, pela compreensão geral de que são bandeiras da classe trabalhadora. É preciso pensar em como incorporar em nossos espaços de organização e atividades as dinâmicas destes movimentos que possuem uma base que – ao menos em parte – desconhece as formas organizativas institucionais dos sindicatos e sentem-se repelidas quando isto formata nossos espaços.

O próprio espaço dos nossos congressos expressa essa necessidade de incorporar mais temas gerais, mais painéis com caráter formativo, mais espaços de convivência e de cultura popular.

Temos diante de nós enormes possibilidades de fazer com que a ousadia viva em nossa concepção da central se concretize numa unidade do conjunto da classe, expressa por distintas formas de se organizar e de lutar deem corpo a um projeto político independente e construído pela base.

No entanto, tudo isso está atravessado por uma série de dificuldades e contradição das quais somos nós também, militantes dos movimentos populares, responsáveis e partícipes.

É preciso avançar na construção política dessa unidade sindical e popular para que o nome de nossa Central expresse na prática cotidiana a sua concepção, por uma necessidade do movimento de massas.

Por isso, devemos discutir com clareza a forma da relação entre o movimento popular e a CSP-Conlutas. A unidade política e a compreensão de que a ajuda material necessária para a intervenção do movimento popular deve servir de suporte para um projeto futuro de autos sustentação do movimento.

Além disso, devemos aprofundar a participação do movimento popular em nossa Central, garantido, inclusive, que os companheiros dos estados mais distantes (norte) possam fazer parte da direção da entidade, garantindo também dessa forma um equilíbrio regional na representação do próprio movimento e da Central.

Assim, apresentamos para o II Congresso da CSP-Conlutas as seguintes propostas de resolução:

a) Que o movimento popular irá fortalecer em cada estado sua participação nas executivas da CSP-Conlutas estaduais;

b) Que a Coordenação Nacional da CSP-Conlutas discuta a possibilidade de contribuição até o próximo Congresso de uma ajuda de custo para cada estado onde se encontra organizado o movimento, para que esse recurso seja utilizado para a construção de um projeto de autos sustentação do movimento;

c) Que a Coordenação Nacional da CSP-Conlutas discuta a possibilidade de garantir a participação de pelo menos 01 companheiro da região norte do país para em suas reuniões.

4 – Conclusão

Entendemos que a compreensão comum da importância do movimento popular para a luta de classes no país deverá ser fruto de uma atuação política comum cada vez mais aprofundada. As medidas que estamos propondo são o primeiro passo para um avanço na luta.

**Sobre o Projeto da Anistia no Congresso da CSP-Conlutas**

Considerando que:

1- Os empresários no Brasil se utilizaram de perseguições, delações, elaboração de “listas sujas”, demissões e torturas contra os trabalhadores brasileiros.

2- Essas ações foram comprovadas por centenas de documentos levantados na pesquisa do Grupo de Trabalho 13 “Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e Trabalhadoras e ao Movimento Sindical”, contida no capítulo 22 do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

3- Muitos deles patrocinaram os aparatos de repressão, como o notório caso das relações da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) com a Operação Bandeirantes (OBAN).

4- Apesar de serem extensas as provas que fazem constatar essa participação direta e/ou indireta de empresas na repressão aos trabalhadores, a CNV fez a opção política de omitir essa questão entre suas recomendações, entregues à presidente Dilma Rousseff em 10 de dezembro de 2014.

5- A CNV, embora tenha responsabilizado os militares, que foram evidentemente os instrumentos da repressão aos trabalhadores e devam ser punidos por seus crimes, omitiu o papel dos empresários como organizadores do golpe civil-militar de 1964 para fins de reparação. Mesmo sendo os empresários beneficiários das medidas econômicas da ditadura, financiadores da estrutura de repressão e colaboradores ativos da repressão no cotidiano de combate à organização dos trabalhadores.

6- A postura da extinta CNV veio na mão contrária da batalha travada por centrais sindicais, sindicatos, comitês, comissões da verdade e outras entidades cujo objetivo é trazer a público a história acobertada sobre a relação íntima entre os órgãos de repressão e empresários durante a ditadura.

7- A repressão, o controle e a vigilância exercidos hoje sobre as lutas dos trabalhadores e dos movimentos sociais são herdeiros desse legado não reconhecido oficialmente pelas autoridades. A não responsabilização do empresariado pelo passado fortalece as injustiças contra os trabalhadores no presente.

8- Existe uma campanha permanente de empresários que apoiaram o Golpe Militar e de partidos de direita para extinção ou asfixiamento da Comissão de Anistia.

9- O governo Dilma ao invés de apoiar as reivindicações das entidades da classe trabalhadora que exigem Punição dos agentes de estado e empresários que sustentaram e se beneficiaram com o regime ditatorial e Reparação para as entidades, organizações e trabalhadores que sofreram na luta contra a ditadura, cede a pressão dos setores mais reacionários.

10- Para continuar a luta por verdade, justiça e reparação se formou o Fórum de Trabalhadores e Trabalhadoras por Verdade, Justiça e Reparação.

O II Congresso Nacional da CSP-Conlutas resolve:

1- Integrar-se ao Fórum de Trabalhadores e Trabalhadoras por Verdade, Justiça e Reparação, e promover suas atividades para dar continuidade ao trabalho das Comissões da Verdade das entidades de base, da CSP-Conlutas e das demais centrais sindicais, visando fortalecer suas manifestações.

2- Manifestar nossa insatisfação com a postura da extinta Comissão Nacional da Verdade de não acatar como recomendação formal à Presidência da República a responsabilização das empresas que colaboraram com a repressão no período da ditadura civil-militar.

3- Exigir dos órgãos governamentais e judiciais, a começar pelo Ministério da Justiça, a investigação, denúncia e punição dos empresários, bem como empresas privadas e estatais, que participaram material, financeira e ideologicamente para a estruturação e consolidação do golpe e do regime militar; instituir um fundo, mantido por meio de multas e punições pecuniárias provenientes de empresas públicas e privadas que patrocinaram o golpe e a ditadura subsequente, para a reparação dos danos causados aos trabalhadores, organizações sindicais e ao patrimônio público; elaborar política pública de resgate da memória de luta dos/as trabalhadores/as que garanta a reparação histórica, somando-se à reparação econômica, sob responsabilidade do Estado e das empresas envolvidas com a repressão.

4- Exigir a formação de um organismo em nível nacional para dar seguimento às ações que visem resgatar a memória e a verdade, assim como promover a justiça e a reparação às vítimas da repressão.

5- Realizar uma campanha nas bases das categorias participando das atividades, impulsionadas pelos anistiados e anistiandos políticos junto a Comissão Nacional de Anistia. Uma campanha com a realização de fóruns, debates, audiências públicas que possam fortalecer a política pela reparação.

6- Exigir do governo federal medidas que garantam a continuidade do processo de abertura dos arquivos referentes ao período da ditadura civil-militar brasileira.

7- Incentivar e promover, com apoio e participação das entidades representativas dos trabalhadores, o desenvolvimento de pesquisas sobre os arquivos do referido período.

**Sobre a Comissão Nacional da Verdade**

Considerando que:

1- Em 10 de dezembro de 2014, Dia Mundial dos Direitos Humanos, a CNV (Comissão Nacional da Verdade) apresentou seu relatório final, resultado de quase três anos de trabalhos.

2- Foram 1121 depoimentos, sendo 132 deles de agentes públicos. O documento lista responsáveis pela repressão política, além de 434 vítimas dos crimes cometidos.

3- O Grupo de Trabalho 13 “Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e Trabalhadoras e ao Movimento Sindical”, do qual uma delegação da CSP-Conlutas fez parte, entregou à CNV um relatório com o resultado da pesquisa, que continham coleta de testemunhos e documentos sobre a perseguição e repressão aos trabalhadores e trabalhadoras durante o período ditatorial em todo o país. Este relatório apresenta as seguintes informações: a) Os trabalhadores e o movimento sindical constituíram o alvo primordial do golpe de Estado de 1964, das ações antecedentes dos golpistas e da ditadura a seguir imposta; b) O Golpe de 1964 e a ditadura subsequente decorreram de uma aliança civil-militar embasada em um projeto comum e numa ação articulada; c) A ditadura de 1964 criou um novo regime fabril; d) A articulação público-privada constituída no âmbito da ditadura de 1964 ampliou significativamente as formas de violência e repressão praticadas contra os trabalhadores; e) Na ditadura de 1964 empresas estatais tornaram-se laboratórios de monitoramento e repressão; f) Durante a ditadura de 1964 alterou-se a legislação econômica e trabalhista para viabilizar a superexploração dos trabalhadores e mais rápida concentração de capital; g) Na esteira das violações de direitos mencionadas ocorreram as graves violações de direitos dos trabalhadores: prisões ilegais e arbitrárias, tortura, assassinatos, desaparecimento forçado, ocultação de cadáver; h) A classe trabalhadora foi vítima de torturas que resultaram em sequelas físicas e psicológicas insuperáveis; i) Tem-se notícia de muitas mortes e desaparecimentos forçados de trabalhadores, mas os números continuam inconclusivos.

4- Apesar de serem extensas as provas que fazem constatar a participação das empresas na sustentação da ditadura e na repressão aos trabalhadores, a CNV omitiu, para fins de reparação, o papel dos empresários como organizadores do golpe de 1964, beneficiários das medidas econômicas da ditadura, financiadores da estrutura de repressão e colaboradores ativos da repressão no cotidiano de combate à organização dos trabalhadores.

5- A Comissão Nacional da Verdade ignorou, em seu relatório final, uma série de documentos encontrados durante a investigação que podem alterar o entendimento de episódios da ditadura (1964-85). Como um conjunto de relatórios dos órgãos de inteligência das Forças Armadas que, entre outros assuntos, detalha ações de monitoramento contra militantes e as atividades dos infiltrados nas organizações de esquerda. São informes, transcrições de encontros e até recibos de pagamento que os militares faziam para registrar a coleta de informações. A prática foi crucial para a repressão dizimar as organizações de esquerda na década de 1970.

6- Não há uma linha sobre os infiltrados nas conclusões da Comissão da Verdade –os documentos nem sequer foram mencionados.

7- A CNV recomendou a criação de um órgão público para dar seguimento aos trabalhos iniciados pelo colegiado, inclusive com investigações que possam identificar mais vítimas da ditadura militar.

8- O fato é que o relatório apresentado tem muitas limitações impostas pelo próprio governo, que formou uma comissão com poucos membros, pouca infraestrutura e pouco tempo para o trabalho.

9- A presidente Dilma Rousseff afirmou, no dia da entrega do relatório, que o documento elaborado ajuda o Brasil a “se reconciliar consigo mesmo”. Destacou que é necessário “pacificar o país e evitar mágoas”. Defendeu o respeito pelos “pactos políticos” feitos para viabilizar a “redemocratização”, em referência à Lei de Anistia, demonstrando como seu governo pretende tratar os crimes cometidos na época da ditadura.

10- A impunidade e o esquecimento permitem que os aparatos de repressão do Estado continuem a massacrar nossa juventude, principalmente a negra e pobre da periferia, e que setores reacionários minoritários comecem a pedir a volta da ditadura militar.

11- Não há reconciliação entre torturado e torturador sem haver punição exemplar dos agentes do Estado que cometeram crimes tais como: sequestro, tortura e estupro.

12- Não pode haver reconciliação nacional entre os milhares de trabalhadores demitidos, presos e perseguidos por lutarem contra a ditadura e os órgãos do Estado, e as empresas capitalistas que tiveram grandes lucros com este regime, sem que estas sejam responsabilizadas e punidas pelo Estado.

13- Não pode haver reconciliação com impunidade. Pois esta é uma reconciliação dos cemitérios, onde os criminosos são anistiados e os que sofreram atrocidades permanecem com suas penas.

O Congresso da CSP-Conlutas resolve:

1 - Manter uma campanha geral por Memória, Verdade e Justiça, com Punição e Reparação com as seguintes reivindicações:

Punição exemplar para os torturadores da ditadura militar;

a) Revogação da Lei de Anistia;

b) Repúdio à atuação dos governos imperialistas na repressão do golpe de 1964;

c) A expropriação das grandes empresas que patrocinaram e financiaram a ditadura;

d) Formação de um Fundo para Reparação dos danos causados por elas durante a ditadura e cobertura dos danos aos trabalhadores e ao patrimônio público;

e) Entulho da ditadura deve ser revogado;

f) Desmilitarização das polícias militares;

g) Revogação da Lei de Segurança Nacional;

h) Revogar leis que prejudicam os trabalhadores e beneficiam os patrões;

i) Fim da Lei de Imprensa que privilegia as grandes corporações;

j) Fim da legislação eleitoral da ditadura;

k) Fim do “Antigo Regimento” na Universidade (Regimento Disciplinar);

2 - A partir do relatório apresentado, fazer um chamado a todos os movimentos sociais, entidades de Direitos Humanos, entidades da classe trabalhadora e seus partidos políticos para exigir a apuração completa, punição exemplar dos financiadores, patrocinadores e agentes da repressão e a reparação de todos os danos causados durante a ditadura.

**Resolução sobre atuação jurídica da Central**

Considerando que: participamos desde o encontro de Luziânia da construção da Central e ao longo desses anos e na medida do possível atuamos na defesa da entidade e de suas filiadas, seja nas eleições sindicais, apoiando as oposições, o movimento popular e estudantil.

Considerando ainda que: realizamos dois Encontros Jurídicos Nacionais da CSP-Conlutas, com atuação destacada quando da primeira tentativa de reforma trabalhista com o projeto de reconsolidação da legislação trabalhista, nos processos de criminalização, com a realização conjunta com a OAB-Nacional do Seminário Nacional contra a Criminalização dos Movimentos Sociais e também a destacada participação da CSP-Conlutas no Congresso Nacional da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas - ABRAT.

Considerando, por fim, que a nova conjuntura de crise econômica tem colocado novos desafios e exigido mais do apoio jurídico as entidades e ao movimento popular e estudantil, com as demissões em massa, processos de criminalização em vários estados, terceirização, o assédio moral no ambiente de trabalho, a retirada de direitos históricos da classe trabalhadora e o acirramento das lutas.

O II Congresso da CSP-Conlutas aprova:

1. A realização do III Encontro Jurídico Nacional da CSP-Conlutas, com objetivo de armar os/as advogados/as das entidades e movimentos para uma atuação classista e ousada em defesa dos interesses dos trabalhadores em consonância com os princípios da central.

2. A participação da CSP-Conlutas no próximo Congresso da ABRAT.

3. Apoiar a criação de uma revista jurídica voltada para os principais lutas desenvolvidas pela CSP-Conlutas, como suporte técnico e teórico para as entidades filiadas.

4. Verificar a viabilidade do site da central disponibilizar um link jurídico para orientações e informações que possam ser utilizadas principalmente por aqueles que se localizam em regiões mais distantes e ou isoladas do país.

**A crise, a Dívida e a Vida**

O que mais caracteriza a conjuntura nos últimos anos é a crise econômica, financeira, social, política, ambiental e energética.

Frente à crise, em praticamente todo o mundo os trabalhadores e trabalhadoras, os/as jovens e o povo em geral, vão à luta contra os ataques aos direitos. E, para enfrentar a crise os governos, representantes dos interesses das elites dominantes, adotam mecanismos e instrumentos os mais diversos e quando há ameaça da redução dos lucros dos capitalistas, socorrem bancos e grandes empresas nacionais e internacionais, com o dinheiro público. Dinheiro que, muitas vezes, é usado inclusive para promover demissões em massa como temos visto em nosso país.

Mas, não é só desta forma que o dinheiro da população, vai para o ralo!

A corrupção e as isenções fiscais, desonerações dentre outros desvios legais e ilegais sugam somas incalculáveis.

Esta situação tem sido enfrentada com resistência e luta! Greves e manifestações diversas, destacando-se aquelas gigantescas, que ficaram conhecidas como as jornadas de junho.

Neste quadro de dificuldades, cansaço, descrédito, indignação, a direita, com os meios de comunicação à frente, tem buscado influenciar os movimentos sociais e capitalizar para seus partidos, como vimos nas manifestações de 2013 e em especial nas de 2015.

Enquanto o povo ocupa as ruas, a direita não governista busca capitalizar e ambas, esta e a direita governista se unem no Congresso Nacional e cassam direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e impõem ajustes fiscais, levando a retrocessos inimagináveis como os promovidos com as Medidas Provisórias 664 e 665 e com o Projeto de Lei 4330, que tramitam no congresso nacional.

Por outro lado, na mesma direção, atua a Justiça brasileira, inclusive, legalizando a terceirização no serviço público, através das organizações sociais e organizações da sociedade civil, dentre outras formas de privatização deste serviço.

Nas manifestações de 2013 a tônica foi para as políticas sociais, com destaque para transporte, saúde e educação. Em 2015, com o protagonismo da direita governista e não governista, foi a corrupção e a defesa do governo. A esquerda e os setores combativos do movimento têm centrado suas lutas na defesa dos direitos, contra os ataques dos governos e patrões e contra o ajuste fiscal e em especial, contra a PL 4330.

O que, de um modo geral, não tem se dado destaque é à Dívida Pública, que financia e mantém esta política e é a maior fonte de corrupção, essência do sistema capitalista. Exceção feita à Auditoria Cidadã da Dívida, associação, sem fins lucrativos, criada logo após o Plebiscito Popular da Dívida Externa, realizado em setembro de 2000, em 3.444 municípios, por diversas entidades da sociedade civil brasileira.

A Auditoria tem como objetivos, dentre outros, realizar a auditoria da dívida pública brasileira, interna e externa, federal, estaduais e municipais, de forma cidadã, exigir transparência de forma que os cidadãos e cidadãs “conheçam a natureza da dívida, os montantes recebidos e pagos, a destinação dos recursos e os beneficiários dos pagamentos de juros, amortizações, comissões e demais gastos” e mobilizar a sociedade para exigir a realização da auditoria da dívida.

Com estes objetivos, a Auditoria tem promovido estudos, pesquisas, cursos e desenvolvido ações para popularizar a discussão do endividamento público por meio da elaboração de publicações, manutenção de página na internet e promoção de eventos. Para tanto, tem contado com o apoio e mantido relações com outras entidades e redes nacionais e internacionais. Para além do seu trabalho específico, contribuiu de forma significativa com a CPI da Dívida Pública realizada pela Câmara dos Deputados, com a Auditoria da Dívida Pública no Equador e agora está contribuindo com a Auditoria da Dívida Pública da Grécia.

Com todo este trabalho, a Auditoria Cidadã tem dado uma valiosa contribuição para a sociedade brasileira.

É urgente e necessário que de forma ampla e aprofundada, cotidianamente os movimentos e os lutadores e lutadoras sociais façam da questão da Dívida Pública, tema permanente de suas ações.

Diante do exposto e, considerando:

Que nos anos 70 a Dívida Pública cresceu de forma absurda com o financiamento da Ditadura Militar e Mega projetos visando a exploração de riquezas naturais; nos anos 80 com a interferência do FMI e seus planos de ajuste fiscal e corte de gastos sociais, que são impostos até hoje (vide o ministro da fazenda, Joaquim Levy encontrando-se nos Estados Unidos com a diretora geral do FMI para apresentar o ajuste fiscal que estão impondo através das Medidas Provisórias 664 e 665, que tramitam no congresso nacional) e a partir dos anos 90 com privatizações, abertura financeira e comercial, transformação de dívida externa em interna, salvamento de bancos, dentre outras medidas para favorecer o grande capital financeiro.

Que, na prática, quanto mais a União, os Estados e os municípios pagam juros e amortizações da dívida pública brasileira (Interna e Externa) ela mais cresce de forma assustadora, enquanto todos os anos, quase 50% de todo o orçamento executado da União é para pagamento de juros e amortizações da Dívida Pública Brasileira.

Que em 2014, até 31 de dezembro, a dívida consumiu R$ 978 bilhões, ou seja, 45% do gasto federal; a dívida interna atingiu a estrondosa cifra dos três trilhões, 301 bilhões, 51 milhões, 276 mil, 22 reais e 50 centavos e a dívida externa chegou a 554 bilhões, 708 milhões, 937 mil, 494 dólares e 1 centavo;

Que as maiores vítimas do endividamento público brasileiro são as mulheres (os insuficientes recursos destinados às ações referentes a Políticas para Mulheres sofreram uma redução de quase 20% em 2013 e 2014); os povos indígenas que continuam abandonados à própria sorte e vitimados pelos grandes projetos que destroem o meio ambiente, suas terras e o seu território. Em 2013, apenas 0,06% dos recursos foram para o orçamento indígena; a juventude, especialmente negra, que sem perspectivas, lançada ao desemprego e à marginalidade, é submetida a uma verdadeira faxina étnica.

O II Congresso Nacional da CSP-Conlutas:

Reafirma o seu compromisso com a luta pela Auditoria da Dívida Pública no Brasil;

Incentivará o apoio das entidades filiadas e a participação dos lutadores e lutadoras sociais na construção e fortalecimento dos Núcleos Estaduais da Dívida Pública;

Elaborará materiais relativos à questão da Dívida Pública e ampliará a divulgação de cartilhas, vídeos, livros e publicações em geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública;

Ao tratar da Dívida Pública, buscará, também, desmitificar a Ditadura Militar como sinônimo de seriedade, honestidade e defesa do país; o Plano Real como sinônimo de estabilidade e o falso Fim da Dívida Externa, mostrando para a sociedade a relação entre eles e o acelerado crescimento da Dívida Pública Externa e Interna em nosso país; inclusive, com os fortes indícios de que a ditadura militar foi financiada pela dívida pública ilegal, ilegítima e imoral.

Denunciará a transformação da Dívida Pública Externa em Interna e vice-versa, como foi comprovado pela CPI da Dívida Pública e que a dívida pública interna é a nova faceta do endividamento externo, a nova forma de favorecimento do grande capital nacional e internacional.

Que a dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) representava uma pequena parte, cerca de 7,5% da Dívida Externa. E para pagar antecipadamente esta dívida o Brasil emitiu títulos da dívida pública brasileira, aumentando a Dívida Pública Interna de forma absurda, pois os juros da dívida com o FMI eram de 4% e os dos novos títulos quase 20%. E mais, que mesmo com o pagamento, o FMI nunca deixou de determinar as políticas que são implementadas no Brasil.

Denunciará que os credores da dívida pública interna brasileira são os denominados DEALERS – bancos nacionais e estrangeiros que tem o privilégio de adquirir os bônus de dívida interna em primeiro lugar, tão logo os títulos da dívida são lançados pelo Governo. Depois estes bancos nacionais e estrangeiros fazem seu jogo com estes títulos, de acordo com seus interesses. Que na prática, estes bancos, inclusive, determinam os valores destes títulos, pois só os adquirem com juros que lhes interessam e muito superiores aos juros da taxa Selic; visto que os mesmos são lançados quando o Governo necessita de recursos para pagamento de juros e amortizações da própria dívida.

Que a dívida pública interna e externa é uma verdadeira jogatina (alimentada pelo Sistema da Dívida, conjunto de instrumentos e mecanismos de ampliação e manutenção da dívida pública), à qual o governo, representando os interesses do grande capital nacional e internacional, se submete, em detrimento do Brasil e de sua população.

Finalmente, a CSP-Conlutas buscará envolver o conjunto da sociedade na luta pela Auditoria Oficial da Dívida Pública, usando todos os momentos e espaços possíveis para tanto, pois sem isso não só não teremos as políticas públicas asseguradas, como teremos cada vez mais direitos trabalhistas, sociais e previdenciários negados/cassados, assim como o aumento da privatização, terceirização e da sangria dos recursos públicos.

**Resolução sobre fortalecimento da luta dos imigrantes haitianos no Brasil**

Milhares de haitianos imigraram para o Brasil nos últimos anos, principalmente após 2010, quando o Haiti foi atingido por um forte terremoto que destruiu quase totalmente a capital do país e também outras cidades, deixando mais de 250 mil mortos e 1 milhão de desabrigados. Em busca de melhores condições de vida e estimulados pelo governo brasileiro, estes trabalhadores vieram para o Brasil e hoje encontram uma série de dificuldades para sobreviver de maneira digna. Atualmente o Ministério da Justiça fala em 46 mil haitianos no Brasil.

Os problemas começam para entrar no país e conseguir a documentação legal. As cidades por onde a maior parte dos haitianos entra no Brasil (principalmente no Estado do Acre) já há anos não têm condições de recebê-los, o que faz com que muitos tenham de dormir nas ruas e se sujeitar a péssimas condições de vida.

Os problemas se acentuam com sua permanência no país. A discriminação está presente em todos os ambientes que frequentam – trabalho, escolas, postos de saúde e um longo etc. Esta discriminação é reforçada institucionalmente pela dificuldade que encontram em legalizar seus documentos ou ter acesso a serviços ou bens que os cidadãos brasileiros legalmente podem ter acesso.

Diante desta realidade se formou, com apoio da CSP-Conlutas, a USIH – União Social dos Imigrantes Haitianos, que tem como principal objetivo lutar pelos direitos dos(as) haitianos(as) que vivem no Brasil.

Como está nos princípios da CSP-Conlutas, entendemos que a defesa dos direitos dos trabalhadores está acima de sua nacionalidade, gênero, raça ou orientação sexual. Hoje a comunidade haitiana está entre os setores mais explorados no interior da classe trabalhadora brasileira e é fundamental que a CSP-Conlutas apoie a luta da USIH e dos imigrantes haitianos por seus direitos.

Neste sentido, o II Congresso decide:

Que os sindicatos e movimentos sociais filiados à CSP-Conlutas impulsionem a luta em defesa dos direitos dos imigrantes haitianos no bojo da luta por direitos da classe trabalhadora brasileira. Os sindicatos e movimentos sociais que tiverem haitianos em suas bases devem dar especial atenção para o tema.

Que a CSP-Conlutas fortaleça a União Social dos Imigrantes Haitianos, dando condições materiais, jurídicas etc., sempre que possível, para que a USIH se estenda por todos os estados onde houver imigrantes haitianos.

Que a CSP-Conlutas inclua, em sua luta contra as opressões, a luta dos imigrantes haitianos por melhores condições de vida e contra a xenofobia, a opressão racial, de gênero e orientação social. As lutas contra a xenofobia e a opressão racial ganham especial relevo já que a quase totalidade dos haitianos imigrantes no Brasil é negra.

**ORGANIZAÇÃO SINDICAL**

**Pelo respeito à autonomia sindical e à decisão dos trabalhadores – Abaixo a interferência Estatal**

A Constituição Federal garante expressamente a liberdade de associação e veda a intervenção do poder público na organização sindical, bem como define pelo respeito às decisões tomadas pelos trabalhadores nas instâncias das entidades. É expresso ainda no inciso IV do artigo 8º CF/88 a liberdade para as assembleias gerais fixarem contribuições para as entidades, além de garantir o desconto das mesmas na folha de pagamento do trabalhador. Ressalta-se que a discussão sobre a situação financeira dos sindicatos, a proposição e aprovação de contribuições de forma direta, publicizada e democrática, além da garantia de oposição aos discordantes é a forma mais correta de sustentação das entidades, baseada na transparência e na compreensão dos trabalhadores que atendem ao clamor da sua entidade por entender seu papel e importância na sociedade.

Ocorre que nenhum desses preceitos constitucionais tem sido respeitado pelo poder público, sendo crescente a intervenção dos órgãos governamentais – Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Superintendências e também do poder judiciário na organização sindical. Não é um acaso o sucateamento das Delegacias Regionais do Trabalho ou a imposição do Sistema Mediador pelo Ministério do Trabalho, isso é parte da Reforma Sindical e Trabalhista. São políticas, que aliadas ao forte ataque em relação às contribuições votadas pelas categorias, visam enfraquecer ou destruir os sindicatos para impor a retirada dos direitos trabalhistas sem reação do movimento organizado.

A intervenção fere de morte o princípio da autonomia e liberdade de organização dos trabalhadores, além de desequilibrar ainda mais uma relação já extremamente desigual em que as organizações patronais gozam de recursos para todo tipo de ação, possuem assessores à disposição, demandam os órgãos públicos para suas pesquisas de mercado e têm fácil acesso a financiamentos para suas “inovações”, que, via de regra, é sempre com o sentido de reduzir força de trabalho ou subsidiar ações políticas para redução de direitos e benefícios. Enquanto isso, as entidades são obrigadas a dependerem cada vez mais do imposto sindical, pois além da sindicalização ter reduzido brutalmente nos últimos anos, as contribuições votadas pelos trabalhadores são inviabilizadas pela ação pública.

Chamamos a atenção para o fato de que as intervenções do poder público poderiam ser positivas no sentido de preservar e/ou ampliar direitos, fiscalizar a o ambiente de trabalho a fim de garantir a segurança e saúde do trabalhador, fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista e as contribuições a que se obrigam as empresas, a fim de garantir suporte financeiro ao governo para a execução de políticas públicas, ou ainda, contribuir para a solução positiva dos conflitos trabalhistas.

No entanto, não é isso que se verifica no setor gráfico. Com raríssimas exceções à ação de algumas superintendências do trabalho na mediação de conflitos individuais e coletivos, ressalva expressa à SRT-MG, todas as demais ações do poder público tem sido no sentido de prejudicar e desmoralizar os sindicatos, ameaçando não somente a autonomia das entidades filiadas à FNTIG como a própria sobrevivência financeira das mesmas.

STIG-MG, STIG-MT, STIG-Petrópolis e outros sindicatos filiados foram convocados nos últimos cinco anos pelo MPT (Ministério Público do Trabalho). O órgão alega ter sido motivado por denúncia anônima contra contribuições aprovadas nas assembleias, porém, em alguns locais, está bem clara a ação articulada com a patronal gráfica. Em Minas Gerais, por exemplo, uma funcionária da gráfica do vice presidente patronal no ano de 2011 correu várias empresas colhendo assinaturas em documento contra as contribuições discutidas e aprovadas nas assembleias.

A postura do MPT é geralmente arbitrária e punitiva. As decisões dos procuradores, desconsiderando a autonomia dos sindicatos e a situação concreta em que foram aprovadas as contribuições, geralmente no bojo das assembleias mais representativas das campanhas salariais, cumprindo todos os ritos exigidos pela lei e estatutos da entidade, simplesmente proíbem os descontos e ainda ameaçam as entidades de devolverem dinheiro, exigindo por fim que apresentem os instrumentos firmados com a patronal no ministério para que possam fiscalizar.

Fruto disso, o STIG-MG que teve sua base estadualizada em 2000 e que em 2003, graças à contribuição dos trabalhadores, já contava com quatro sub-sedes nas principais regiões do Estado (Uberaba, Montes Claros, Valadares e Pouso Alegre), além de contatos em várias outras cidades com forte atuação junto à categoria, hoje está reduzido a uma sub-sede e sem condições sequer de liberar seus dirigentes para a tarefa na capital. Do mesmo modo sofrem os sindicatos do Mato Grosso e todos os outros que em algum momento são impedidos de mobilizar a categoria para sustentar seus sindicatos.

Diante dessa realidade e da grave dimensão que a intervenção pública tem tomado, podendo se agravar ainda mais caso não haja reação do movimento

O II Congresso da CSP-Conlutas resolve:

1) pautar essa discussão a fim de nos ajudar a definir uma ação coletiva, que pode passar pela busca de interlocutores com visão mais avançada dentro dos órgãos públicos, que aceitem ou orientem os caminhos a seguir para fazer parar a intervenção e/ou dirigi-la no sentido de que os órgãos cumpram antes seu papel de fiscalizar e exigir das empresas o cumprimento das leis trabalhistas e de zelar pela livre organização dos trabalhadores;

2) Mapear e organizar uma reunião com outros setores/entidades filiadas à central que estejam passando pelo mesmo processo, para a discussão e adoção de outras medidas cabíveis a fim de se proteger as entidades e categorias da interferência estatal.

**Organização Política e Sindical**

Pela democratização do Judiciário;

Em apoio à aposentadoria especial dos agentes de segurança e oficiais de justiça;

Pela aprovação da PEC 555;

Pela aprovação da PEC 270 (aposentadoria por invalidez);

Anulação da Reforma da Previdência;

Data-base;

Negociação coletiva;

Contra a Funpresp;

Respeito à convenção 151 OIT.

**BALANÇO POLÍTICO E ORGANIZATIVO DA CENTRAL**

Há três anos, no final de abril de 2012, realizávamos o Congresso da CSP-Conlutas, que adotou importantes resoluções e orientações para a intervenção da Central. O Congresso se encerrou com um ato público em São Paulo, por ocasião do 1.º de maio, com presença de organizações e convidados internacionais.

Reivindicamos as resoluções do Congresso, na medida em que prepararam a nossa Central para os enfrentamentos com os patrões e os governos, numa conjuntura, naquele momento, de apoio majoritário dos trabalhadores ao governo federal encabeçado pelo PT.

As resoluções balizaram a intervenção da Central na importante campanha que realizamos, de imediato, contra o Acordo Coletivo Especial (ACE). A campanha contra o ACE possibilitou uma unidade política que levou, ao final, à derrota da proposta da CUT, que abria caminho para a flexibilização de direitos trabalhistas. Possibilitou ainda o fortalecimento do Espaço de Unidade de Ação, com a realização de inúmeras reuniões e um seminário nacional em Brasília, a edição de milhares de jornais e todo esse movimento desembocou numa grande marcha em Brasília no dia 24 de abril de 2013, com 25 mil participantes, que prenunciava um novo momento entre os trabalhadores brasileiros, que se confirmaria com as jornadas de junho e julho de 2013.

O Congresso armou a Central para intervir nas lutas contra os efeitos da Copa e da Olimpíada no Brasil, num primeiro momento centrada no tema das remoções forçadas das comunidades, para, em seguida, ser tomada como uma grande campanha que teve no Encontro “Na Copa vai ter luta” realizado em março de 2014 um dos momentos mais importantes. Também para a realização dessa campanha desenvolvemos uma ampla unidade, a partir do Espaço de Unidade de Ação, mas que alcançou outras organizações como os Comitês Populares da Copa e o Jubileu Sul.

No âmbito dessa resolução não teremos como desenvolver e comentar toda a intervenção da Central nesse período, mas afirmamos que a CSP-Conlutas se desenvolveu e se consolidou como o polo mais importante da resistência e da reorganização sindical e popular, pela esquerda, em nosso país. É ainda uma central minoritária, mas teve avanços políticos e organizativos importantes nesse período.

A Central esteve presente em praticamente todas as lutas mais importantes, em inúmeras greves operárias, do setor da construção civil, da educação básica, na greve nacional do funcionalismo público federal, dos trabalhadores da USP, nas lutas contra as demissões na GM, em São José dos Campos, e em outros setores, nas greves dos setores de transporte, dentre elas a dos metroviários de São Paulo, dos trabalhadores da limpeza urbana, dos petroleiros contra o leilão de Libra, dentre outras. A CSP-Conlutas atuou conjuntamente com a Fasubra e a Frente Nacional contra a Privatização da saúde na luta contra a EBSERH, que privatiza os hospitais universitários federais, retira autonomia universitária dos mesmos, além de avançar na precarização das relações de trabalho.

Fomos parte e apoiamos inúmeras ocupações, mobilizações estudantis, as lutas por diversas demandas como a falta d’água e a redução das tarifas de transporte. Estivemos, desde o início, nas lutas contra o reajuste da passagem e pelo passe livre, nas jornadas de junho de 2013 e nas paralisações de julho e agosto. A política desenvolvida pela Central, de exigência e chamado à unidade, foi importante para impor uma unidade de ação ampla com as demais centrais, que culminou em dois ensaios de greve geral, nos dias 11 de julho e 30 de agosto de 2013.

Atuamos em campanhas políticas contra a criminalização das lutas e dos ativistas, a violência nas periferias, os assassinatos de Amarildo, Cláudia e outros companheiros, indígenas e quilombolas. Atuamos no resgate da memória, da verdade e da justiça por ocasião dos 50 anos da ditadura.

Fomos parte da campanha pelos 10% do PIB para a Educação Pública Já, do plebiscito nacional e do Encontro Nacional da Educação. E, ainda, das lutas em defesa da previdência, dos aposentados e contra o fator previdenciário; contra a flexibilização trabalhista (campanhas do ACE - Acordo Coletivo Especial-, contra o PL 4330 e o PPE).

A Central também desenvolveu inúmeras campanhas de cunho internacionalista, em apoio à revolução síria, em defesa do direito de autodeterminação do povo palestino, pela retirada das tropas brasileiras do Haiti, dentre outras. Estivemos presentes em diversos encontros e levamos nosso apoio a diversos processos de luta e de organização em outros países. Na luta pela conformação de um polo alternativo no sindicalismo internacional, fomos parte da criação da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, no encontro realizado em março de 2013 em Saint Denny na França, ao qual comparecemos com uma delegação de 45 brasileiros e brasileiras. O Encontro Internacional do Sindicalismo Alternativo reuniu cerca de 250 pessoas, representando 34 países e regiões que lutam por sua autodeterminação, da Europa, das Américas, África, Ásia e Oriente Médio. A Central cumpriu papel decisivo na criação da associação dos imigrantes haitianos.

A Central colaborou no fortalecimento de novas ferramentas de organização e de combate às opressões, como a Anel, o MML, Quilombo Raça e Classe, Luta Popular e o Setorial LGBT, apoiando as reuniões, plenárias e encontros nacionais, iniciativas políticas como as “marchas da periferia”, campanhas contra a criminalização, “Fora Feliciano”, kit anti-LGBTfobia, contra o assédio às mulheres no metrô, 1% do PIB para o combate à violência, “Salário igual para trabalho igual”, campanha por creches, pela extensão da licença maternidade, as ocupações urbanas Esperança (Osasco-SP) e Willian Rosa (Contagem-MG), ocupações de reitorias e câmaras municipais pelos estudantes, dentre outras. Por isso afirmamos que é um acerto político estratégico a construção da CSP-Conlutas com o caráter que ela tem: sindical e popular, com a presença organizada da juventude e dos movimentos de luta contra a opressão.

**A luta consciente pela construção da Central como polo de aglutinação amplo**

Consideramos a crise aberta no CONCLAT de 2010 superada. Hoje estão bastante evidentes para todos que acompanharam esse processo o comportamento de cada uma das correntes envolvidas e sua real disposição de construção de um organismo de frente única e fortalecimento da unidade da classe trabalhadora. A intervenção comum na luta de classes e o desenvolvimento da situação política em nosso país possibilitaram a que vários setores que se retiraram do CONCLAT, em 2010, hoje estejam compondo a CSP-Conlutas.

Ainda estão de fora alguns setores e com eles temos buscado construir alianças no movimento e no Espaço de Unidade de Ação. A nossa disposição de unidade permanece, mas é necessário reconhecer que parte desses setores hoje privilegia uma ação permanente com as direções da CUT, UNE e MST, ainda que isso implique em não criticar medidas de ajuste do governo federal, como ocorreu no 1º de Maio em São Paulo.

De outra parte, o questionamento às políticas do governo Dilma e aos governos petistas nos estados segue gerando insatisfações e questionamento ao papel das direções sindicais, estudantis e populares governistas, gerando deslocamentos importantes na base e na direção de entidades. São exemplos a Feraesp (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo) que se desfiliou da CUT e apontou a vinda para a CSP-Conlutas, CPERS (Centro dos Professores do Estado do RS) que também se desfiliou da CUT, além de um amplo processo de ruptura e reorganização de sindicatos no campo, entre agricultores familiares e assalariados rurais, na base da Contag, das Fetrafs (federações de agricultura familiar) e do MST. Foi importante a Central ter identificado esses processos e ter procurado dialogar com os distintos setores que daí se organizaram na luta contra as burocracias sindicais e o governismo.

2015 não tem sido diferente. O ano se iniciou com intensa atividade política. O Espaço de Unidade de Ação votou uma campanha política com o mote “os trabalhadores não aceitam pagar a conta da crise”. Realizamos a primeira reunião da Coordenação Nacional da Central e votamos uma série de orientações.

A unidade de ação alcançada com as demais centrais no dia de paralisação de 15 de abril e a perspectiva para o dia 29 de maio são importantes vitórias de nossa Central, que colocou a mobilização da classe como o elemento decisivo na luta contra a terceirização e o ajuste fiscal, desde o início. Também nas greves em defesa do emprego e em diversas mobilizações populares a CSP-Conlutas tem estado presente.

**A CSP-Conlutas frente ao novo momento político**

Os avanços que identificamos na intervenção da Central não nos fazem crer que nossa tarefa esteja cumprida. Ao contrário, estamos chamados a um desafio maior na conjuntura de polarização aberta no país.

A Central pode e deve seguir cumprindo um papel protagonista na luta pela unidade dos setores combativos numa mesma organização, de caráter sindical e popular, de luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, estando aberta a fusões com outros setores e a incorporação de novas entidades. O funcionamento adotado por nossa Central, nesse sentido, ajuda muito, pois possibilita a incorporação imediata das novas entidades diretamente às coordenações nos estados e à Coordenação Nacional. Devemos seguir apostando na unidade com setores que, a partir do questionamento às políticas patronais e dos governos, se dispuserem à construção da unidade da luta e avancem na disposição de construir organicamente a Central.

Para isso precisamos superar debilidades, em particular o funcionamento deficiente da Central em muitos estados. A organização das coordenações estaduais e, a partir daí, de suas secretarias, é um desafio que exige o esforço de todos e todas, mas em particular das maiores entidades sindicais, que contam com mais recursos, liberação de dirigentes, melhores condições políticas e materiais para investir no fortalecimento da Central. Isso significa ter pessoas liberadas e com centro na condução das atividades da Central, sedes que possam ser referência para os movimentos, novas oposições sindicais e os lutadores em geral, ou seja, a Central como referência de organização para toda uma nova vanguarda que surge das lutas.

Outro aspecto é fortalecer a intervenção da Central no movimento operário. A Central avançou junto a esse segmento da classe trabalhadora, mas, pela dimensão estratégica que cumpre a classe operária na luta pela transformação da sociedade, por todo o Ascenso que vivenciamos pelo menos desde meados de 2011, com a eclosão das greves nas grandes obras do PAC, precisamos tomar essa tarefa com centralidade.

O investimento na organização de base é outra tarefa muito importante, que tem-se demonstrado acertada nas iniciativas que conseguimos empalmar, desde as rebeliões de base contra as burocracias sindicais, a organização de oposições, a disputa das CIPAS, comissões internas e outras formas de organização desde os locais de trabalho e nos bairros operários.

**Um funcionamento coerente com a concepção de organização da Central**

A experiência inovadora da construção da CSP-Conlutas deve ser reafirmada nesse Congresso. De um lado, seu caráter, sindical e popular e a presença da juventude aliada à classe trabalhadora, a dimensão do trabalho amplo na classe, a luta contra as opressões e o internacionalismo. De outro, o papel protagonista das entidades filiadas na condução da Central. Reivindicamos o atual funcionamento, com a eleição das secretarias pelas coordenações, compostas pelas entidades filiadas. Esse modelo deve ser mantido e aprimorado. Os congressos regulares, as coordenações nacionais a cada dois meses, a Secretaria Executiva Nacional que se reúne quinzenalmente, são conquistas que devemos reivindicar.

Esse funcionamento tem ajudado, e muito, na construção de políticas e resoluções que contam com o respaldo da ampla maioria, em particular nas coordenações nacionais, e uma secretaria executiva que, em pouquíssimos casos, teve que tomar alguma decisão política conflitante. Essas conquistas não são modelos, pois temos deficiências importantes a corrigir, como por exemplo, a questão do financiamento para participar dessas instâncias, as Secretarias Executivas e Coordenações, que dependem do financiamento das entidades. Houve tentativas de debater esse tema, mas que não avançaram no Congresso passado.

A incorporação de novas entidades e novos setores políticos, na medida de suas representações, nas instâncias estaduais e nacional da Central, é outro desafio importante. Isso implica consolidar as relações, as filiações das entidades, a contribuição política e também financeira regular com a Central.

Entendemos que a disputa política, entre os vários setores e organizações que constroem a Central, é algo salutar, parte da democracia interna e da pluralidade que marca a Central, desde o seu início. Por termos essa compreensão, valorizamos muito o papel das correntes e grupos políticos organizados.

No entanto, o papel das correntes não pode ser o de substituir as instâncias regulares, o papel e o protagonismo das entidades filiadas. Tomando esse congresso, com o qual estamos fazendo uma experiência inovadora, de apresentação de propostas de resoluções pelas entidades filiadas, consideramos que já tivemos algumas vitórias, como a realização de congressos, plenárias e conselhos de entidades que votaram as contribuições políticas ao Congresso, assembleias representativas que debateram propostas, agrupamentos de base que se reuniram para apresentar suas opiniões, reuniões em comunidades quilombolas, ocupações urbanas e rurais, assentamentos etc.

Trata-se de mais uma experiência que deverá ser avaliada e, se contribuir para o avanço da organização da Central, seu enraizamento na base e uma maior participação dos trabalhadores e das entidades, ser aprimorada e incorporada ao nosso funcionamento.

**Balanço da Central no tema de Mulheres e resolução sobre o trabalho de mulheres nos sindicatos**

Um dia antes do último Congresso da CSP-Conlutas, em 2012, a Central realizou um importante encontro de mulheres que reuniu cerca de 500 mulheres trabalhadoras, de várias categorias importantes como trabalhadoras da construção civil, metalúrgicas, trabalhadoras da Confecção Feminina, professoras, metroviárias, bancárias, além da presença de jovens estudantes e algumas representações internacionais. Este Encontro votou uma carta que foi base de orientação para avançar na organização das mulheres junto aos sindicatos filiados à Central. A principal preocupação desta carta foi a batalha para fazer com que as lutas pelos direitos das mulheres trabalhadoras estivessem presentes no cotidiano da organização sindical, pois apesar de em algumas categorias as mulheres terem presença minoritária, fato é que há alguns anos, as mulheres trabalhadoras já são metade da força de trabalho no Brasil e o abandono da preocupação com a organização de suas lutas específicas poderia repercutir na capacidade de organização global dos sindicatos. Com essa preocupação, o Setorial de Mulheres da CSP-Conlutas, reforçado pelo desenvolvimento do Movimento Mulheres em Luta, principal movimento de mulheres trabalhadoras filiado à CSP-Conlutas, contribuiu para a realização de uma série de encontros de mulheres e categorias importantes, como a confecção feminina, petroleiras, metroviárias, metalúrgicas, etc. A realização desses encontros, em alguns casos, deu origem às Secretarias de Mulheres de alguns Sindicatos, orientação também presente na Carta votada no Encontro de 2012, precedente ao último Congresso de nossa Central. Também desenvolveu-se, a partir do Setorial de Mulheres da CSP-Conlutas, a campanha “Trabalho Igual, Salário Igual”, que orientou a batalha para que as campanhas salariais encabeçadas por sindicatos filiados à CSP-Conlutas, tivessem como uma de suas pautas, a garantia de direitos específicos dos setores oprimidos em geral. No que tange à luta das mulheres trabalhadoras, os principais eixos eram a batalha por creches em locais de trabalho, ou ampliação do auxílio creche, ou mais contratação de mulheres em determinados postos de trabalho, etc. A carta votada no Encontro também conteve uma orientação muito importante de que a inclusão de pautas específicas das mulheres trabalhadoras contribuía para a aproximação das mulheres à organização sindical. Este elemento é muito importante, porque infelizmente, o machismo, nas suas mais diversas formas e expressões, pressiona as mulheres para que a luta política, sindical, coletiva não seja parte de sua realidade. Nesse sentido, acreditamos que a CSP-Conlutas contribuiu para que mais mulheres assumissem a frente das lutas, a frente dos sindicatos e a frente da própria Central. Foi desse Encontro, por exemplo, que saiu a proposta votada no Congresso de 2012, de garantir como mínimo a representação de 30% de mulheres na direção da Central. Entretanto, o elemento de maior qualidade, foi o êxito e apoio da Central no fortalecimento do Movimento Mulheres em Luta, de modo que esta organização se cacifou como uma importante alternativa de organização das mulheres trabalhadoras, diante das alternativas que ou se tornaram porta-vozes do governo, e/ou desenvolveram a luta pelos direitos das mulheres diluindo a relação entre gênero e classe, ou melhor, colocando a condição de mulher acima da condição de classe. Esse embate vem sendo muito importante, pois nos últimos 4 anos, o país vem sendo governado por uma mulher, que apesar dessa condição, não tem atendido às demandas das mulheres trabalhadoras, como se evidencia nas recentes medidas provisórias, que atacam em cheio as mulheres.

O Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta, ocorrido em Outubro de 2013, contou com a presença de 2.400 mulheres de diversas categorias, com destaque para a presença das mulheres negras que constituíram o maior grupo de debate do encontro. Na mesma época a Marcha Mundial de Mulheres, principal referência de organização de mulheres no país e atrelada ao governo federal, realizou um Encontro Internacional em São Paulo que contou com a presença de 1.500 delegadas. Orgulhamo-nos de ter realizado nosso encontro independente política e financeiramente de qualquer governo ou empresa e o suporte da CSP-Conlutas foi fundamental para conseguirmos garantir esse espaço.

O encontro contribuiu para darmos um salto na relação dos sindicatos filiados à central com o tema da organização das mulheres dentro das entidades. Refletiu-se também nas reuniões das coordenações gerais da central, procurando-se ter representação de mulheres nas mesas, dando-se centralidade as campanhas políticas relacionadas ao setor, incorporando as datas referentes à luta das mulheres trabalhadoras, impulsionando o funcionamento do setorial de mulheres da central, etc.

Foram muitas as campanhas realizadas pelo Movimento Mulheres em luta nas quais a CSP-Conlutas se incorporou. Lançamos a campanha Nacional de combate à violência contra a mulher e dentro dela destacamos os temas “cartão vermelho para o turismo sexual” durante o período das manifestações contra as injustiças da copa, e mais recentemente, organizamos um abaixo assinado exigindo a aplicação de 1% do PIB nas políticas de combate a violência contra as mulheres. A central construiu conosco todas as atividades.

Entretanto, a realidade imposta às mulheres trabalhadoras, mesmo nos sindicatos localizados na vanguarda da luta de classes e no campo da esquerda, ainda é de muita invisibilidade e de enfrentamento com a ideologia machista. Ao longo desses três anos foram diversos casos de machismo que aconteceram nos sindicatos filiados à Central; debilidades na efetivação e funcionamento das secretarias de mulheres; ainda é comum acontecer das atividades referentes aos temas “específicos” de mulheres ou a mobilização das mulheres ficarem sobre responsabilidade exclusiva das mulheres e não de toda a diretoria da entidade; as pautas “específicas” das mulheres nas campanhas salariais ainda são secundarizadas; as grosserias, gritos, piadas e descrédito as capacidades políticas das mulheres ainda são questões que afastam as trabalhadoras das entidades em que atuamos.

Partimos da compreensão de que o machismo é utilizado pelo sistema capitalista para alcançar dois objetivos: superexplorar a mão de obra feminina e dividir a classe trabalhadora para enfraquecer sua confiança e unidade na luta. Por isso, acreditamos que só com a superação do capitalismo será possível avançar para o fim do machismo na sociedade, porém é necessário desde já lutar contra os reflexos dessa ideologia no seio da classe trabalhadora, uma vez que se não damos o combate a essa opressão não conseguiremos garantir a mobilização de toda a classe para a luta direta.

Nesse sentido, a luta contra o machismo e a tarefa de fortalecer as mulheres trabalhadoras para a atuação sindical e política são responsabilidades de toda a classe e devem ser preocupações cotidianas, pois a sociedade está constantemente disputando nossa consciência e prática para a reprodução da ideologia machista.

Por isso avaliamos que a CSP-Conlutas é uma organização que vem retomando a construção de um movimento sindical consciente de suas tarefas e da necessidade de educar a classe para a superação de todas as ideologias reforçadas pelo capitalismo para subjugar os trabalhadores. Contudo, é necessário avançarmos ainda mais na elaboração de políticas para incorporar os setores oprimidos na construção desse processo de reorganização sindical do Brasil.

Considerando:

1- Nós, mulheres trabalhadoras somos praticamente 50% da classe trabalhadora e esse peso não se reflete na organização das mulheres nos sindicatos, mesmo em bases majoritariamente femininas (como educação e saúde)

2- Os sindicatos são instrumentos históricos construídos pela classe trabalhadora para tocar suas lutas e as mulheres devem ser parte deles.

3- Que o machismo presente nos sindicatos só afasta as mulheres da luta.

4- O machismo é uma ideologia apropriada pelo capitalismo para explorar ainda mais parte da classe trabalhadora, sofrendo com a desigualdade salarial, sendo as principais vítimas das terceirizações, assédio moral/sexual e mais suscetíveis ao desemprego.

5- As mulheres trabalhadoras além da carga horária de trabalho, sofrem com a dupla jornada chegando em casa e tendo que realizar tarefas domésticas, bem como o cuidado com os filhos o que dificulta a participação das mulheres na luta de seu sindicato e sua classe.

6- A falta de creches é um dos principais motivos que impedem com que a mulher procure ou saia do emprego, tendo que se sujeitar a diversas situações para conseguir trabalhar e principalmente se organizar nos espaços de sua classe.

7- Que o machismo divide a classe trabalhadora, colocando homens e mulheres uns contra os outros e não contra os patrões e o governo.

8- Que durante os 12 anos de governo do PT e com a primeira presidente mulher a realidade da mulher trabalhadora continuou amargando a desigualdade salarial, a falta de creches e a violência.

9- Que para uma sociedade justa e sem exploração, a pauta das mulheres deve ser levada como pauta de toda a classe trabalhadora.

O II Congresso da CSP-Conlutas resolve:

1- Impulsionar a criação de Secretarias de Mulheres nos Sindicatos, com o objetivo de organizar e discutir as pautas das mulheres, assim como combater o machismo e o racismo no movimento, além de desenvolver política especifica para mulher trabalhadora negra e LGBT.

2- Promover e garantir o debate sobre as cotas de mulheres nas diretorias, como forma de respeitar o percentual de mulheres em cada categoria, incorporando mulheres negras e LGBT, como instrumento de promover e formar dirigentes sindicais mulheres.

3- Estimular, na base dos sindicatos, a participação das mulheres nas organizações por local de trabalho e CIPAS.

4- Estimular a realização de Campanhas de sindicalização voltada às mulheres.

5- Impulsionar a realização de Encontros de Mulheres dos sindicatos

6- Que haja creche em todos os eventos da Central, para que a responsabilidade com os filhos não seja o impeditivo para a participação das mulheres nas atividades. Orientar que nos sindicatos também se adote tal prática.

7- Impulsionar cursos e palestras para as categorias e diretorias, como forma de educação política e vigilância constante às posturas machistas que ocorrem no interior do movimento sindical.

8- Orientar as entidades de base que tenham métodos de avaliação dos casos de machismo e que adotem mecanismos de sanção aos dirigentes sindicais que cometerem práticas machistas na diretoria ou na base, podendo chegar ao afastamento do mesmo.

9- A CSP-Conlutas afirma a necessidade da inclusão das datas históricas das lutas das mulheres no calendário de atividades da Central: o 8 de março - Dia Internacional das Mulheres Trabalhadoras; o 25 de julho - Dia Latino-americano da Mulher Negra; 29 de Agosto – Dia da Visibilidade Lésbica; 28 de setembro - Dia Latino-americano de Luta pela Legalização e Descriminalização do Aborto; 25 de novembro - Dia Internacional de luta contra a violência às mulheres.

**REORGANIZAÇÃO**

**A construção da unidade e o processo de reorganização da classe trabalhadora**

O tema da unidade sempre foi bastante caro no processo de organização da Conlutas e, posteriormente, da CSP-Conlutas. O próprio Estatuto da Central define a luta pela unidade da classe como um dos seus princípios, nos seguintes termos: “A construção da unidade, como valor estratégico, na luta dos trabalhadores e trabalhadoras.

1) A CSP-Conlutas defenderá e atuará para assegurar a unidade dos trabalhadores e trabalhadoras na luta por seus direitos e interesses.

2) A unidade é um meio fundamental para fortalecer os trabalhadores nas suas lutas.

3) A unidade de ação com outros setores para além da CSP-Conlutas não se contrapõe ou se sobrepõe à independência política da Central”.

Esse princípio se combina aos demais, também definidos no Estatuto: a independência de classe, a defesa da ação direta, a autonomia frente aos partidos políticos, a democracia e a unidade na ação, a autonomia das entidades de base filiadas e a solidariedade internacional entre os trabalhadores e trabalhadoras.

Esses são os balizadores da ação política da Central.

**A importância da unidade de ação**

A unidade de ação decorre, em primeiro lugar, do fato do movimento sindical e popular no Brasil viver um processo de fragmentação crescente, sendo dirigido majoritariamente por burocracias vinculadas ao governo, como foram CUT, CTB e Força Sindical nos governos Lula e no primeiro mandato de Dilma.

Agora a Força Sindical aderiu aos tucanos e CUT e CTB continuam com Dilma. E nossa Central, embora muito dinâmica, uma referência cada vez mais identificada pelos lutadores dos movimentos sociais como algo diferente e independente do governo é ainda minoritária nos movimentos sindical e popular.

A unidade de ação serve para impulsionar as lutas dos trabalhadores e do povo, e também para empurrar à luta as direções tradicionais e majoritárias dos trabalhadores, a partir da pressão de suas bases, e disputa-las politicamente, afirmando a CSP-Conlutas como referência para os que querem lutar.

Reafirmamos a importância de desenvolver todas as iniciativas unitárias que pudermos, em torno a eixos concretos de luta e mobilização como, por exemplo, a luta pela derrubada das MPs 664 e 665 ou do PL 4330.

Ganha importância a iniciativa do Espaço de Unidade de Ação, que também tem esse caráter (unidade na ação), mas acumulou mais pontos de acordo num programa de atuação unitário. A CSP-Conlutas seguirá se empenhando pelo fortalecimento do Espaço de Unidade de Ação.

**O fortalecimento da CSP-Conlutas**

O Congresso da CSP-Conlutas se coloca a serviço do fortalecimento interno da nossa Central, mas também do avanço da construção de relações políticas com os novos setores que se aproximam da Central, bem como dos movimentos e entidades aliadas na luta contra a exploração e a opressão.

O fortalecimento da Central se coloca no centro da nossa luta pela construção da unidade e para avançar na organização mais ampla dos setores classistas dispostos a construir uma alternativa unitária.

A Central vem ser fortalecendo nos processos de mobilização e pode ser que as condições que permitam à CSP-Conlutas se converter num polo de atração e aglutinação mais ampla de novos setores se estabeleçam. Há uma reaproximação de setores combativos, de entidades e organizações que aderem à construção da Central, nos movimentos sindical urbano e rural, além de movimentos populares.

No campo brasileiro, que passou por profundas mudanças nas últimas décadas, com modificações na estrutura produtiva e social, há um processo importante de reorganização. E parte dessas entidades começa a ver a CSP-Conlutas como alternativa.

**A construção de frentes permanentes com setores governistas**

Há um debate colocado por alguns setores, dentre eles os companheiros do MTST, e outros setores mais ligados à base de sustentação do governo federal, que propõem a construção de uma “frente de esquerda” ou de uma “frente por reformas populares”, englobando organizações sindicais e populares que dão sustentação mais direta ao Dilma.

Essa proposição tem outra qualidade e vai além da unidade concreta nas lutas. Embora não esteja totalmente desenvolvido e tenha muitas contradições entre os participantes, o que fez com que buscássemos acompanhar algumas reuniões e iniciativas dessa potencial frente, conforme fomos desenvolvendo as relações e vendo a sua evolução, ficaram patentes os limites dessa frente, que é composta por organizações do campo governista do peso, como a CUT, CTB, MST, UNE e CMP e tem também o apoio do MTS.

Existem pressões das bases sobre as direções das centrais e movimentos sociais que articulam essa frente, mas isso não gerou, por ora, um realinhamento ou uma postura independente dessas direções com o governo Dilma. Lamentavelmente, em momentos importantes, como na organização do 1º de Maio em São Paulo, essa frente optou por uma postura de blindagem e cobertura do governo federal, mesmo com todos os ataques que esse governo vem desferindo aos trabalhadores.

Com essa postura, foi frustrada mesmo a possibilidade de uma ação unitária pontual, por exemplo contra as MPs 664 e 665 e contra o PL 4330 no 1º de Maio de São Paulo, pois essas organizações exigiram da CSP-Conlutas que não levantasse nenhuma bandeira de crítica às políticas do governo federal, Corretamente a CSP-Conlutas de São Paulo manteve sua independência política e não se submeteu a tal condição.

Nesse sentido, o Congresso da CSP-Conlutas entende que não há condições da nossa Central participar de forma orgânica desse espaço, sem prejuízo de iniciativas de unidade de ação, sempre que for possível, com os vários setores ou parte dos setores que compõem essa frente.

O Congresso da CSP-Conlutas afirma a orientação a seguir, na busca da construção da unidade nas lutas e numa organização nacional de frente única, de caráter sindical e popular:

- devemos estimular, participar e disputar os processos que ocorrem na base, em particular no movimento operário e no campo, apresentar a nossa alternativa e buscar a aproximação desses setores da CSP-Conlutas.

- trabalhar para que os novos setores que participam do Congresso da CSP-Conlutas, na condição de delegados(as), convidados(as) e observadores(as), avancem em sua incorporação orgânica à Central,

- seguir tendo a unidade de ação ampla, em torno a lutas concretas, como política, com iniciativas frente aos demais setores do movimento sindical e popular, em particular as organizações majoritárias.

- participar do Espaço de Unidade de Ação como referência de unidade mais ampla e permanente e acompanhar outras iniciativas, trazendo os debates à Secretaria Executiva Nacional e à Coordenação Nacional.

- avaliar em cada estado a participação em outros espaços, como fóruns, assembleias populares, blocos de luta e outros, que estejam a serviço de construir as mobilizações da classe trabalhadora e da juventude.

**Resolução sobre a intervenção da CSP-Conlutas no movimento operário e os desafios da Central**

Vivemos um momento diferenciado no processo de reorganização da classe trabalhadora brasileira, em particular no movimento sindical e entre a classe operária, em particular.

Esse “novo” momento está determinado por um elemento de qualidade: a entrada em cena de amplos setores da base das categorias, nas empresas e concentrações de trabalhadores, com peso no movimento operário, que vão à luta contra a patronal.

Em algumas oportunidades essas lutas conseguiram ultrapassar a barreira das direções sindicais burocráticas, patronais e governistas e possibilitaram o surgimento de organismos pela base, comissões de base e outras formas de organização da vanguarda, que tomaram a direção das lutas. Alguns desses novos setores tem buscado na Central o apoio às suas lutas e referência para se organizarem.

As recentes greves da Volks e Mercedes no ABC (SP) e da GM em São José dos Campos (SP), demonstram uma disposição de luta dos operários contra as demissões. Já a greve dos operários da Volks em Taubaté (SP) ocorreu por fora da direção sindical, que procurou a CSP-Conlutas para apoiar a sua mobilização.

As direções sindicais, anteriormente, já haviam sido ultrapassadas em vários processos de greve importantes, como entre os trabalhadores do transporte em várias capitais, entre os garis do Rio de Janeiro, entre operários das grandes obras do PAC, em Jirau (RO), Belo Monte (PA), no Comperj (RJ) e no monotrilho, de São Paulo, dentre outras.

**Uma nova vanguarda surge das lutas**

Em muitos casos, a CUT e o PT não são as referências desses novos setores, que entram em movimento depois de 10, 11, 12 anos de governo da frente popular.

É um fenômeno muito progressivo e, se avança, pode abrir novas possibilidades para a construção de uma alternativa de massas que organize amplamente os trabalhadores no Brasil.

O processo de reorganização da classe, aberto com a chegada da frente popular ao governo central, em 2003, vinha sendo marcado por uma contradição importante: não havia um Ascenso sustentado das lutas da classe trabalhadora em nosso país.

Essa limitação objetiva combinada com o apoio da maioria da classe ao governo de frente popular e ao peso e papel de freio das mobilizações que cumprem as direções governistas, determinavam um ritmo muito lento na construção de uma alternativa. Houve muitos avanços, que reivindicamos, mas nenhum salto de qualidade.

A situação mais geral, no que diz respeito às lutas, no entanto, começou a mudar. Nos últimos anos verificamos um salto no patamar das greves em nosso país.

As jornadas de junho e julho de 2013 deram novos contornos à luta da classe trabalhadora brasileira. A explosão de massas que tomou as ruas do Brasil colocou milhões de pessoas, trabalhadores e jovens em sua maioria, em movimento por fora dos aparatos tradicionais, os sindicatos, centrais sindicais, a UNE. Naquele momento, as manifestações de rua foram a expressão mais importante do novo momento vivenciado pelas massas, fazendo política nas ruas.

A mobilização não cessou, mas hoje, tem outro padrão: uma parte importante das lutas está passando por dentro dos sindicatos ou ultrapassando-os, quando as direções se colocam contra as greves.

Esse processo, que já é muito importante, se ele se amplia e se massifica, pode colocar a construção de uma nova direção do movimento operário e sindical, pela base, num outro patamar, a partir das lutas concretas que estão acontecendo.

**As características dos novos processos de mobilização e a retomada do ascenso sindical no Brasil**

Verificamos nesses processos algumas características importantes.

O primeiro deles a retomada de mobilizações e greves em empresas que não se mobilizavam há muito tempo, como ocorreu na Embraer, em São José dos Campos (SP); na Gerdau, em Divinópolis (MG) e na Mina Casa de Pedra da CSN (MG).

O segundo elemento, a ocorrência de greves longas em setores do operariado, que teve como destaque a greve na Volks do Paraná, entre maio\junho de 2011 e que durou 37 dias. Mas essa não foi a única. Em 2012 a Bridgestone de Camaçari (BA) paralisou por 51 dias entre julho e agosto e a Costech, de Campinas (SP), paralisou por 60 dias, entre maio e junho. Depois, a Imbel (indústria estatal de armamentos) de Itajubá (MG) ficou paralisada por 25 dias.

A mobilização dos setores mais explorados da classe, como na construção civil, parece também confirmar uma terceira característica desse novo momento, com a saída à luta dos setores mais pauperizados da classe, como entre os trabalhadores dos call centers (centros de teleatendimento), trabalhadores contratados e precarizados da educação, e também entre trabalhadores das empresas terceirizadas, nas refinarias, portos e obras de infraestrutura. O mesmo ocorreu na greve do metrô de Belo Horizonte (MG), que teve que teve que liberar as catracas em função de uma paralisação dos terceirizados, assim como na greve dos terceirizados da Oi, em Curitiba (PR).

Outro elemento que começa a ganhar corpo é a ocorrência de uma maior politização de algumas greves e movimentos. Ainda que a maioria das greves tenham como eixo as reivindicações econômicas e de condições de trabalho, a greve dos petroleiros contra o leilão de Libra (outubro de 2013) teve um claro eixo político contra a política de privatização do governo Dilma, o que nos alerta para a possibilidade de combinar as reivindicações e avançar na conscientização de amplos setores da classe.

Isso também ocorreu em greves do funcionalismo público (servidores da saúde do Rio Grande do Norte e a educação municipal do Rio de Janeiro) que se combinaram com processos de massas como o “Fora Rosalba” e o “Fora Cabral, vá com Paes”.

Nesse momento a luta pelo “Fora Beto Richa” ganhou destaque nacional, depois da violenta repressão sofrida pelos trabalhadores em educação.

Esses elementos descritos podem estar a indicar um novo momento entre os trabalhadores em geral, e entre os operários em particular e exige da CSP-Conlutas uma atenção especial, diferenciada, desses fenômenos.

**O Congresso da CSP Conlutas resolve:**

- A Central e seus sindicatos filiados devem dar atenção especial aos processos de mobilização da classe trabalhadora organizada nos sindicatos, em particular no movimento operário e nos locais de trabalho, que tem feito tem feito surgir novos setores de ativistas, uma nova vanguarda em meio a processos de autodeterminação, de radicalização e de forte componente antiburocrático.

- A CSP-Conlutas se coloca a serviço e buscará estimular a auto-organização da classe, participando da vida das entidades sindicais e da construção de outras formas de organização, seja dentro das empresas ou em outros locais, como os de moradia, por exemplo.

- A construção do nosso movimento desde a base, os locais de trabalho, estudo e moradia da classe trabalhadora e setores aliados, bem como a luta contra toda forma de burocratização, privilégio material ou político dos dirigentes, são condições para construirmos a bases da autodeterminação de nossa classe. A emancipação da classe trabalhadora será obra dos próprios trabalhadores

- A CSP-Conlutas se coloca a serviço desse processo de reorganização pela base, muito importante e que pode dar novos contornos à organização dos trabalhadores e movimentos populares em nosso país.

**Resolução sobre organização de base**

A organização de base (entendida aqui como organização para a luta dos trabalhadores nos locais de trabalho, moradia, estudo, etc.) é fundamental para o fortalecimento da luta dos trabalhadores, para a democratização das nossas entidades e movimentos, e também para a educação da nossa classe para a sua autodeterminação, o que é fundamental para o nosso projeto de sociedade socialista e libertária, governada pelos próprios trabalhadores.

A organização dos trabalhadores a partir da base é parte constitutiva e fundamental da concepção de organização na qual se baseia a construção da CSP-Conlutas.

A realidade existente na base dos nossos sindicatos (principalmente, mas também das demais organizações que compõem a nossa central) está ainda longe de corresponder a esta concepção. Fruto de heranças e circunstâncias históricas que antecedem a construção da nossa Central, salvo exceções, os sindicatos e movimentos que compõem nossa Central também padecem com um processo de organização de base muito frágil.

A nossa atuação sindical, seja dos sindicatos filiados, seja da própria Central, deve estimular a auto-organização dos trabalhadores, a organização nos locais de trabalho, e que esses novos setores dirijam as lutas, que sejam parte da condução das lutas e também dos sindicatos.

Os sindicatos devem ter como centro o trabalho de base nas empresas, e buscar incorporação os ativistas aos comandos de greve, bem como as comissões de trabalhadores, os delegados sindicais e os membros das Cipa’s (comissões internas de prevenção de acidentes) no funcionamento cotidiano dos sindicatos, buscar fazer o rodízio dos dirigentes sindicais, nas diretorias e também nas liberações sindicais. Ou seja, devem impulsionar a organização de base; Comando de greve; Comissão de fábrica/local de trabalho; Delegacia de base; CIPA; Rodízio de dirigentes em liberação; Jovens - Mulheres – Oprimidos; Formação.

Nas campanhas salariais os sindicatos devem tomar como reivindicação central a implantação dos delegados sindicais nas empresas, lutando para incorporar este direito às convenções coletivas da categoria.

Não pode ter greve sem comando de base! Não podemos reproduzir o modelo sindical da direção que chega com tudo pronto e dá ordens aos ativistas. Isso vai se chocar com o sentimento antiburocrático presente em parte do melhor do ativismo e vai fechar as portas para a nossa construção partidária também.

Não há projeto de organização para a luta dos trabalhadores, não há projeto de sociedade socialista, igualitária e libertária, que sobreviva na ausência de democracia operária e de autodeterminação dos trabalhadores. E não há democracia operária ou construção de uma cultura de autodeterminação da nossa classe na ausência de organização dos trabalhadores a partir dos seus locais de trabalho, moradia, estudo, etc.

É necessário reverter este quadro para aproximar mais a nossa estrutura de organização da concepção política que a embala, seja avançando na organização dos trabalhadores na base, seja avançando na formação sindical e política de ativistas e dirigentes na perspectiva do projeto que defendemos para a luta dos trabalhadores e para a transformação da sociedade.

A luta para reverter esta situação se dá no âmbito da prática cotidiana das organizações, mas não só. No Brasil, herança do varguismo e fruto da natureza autoritária do Estado, não há direito à organização no local de trabalho, prevalecendo a ditadura do capital sem nenhum tipo de mediação. Daí a necessidade da luta pela conquista deste direito democrático dos trabalhadores, o de organizar-se no seu local de trabalho.

Devemos dar curso a todas as iniciativas possíveis (junto aos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo) no sentido de conquistar a proteção legal ao direito de organização no local de trabalho, ou seja, o direito de eleger representantes dos trabalhadores nos locais de trabalho e a garantia de emprego dos representantes eleitos.

Deve ser dada toda uma atenção especial à nova vanguarda que surge nas fábricas, cuja composição é mais jovem, com forte presença feminina em vários casos e, nos setores mais explorados, é majoritariamente negra. Essa composição social exige que sigamos dando a máxima atenção às novas formas de organização que a juventude tem se utilizado (como o trabalho via redes sociais) e aos temas de opressão, que tem ganhado peso no último período e atraído muita gente para a atividade política.

A CSP-Conlutas deve se postar, com ousadia, na disputa de direção dos processos de luta e na base das categorias, evitando reproduzir uma visão superestrutural do processo de reorganização da classe trabalhadora, reduzindo-o aos deslocamentos políticos das correntes e setores organizados do movimento.

Devemos orientar as oposições sindicais ligadas à Central que tratem também este tema como prioridade, seja a partir da sua prática cotidiana, apoiando o trabalho da oposição na organização dos trabalhadores dentro das empresas, seja levantando a bandeira da organização de base como programa da oposição e denúncia da burocracia sindical.

Propor aos movimentos filiados à nossa Central que, considerando as características de cada organização, este tema também seja tomado com a importância destacada nesta resolução.

Tomar o tema da formação sindical e política como central em todo este esforço. Estimular e impulsionar a organização de cursos, seminários, palestras, para a formação dos dirigentes e ativistas das entidades. Estas atividades de formação, tanto devem buscar aprimorar a formação política e sindical dos ativistas e dirigentes, como poderão estar voltadas para o assunto específico da organização de base.

Para isso buscaremos parcerias com ILAESE, Núcleo de Educação 13 de Maio, Núcleo Piratininga de Comunicação e outros institutos no campo da CSP-Conlutas e não vinculados a partidos políticos.

**Resolução sobre Solidariedade Classista**

Nós, da CSP-CONLUTAS, somos parte minoritária do movimento social e temos uma concepção de movimento diferente da praticada na maioria das entidades. Para que os debates que travamos ganhem repercussão cada vez maior na classe trabalhadora, é necessário que criemos mecanismos objetivos para alavancar as organizações que são orientadas para a luta de classe e para o combate ao racismo, ao machismo, à LGBTfobia e a todo tipo de opressão.

A CSP-Conlutas, que foi fundada para reorganizar a classe trabalhadora, precisa tirar políticas concretas de solidariedade de classe, para que suas entidades mais estruturadas apoiem, inclusive financeiramente, movimentos sociais e oposições sindicais que se dediquem a promover o avanço da consciência da classe trabalhadora no debate sobre um projeto de sociedade livre da exploração e opressão.

Portanto, esta resolução propõe que a solidariedade material de classe, ou seja, a solidariedade, inclusive, financeira seja um princípio básico que norteie as entidades que constroem a CSP-Conlutas, que este tema seja amplamente debatido com suas bases e que seja praticado com regularidade, para que possamos construir e fortalecer de forma direta as organizações que dirigirão os trabalhadores à sua libertação, e, consequentemente, fortalecer de forma prática o nosso instrumento de reorganização da nossa classe que é a CSP-Conlutas.

**ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA SINDICAL**

**Resolução sobre imposto sindical**

A CSP-Conlutas está se firmando como a ferramenta que reúne as melhores condições para intervir e estimular o processo de reorganização que atravessa o movimento geral da classe trabalhadora e seus aliados.

A partir da nossa intervenção cotidiana, com base nos princípios da independência de classe, da democracia das nossas instâncias e do trabalho de organização de base, podemos avançar e temos confiança que, nas lutas concretas, se forjará uma concepção capaz de superar os limites da experiência desenvolvida pelos trabalhadores em torno da CUT e das organizações que se estabeleceram e se consolidaram na sua órbita.

Mas isso não ocorrerá sem a adoção de medidas concretas que garantam o efetivo controle da base sobre a direção da nossa central e das direções dos sindicatos filiados. Aliás, o controle dos trabalhadores sobre os sindicatos filiados é o estratégico porque é através deles que se organizam e mobilizam os trabalhadores.

Para nós, o enquadramento sindical, imposto desde o governo Getúlio Vargas e reforçado pelo controle do MTB (Ministério do Trabalho) sobre a representação e funcionamento das entidades, é uma ameaça ao desenvolvimento e preservação do projeto político expresso na CSP-Conlutas. Se não combatermos permanentemente essa estrutura sindical, fatalmente acabaremos nos adaptando a ela e foi esse tipo de adaptação que provocou a destruição da CUT enquanto central independente.

Nisso tem particular importância o imposto sindical e, nessa questão em especial, temos total acordo com o companheiro José Maria de Almeida: “(...) O sindicato, para ser independente, deve depender apenas de financiamento oriundo dos trabalhadores, decidido democraticamente em suas instâncias. Isso pressupõe acabar com o imposto sindical ou qualquer outra fonte compulsória de arrecadação de recursos para os sindicatos. Tratam-se, na verdade, não de fontes de financiamento da luta dos trabalhadores, mas sim fontes de reprodução da burocracia sindical.”

É evidente que esse combate não pode ser feito através de decretos, como também não pode se limitar a discussões episódicas e ao trabalho de conscientização, sem o estabelecimento de metas e critérios que possam medir os seus avanços, limites e retrocessos. Visando conscientizar as entidades sobre a necessidade de rompimento com o imposto sindical, é preciso valorizar atitudes de sindicatos como o SindRede/BH que aprovou em seu congresso a devolução do imposto sindical para todos. Além disso, aprofundar o debate sobre a concepção de que representa o imposto sindical.

Por isso o II Congresso da CSP-Conlutas delibera por:

1. Desenvolver uma campanha pública e permanente contra essa estrutura sindical subordinada ao estado;

2. Fazer um levantamento das entidades filiadas à central que recebem imposto sindical para que a Coordenação Nacional faça uma análise desta realidade;

3. Adotar mecanismos que estimulem a adoção de práticas que rompam e superem a estrutura sindical oficial, começando por combater o recebimento do Imposto sindical:

a. que os sindicatos adotem providências políticas e jurídicas para impedir o seu recolhimento;

b. Orientar que os sindicatos assumam o compromisso da devolução imediata do imposto sindical aos trabalhadores quando esses forem recolhidos. A devolução deve ser feita a todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, e não só no caso destes solicitarem a devolução;

c. Orientar no caso das parcelas do imposto sindical recolhido por federações filiadas à Central, estas também deverão ser ressarcidas aos sindicatos, para que esses procedam a devolução de todos esses valores aos trabalhadores;

d. que os sindicatos criem comissões de base das categorias, referendadas em assembleia, para acompanhar de forma autônoma a devolução do imposto;

e. O próximo Congresso da Central deverá pautar a discussão do tema.

**Direção Sindical: medidas de controle à burocratização**

Um dos grandes problemas do movimento sindical é a burocratização dos militantes. Desta forma é fundamental adotarmos medidas de controle para evitar a “contaminação” da militância. Entendemos que o militante não deve utilizar de seus recursos financeiros próprios para fazer a militância, entretanto não podemos aceitar que o mesmo sobreviva com recursos do sindicato ou do movimento.

Defendemos que todo recurso financeiro ou material do sindicato ou movimento, utilizado pela militância seja aprovado pela base em assembleia.

Entendemos também, ser necessário fazer o rodízio de militantes nos cargos de direção, sobretudo nos cargos de afastamento sindical, respeitando as especificidades de cada sindicato. Um diretor sindical não pode ficar afastado de suas funções laborais por mais de um mandato. É preciso estar sempre na base para qualificar sua militância sindical.

Os setores que militam como oposição sindical também apresentam problemas políticos em sua organização. Muitas vezes, esses setores se organizam por cima da base da categoria, tomando decisões de cúpula.

Defendemos que os coletivos que constroem a CSP-Conlutas em seus sindicatos, como oposição sindical, realizem plenárias regulares para a organização da categoria e tomada de decisões.

Entendemos a burocratização dos sindicatos como um problema político e social, e não como um problema moral. Não se trata da degeneração de um ou outro dirigente, mas de um problema de concepção, de como se desenvolve a relação dos trabalhadores com as suas próprias entidades. A burocratização se coloca como uma possibilidade quando se estabelece um processo substituísta, em que a direção sindical ou uma vanguarda de dirigentes se coloca como único sujeito capaz de levar adiante as tarefas de uma entidade, quando não há participação efetiva da base nas atividades da entidade, quando não há acúmulo de debate político na base para trazer os trabalhadores para discutir as questões que lhe dizem respeito. Essa tendência ocorre devido à descrença da classe diante de anos das traições dos setores majoritários do movimento. Além disso, há uma pressão por parte da base das categorias de substituir o protagonismo da unidade e da luta da classe pela judicialização das reivindicações.

A partir do substituísmo, naturaliza-se o hábito de que somente os dirigentes elaborem a política, somente os dirigentes conduzam o dia a dia da entidade, somente os dirigentes saibam o que fazer numa determinada situação concreta, etc. A partir daí, é um simples passo para que esses dirigentes se tornem indispensáveis, insubstituíveis, e sejam perpetuados nos mandatos de direção das entidades. A partir do momento em que determinados dirigentes são considerados os únicos capazes de conduzir a entidade, inverte-se o objetivo da militância, que passa a estar voltada para a manutenção dos privilégios da liberação sindical, mais do que para a luta da categoria.

Coloca-se como tarefa combater os privilégios e o burocratismo nas entidades, através de um conjunto de medidas como:

1. Todas as decisões políticas importantes devem ser tomadas em fóruns amplos, retirando dos órgãos de coordenação/direção o poder de decidir tudo;

2.Orientar a limitação da reeleição dos diretores sindicais a apenas uma vez;

3. que a cada eleição seja renovada pelo menos metade dos membros dos órgãos dirigentes;

4. que as assembleias de base discutam e decidam se deverá ou não haver liberação de diretores para as atividades sindicais e quem deve ser liberado;

5. Orientar que o salário de um diretor liberado não pode ser superior àquele que recebia e deve existir rodízio com prazo determinado para retorno ao trabalho;

6. controle rígido sobre o cumprimento do horário e das tarefas assumidas, de forma que o liberado cumpra, no mínimo, o mesmo que antes da liberação;

7. controle sobre as finanças, envolvendo prestação de contas em assembleias, bem como a decisão coletiva dos gastos futuros;

8. Orientar que a contratação e demissão dos funcionários das entidades sejam decididas nas assembleias.

**Pela ampliação das discussões no interior da Central para abranger temas de interesse social e coletivo**

Nossa sociedade vive uma efervescência e uma polarização social que há muito não se via. Essa polarização tem se manifestado de várias maneiras e quase sempre pela negativa: na tendência crescente de criminalização, pelo Estado, dos movimentos sociais e, sobretudo, de pobres, negros e minorias em geral, com recrudescimento da repressão e violência policial; nos discursos de ódio explícitos nas redes sociais e mídia em geral justificados geralmente pela “liberdade de expressão” e que vitima especialmente o grupo descrito acima, além das organizações da esquerda política, grupos de imigrantes etc.; no aprofundamento dos ataques – via políticos e instituições legislativas, executivas e judiciárias – por meio das medidas provisórias e/ou propostas como terceirização generalizada, redução da maioridade penal, mudança na lei de biossegurança, omitindo informações fundamentais à população como a procedência dos alimentos; na corrupção generalizada de toda a superestrutura, o que se reflete também entre a população; no descaso dos governantes com setores estratégicos para a população como educação, saúde, segurança pública, moradia, energia e água potável; nas questões relacionadas ao meio ambiente, seja no que se refere à sua proteção ou à legislação que se precariza na medida em que grandes grupos econômicos do agronegócio e indústria em geral são beneficiados; no abusivo poder da imprensa e mídia em geral que manipulam, omitem ou dirigem as informações, ferindo direitos fundamentais de toda a sociedade, na postura agressiva e intolerante dos indivíduos entre si, contra as mulheres, homossexuais, crianças e adolescentes.

Todos esses temas causam preocupação e, efetivamente, mexem com os interesses e o cotidiano de toda a população. No entanto, o movimento sindical raramente se ocupa deles e quando o fazem limitam-se à constatação de que é a classe trabalhada a principal vítima.

E, no marco do agravamento da crise estrutural do capitalismo e do acirramento da luta de classes e do papel governista e traidor das centrais pelegas (CUT, CTB, Força Sindical, UGT, etc.), a prioridade deve ser a disputa da consciência dos trabalhadores com agitação, propostas de luta e campanhas políticas permanentes nas bases das categorias, como fábricas e demais locais de trabalho, terminais, universidades, bairros, etc. A luta contra os ataques concretos dos patrões e governos deve ser ligada com campanhas políticas mais gerais como: Campanha contra o pagamento da dívida, campanha contra o desemprego, campanha contra as opressões, campanha contra o capitalismo e seus governos e por um governo dos trabalhadores. Para isso, a CSP-Conlutas confeccionará boletins para ser entregues nas bases, fará vídeos para serem postados nas redes sociais e trabalho.

Apesar de ser compreensível que muitos dos elementos elencados acima não ocupem o cenário das discussões internas da central, dado ao nosso reduzido número de dirigentes e recursos e ainda, dado a enormidade das demandas sindicais específicas, defendemos como fundamental que sejam pautados e discutidos em profundidade.

A focalização desses temas como objetos de discussão e ação poderá ser um passo importante para recuperar o protagonismo social dos sindicatos junto à sociedade. Impossível desconhecer que a queda de popularidade das entidades sindicais, assim como do governo e do próprio Estado, tem raiz também, dentre outros inúmeros fatores, no nosso distanciamento das questões que realmente afligem e mobilizam a classe. Também no corporativismo crescente a que nos obriga o recrudescimento dos ataques que sofremos e nas formas tradicionais que seguimos para manter contato com o trabalhador, limitando-nos à porta dos locais de trabalho.

Questões várias podem ser explicitadas aqui no que se refere ao papel, abrangência de ação e responsabilidade social das entidades sindicais; à necessária autocrítica da nossa postura, em geral, defensiva diante da rejeição dos trabalhadores a qualquer proposta que avance além do individualismo; à avaliação da nossa capacidade real de convencer e mobilizar os trabalhadores.

Diante dessa realidade, o II Congresso da CSP-Conlutas resolve:

1) Planejar a discussão de temas que ecoam mais fortemente entre a população em geral nas atividades regionais e nacionais da central, buscando incentivar a discussão mais qualificada na sociedade e assumindo um papel mais ativo, abrindo novas frentes de atuação que possam angariar maior simpatia e adesão social a fim de transformar a realidade favoravelmente aos trabalhadores.

2) Considerando que a classe trabalhadora é uma só, mas os setores oprimidos desta nossa classe são diversos e sofrem com uma exploração ainda mais brutal dentro do capitalismo, não há e nem haverá luta alguma em que estes setores não sejam protagonistas do enfrentamento aos governos e à patronal. Mulheres, negros, LGBTs e povos originários são os principais alvos dos ataques do capitalismo e são à base da resistência contra o capitalismo e dos enfrentamentos em nome dos trabalhadores e trabalhadoras. Por isso, não é possível que haja nem um único fórum, encontro ou congresso em que se deixe de garantir o devido protagonismo e relevância ao debate e à organização da luta contra as opressões. Assim, o Congresso da CSP-Conlutas delibera que todos os seus encontros nacionais e congressos, necessariamente, terão sempre Grupos de Discussão (GD) sobre a luta contra as opressões. Todas as demais formas complementares de debate e discussão dos temas, como painéis e atividades chamadas pelo grupos militantes contra as opressões são fundamentais, mas é imprescindível que haja o debate com a base, toda a base, em atividades oficiais e integrantes da pauta geral dos eventos, garantido por meio de GDs, integralmente de debate.

**Questões organizativas (Organização da Central, Estatutos e Direção)**

1. Manter os seus princípios organizativos democráticos e horizontalizados em todas as instâncias deliberativas (Congresso e Coordenação), na Secretaria Executiva e no Conselho Fiscal, em âmbito nacional, regional e/ou estadual, constituídas por representantes de entidades sindicais, oposições e minorias e demais movimentos sociais, eleitos por suas respectivas bases.

2. Envidar esforços para que, até seu III Congresso, a CSP Conlutas esteja enraizada em todo Brasil, com a instituição das Coordenações, Secretarias Executivas e Conselhos Fiscais Estaduais e/ou Regionais.

3. Manter sua autonomia, independência financeira e posição contrária ao Imposto Sindical, lutando por sua extinção.

4. Organizar atividades de formação, de troca de experiências e de apoio mútuo entre as oposições sindicais e as instâncias da Central.

**O Seminário Nacional da CSP-Conlutas e os desafios da Comunicação dos trabalhadores hoje**

A comunicação dos trabalhadores e dos movimentos sociais enfrentam desafios importantes no período atual. Vivemos na época da comunicação instantânea. As informações são processadas e tornam-se públicas no mesmo momento em que os fatos acontecem.

Precisamos nos comunicar com a base nos locais onde atuamos, é sempre importante fortalecer as nossas redes de solidariedade e de frente única durante as lutas e temos ainda de pensar na visibilidade das ações proferidas por nós. São muitas as frentes!

Atualmente, as possibilidades de comunicação diante dessas frentes de ação é infinitamente superior há 30 anos, por exemplo, no período das grandes greves do ABC. Naquela época dirigir uma categoria nacional era bem mais complicado do que hoje. O que era imprensa sindical se transformou numa poderosa comunicação diante do universo de possibilidades. Quando discutíamos essa imprensa nos referíamos basicamente a jornais, boletins, cartazes e filipetas. Atualmente, a comunicação é mais estruturada diante de suas frentes de atuação. Cada uma das diversas ferramentas com sua linguagem e seu público. É preciso pensar que a comunicação sindical e dos movimentos pode atingir uma categoria de trabalhadores, sua família, um bairro, outros movimentos, um determinado segmento da sociedade.

Além disso, a vastidão de possibilidades está acompanhada por uma mídia tradicional poderosa, que bombardeia diariamente seu público com noticiário e entretenimento a serviço dos interesses da classe dominante; e também por uma comunicação empresarial cada vez mais aprimorada, disposta a se utilizar dos meios pertinentes para conquistar ideologicamente os trabalhadores e, assim, aprofundar a aplicação da política neoliberal nos locais de trabalho e na concepção de vida cotidiana. E, após a eleição do PT na esfera federal, ainda somos obrigados a nos contrapor em situações importantes à política das direções sindicais governistas.

Ou seja, o desafio em fortalecer um discurso contra-hegemônico é enorme e urgente. Para as frentes de atuação na comunicação há sempre uma ferramenta mais adequada. Inúmeras! Com os trabalhadores temos os materiais impressos, como jornais, revistas, boletins; a internet por meio de sites, redes sociais, blogs e a comunicação via celular com sms, whatsapp e o acesso às redes e as produções audiovisuais em era imagética. O fortalecimento de relações e ampliação das vozes contra-hegemônicas por meio das redes de solidariedade e atuação conjunta em diversos momentos é fundamental, assim como é necessário o trabalho de assessoria de imprensa para ampliar a visibilidade de nossas ações. Ou seja, articular os diversos meios para cada demanda que nos é sugerida é um exercício cotidiano.

Hoje temos ainda o desafio da instantaneidade. Lembram-se de junho de 2013? Quantos de nós, além de estar nas ruas, acompanharam também a cobertura pelas redes sociais? Informações, opiniões, uma rede de solidariedade imediata aos que sofriam repressão. Quantas curtidas demos ao olhar fotos, comentários e vídeos postados nas redes, aos comentários otimistas daqueles dias, às imagens que mostravam a grandiosidade do que estava acontecendo?

O acesso às redes se ampliou nas manifestações de junho. Não que esse movimento não viesse ocorrendo, já vinha. Todos sabemos! Contudo, naqueles dias pessoas buscaram ou intensificaram suas relações com aqueles meios de comunicação. E, de fato, as redes passaram a ocupar um novo lugar como ferramenta de troca de informações. Cumpriram também papel importante nas mobilizações do norte da África, por exemplo, Egito e Turquia, entre outros países. E, no cotidiano, são milhões os que dão pelo menos uma olhada diária nesse meio de comunicação.

Essa situação aprofundou os desafios para o movimento dos trabalhadores, que muitas vezes vê os meios de comunicação de forma tradicional. Como usar as mídias sociais para se aproximar dos que estão na base das categorias? Como aproveitar as redes para buscar mais informações a partir do que postam os trabalhadores? É possível utilizá-la como reforço para a organização de base? Esse meio de comunicação tornou-se mais importante que os outros? Como lidar com essa nova realidade?

Os desafios são muitos. É imprescindível saber ajustar e integrar todos os elementos que compõem a comunicação: ferramenta adequada, texto claro e objetivo, palavras compreensíveis, abordagem atual e próxima da realidade do trabalhador; imagens que chamem a atenção, assim como boas locuções e outros aspectos que envolvem sua produção.

A integração entre diretoria, profissional de comunicação e trabalhador também é fundamental para o êxito dessa comunicação. Por isso, não pode ser menosprezada. Precisa ser uma preocupação constante.

São inúmeros os aspectos que compõem a comunicação dos trabalhadores. É preciso vasculhá-los, conhecê-los. Saber qual o melhor momento para usá-los. Só dessa maneira consegue-se fazer uma boa comunicação, que atinja seus objetivos.

**A CSP-Conlutas e sua Comunicação**

A nossa Central e suas entidades e movimentos filiados estão no meio desse turbilhão. Estamos envolvidas, nessa conjuntura complexa, com os novos meios de comunicação, mas tendo que observar também o valor das ferramentas tradicionais.

O 1º Seminário Nacional de Comunicação da CSP-Conlutas veio com o intuito de apontar indagações e avançar na elaboração e nas iniciativas coletivas e integradoras na comunicação da Central. A partir dos debates realizados alguns aspectos e propostas foram apontados. São eles:

- Apresentar na SEN a proposta de criar o Setorial de Comunicação (composto por dirigentes e profissionais de comunicação) ou Grupo de Trabalho para discutir o tema da comunicação e, após, apresentar a proposta na Reunião da CSP Conlutas;

- Elaborar o Plano Nacional de Comunicação da CSP-Conlutas a partir dos debates realizados e das demandas da Central e de suas entidades filiadas (a partir do plano apresentado pelo Andes-SN);

- Proporcionar funcionamento em rede: aperfeiçoar articulação entre as equipes de comunicação da Central e de suas entidades, ampliando a intercomunicação, o cruzamento de pautas, incentivando as parcerias regionais ou temáticas, o funcionamento em rede solidária e o trabalho colaborativo de mão dupla;

- Esta rede deve apontar em perspectiva para a criação de uma Agência Nacional de Comunicação da CSP-Conlutas, a partir do Plano Nacional de Comunicação;

- Valorizar o profissional de comunicação e lutar contra a precarização do setor no interior da Central;

- Destacar a necessidade de investimento/priorização da comunicação nas entidades, levando em conta a autonomia de cada entidade;

- Reafirmar a necessidade da cobertura aos eventos nacionais da Central e outras atividades de interesse pelos profissionais da comunicação;

- Criar espaços de formação política/profissional envolvendo dirigentes e profissionais da comunicação;

- Desenvolver a comunicação de acordo com as frentes de atuação definidas no Seminário => com a base das categorias buscando qualidade, ferramentas pertinentes e linguagem acessível aos trabalhadores; constituir relações com setores classistas no fortalecimento de uma comunicação contra-hegemônica; ampliar a visibilidade das ações da Central e de suas entidades filiadas por meio da assessoria de imprensa que abranja a chamada mídia tradicional e a mídia alternativa.

- Elaborar coletivamente um Manual de Comunicação, com destaque para mídias digitais;

- Impulsionar a estruturação das CSPConlutas regionais e estaduais para melhor trabalho de comunicação;

- Realização de seminários regionais e/ou estaduais no segundo semestre de 2015 na perspectiva de avançar na estruturação da comunicação e em preparação ao próximo seminário.

- Aprofundar as discussões de temas pertinentes à Comunicação e ao Jornalismo, como por exemplo, democratização dos meios de comunicação, diploma para exercer a função de jornalista entre outros;

- Avançar na elaboração conceitual da comunicação que queremos desenvolver para a nossa classe;

- Fortalecer o tripé – dirigente, jornalista, trabalhador;

Repetimos. Os desafios são muitos! A melhor maneira de desvendá-los é por meio do debate, buscando elaborações, trocando as nossas experiências à luz de companheiros e companheiras que atuam conjuntamente com os trabalhadores, movimentos sociais e contra as opressões no dia a dia.

O que torna necessário desenvolver os setores de comunicação das instâncias nacional e estaduais da CSP, por meio de mecanismos e de procedimentos de integração com os departamentos de imprensa/comunicação das entidades filiadas, criando condições para que a comunicação da Central atue como espaço de intercâmbio de informações entre entidades e movimentos filiados, por exemplo, recebendo, selecionando e distribuindo material escrito e audiovisual produzido por cada entidade/movimento filiado para todos os demais. Bem como, apoiar a implementação de ação estratégica para fortalecimento de todas as mídias independentes anticapitalistas, uma vez que a estratégia de comunicação de massa popular e comprometidos com a classe trabalhadora se faz urgente necessária no campo das lutas sociais de classe.

Outras resoluções:

Desenvolver os setores de comunicação das instâncias nacional e estaduais da CSP, por meio de mecanismos e de procedimentos de integração com os departamentos de imprensa/comunicação das entidades filiadas, criando condições para que a comunicação da Central atue como espaço de intercâmbio de informações entre entidades e movimentos filiados, por exemplo, recebendo, selecionando e distribuindo material escrito e audiovisual produzido por cada entidade/movimento filiado para todos os demais.

Criar o setorial de comunicação na CSP-Conlutas composta por dirigentes e por profissionais da comunicação.

Preparar um plano nacional de comunicação da CSP-Conlutas com base nos debates realizados e nas demandas da central e de suas entidades filiadas.

Realização de seminários regionais e/ou estaduais no segundo semestre de 2015 na perspectiva de avançar na estruturação da comunicação e em preparação ao próximo seminário nacional de comunicação.

**ESTATUTO**

**Resolução sobre estrutura, organização, funcionamento e administração da Central**

O Estatuto da CSP-Conlutas apresenta diversos problemas em relação à estrutura que interferem diretamente no funcionamento político e administrativo da entidade.

1. No Artigo 8º do Capítulo V, constam como instâncias de organização, de funcionamento e de deliberação da Central, nos itens IV e V, a Coordenação Estadual ou Regional e depois, Secretaria Executiva Estadual e Regional.

Vê-se aqui uma clara confusão entre duas instâncias que acabam por se confundir dentro da hierarquia, o que acaba causando ou uma sobreposição de papeis ou um vácuo em relação ao ordenamento administrativo.

2. O Artigo 23, do Capítulo X, que trata da composição das Secretarias Executivas, também é omisso em relação a esta dupla representação ou à ausência de uma definição exata sobre qual a relação entre estas instâncias, se é que existe. Em vários momentos, o Estatuto se refere às instâncias regionais e estaduais de forma linear, isto é, utilizando a expressão “ou”, o que sugere que entre elas não exista nenhuma relação, nem política e nem administrativa.

Aliás, o próprio fato de que as Secretarias Executivas Regionais tratem diretamente com a Secretaria Nacional, demonstra que, conforme a interpretação que está sendo dada, não exista qualquer relação direta entre a regional e a respectiva Secretaria Estadual.

3. Já no Artigo 29, do Capítulo XI, que trata da sustentação financeira, diz: “O valor arrecadado com as contribuições regulares pagas à CSP-Conlutas pelas entidades e movimentos será distribuído por toda a sua estrutura organizativa na seguinte proporção: a CSP-Conlutas Nacional fica com o correspondente a 40% (quarenta por cento) e as instâncias estaduais e regionais ficam com 50% (cinquenta por cento) do valor arrecadado e os outros 10% constituirão um fundo de lutas da Central, que receberá o repasse automático deste percentual das contribuições recebidas”.

Assim, fica evidente a omissão estatutária em relação à divisão das contribuições das entidades, oposições, minorias e movimentos, pois não existe nenhuma definição de percentuais entre estas duas instâncias. Além disto, no Parágrafo Único, do mesmo Artigo 29º, consta: “O recolhimento da contribuição será feito centralizadamente junto a uma conta bancária da instância nacional da Central, que efetuará o repasse a cada instância estadual e/ou regional”.

Aqui, o conflito fica ainda mais evidente, pois o Estatuto trata como “instância estadual e/ou regional”. O que admite esta expressão e/ou? É possível a existência de uma regional sem relação com a respectiva secretaria estadual?

Esta confusão se agrava diante de outros artigos do Estatuto da CSP-Conlutas, pois a participação nas diversas instâncias de deliberação, incluído ai o Congresso Nacional da entidade, se dá por definição estatutária através da representação da entidade, oposição, minoria ou movimento, não sendo, portanto, uma representação nominada, mas sim por definição da entidade de base.

Desta forma, será necessário proceder a uma revisão geral em relação à estrutura funcional, à administração e também às relações políticas entre as entidades e suas respectivas secretarias regionais e estaduais.

Diante destes problemas existentes nos Estatutos da CSP-Conlutas e da necessidade de que se regulamente o processo de funcionamento de modo a não restringir a participação das entidades nas diversas instâncias a que têm direito, bem como para resguardar os direitos das organizações de âmbito nacional ou estaduais, estes artigos deverão ser revistos e devidamente adequados à realidade da Central.

Assim, o II Congresso da CSP Conlutas resolve:

- A criação de um Grupo de Trabalho (GT), formado na primeira Coordenação Nacional após este Congresso, para analisar, discutir e propor alterações que possam suprir as lacunas legais aqui apontadas;

- Que este GT tenha um prazo definido de 6 (seis) meses para apresentar suas proposições e que estas sejam votadas pela Coordenação Nacional “Ad referendum” do próximo Congresso Nacional.

**SOBRE A REPRESENTAÇÃO NAS INSTÂNCIAS DA CENTRAL**

No mesmo sentido, o II Congresso encaminha para debate e posterior resolução a proposta formulada no CONAD do Andes SN:

Tomar como parâmetro, para a definição do número de delegados das entidades, minorias e oposições sindicais, ao Congresso e a Coordenação Nacional, o número de sindicalizados em suas respectivas bases.

**ENCAMINHAMENTO SOBRE O TEMA DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DO SERVIÇO PÚBLICO**

Após apresentação de propostas sobre o tema e debate nos grupos e no plenário, o II Congresso remete à primeira reunião da Coordenação Nacional da CSP Conlutas o debate sobre a proposta de incorporação dos terceirizados sem processo seletivo ou concurso público.

**CONTRIBUIÇÕES**

**Contribuição da juventude da ANEL ao Congresso**

**Nenhum direito a menos!**

**Juventude em luta por outro futuro. Um novo Movimento Estudantil é Possível!**

Os primeiros meses de 2015 mostram que a tão dita crise econômica mundial realmente chegou ao Brasil. Nas previsões mais otimistas, haverá recessão em 2015 e crescimento econômico baixo em 2016. As mais pessimistas indicam recessão de quase 2% em 2015 e continuidade de recessão ou crescimento zero em 2016. Se em 2010 o PIB do país cresceu 7,9% (depois da “marolinha” da crise de 2009: -0,2%), em 2013, ano das manifestações de junho, desacelerou para apenas 2,7% e em 2014, 0,1%.

Diante disso, a política do governo Dilma e do Congresso Nacional do Eduardo Cunha e Renan Calheiros está evidente: retirar direitos dos trabalhadores e da juventude para garantir seus acordos com os bancos e grandes empresários, seguindo com os repasses gigantescos de verbas para o pagamento da dívida, e alcançar o superávit, na busca por maiores investimentos externos.

O projeto de lei das terceirizações é o maior ataque à classe trabalhadora e à juventude nas últimas cinco décadas, tão nefasto como as medidas provisórias 664 e 665 que, em suma, atacam o direito ao seguro desemprego e outros benefícios tão requisitados por setores que não têm estabilidade nos postos de trabalho, em sua maioria jovens, negros, mulheres e LGBT’s.

Também parte desse pacote de maldades, o ajuste fiscal fez de escolas e universidades federais e estaduais suas maiores vítimas. O corte de R$ 7 bilhões no orçamento da educação, antes mesmo do orçamento ser aprovado, foi um duro golpe contra a qualidade das universidades federais, já muito enfraquecida pelo projeto de expansão sem qualidade: o Reuni. Nesses marcos, até mesmo um dos projetos mais importantes para os governos do PT, o FIES, está em falência e faz com que milhares de jovens estejam perdendo suas graduações.

O setor mais atingido hoje com a retirada de direitos é a juventude. São os jovens terceirizados e em postos de trabalhos precarizados, como em telemarketing, empresas como Mc Donald’s e a construção civil que mais sofrem com as medidas provisórias 664 e 665. São os jovens os que mais são atingidos com o projeto de lei das terceirizações, tanto pelos impactos imediatos, caso seja realmente aprovado e sancionado, como pelos impactos futuros. E é também a juventude quem mais sofre com o ajuste fiscal e a brutal queda de qualidade e a crise orçamentária sobre as universidade e escolas.

E no meio de tudo isso o Congresso Nacional de corruptos como Eduardo Cunha e Renan Calheiros, ambos do PMDB, citados na Lava Jato, ainda quer aprovar um projeto que reduz a maioridade penal. O objetivo com isso é intensificar o encarceiramento da juventude negra e pobre das periferias. Sob o pretexto de acabar com o tráfico e o consumo de drogas, a PM sob comando dos governos, segue uma verdadeira chacina da juventude negra. Impedir a aprovação da redução da maioridade penal e legalizar as drogas é uma questão de sobrevivência para a juventude.

A juventude negra é o alvo central. Jovens negros que não são mortos pela polícia ou capturados pelo tráfico estão ocupando os piores postos de trabalho, muitos lutando para conciliar empregos precários com graduações em faculdades privadas, alimentandos pelo sonho de “um emprego melhor”. Esses estão vendo seus poucos direitos sendo retirados e o sonho de futuro sendo apagado a cada dia.

**Nenhum centavo a menos na educação! Não aos cortes e a “pátria educadora” da Dilma! Rumo à greve geral na educação superior!**

A cada dia que passa a situação das universidades fica mais difícil. São inúmeros os exemplos da crise orçamentária que vivem as universidades públicas no nosso país. A UFMG está sem pagar a conta de água e luz há meses. Na UFBA, a reitoria já anunciou que a verba destinada para todo o ano acabará em Junho. Na UFJF, as bolsas destinadas aos estudantes, como as de iniciação científica e auxílio permanência serão cortadas integralmente.

É preciso construirmos uma grande greve nacional nas instituições de ensino superior. Andes-SN e Fasubra deliberaram por indicativo de greve nacional. Nós achamos que é esse o caminho, levar para dentro dos locais de estudo as lutas que estão sacudindo o país, como no exemplo do dia 15 de Abril e o dia 29 de Maio.

**Trabalhadores, podem lutar que a juventude da ANEL vai lhes apoiar!**

Diante de tudo isso, é necessário fazer um “novo Junho”, dirigido pelos trabalhadores, para derrotar o Governo Dilma, o Congresso Nacional e a oposição de direita. Nós, da ANEL, acreditamos que o Movimento Estudantil, sendo um dos movimentos sociais mais importantes da história do nosso país, e referência para boa parte dessa juventude, tem uma responsabilidade diante de tudo isso.

Em 2015, a ANEL se prepara para reafirmar um de seus mais importantes princípios: a aliança operária-estudantil. A ANEL nasceu filiada à Conlutas e, posteriormente, com a fundação da CSP-Conlutas mantivemos a filiação. A concepção dessa Central de abarcar em seu interior o movimento sindical, de luta contra as opressões, estudantil e popular já constituiu um patrimônio para a classe trabalhadora e a juventude brasileira e a própria existência do encontro internacional, que ocorrerá posteriormente a este Congresso, mostra também a importância internacional desse projeto.

Para nós, só é possível derrotarmos nossos inimigos se tivermos à nossa frente os trabalhadores. As greves operárias, como na Volkswagen, Mercedes e Cherry; dos professores como em São Paulo, Belém e a duramente reprimida do Paraná, nos mostram qual o caminho a ser seguido. É com a entrada da classe trabalhadora em cena que somos capazes de dar passos mais largos na direção do futuro. Sendo assim, não achamos que poderíamos estar em outro lugar que não aqui na CSP-Conlutas ao lado dos trabalhadores, dos movimentos classistas de combate às opressões e do movimento popular.

**As lutas da juventude e o novo momento na reorganização: Um novo movimento estudantil é possível!**

As lutas da juventude se intensificaram nos últimos 2 anos. Os ventos de mobilização que sacudiram o norte da África e a Europa em 2011 inspiraram os jovens brasileiros e esses saíram às ruas em Junho de 2013. Desde então vivemos um novo momento na luta política brasileira. A juventude desde então só aumentou sua indignação e motivos não faltam para isso.

As jornadas de Junho e tudo que se seguiu após esse período abriu um novo momento na reorganização do movimento estudantil. É chegado o momento de darmos um passo à frente no trabalho feito pelos estudantes que ocuparam reitorias em todo o país em 2007 e ousaram apontar o novo, é necessário dizermos bem alto e forte: romper com a UNE já! As lutas da juventude não cabem nessa velha e burocratizada entidade e se dão totalmente por fora de seus fóruns. Não é à toa que todo o Ascenso das mobilizações não passaram em nenhuma medida por dentro dessa entidade. Não é por acaso que os fóruns da UNE não refletem em nada a realidade política do país e a vanguarda das lutas não esteja entusiasmada com o seu congresso. Não é à toa que os estudantes não tenham qualquer referência na UNE para desenvolver suas lutas. O Movimento Estudantil brasileiro merece se organizar em uma entidade livre, democrática, de luta, aliada aos trabalhadores e independente do governo, do Congresso Nacional e da oposição de direita.

Dessa forma, é uma grande vitória do processo de reorganização o reconhecimento do Coletivo Juntos! ao papel protagonista da CSP-Conlutas na reorganização e o acerto do seu projeto. Nós vemos com grandes expectativas a entrada do Juntos! na CSP-Conlutas e achamos que esse é um primeiro passo rumo ao fortalecimento da reorganização também no Movimento Estudantil.

Espelhada no projeto da CSP-Conlutas, a ANEL se destacou nesses anos por meio de suas campanhas, resoluções de seus fóruns e iniciativas junto ao movimento. Isso tudo mostra o imenso espaço política para a reorganização. Além disso, as iniciativas unitárias no movimento estudantil entre nós da ANEL e a oposição de esquerda da UNE também comprovam isso. Essa unidade é responsável por dirigir os principais DCE’s do país (USP, UFRJ, UFMG e UFRGS), impulsionar os principais processos de lutas da juventude e sermos os grandes aliados dos trabalhadores. Entretanto, os desafios são muito maiores.

A unidade esporádica, dispersa e local tem se mostrado forte o suficiente para impor derrotas ao governismo nas universidades, como nos exemplos da eleição do DCE da USP e, recentemente, da UFMG, mas não basta para defender os direitos da juventude e dos trabalhadores nacionalmente. Apesar de muito importante, é pouco para derrotar o projeto de lei das terceirizações e as medidas provisórias que retiram direitos trabalhistas da juventude; é pouco para derrotar os cortes na educação e garantir que sejam investidos 10% do PIB na educação pública, já; é pouco para derrotar a redução da maioridade penal e o genocídio e encarceiramento da juventude negra e pobre das periferias, além de enegrecer as universidades e garantir assistência estudantil de qualidade. Precisamos de uma unidade orgânica e nacional entre a ANEL, o Juntos e os demais coletivos da OE da UNE. E para isso, colocamos a ANEL à serviço da construção de uma nova alternativa de organização unitária, superior, de massas entre os estudantes, de oposição de esquerda ao governo Dilma e independente do Estado, com o conteúdo que a nossa entidade mostrou que é possível e tem sido vitorioso nos últimos quase 6 anos.

Mesmo com a recusa dos coletivos de Oposição de Esquerda da UNE em romper com essa entidade, conseguimos, desde 2009, desenvolver um projeto que se fortaleceu por meio de campanhas e iniciativas e hoje caminha para mais um grande congresso. Aplicando a receita da unidade essa história pode ser potencializada.

Nesse Congresso teremos, além de nós da ANEL, o Coletivo Juntos! Queremos que essa experiência comum sirva para estreitar as nossas relações, também no Movimento Estudantil. Para nós, o II Congresso da CSP-Conlutas também pode cumprir um grande papel de apontar a unificação do Movimento Estudantil por fora da União Nacional dos Estudantes e o Coletivo Juntos tem a tarefa de ser consequente nesse importante passo que foi ter vindo para a CSP-Conlutas e dar um segundo passo à frente na reorganização do Movimento Estudantil. Unificados, nós da ANEL e o Coletivo Juntos! teremos muito mais força para sermos um ponto de apoio fundamental para as a lutas que se seguirão a partir deste Congresso.

**Terceirização: a categoria de agentes de trânsito já sente os efeitos**

“Toda revolução é impossível, até que se torne inevitável.” (Leon Trotski)

No dia 8 de abril deste ano, aconteceu o mais duro golpe aos trabalhadores deste país. Trata-se da aprovação do texto-base do Projeto de Lei 4330, que flexibiliza as relações de trabalho e proporciona a retirada de direitos da classe trabalhadora. Com aprovação inicial do texto-base, abriu-se o sinal verde para os empresários terceirizarem não só atividades meio (funções de apoio ao negócio central da empresa, tais como: limpeza e serviço de vigilância), mas também outros tipos de atividades, consideradas vitais para o crescimento do Brasil, como por exemplo, a fabricação de veículos e grandes montadoras.

Percebe-se claramente, que tal ataque orquestrado pelos grandes grupos de empresários deste país, apoiado pelos 324 (trezentos e vinte e quatro) deputados, que não têm compromissos com os trabalhadores e sim com os seus financiadores de campanha. Isso é um tremendo retrocesso aos direitos sociais garantidos na CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas do Brasil.

Ressalte-se ainda, que o tema da terceirização nos moldes propostos pelo projeto, refere-se a uma relação triangular de prestação de serviço, primeiro através dos proprietários das empresas, depois com as prestadoras de serviços, e por último, o mais fragilizado que é o trabalhador. Além disso, a relação do chamado “terceirizado” com as empresas prestadoras de serviço, na grande maioria das experiências, é de baixos salários, retirada de direitos e falta de condições mínimas de trabalho.

Nessa ótica, o movimento terceirizante ganhou força, a partir de 1980, quando se expandiu de forma sistemática e com grande adesão da classe empresarial do país. Tal preocupação dos empresários em aprovar a PL 4330, com grande apelo de parte da mídia burguesa, refere-se à lógica do sistema capitalista vigente. Ou seja, a grande maioria obtendo os lucros astronômicos, enquanto os trabalhadores, tendo que pagar a conta.

Nesse contexto, a categoria de agentes de trânsito de algumas capitais do país, há muito tempo vem sofrendo com a postura nefasta de gestores, que a todo o momento, buscam precarizar e usurpar a função da figura do agente de trânsito. Essa escalada desenfreada de retrocesso na recém-criada categoria de agentes de trânsito apoia-se nas chamadas licitações públicas, práticas comumente usadas, como forma de garantir os pagamentos de campanhas eleitorais passadas e futuras negociações com apoiadores de candidatos a prefeitos em todo Brasil.

Na capital paulista, os efeitos da terceirização e precarização dos serviços na área de trânsito se iniciaram faz tempo. Lá, existe empresa terceirizada, que trabalha nos reparos e instalação dos semáforos da capital. Em alguns casos, o semáforo passa até dez dias sem a devida manutenção. Na falta de efetivo de agente de trânsito para controlar o fluxo de veículos nos cruzamentos com semáforos, visto que, a prefeitura não tem interesse de promover concurso público especifico para o cargo, os pedestres têm muitas dificuldades para efetuarem a travessia para o outro lado da via. Denota-se então, um grande descaso do poder público com a mobilidade urbana. Até os veículos que são usados para a mobilidade dos profissionais de trânsito são precarizados. Há casos, em que os agentes de trânsito passam horas no pátio do órgão esperando uma viatura.

No Rio de janeiro, a famosa cidade maravilhosa, a realidade não é diferente. Desde o ano de 2008, a prefeitura vem implementando mudanças na fiscalização e no ordenamento do tráfego. Uma das principais novidades foi à contratação de várias empresas terceirizadas para trabalharem no controle dos semáforos e o fluxo de veículos. A empresa contratada se encarrega de contratar os agentes de trânsito terceirizados para serem controladores, além de incluírem outros profissionais como engenheiros, supervisores e outros funcionários de apoio nas operações de trânsito.

Sem se falar, que tudo é terceirizado. A parte administrativa, motoristas, vigilantes, a implementação da sinalização vertical e horizontal, os rádios para comunicação e a manutenção dos veículos. Pode-se afirmar com muita clareza, que existe um direcionamento no favorecimento de empresas e um danoso prejuízo ao emprego efetivo através de concurso público. Em todos esses casos, o controlador de trânsito, não tem poder de autuação. Serve apenas para orientar os motoristas e desobstruir as vias congestionadas.

Já em Fortaleza, os males terríveis da precarização com a contratação de pessoal através de empresa terceirizada chegou a partir do mês de agosto do ano de 2014. A estratégia é a mesma. O atual prefeito, Roberto Cláudio (PROS), autorizou a contratação de 400 (Quatrocentos) profissionais terceirizados para autuarem no trânsito da capital. Vale citar ainda, que o poder executivo municipal, também contratou uma empresa para a manutenção dos semáforos. Esse feito negativo não é só das grandes capitais. Na cidade de Icó, interior do Ceará, o gestor municipal, pegou carona na mesma prática. O órgão municipal de trânsito do município iniciou os seus trabalhos com a contratação de 12 (Doze) funcionários sem concurso público. É importante frisar que, o sindicato específico da categoria – SIATRANS/CE, já protocolou denúncia junto ao Ministério público da referida cidade.

O vil projeto que regulamenta e acelera o processo de terceirização no Brasil não é bom para os trabalhadores. Teremos ameaçadas garantias trabalhistas importantes como férias, décimo terceiro salarial, descansos remunerados, horas extras e outras conquistas. Portanto, não podemos deixar que essa afronta aos direitos sagrados dos trabalhadores possa se efetivar. Só a unidade da categoria de agentes de trânsito com os demais trabalhadores, poderá barrar mais um ataque ao tão explorado trabalhador brasileiro.

A greve geral é a palavra de ordem!

**Grupo de Trabalhadores Rurais e Apoiadores – Triângulo Mineiro**

Vivemos numa região (Triângulo Mineiro) onde, historicamente, há uma grande concentração de terra e cresce o agronegócio, principalmente através das usinas de cana-de-açúcar (temos mais de 30 usinas na região).

A atual crise econômica em nosso país e os ataques da patronal e dos governos que atingem profundamente os assalariados rurais vão exigir de nós, lutadores, a intensificação do trabalho junto aos operários do campo.

Somado a isto, a ausência de uma política de reforma agrária por parte dos governos e a degeneração de grande parte das direções dos movimentos sem-terra nos coloca a necessidade de uma atuação mais incisiva neste setor.

Diante disso, O Grupo de Trabalhadores e Apoiadores Rurais - Triângulo Mineiro propõe como linha de ação:

1. Atuar prioritariamente em Campo Florido e Santa Vitória junto aos assalariados rurais (panfletagens, reuniões, assembleias etc.). Este trabalho seria feito através dos sindicatos que já são filiados à CSP-Conlutas.

2. Estruturar o Sindicato da Agricultura Familiar em Uberlândia (campanha de filiação nos assentamentos, etc.)

3. Buscar estender o trabalho para outras regiões do Triângulo (Conceição das Alagoas, Frutal, Monte Carmelo, Coromandel, Paracatu).

4. Recuperar imediatamente os Sindicato dos Trabalhadores Assalariados de Pirajuba-MG. O presidente deste está preso, em flagrante, por tráfico de armas; o mesmo se fazia passar por fiscal do Ministério do Trabalho, abordava ônibus de transporte de trabalhadores e extorquia dinheiro de empresários. Como está sendo sindicato cartorial, com direção totalmente “laranja”, temos que apresentar atitude rápida antes que apareça um bandido substituto.

Propomos, neste Congresso, criarmos um Fórum, capitaneado pelos nossos principais sindicatos (ligados à FERAESP e outros) para aprofundarmos a troca de experiências no setor, articularmos um plano de lutas, etc. Esta proposta conta com apoio do SIND-UTE de Monte Carmelo e as oposições do SIND-UTE de Patrocínio, Uberlândia e Uberaba.

E também a criação da secretaria executiva (ou GT) sobre agricultura familiar e assalariados rurais dentro da executiva nacional CSP Conlutas. Discutir a inclusão de dois representantes da agricultura familiar e assalariados rurais na executiva estadual da CSP Conlutas. Apoio da CSP Conlutas político e financeiro na fundação dos SAFGR’S (Sindicato dos Agricultores Familiares).

**Ao II Congresso da CSP- Conlutas**

Solicitação de moção de apoio dos delegados da CSP-Conlutas para intervenção junto ao Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário (MDA), o senhor Patrus Ananias, para a liberação de todas, para o pagamento dos imóveis rurais denominados Santa Avoia I e II no município de Barretos (SP).

É de conhecimento de todos, os graves problemas sociais existentes em nosso país. Sabemos que a Reforma Agrária é um dos instrumentos mais importantes e eficientes para a geração de postos de trabalho e renda, estímulo do desenvolvimento das pequenas e médias cidades, melhoria de vida dos trabalhadores do campo e da cidade.

No entanto, democratizar o acesso à terra continua sendo um dos maiores desafios nos enfrentamentos com os interesses das elites dominantes, porém, contamos com este Congresso para vencer barreiras e fazer justiça social, gerando qualidade e expectativa de vida a essa massa de excluídos, acampados no município de Barretos.

Em meados da década de 1990, o Incra realizou vistoria nesta região do Estado de São Paulo a procura de terras improdutivas que resultou na desapropriação da Fazenda Santa Avoia II e o encaminhamento do processo de desapropriação da Fazenda Santa Avoia I para a Casa Civil, para o decreto em Dezembro de 1999, no município de Barretos.

Naquele momento, os proprietários recorreram à justiça federal com uma ação declaratória de produtividade e uma ação cautelar de produtividade que só em dezembro de 2013 o TRF (Tribunal Regional Federal), em São Paulo, julgou as duas ações, considerando como sendo duas grandes propriedades improdutivas.

Com decisão favorável, a Superintendência Regional do Incra-SP (SR.08), realizou Laudo de Vistoria e Avaliação — LVA que ultrapassou os 20% do limite estabelecido pela Portaria número 7 do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de 31 de janeiro de 2013 e a Portaria número 83 de 28 de novembro de 2014, no seu artigo 14 diz que, feita a atualização ou realizada nova vistoria, caso o preço do imóvel exceda os limites previsto na alínea “c”, do inciso III, parágrafo 1° do artigo 6°, ou o preço do imóvel tiver aumento superior a 20% em relação ao LVA, ação de desapropriação só deverá ser ajuizada após expressa autorização do ministro do Estado do Desenvolvimento Agrário.

Neste sentido, contamos com o apoio da CSP–Conlutas neste 2° Congresso para intervenção junto ao ministro da MDA, para concretização dessa desapropriação tão importante para a reforma agrária brasileira e em especial para as mais de 300 famílias do acampamento dona Zulmira Gonçalves no município de Barretos/SP.

Sem mais, seguem nossos protestos de mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente delegação do acampamento dona Zulmira Gonçalves.

Barretos, 20 de maio de 2015.

**RELATÓRIOS DAS REUNIÕES SETORIAIS**

**Transporte**

Resoluções:

1. Instalar a Setorial do Transporte da CSP-Conlutas e organizar o setor nacionalmente.
2. Vamos encaminhar para o ILAESE uma nova cartilha do transporte, atualizado a cartilha anterior que defendia 2% PIB para o transporte público com foco no metrô/ferrovia, Rodoviários/Aeroviários e Aeroportuários/Caminhoneiros. Vamos trabalhar para que esta cartilha seja assinada por todos os sindicatos do transporte. Assim como fizemos com a cartilha anterior que foi assinada por todos sindicatos metroviários e pela Fenametro.
3. Organizar as seguintes campanhas
	1. Contra a PL 4330 e as MP’s 664 e 665 e o ajuste fiscal do governo Dilma na categoria de transporte.
	2. Contra a dupla função, a dupla catraca e os consórcios que precariza, o trabalho.
	3. Contra a privatização dos aeroportos de Porto Alegre, Florianópolis e Salvador anunciado pelo governo Dilma, e pela reestatização dos aeroportos privatizados em defesa das estatais sob controle dos trabalhadores e a população mais pobre.
	4. Readmissão dos demitidos:
* Metroviários da greve de 2007 e 2014.
* Do trabalhador rodoviário Nei demitido por justa causa em Jacareí
* Metroviários do Rio de Janeiro.
* Rodoviários de Ceará.
	1. Contra a política dos céus abertos e cabotagem que beneficiam as empresas aéreas multinacionais.
	2. Em defesa da insalubridade para os motoristas de ônibus e caminhões.
	3. Lutar pela redução da jornada de trabalho para 36 horas/semanais.
	4. Contra a violência a mulher no transporte.
1. Moção de apoio contra as demissões dos trabalhadores da Avianca e perseguições as mulheres.
2. Aprovamos apoio à luta pelo cumprimento do acordo coletivo de trabalho dos aeroportuário do Aeroporto Internacional de Natal – INFRAMERICA. Está á um ano e meio sem cumprimento e sem data base.
3. Moção contra a criminalização dos agentes de seguranças do Rio de Janeiro nos casos de remoção.
4. A setorial encaminhará para os presentes e para toda a CSP-Conlutas as resoluções da setorial. Organizaremos através das redes sociais a organização do setor de transporte da CSP-Conlutas.
5. Organizar um encontro nacional no segundo semestre do setor de transporte da CSP-Conlutas.

**Educação**

* Realizar no II semestre de 2015 encontros estaduais de educação preparatórios do II ENE em 2016.
* Propomos que o comitê nacional do ENE se reúna até o final de junho para propor um cronograma de preparação e realização dos encontros estaduais de educação do II semestre.

Entidade do funcionário federal irão agendar um dia de luta/greve da educação e vamos apoiar e incorporar.

Moção de repúdio ao governo de Pernambuco.

* Combater o PNE
* Participação da comunidade do CNC
* Contra a redução da maioridade penal
* Campanha ‘’ todo político o mesmo que um professor’’.
* Contra dívida pública e LRF
* Contra os cortes da educação
* Campanha pela ‘’redução do número de alunos por sala’’
* Boletim nacional da educação
* Construir plenário de educação dentro do possível com demais campos de apoio ao governo.

**Comerciários (as)**

Resgatando o protagonismo dos comerciários (as) com a campanha da redução da jornada de trabalho para oito horas; estendendo para as outras categorias. O setorial de comerciários apresenta a seguinte proposta:

* Que o Sindicato dos Comerciários filiados a CSP-Conlutas faça uma campanha nacional contra o trabalho aos domingos e feriados.
* Domingo e feriado é dia de descanso
* Que os sindicatos filiados a CSP-Conlutas, oposições e movimentos sociais divulguem em seus meios de comunicação para que suas categorias não comprem aos domingos e feriados.
* Parabenizamos a presença do Sindicato de Comerciários de Caruaru neste II Congresso da CSP-Conlutas e no setorial de comerciários.

Presentes:

Sindicato de Comerciários

* Passo Fundo –RS
* Santa Cruz do Sul –RS
* Nova Iguaçu –RJ

**Campo**

O setorial do setor do campo, ocorrido durante o II Congresso da CSP-conlutas, definiu apresentar à Coordenação Nacional da Central as seguintes propostas:

1º- O setorial será composto por assalariados rurais, agricultores familiares e empreendedores familiares rurais e movimentos de luta pela terra.

2°- Buscar ter na Executiva Nacional representantes dos assalariados rurais e agricultores e empreendedores familiares rurais e orientar que haja essas representações nos estados onde houver demanda.

3°- Realizar seminários regionais e nacionais do campo com três eixos; a) assalariados rurais; b) agricultores e empreendedores familiares rurais; c) luta pela terra. Os temas indicados a serem debatidos nos seminários foram:

1. Relação com MST, FETRAF, CUT nos estados que interferem na organização do campo.
2. Luta pela terra.
3. Organização sindical (documentação para fundação dos sindicatos; registro sindical).
4. Apoio político e Judiciário da CSP-Conlutas para organização sindical.
5. Agrotóxicos, água, educação no campo.
6. Unificação do campo e cidade.

**Negros & Negras**

Entidades presentes: Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe (seções RJ, PA, PE, SP, SE, SC, RS, RN, BA, MA, CE, BH, DF,PR,ES, AL e PI), Alicerce-RJ , SIMA-PE, SEPE-LAGOS,SEPE-CAMPOS, Oposição do SIMPEEM, APEOESP,SINASEFE, Metroviários-SP, DCE –USP, Correios – S.J.Campos, USIH- Associação dos Haitianos, CSP Conlutas–CE, Construção Civil –CE, SINTUSP, CNAS-DF/ASSEMDA, STMDC/CPS, Oposição do SINPEEM-SP, SINDITEST-PR, ADUNESB, SEPE CAXIAS, SINDSEF SP, Petroleiros-SE/AL, SINDSPREV-SC e RJ.

**Pauta:**

1. Discussão conjuntura e a Questão Racial
2. Haiti e Associação
3. Encaminhamentos e Moções

O ponto central da reunião foi a avaliação do cenário político mundial e nacional com relação à questão racial na visão das contribuições e propostas dos representantes dos sindicatos, Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe e de entidades populares no 2ª Congresso da CSP CONLUTAS, ocorreu a apresentação de uma conjuntura onde o Racismo no país e no mundo aumentou o recrudescimento em países da Europa, nas guerras no Norte da África e no Oriente Médio.

Essas Guerras e a crise Mundial econômica vêm fabricando imigrações forçadas, e novos navios negreiros, que chegam pelo mediterrâneo com imigrantes não- brancos, e muitos africanos, muitos refugiados de guerras e muitos buscando emprego e vida digna e encontra uma resistência na entrada na fronteira na Europa, e enfrentamento às políticas patronais dos organismos da ONU e do Imperialismo Europeu e Norte americano. Nos Estados Unidos está cada vez mais crescente o combate e o enfrentamento dos negros americanos contra a violência e assassinatos cometidos por policiais brancos nas ruas.

Os recentes levantes em Baltimore–USA demonstram a resistência nas ruas contra o genocídio e o racismo policial à juventude negra, e não é diferente no Brasil, onde a juventude da periferia não tem perspectiva de futuro, e que vem recrudescendo depois dos mega eventos da Copa no Brasil, tem se aprofundado uma ofensiva as comunidades pobres no país.

O ponto alto da reunião foi a intervenção da Associação dos haitianos que expressou o que significa a Minustah estar no Haiti e a Ocupação e situação de fome e miséria dos haitianos. A ausência ou debilidades de organização sindical e de legalização dos seus vistos como trabalhadores e profissionais com qualificação em Ensino superior no país, estimulou a perspectiva da CSP CONLUTAS e do Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe de encampar uma campanha Internacional e Nacional em defesa dos haitianos frente a Omissão do Governo federal de Dilma do PT.

Outra reflexão foram as políticas de reparação e ações afirmativas, que foram esquecidas pelo movimento negro governista, nos colocando a responsabilidade e a tarefa que levantemos nossas lutas ás ruas para pressionar as mudanças que queremos como classe trabalhadora para os governos, federal, estaduais e municipais, que atacam direitos com as reformas educacionais, e a PL das terceirizações e as MPs 664 e 665.

A juventude da USP deu o tom denunciando que há um verdadeiro genocídio de jovens pelas ações policiais e as novas pautas do congresso, que também atacam direitos dos jovens, a exemplo do Projeto da Maioridade Penal. - Lembrando as mortes e as impunidades pelo auto de resistências e as condições subumanas das cadeias no Brasil onde só há negros e a população não branca nordestina.

**Um programa de defesa da classe trabalhadora em especial Negras e Negros:**

**OS TRABALHADORES NEGROS NÃO ACEITAM PAGAR A CONTA DA CRISE**

Consideramos que a pauta aprovada no Encontro “Na Copa vai ter luta” permanece atual. – Seguindo as bandeiras contra A violência e o genocídio da População negra e contra a Maioridade Penal.

**Esse eixo se traduz em políticas concretas, tais como:**

1. Luta em defesa do emprego, contra qualquer forma de flexibilização e precarização do trabalho, contra o PL 4330, pela estabilidade no emprego para todos os trabalhadores, pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial.
2. Essa campanha poderá adotar a consigna “demitiu, parou” a ser agitada nos locais em que a patronal está ameaçando ou realizando demissões, de acordo à realidade e disposição dos trabalhadores, bem como a exigência de tomada e controle pelos trabalhadores das fábricas e usinas que estão encerrando suas atividades em diversas regiões.

3. Pela revogação das MPs 664 e 665, e o PL das terceirizações, que encerram um duro ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários, reduzindo benefícios tais como o seguro-desemprego, o abono salarial do PIS PASEP, a pensão por morte, o seguro defeso, auxílio reclusão e auxílio doença. Essa é, nesse momento, a tradução concreta da nossa posição contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores.

5. Contra a criminalização dos movimentos sociais, dos ativistas, da população pobre e negra das periferias. Revogação das demissões de dirigentes sindicais, pela libertação dos presos e fim dos inquéritos contra os ativistas. Chega de mortes das lideranças camponesas, indígenas, quilombolas e religiosas.

6. Todo apoio e respeito aos trabalhadores assalariados do campo e agricultores familiares. Reforma agrária sob controle dos trabalhadores, prioridade para a produção de alimentos para o povo, garantia de infraestrutura e crédito para os agricultores.

7. Pelo direito à moradia, pela reforma urbana. Transporte público de qualidade, com tarifa social e rumo à tarifa zero! Moradia para todos!

8. Esses eixos buscam dialogar com a composição de entidades que temos hoje no Espaço de Unidade de Ação e devem ser precisados em cada local ou região e ter um corte de gênero, geracional (juventude trabalhadora), raça e etnia, de defesa dos direitos LGBTs, setores ainda mais afetados por parte das políticas de arrocho Salarial, a crise econômica e o Ajuste fiscal. Por exemplo: Salário igual para trabalho igual – Entre homens e mulheres, negros e brancos! Contra toda forma de opressão: não ao machismo, ao racismo, a homofobia e a xenofobia!

**Propostas do Setorial Negras e Negros da CSP CONLUTAS**

1. Realização de reuniões nos estados, incorporando os eixos gerais que apresentarmos e dando peso aos temas locais, que muitas vezes cumprem um papel de mobilização mais objetivo que fortaleçam o enraizamento da CSP CONLUTAS e as Ações do Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe contra o racismo institucional ;

2. Incorporar a Campanha em defesa da Professora Sandra Fortes da Escola Municipal Aracy de Abreu, que foi Punida com suspensão de 60 dias e processo administrativo repúdio ao Secretário da Educação de Taboão da Serra, João Medeiros e ao Prefeito Fernando Fernandes do PSDB/SP.

3. Referendas p/ 2ª Congresso da CSP CONLUTAS as Resoluções: Na Copa vai ter Luta – Contra Violência e a Criminalização das lutas e do povo negro- reivindicada no 1a Encontro Nacional de Negros e Negras da CSP CONLUTAS em São Paulo no Sindicato dos Metroviários em março de 2015.

4. Realizar uma discussão na próximo Coordenação Nacional no Setorial sobre a Marcha Nacional de Mulheres Negra em Brasília no dia 18 de Novembro de 2015.

**LGBTs**

Mesa:

1. Carlos Daniel (Sindsef - SP) - coordenador da mesa
2. Marilia Macedo (Sindjustiça - RJ) - mediadora
3. Charles Vieira (Sindipetro - RJ) – relator

Quantidade de participantes: 60 (todas as regiões do Brasil).

Pauta:

1º) Informe do 1º encontro LGBT da CSP Conlutas, análise de conjuntura e balanço do setorial e da CSP Conlutas para as demandas LGBTs (Flávio Stonewall e Carlos Danial);

2º) Resoluções e propostas (plenária).

* Flávio Stonewall: [Informe do 1ºencontro LGBT] Desde a criação da CSP Conlutas há um esforço de associar a luta econômica e contra a exploração [da classe trabalhadora] com a luta contra a LGBTfobia. Apesar de opiniões divergentes, ocorre a inserção do setorial LGBT na CSP. Ocorreram vários encontros com o MML e SNN. O movimento sindical abandonou o debate LGBT. Desde o 1º encontro [2013] houve muita formação política e contratos com os sindicatos e o setorial inaugurou o debate LGBT em muitos sindicatos. A ideia [do setorial] é fazer propostas para melhoria [das questões relacionadas aos/às trabalhadores/as LGBTs) e trabalho de base.
* Carlos Daniel: [Balanço] Não é à toa que nossas [fala] foram uma das mais aplaudidas. Entendemos que para acabar com o capital precisamos acabar com as opressões das quais o capitalismo se alimenta. A distribuição do manual contra as opressões no congresso é um avanço e motivo de orgulho para nós. Participamos de todas as marchas contra a LGBTfobia e estamos presentes em todos os sindicatos desde Amazonas ate o Rio Grande do Sul. Os/as LGBTs sabem muito bem o que é ser explorados/as. [Conjuntura]: 40% das mortes por motivação LGBTfóbica estão no Brasil. A LGBTfobia se expressa em linha crescente no Brasil [corroborada] pelo discurso de ódio dos candidatos.

Inscrições:

* Gerson (professor - Florianópolis): participou do 1º encontro em 2013. Dali surgiu a ideia de criar o nucleio LGBT na regional sindical de Florianópolis. Em 2014 houve 4 encontros LGBT na regional. A categoria dos professores precisa deste debate porque há muitos/as professores/as LGBTs. Ressaltou o ineditismo do núcleo. Proposta: elaboração do Kit anti-LBBTfobia da CSP Conlutas;
* Raquel (metroviária demitida - São Paulo): Narrou um caso de agressão por motivação LGBTfóbica no metrô. Informou que houve campanha para combate [à LGBTfobia] com fotos. Conseguiram aprovação para criação da Secretaria LGBT no sindicato. Desabafa que os/as LGBTs se sentem muito afastados do sindicato;
* Deise (sindicato dos/as professores de Patrocínio - MG): Narra muita violência LGBT na sua região, onde ocorreu um espancamento com pedras até a morte de uma pessoa LGBT. Aponta a importância de esclarecer o que é LGBTfobia e crime passional. Narra perseguições no trabalho [contra ela ou outros/as]. Proposta: Criar um pólo/secretaria que tenha estratégias de luta;
* Wallace (professor - RJ): Aponta que a categoria [de professores/as] ainda é muito machista. Reivindica algum material para [disputar consciência] e para o combate à LGBTfobia. Proposta: denunciar o atrelamento das paradas LGBT ao governo;
* Paulo (Sindisaúde - RN): Narra as lutas LGBT em Natal e o surgimento da Secretaria LGBT na regional. Sofre perseguição na comunidade e entre alguns colegas de trabalho. Aponta que nossos encontros são muito importantes para nos preparar para a luta;
* Fabiana (rodoviária - Rio Grande do Norte): Narra ação sindical contra a chefe que a chamou de “sapatona”. Sofre opressão, inclusive, por ser terceirizada. Aponta que a justiça tenta não registrar o caso [de LGBTfobia]. Em Natal não está acontecendo parada LGBT. Sofre xenofobia por ser nordestina e lésbica [estereótipo de “mulher macho”];
* Cris (Travesti desempregada - Congonhas MG): Narra sua história de violência transfóbica, que foi perseguida pela polícia e que foi presa porque forjaram um flagrante de drogas em seu estabelecimento comercial. Informa que as portas se fecham para as travestis;
* Guilherme (Professor de crianças com deficiência - RJ): Desenvolveu um trabalho para diversidade sexual das crianças. Colocou a questão do impedimento de doação de sangue para os/as LGBTs. Proposta: Frente de militância com dança;
* Júnior (Professor - PI): Narra os ataques do governo que pesam mais sobre os/as LGBTs, mulheres e negros e negras. Aponta que é muito importante construir a greve geral. Informa que houve um aumento significativo da terceirização no trabalho na área de telemarketing [] e que mais de 50% dos/as terceirizados/as são LGBTs;
* Flávio Stonewall (Enfermeiro - SP): Faz outras contribuições para a análise de conjuntura. Proposta: campanha que volte a discutir a criminalização da LGBTfobia (PLC 122);
* Marília (Sindjustiça - RJ): Enfatiza a importância ímpar deste espaço, um patrimônio para o Brasil e que a criação de secretarias LGBTs nos sindicatos é muito importante. Aponta o papel central na luta contra a LGBTfobia e a necessidade de organizar a luta dos/as trabalhadores/as LGBTs;
* Charles (Sindipetro-RJ): Denuncia que a fusão de interesses dos setores conservadores e fundamentalistas que se organizam na bancada “BBB” é a fórmula perfeita para reprodução dos interesses capitalistas, uma vez que agrega na mesma bancada a propriedade privada da terra e de sua produção (Boi), a repressão da polícia (Bala) e a alienação de massa promovida pelas religiões fundamentalistas que mobilizam aproximadamente 25% da população brasileira (bíblia). Proposta: Cotas para trans nas empresas públicas; que a CSP Conlutas recomende e incentive/subsidie em seus sindicatos a discussão do combate às opressões nas SIPATs e a criação de Secretarias de Combate às Opressões; que o setorial LGBT se comprometa a produzir materiais que abordem a temática LGBT;
* Carlinhos (Professor - Campinas): Apresenta a nova edição do livro de Hiro Okita. Proposta: combater a LGBTfobia nos espaços de militância;
* Elizabeth (Rodoviária de Fortaleza): Narra sua história e a resistência da empresa em garantir seu direito de licença gala quando se casou com sua companheira;
* Nunes (Andes - PE): Ratifica a importância da criação das secretarias de combate às opressões;
* Adriano (professor – Santa Catarina []): Aponta a invisibilidade das trans. Proposta; “contra-ato” nas paradas LGBT [];
* Antônio Madeiro (SP): Proposta: que as ações sejam mais eficientes;
* Marcelo (professor aposentado - RJ): Aponta a dificuldade de companheiros/as LGBTs não assumidos de participarem do setorial LGBT. Proposta: beijaço;
* Tadeu (construção civil - CE): Narra sua história e dificuldade de pautar o debate LGBT na base devido ao machismo e LGBTfobia;

Encerramento: criada a Equipe Permanente que irá administrar o setorial LGBT: Carlos Daniel – São Paulo;

Marília – Rio de Janeiro; Gerson – Santa Catarina; Tadeu – Ceará; Cris – Minas Gerais; Deise – Minas Gerais;

Elizabeth – Ceará.

**SAÚDE**

* Considerando o contexto de reorganização que passa o movimento sindical com as crescentes rupturas com as centrais sindicais governistas;
* Considerando a necessidade de organização e de unificação dos trabalhadores(as) da saúde por dentro da CSP- CONLUTAS ;
* Considerando os baixos salários e a precarização do trabalho na saúde;
* Considerando o crescente processo de privatização do setor saúde por meio das OS’s, Cooperativas, OSCIPS, EBSEHR, entre outros;
* Considerando a prática recorrente de assedio moral e o aumento do adoecimento dos trabalhadores da saúde;

O Setorial Saúde propõe lutar pela seguinte pauta de reivindicações:

1. Regulamentação da jornada máxima de trabalho para 30h semanais para todos os profissionais na área da saúde, independente de função/cargos, sem redução salarial, nos setores público e privado;
2. Lutar contra o projeto de mercantilização /privatização da saúde, e em defesa da saúde pública e estatal;
3. Pelo Adicional de Insalubridade e/ou Periculosidade (de acordo com a O.I.T ) para todos os trabalhadores na área da saúde, independente de função/cargo;
4. Garantia de condições de trabalho adequadas;
5. Fim do assédio moral;
6. Implantação, aperfeiçoamento e respeito aos estatutos e planos de cargos carreiras e salários;
7. Por uma carreira única e um piso salarial nacional para todos os trabalhadores da saúde;
8. Garantia do mecanismo de reajuste salarial do piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias votado no Congresso;
9. Eleições diretas para os cargos de gestores em saúde;
10. Pelo aumento de leitos geral e reposição dos leitos desativados.

ENCAMINHAMENTOS

1. Referendar a Resolução 47 do Caderno de Resoluções do 2º Congresso da CSP-CONLUTAS;
2. Unificar as lutas das diversas categorias na área da saúde do setor público, privado e trabalhadores terceirizados;
3. Construir um calendário de lutas unificado;
4. Organizar o setorial da saúde da CSP- CONLUTAS, a partir das entidades filiadas;
5. Fortalecer e criar, onde não existir, setoriais de saúde nos estados;
6. Formação de uma comissão composta pelas entidades sindicais e oposições no setor saúde para organização da próxima reunião a realizar-se durante a Coordenação Nacional da CSP-CONLUTAS de agosto de 2015, bem para elaboração de uma proposta de pauta;
7. Mapear as lutas sindicais dos trabalhadores da saúde;
8. Realizar reunião nacional para discutir piso salarial nacional;
9. Fortalecer a base dos trabalhadores por meio de formação política;
10. Desenvolver uma campanha nacional contra o assédio moral;
11. Realizar um Dia Nacional de Luta em Defesa da Saúde Pública, Estatal e de Qualidade a ser definido conforme resolução 47 na 1º Reunião Nacional da CSP – CONLUTAS.
12. Tomar como referência para o setorial o conceito político de seguridade social.
13. Trabalhar as questões de adoecimento e saúde do trabalhador em parceria com setorial de saúde e segurança.

**MOÇÕES**

**Moção sobre os povos Quilombolas e indígenas**

Os povos originários do Brasil historicamente sofreram com colonialismo estrangeiro, e hoje com o neocolonialismo e o imperialismo representado pelas empresas estrangeiras do agronegócio e mineradoras. Indígenas e Quilombolas estão sendo atacados também pelas obras do Pac 1 e Pac 2, assim como pelo próprio governo de Dilma, pressionado pelo capitalismo e parlamentares da bancada Ruralista.

A regulamentação do art. 68 da CF do Brasil, tem sido violado todos os dias, afetando o direito a terra e áreas fundamentais como Saúde, Educação entre outras, que são fundamentais para a dignidade humana destes povos. É fundamental promover uma Campanha Internacional e nacional em defesa das terras dos povos originários e que fortaleça a articulação nacional dos povos Quilombolas e Indígenas.

**Moção sobre o Haiti**

O governo brasileiro não pode ser intolerante à chegada e permanência dos imigrantes haitianos no país. Nossa tarefa, após a trágica Ocupação Militar do Haiti pelo Exército brasileiro e a Minustah, que tem ajudado a proibição de um direito fundamental que é livre manifestação e organização sindical e tem alavancado a precarização neste país ainda mais pós terremoto, onde praticamente nada foi reconstruído.

Os haitianos são uma nação co-irmã dos afro-brasileiros, é preciso lutar para que o estado brasileiro acolham os imigrantes e determinem políticas de estado, para que tenham Emprego, Saúde e Educação Pública.

O mesmo vale para os trabalhadores e trabalhadoras africanos, que buscam emprego e melhores condições de vida no Brasil: chega de precarização do trabalho, violência policial e Racismo!

**Basta de Dilma Rousseff!**

**Retire as tropas do Haiti e das favelas daqui!**

**Moção sobre o genocídio da População e Juventude Negra!**

Em 2010 o IPEA (Inst. Pesquisas Aplicadas) cria o indicador do MAPA da Violência no País, e vem desde lá comprovando o aumento dos homicídios e assassinatos nas comunidades e periferias do país. Onde a maioria das vitimas são jovens negros e não brancos pobres, de cada 05 jovens mortos, o3 são negros, filhos da classe trabalhadora e com idades entre 11 a 23 anos.

Segundo o Doutor/professor Canon da pós-graduação da UERJ haverá até 2016 mais de 226 milhões de assassinatos, muitos praticados pelas mãos do próprio estado: das batidas Policiais operadas pelo Racismo de estado e institucional. Dados como esses só vistos em guerras civis o que caracteriza um processo de faxina étnica e genocídio da juventude negra brasileira.

E hoje com a proposta e votação da Lei da Maioridade Penal a tendência é que este drama aumente para as famílias negras, seja com o aumento de encarceramentos e mortes ou com as políticas de arroxo do governo contra a classe trabalhadora, com o PL das terceirizações e as MPs 664 e 665. Onde está explicito que é a classe trabalhadora negra a ser o primeiro alvo e os mais afetados por essas políticas do estado neoliberais e do governo Dilma/PT; PMDB, PSDB e todos os seus aliados.

**Pelo fim do genocídio da População e Juventude Negra!**

**LGBT**

Mesa:

1. Carlos Daniel (Sindsef - SP) - coordenador da mesa
2. Marilia Macedo (Sindjustiça - RJ) - mediadora
3. Charles Vieira (Sindipetro - RJ) – relator

Quantidade de participantes: 60 (todas as regiões do Brasil).

Pauta:

1º) Informe do 1º encontro LGBT da CSP Conlutas, análise de conjuntura e balanço do setorial e da CSP Conlutas para as demandas LGBTs (Flávio Stonewall e Carlos Danial);

II) Resoluções e propostas (plenária).

* Flávio Stonewall: [Informe do 1ºencontro LGBT] Desde a criação da CSP Conlutas há um esforço de associar a luta econômica e contra a exploração [da classe trabalhadora] com a luta contra a LGBTfobia. Apesar de opiniões divergentes, ocorre a inserção do setorial LGBT na CSP. Ocorreram vários encontros com o MML e SNN. O movimento sindical abandonou o debate LGBT. Desde o 1º encontro [2013] houve muita formação política e contratos com os sindicatos e o setorial inaugurou o debate LGBT em muitos sindicatos. A ideia [do setorial] é fazer propostas para melhoria [das questões relacionadas aos/às trabalhadores/as LGBTs) e trabalho de base.
* Carlos Daniel: [Balanço] Não é à toa que nossas [fala] foram uma das mais aplaudidas. Entendemos que para acabar com o capital precisamos acabar com as opressões das quais o capitalismo se alimenta. A distribuição do manual contra as opressões no congresso é um avanço e motivo de orgulho para nós. Participamos de todas as marchas contra a LGBTfobia e estamos presentes em todos os sindicatos desde Amazonas ate o Rio Grande do Sul. Os/as LGBTs sabem muito bem o que é ser explorados/as. [Conjuntura]: 40% das mortes por motivação LGBTfóbica estão no Brasil. A LGBTfobia se expressa em linha crescente no Brasil [corroborada] pelo discurso de ódio dos candidatos.

Inscrições:

* Gerson (professor - Florianópolis): participou do 1º encontro em 2013. Dali surgiu a ideia de criar o nucleio LGBT na regional sindical de Florianópolis. Em 2014 houve 4 encontros LGBT na regional. A categoria dos professores precisa deste debate porque há muitos/as professores/as LGBTs. Ressaltou o ineditismo do núcleo. Proposta: elaboração do Kit anti-LBBTfobia da CSP Conlutas;
* Raquel (metroviária demitida - São Paulo): Narrou um caso de agressão por motivação LGBTfóbica no metrô. Informou que houve campanha para combate [à LGBTfobia] com fotos. Conseguiram aprovação para criação da Secretaria LGBT no sindicato. Desabafa que os/as LGBTs se sentem muito afastados do sindicato;
* Deise (sindicato dos/as professores de Patrocínio - MG): Narra muita violência LGBT na sua região, onde ocorreu um espancamento com pedras até a morte de uma pessoa LGBT. Aponta a importância de esclarecer o que é LGBTfobia e crime passional. Narra perseguições no trabalho [contra ela ou outros/as]. Proposta: Criar um pólo/secretaria que tenha estratégias de luta;
* Wallace (professor - RJ): Aponta que a categoria [de professores/as] ainda é muito machista. Reivindica algum material para [disputar consciência] e para o combate à LGBTfobia. Proposta: denunciar o atrelamento das paradas LGBT ao governo;
* Paulo (Sindisaúde - RN): Narra as lutas LGBT em Natal e o surgimento da Secretaria LGBT na regional. Sofre perseguição na comunidade e entre alguns colegas de trabalho. Aponta que nossos encontros são muito importantes para nos preparar para a luta;
* Fabiana (rodoviária - Rio Grande do Norte): Narra ação sindical contra a chefe que a chamou de “sapatona”. Sofre opressão, inclusive, por ser terceirizada. Aponta que a justiça tenta não registrar o caso [de LGBTfobia]. Em Natal não está acontecendo parada LGBT. Sofre xenofobia por ser nordestina e lésbica [estereótipo de “mulher macho”];
* Cris (Travesti desempregada - Congonhas MG): Narra sua história de violência transfóbica, que foi perseguida pela polícia e que foi presa porque forjaram um flagrante de drogas em seu estabelecimento comercial. Informa que as portas se fecham para as travestis;
* Guilherme (Professor de crianças com deficiência - RJ): Desenvolveu um trabalho para diversidade sexual das crianças. Colocou a questão do impedimento de doação de sangue para os/as LGBTs. Proposta: Frente de militância com dança;
* Júnior (Professor - PI): Narra os ataques do governo que pesam mais sobre os/as LGBTs, mulheres e negros e negras. Aponta que é muito importante construir a greve geral. Informa que houve um aumento significativo da terceirização no trabalho na área de telemarketing [] e que mais de 50% dos/as terceirizados/as são LGBTs;
* Flávio Stonewall (Enfermeiro - SP): Faz outras contribuições para a análise de conjuntura. Proposta: campanha que volte a discutir a criminalização da LGBTfobia (PLC 122);
* Marília (Sindjustiça - RJ): Enfatiza a importância ímpar deste espaço, um patrimônio para o Brasil e que a criação de secretarias LGBTs nos sindicatos é muito importante. Aponta o papel central na luta contra a LGBTfobia e a necessidade de organizar a luta dos/as trabalhadores/as LGBTs;
* Charles (Sindipetro-RJ): Denuncia que a fusão de interesses dos setores conservadores e fundamentalistas que se organizam na bancada “BBB” é a fórmula perfeita para reprodução dos interesses capitalistas, uma vez que agrega na mesma bancada a propriedade privada da terra e de sua produção (Boi), a repressão da polícia (Bala) e a alienação de massa promovida pelas religiões fundamentalistas que mobilizam aproximadamente 25% da população brasileira (bíblia). Proposta: Cotas para trans nas empresas públicas; que a CSP Conlutas recomende e incentive/subsidie em seus sindicatos a discussão do combate às opressões nas SIPATs e a criação de Secretarias de Combate às Opressões; que o setorial LGBT se comprometa a produzir materiais que abordem a temática LGBT;
* Carlinhos (Professor - Campinas): Apresenta a nova edição do livro de Hiro Okita. Proposta: combater a LGBTfobia nos espaços de militância;
* Elizabeth (Rodoviária de Fortaleza): Narra sua história e a resistência da empresa em garantir seu direito de licença gala quando se casou com sua companheira;
* Nunes (Andes - PE): Ratifica a importância da criação das secretarias de combate às opressões;
* Adriano (professor – Santa Catarina []): Aponta a invisibilidade das trans. Proposta; “contra-ato” nas paradas LGBT [];
* Antônio Madeiro (SP): Proposta: que as ações sejam mais eficientes;
* Marcelo (professor aposentado - RJ): Aponta a dificuldade de companheiros/as LGBTs não assumidos de participarem do setorial LGBT. Proposta: beijaço;
* Tadeu (construção civil - CE): Narra sua história e dificuldade de pautar o debate LGBT na base devido ao machismo e LGBTfobia,

Encerramento: criada a Equipe Permanente que irá administrar o setorial LGBT: Carlos Daniel – São Paulo;

Marília – Rio de Janeiro; Gerson – Santa Catarina; Tadeu – Ceará; Cris – Minas Gerais; Deise – Minas Gerais;

Elizabeth – Ceará.

**MOÇÕES**

**MOÇÃO DE APOIO AOS TRABALHADORES SERVIDORES PÚBLICOS E DO COMITÊ FORA BETO RICHA**

Devido ao massacre ocorrido no dia 29 de abril de 2015, contra @s trabalhadores servidores públicos do estado do Paraná, os estudantes e dos demais trabalhadores, conduzidos pela ação militar covarde, sendo esta planejada, aprovada e dirigida pelo governador Beto Richa, para garantir a votação do Projeto de Lei que retirou os direitos da Previdência dos servidores públicos, é que nos propusemos a redigir esta moção de repudio, denúncia e apoio, para apreciação neste Congresso.

O massacre, contou com uma operação de mais ou menos 2,5 mil policiais, dentre eles o batalhão de choque armados com tonfas, vulgo cassetetes, também, cachorros, cavalos e escudos; dessa forma, ocorreram os disparos de muitos sprays de gás de pimenta, bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, as quais foram disparadas contra os servidores, sendo miradas para atingir de forma covarde da cintura para cima em todos os manifestantes por mais de duas horas, sem tréguas, sem recuo, demonstrando dessa forma o poder militaresco ditatorial e opressivo orquestrado pelo governador Beto Richa (PSDB).

Denunciamos também que o aparato bélico contou com a utilização de helicópteros que dispararam bombas, que deu rasantes na tentativa de aterrorizar os manifestantes e população de moradores ao entorno, sendo que escolas, creches, foram obrigadas a encerrar os atendimentos, devido ao medo e pavor instalados no interior desses ambientes.

Enquanto a população sofria o massacre e eram desrespeitadas no seu direito legítimo e democrático de mobilização social, os deputados, na Assembleia Legislativa, mantiveram em atividade legislativa, aprovando a Lei que vai contra os direitos dos servidores públicos. Entendemos que a moral política fora garantida para os opressores, mas não para a população oprimida. Salientamos também a importância de mantermos a memória histórica viva deste covarde massacre ocorrido no dia 29 de abril no sentido de que ações sanguinárias, repressoras como esta, sejam banidas definitivamente contra os trabalhadores tanto pelo estado ou por quaisquer outras forças que as pratiquem.

Por isto é que esta Moção está sendo apresentada, no sentido de fortalecer a luta d@s trabalhadores na construção de uma sociedade amplamente democrática, igualitária e contrário à opressão pelo estado sob o governo do capital.

**Abaixo essa Reforma Política anti-democrática**

A Reforma Política votada em primeiro turno na Câmara dos Deputados torna ainda pior o sistema eleitoral brasileiro, confirmando que não é possível nutrir expectativas de reformas positivas por este Congresso.

Além de constitucionalizar o financiamento empresarial das campanhas eleitorais, a Câmara votou uma cláusula de barreira que coloca o PSTU, o PCB, o PCO e o PPL em uma situação de semi-legalidade, ao retirar o tempo de Televisão destes partidos e vetar seu acesso ao Fundo Partidário.

Tal votação significa um duro ataque às liberdades democráticas, ao restringir a liberdade partidária duramente conquistada com a derrubada da ditadura militar e atingir justamente para partidos vinculados à classe trabalhadora e à esquerda. Querem calar tais partidos, impedir que os mesmos possam apresentar-se e fazer conhecer suas propostas aos mais de 200 milhões de brasileiros.

O II Congresso da CSP-Conlutas reafirma as deliberações da nossa Coordenação Nacional sobre o tema da Reforma Política e se declara frontalmente contrário a esta contra-reforma.

Fazemos um chamado a todos os sindicatos, organizações populares, entidades democráticas e partidos políticos que defendem as liberdades e a democracia a se posicionarem pelo fim do financiamento empresarial de campanha e contra qualquer cláusula de barreira que restrinja a liberdade partidária no Brasil.

Exigimos legalidade plena para o PSTU, PCB, PCO e PPL e nos somamos à uma campanha em defesa deste direito democrático para estes partidos.

**Moção De Repúdio aos atos machistas do professor Renato Cabrini**

Nós, delegadas e delegados do II Congresso da CSP Conlutas, vimos por meio desta, manifestar nossa indignação perante as atitudes machistas que ocorreram escancaradamente na Apeoesp. O fato acontecido no último dia 22 de maio, durante a Reunião do Conselho Estadual de Representantes, no Club Homs - Avenida Paulista - São Paulo/SP , nos obrigou a mover essa moção de repúdio e apresenta-la a todas instâncias do movimento.

Durante uma discussão acalorada entre dois professores presentes na Reunião, a companheira Ana Viana da Subsede Santo Amaro, colocou-se a frente do professor Renato Cabrini, membro do Educadores em Luta/PCO, para solicitar ao mesmo que se acalmasse e não perdesse o foco da reunião. Mas infelizmente, o professor impulsivamemte agrediu a companheira empurrando-a e ameaçando-a com o mastro da bandeira de seu partido. Todos os professores que estavam ao redor do agressor interviram na ação afim de proteger a companheira, colocando o mesmo para fora do recinto.

Após o tumulto, os presentes aguardavam uma retratação do companheiro Antonio Carlos, dirigente da corrente ao qual o professor agressor faz parte. Infelizmente em sua fala o companheiro não cumpriu com sua palavra, de que faria publicamente uma autocritica, mas ocorreu o contrário. Não só legitimou a ação covarde de seu militante, como também lançou uma nota nas redes sociais negando o ocorrido e deixando a entender que a ação foi planejada por correntes da chapa 2 e chapa 4 deste sindicato que segundo este, “usa as mulheres” para agredir seus militantes.

Diante disso manifestamos nosso repúdio a essas inaceitáveis ações e calúnias tanto do agressor como de sua corrente. Num momento em que vivemos uma longa e difícil greve numa categoria majoritariamente feminina, este tipo ação divide os lutadores, afasta as mulheres do movimento, fortalecendo, assim, o governo. Reforçamos a importância do debate acerca do machismo, da violência e subjugação que nossas companheiras vem sofrendo neste sindicato, pois quando uma companheira é agredida – tanto verbalmente tanto fisicamente -, todas as mulheres da classe trabalhadora são agredidas. Não combater práticas como essas, é fazer com que mais da metade de nossa categoria se retire de nossas lutas.

**Moção de repúdio**

Os delegados (as) ao II Congresso da CSP Conlutas repudiam os atos do Prefeito de Contagem, Minas Gerais, Carlin Moura (PCdoB), que vem se utilizando da repressão e assédio moral, com o intuito de inibir a participação ativa dos servidores nos movimentos de luta sindical, atacado o direito dos trabalhadores de lutar por melhores salários e condições de trabalho.

A prefeitura do PCdoB impôs o reajuste zero aos servidores municipais, alegando a crise econômica e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não reajustar o salário significa um congelamento e uma precarização na condição de vida do trabalhador.

Este Congresso também apoia incondicionalmente a luta unificada dos servidores municipais chamada pelo SindSaúde Contagem, do SindUTE Contagem e compromissos feitos.

**Movimento Luta Popular AM-Manaus**

Moção contra o assassinato e tortura de 6 trabalhadores sem teto na ocupação Cidades das Lutas no dia 8 e 9 de Maio 2015, pelo grupo de extermínio do Governo Melo da P.M no Estado do Amazonas, cidade de Manaus.

**Ao Banco do Brasil**

O II Congresso da CSP-Conlutas repudia a perseguição realizada pelo Banco do Brasil contra Juliana Donato.

O Banco do Brasil abril processo administrativo e suspendeu Juliano Donato por 20 dias, devido sua atuação como delegada sindical, por organizar a luta dos bancários. O Banco do Brasil tentou impedir sua candidatura e sua posse como representante dos funcionários no conselho de administração do Banco, e agora o Banco do Brasil está tentando impedir sua posse como delegada sindical.

O Congresso da CSP-Conlutas exige que o Banco do Brasil pare a perseguição contra a senhora Juliana, anule sua suspensão e reconheça IMEDIATAMENTE o resultado da eleição de Delegado Sindical.

# Moção de Apoio à greve dos Professores das Universidades Estaduais da Bahia

Os/as delegados(as) e observadores (as) do II Congresso Nacional da CSP-CONLUTAS, vêm a público manifestar irrestrito apoio à luta dos docentes das quatro universidades estaduais da Bahia (UEFS, UNEB, UESB e UESC) que, no último dia 7 de maio, deflagraram greve por tempo indeterminado contra a política de ajuste fiscal do governo de Rui Costa (PT) e que vem se expressando pela ampliação do sucateamento da educação em vários níveis. No caso das universidades estaduais da Bahia, esta política tem reduzido sistematicamente as rubricas de custeio, manutenção e investimento das universidades. Estas medidas têm inviabilizado o ensino, pesquisa e extensão e atacam os direitos trabalhistas dos docentes, previstos no Estatuto do Magistério Superior. Além disso, os salários dos trabalhadores terceirizados estão sendo constantemente pagos com atraso e não existe uma plena implementação de uma política de permanência estudantil. Instamos o governo do Estado da Bahia a dignar-se a negociar efetivamente com os/as Docentes em greve atendendo a pauta de reivindicações.

**Moção de Repúdio e Exigência a Petrobras**

Os delegados do segundo Congresso Nacional da CSP-Conlutas fazem repudia as perseguições e atos anti-sindicais praticados pela Petrobras e as “empreiteiras gatas”, dessa feita, expressa na demissão do companheiro Edielson Vieira “Miudinho”.

Miudinho é um trabalhador terceirizado (soldador) da Fajen/SE e dirigente do sindicato AL/SE há 12 anos; durante todos esses anos tem se dedicado à luta contra a terceirização e em defesa de melhores condições de trabalho e salário dos terceirizados.

Depois de intensa luta dos trabalhadores diretos e terceirizados da Fajen pela reintegração de Miudinho, sua demissão foi anulada, mas o companheiro está afastado do seu trabalho, ou seja, uma “liberação forçada”

Nesse momento ataque a liberdade de organização dos trabalhadores terceirizados; de tentativa do governo federal de privatização da companhia, através dos leilões de petróleo e agora da venda dos ativos e frente a ofensiva dos empresários para a regulamentação da terceirização, é imprescindível o retorno de Miudinho ao local de trabalho.

Por isso, o segundo Congresso da CSP\_Conlutas se solidariza com a luta Sindipetro AL/SE pelo retorno imediato de Miudinho ao seu local de trabalho.

**Moção de repúdio a direção do IBGE**

Nós delegados do II Congresso Nacional da CSP-Conlutas, repudiamos veementemente a direção do IBGE, com conivência do governo federal, por suas práticas antissindicais tendo seu ápice na demissão de quase 200 trabalhadores grevistas durante a histórica greve da categoria no ano de 2014.

Exigimos a imediata readmissão desses trabalhadores e o fim das práticas antissindicais.

**Moção de apoio**

Os trabalhadores e trabalhadoras reunidos no II Congresso da CSP-Conlutas apóiam a luta dos trabalhadores das caixas escolares da prefeitura de Belo Horizonte por melhores condições de trabalho, criação das CIPAs, isonomia dos salários entre estatutários e celetistas e por realização de concurso público por se tratar de funcionários de escolas fundamentais para a educação pública, não pode haver terceirização nem precaução do trabalho.

Exigimos imediato argumento do PLS 30 que trata do aprofundamento do processo nefasto da terceirização. Exigimos valorização, concurso e carreira para todos os trabalhadores da educação.

Contra o corte de recursos públicos para a educação. Por uma escola pública, laica e de qualidade para todos os trabalhadores e trabalhadoras.

**Nota de repúdio ao prefeito Arlindo Dantas**

O II Congresso da CSP-Conlutas aprecia uma nota de repúdio ao prefeito Arlindo Dantas e ao seu filho Alexandre Dantas (secretário da saúde e presidente do conselho municipal de saúde) na cidade de São José de Mipibu no estado do Rio Grande do Norte, que unido com o seu outro filho Fábio Dantas (vice-governador do Rio Grande do Norte – PC do B) impõe o triunvirato maligno do RN, contra os direitos constitucionais dos servidores públicos da saúde e da educação deste município. Salários dos companheiros grevistas foram cortados, quinquênios eliminados por PL criada pelo prefeito e aprovada por unanimidade em caráter de urgência na câmara e sancionada pelo senhor prefeito. Existe um completo assédio moral por parte do secretário municipal de saúde; transferência arbitrária de servidores para outras secretarias, inclusive para locais de difícil acesso, onerando ainda mais os seus salários para o deslocamento; retirada arbitrária dos descontos dos sócios do Sindsaúde/RN nos contra cheques dos servidores, ferindo e contrariando um direito constitucional garantindo nos seus artigos 7º e 8º, com o intuito maléfico de inibir a atuação do Sindsaúde por seus representantes ali presentes.

**Resolução de apoio a greve de funcionalismo público de Angra dos Reis.**

Hoje completam 67 dias de greve do funcionalismo público de Angra dos Reis. A prefeita do PT conceição sobre segue intransigente, quer cortar o ponto dos grevistas e não repor nem a inflação do ano.

O movimento de greve já ocupou a prefeitura, a câmara, acampou em praça publica, fez passeata, fechou rodovia Rio x Santos, e foi para as comunidades denunciar a política de arrocho e perseguição da prefeitura do PT.

Nos reunidos no II Congresso Nacional da CSP-Conlutas damos apoio incondicional a greve e exigimos reabertura nas negociações e seja respeitada a pauta de reivindicações: 10,18% de reajuste e não corte do ponto e o pagamento do salário em dia.

Todo apoio e solidariedade aos servidores municipais de Angra dos Reis.

**Moção de apoio aos povos de Pindorama**

Diante da conjuntura histórica da invasão do território pindorama dando-lhe outro nome a saber Brasil, trouxe aos povos pindorama (indígenas) prejuízos materiais, étnicos, religiosos, territoriais, enfim.

Nesta atualidade diante da necessidade de reparação de tais perdas reclama-se:

1. A Criação de um grupo de trabalho (GT) que contemple as demandas pindorama (indígena) para a garantia de direitos as terras de uso do solo e subsola das mesmas.
2. Que esta central sindical a saber CSP – Conlutas fortaleça as lutas dos povos indígenas abrindo espaço em publicações (Jornal da central)

Nestes termos pugna-se pela inclusão destas demandas como desta central sindical, assim como dos seus objetivos.

**Em defesa dos 36 criminalizados da UFSC!**

Pelo arquivamento imediato de todos os inquéritos e processos!

No dia 25 de março de 2014 ocorreu uma ação policial no Campus da UFSC no bairro Trindade,em Florianópolis, que se valeu de extrema violência e truculência. As policias federal e militar protagonizaram cenas que relembraram a Ditadura Militar ao invadirem o campus para intimidar, agredir, ferir e chegar a prender membros da comunidade universitária, sem base para tal ação.

Com bombas de gás, spray de pimenta, balas de borracha, cães, cassetetes e portando armas de fogo, os policiais feriram inúmeros estudantes, professores e servidores. Além disso, a operação policial colocou em perigo as crianças do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) e Flor do Campus (Escolas de educação infantil do Campus), Ao serem expostas aos gases das bombas lançadas, numa situação incompatível com o espaço educacional.

Diante de tamanho autoritarismo houve uma ampla mobilização que buscou, defender a comunidade universitária e resguardar o preceito constitucional de autonomia da Universidade e que buscou, também, dialogar para a construção de uma saída ao impasse criado pela polícia federal, pedindo a saída da política do campus.

Posteriormente, iniciou-se um processo de criminalização e perseguição política. No dia 17 de junho de 2014, a policia federal concluiu seu inquérito sobre o ocorrido, indicando a criminalização de 34 pessoas. Para dar prosseguimento ao inquérito era necessário o posicionamento do Ministério Publico Federal (MPF). No ultimo dia 12 de março, o MPF se posicionou e ampliou o numero de indiciados para 36 pessoas. Dentre os indiciados, constam professores, estudantes e um técnico administrativo da universidade, alem de dirigentes da instituição, como os diretores do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e a Reitora. Agora, cabe a Justiça Federal decidir pelo seguimento e aceitação ou não da denúncia e o julgamento do processo.

Tanto documento da Policia Federal como o do MPF demonstram claramente que se trata de um processo de cunho político. A acusação é baseada em opiniões e manifestações realizadas pelos envolvidos durante o processo de mobilização e, ao mesmo tempo, arquiva denúncias de abuso de uso de força policial e de respeito a constituição ao violar a autonomia universitária. Paralelo a esse processo mais geral, reafirmando o caráter persecutório, há ainda um inquérito na Polícia Federal que procura criminalizar o movimento pelo hasteamento de uma bandeira vermelha no campus durante o processo de mobilização.

Chamamos a que o congresso da CSP-Conlutas e suas entidades e movimentos sociais integrantes se solidarizem com os criminalizados assinando esse manifesto e repudiem a violência das ações policiais ocorridas no dia 25 de março, em total desrespeito a liberdade de manifestação e expressão e autonomia universitária. Exigimos o arquivamento de todos os processos e inquéritos contra os membros da comunidade no lamentável episódio.

**Moção de repúdio à Eduardo Cunha**

O II Congresso da CSP-Conlutas, realizado em 4 a 7 de junho em Sumaré, através do setorial de aposentados reafirma que tem em Eduardo Cunha deputado do PMDB como inimigo da causa social no país.

**Moção de Apoio à Associação dos Guardadores de Veículos Automotores de Campos do Jordão**

Saudações aos Congressistas, nós da Cidade de Campos do Jordão, nos sentimos honrados de participar de mais um congresso. O II Congresso da CSP – Conlutas (Central Popular), na cidade de Sumaré – SP. Viemos de uma cidade lá embaixo do mapa, no entanto uma Suíça brasileira visitada pela elite da sociedade, o Estados Unidos brasileiro. Nós da associação encontramos uma alternativa de trabalho olhando carros, e por culpa de uma política eu tem uma mídia mentirosa eu vende o glamour de um País que tem problemas e mais problemas.

Preocupados com nossa política vindoura, estamos nesse congresso para somarmos a nossas forças nacionais e internacionais, porque achamos que nosso país tem jeito. Somos grandes em extensão de terras. No entanto, enfrentamos um grande problema de moradia, precisamos ser mais socialistas e solidários em nossas decisões políticas que tange quatro itens: Educação, Desemprego, Saúde e Meio Ambiente.

Precisamos ter uma política de esquerda atuante, pois vemos que estamos enfrentando um grande problema com o aquecimento global no planeta onde habitamos a centenas de bilhares de anos e só agora que a situação esta se agravando é que estamos tomando alguma providência sobre os últimos acontecimentos.

Quanto a questão da saúde vemos que estamos bem debilitados, os hospitais públicos deixam a muito a desejar com aparelhos que não esta aos contentos dos necessitados e o atendimento é inexplicavelmente ruim e sem nenhuma solidariedade, por isso precisamos estar atentos.

Educação: Estamos longe de considerar um pais de primeiro mundo, nossas escolas e entidades educacionais não tem nenhuma segurança, pois vemos que o vandalismo e drogas, prostituições e autonomia pessoal prevalecem.

Desemprego: Esta a cada dia pior, pois exigem nas qualificações e, no entanto, não podem ter tudo isso se tem muitos problemas na nossa educação.

**Pela readmissão dos garis demitidos!**

**Chega de Perseguição política na COMLURB!**

A COMLURB demitiu as principais lideranças das greves dos garis do Rio de Janeiro. Uma decisão que reflete o desejo do prefeito de acabar com a organização dessa categoria. Com essa demissão política, Eduardo Paes (PMDB) tenta destruir o novo sindicalismo combativo que esta surgindo em meio as greves.

Há varias semanas denunciamos as perseguições contra os ativistas que estiveram a frente da greve; interditos proibitórios, inquéritos, fraude na eleição da CIPA de piedade e transferências de local de trabalho. Infelizmente a direção do sindicato do Asseio nada fez contra essa perseguição política e abandonou os ativistas da greve.

Nada disso intimidou os trabalhadores. Nada fez recuar a combatividade da categoria. Reuniões por gerencia mantiveram a união e a organização das lideranças grevistas. Isso assustou Eduardo Paes e Vinicius Roriz, por isso essa medida extrema.

Demitiram alegando faltas no período de greve, quando o acordo prevê inclusive compensação dos dias sem desconto do salário. Outra alegação foi atuação nos piquetes e atividades da greve como se ainda estivéssemos nos anos de chumbo quando o livre direito de manifestação era considerado subversão. Outros ativistas também foram demitidos sob a mesma alegação. Trata-se de uma atitude ditatorial de Eduardo Paes em claro desrespeito as leis trabalhistas e ao direito de greve, ferindo os direitos humanos e a dignidade do trabalhador. Uma pratica rotineira na atual gestão, transformando nossa cidade numa ‘’terra sem lei’’. Arbitrariedades iguais são cometidas contra professores, moradores de comunidades etc.

Não vamos aceitar nenhuma perseguição política! Exigimos a readmissão de todos os demitidos. Nos próximos dias estaremos panfletando as principais gerencias da COMLURB e coletando assinaturas por meio de um abaixo-assinado contra demissões e perseguições.

Nossa proposta é uma campanha unificada contra as demissões em conjunto com sindicatos centrais sindicais, partidos e parlamentares de esquerda, entidades estudantis e organizações democráticas da sociedade.

Entendemos que os trabalhadores devem ficar alertas contra esses abusos, preparando uma nova mobilização da categoria. Por isso exigimos do Sindicato do Asseio uma assembleia geral de todos os trabalhadores da COMLURB. Exigimos da UGT. A central a qual o sindicato é filiado, que se some a essa campanha em defesa dos garis demitidos.

**Moção de apoio**

A professora Sandra Fortes, da rede municipal de Taboão da Serra, membro da executiva da APEOESP – Taboão e diretora da ATRASPACTS (Associação dos Trabalhadores da Prefeitura de Taboão da Serra), foi injustamente punida com suspensão de 60 dias e cortes de salário e direitos. A punição foi ordenada pelo secretário de educação municipal, João Medeiros, a mando do prefeito Fernando Fernandes – “PSDB”.

De forma auditória, que lembra os tempos da ditadura militar, a professora foi punida devido a solidariedade manifestada por seus alunos a greve dos professores e funcionários públicos de Taboão da Serra, realizada o ano passado. Trata-se de uma evidente perseguição política a professora que tem como objetivo calar a voz dos que lutam por melhores salários e condições de trabalho para o funcionalismo, em defesa de uma educação e serviços públicos dignos para a população trabalhadora. Manifestamos nossa total solidariedade à professora Sandra Fortes e o nosso púdio ao autoritarismo do secretário e do prefeito do PSDB e exigimos das autoridades do município a suspensão imediata da suspensão da professora e o arquivamento do processo administrativo.

Solidariedade Financeira

A suspensão de 60 dias acarretará a professora Sandra Fortes uma perda no valor de R$7.000,00 (inclui salários, cesta alimentação, 13º salário, proporcionais previdência de 2 meses afastada do cargo).

Estamos fazendo uma campanha de solidariedade financeira a companheira, com o objetivo de minimizar as perdas.

Solicitamos que seja feita uma contribuição financeira, a ser depositado na seguinte conta bancária: Sandra Rodrigues Fortes, CPF: 837.066.827.53, Caixa Econômica Federal, Agência 0357, 013, Conta Corrente 19535-2.

Desde já, agradecemos o apoio dos(as) trabalhadores(as) e entidades nessa campanha de solidariedade.

**Moção de repúdio**

Destinatário: Governo do Estado do Pará, Assembleia Legislativa do Estado do Pará, sindicato dos trabalhadores na educação pública do Pará – SINTEPP.

Os professores da educação básica da rede estadual no Pará em greve há 70 dias (completados em 05/06) continuam ignorados pelo governador Simão Jatene, do PSDB, que se recusa a abrir negociações.

Os professores reivindicam o cumprimento do piso nacional da educação a manutenção das aulas suplementares (sua retirada resulta em redução de vencimentos) recuperação das escolas que se encontram em condições precaríssimas e seus poderes funcionais (colocando em risco a segurança de todos).

O governador, além de não negociar, ainda cortou os salários dos professores que em muitos casos recebem contra cheques com valores negativos e também criminaliza o movimento com o indiciamento de várias lideranças do movimento.

Diante dessa situação, os delegados ao II Congresso Nacional da CSP-Conlutas, realizado em Sumaré – SP nos dias 04 a 07 de junho, manifestam seu mais veemente repúdio ao governador do Estado do Pará, Simão Jatene do PSDB e exigem a imediata abertura de negociações com os professores bem como a suspensão de todas as medidas preventivas.

**Moção de Repúdio**

Ao Governo do Estado de Pernambuco que vem agindo de forma ditatorial para com a greve dos professores no estado. O Governador Paulo Câmara, tem obrigado as gerências regionais assediar os professores, principalmente os contratados a não fazer a greve ameaçando-os demitir os professores e realizando descontos dos dias parados através de ações judiciais.

**Moção de Repúdio ao Deputado Federal Rogério Marinho (PSDB), que Persegue e Criminaliza Professores Pelos Seus Princípios Políticos.**

Como parte da ofensiva do Congresso Nacional que vem atacando duramente os trabalhadores, o Deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), pretende aprovar um Projeto de Lei que tipifica o crime de “assédio ideológico” e estabelece a pena de reclusão de até três anos para professores e professoras que venham a ser criminalizados.

Para este deputado manifestar opinião e até propor atividades pedagógicas de conteúdo político a exemplo de debates e palestras, consiste um assédio ideológico e exposição do educando a situação de constrangimento.

Consideramos que este projeto representa um forte ataque à constituição à liberdade de expressão ao fazer pedagógico e a democracia nas escolas e no país como um todo.

Diante da possibilidade de aprovação deste absurdo projeto que remonta às práticas da ditadura militar, o II Congresso da CSP-Conlutas repudia o deputado e o projeto.

**Moção de repudio a maioria da direção do SINTE/SC, à CNTE/CUT.**

Considerando as inúmeras greves da educação básica que ocorreram ou estão ocorrendo no pais em 2015 (PR, SC, SP, PA etc.), seja pelo cumprimento do reajuste do Piso, cumprimento de um terço da hora atividade, plano de carreiras e contra a retirada de direitos, os cortes na área da educação e o ajuste fiscal feito pelos governo federal e estaduais.

Considerando o fatos da imensa maioria dos sindicatos serem filiados a CNTE e a CUT, ou seja, são dirigidos pela CUT.

Considerando que a responsabilidade, pela unificação das lutas é principalmente, da direção.

Repudiamos a postura formal e burocrática da CNTE/CUT de convocar, e não construir, nem o limitado, um dia de ‘’greve’’ nacional.

Repudiamos ainda o desmonte da greve realizada em Santa Catarina onde após a direção não construir a greve nas suas regionais, após 72 dias de greve em uma ação conjunta com o governo COLOMBO (PSD/PMDB) onde este liberou o ponto para não grevistas participar da greve e votarem pelo fim, e a direção do sindicato (CUT) marcou a assembleia estadual no oeste do estado (Chapecó) onde a greve era muito menor.

Repudiamos essas práticas de entrega da categoria para o governo para priorizar a ‘’negociação’’ como já o fizeram na greve de 1011 e que na prática só avaliza o governo na retirada de direitos.

**Moção de repúdio**

Repudio do autoritarismo da reitoria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) nós, participantes do II congresso nacional da Central Sindical e Popular – Conlutas, repudiamos as atitudes autoritárias do reitor Ricardo Veiralves que tem administrado a Universidade com atitudes totalmente antidemocráticas. Isso tem resultado no impedimento das realizações periódicas e obrigatórias do principal fórum deliberativo que é o Conselho Universitário, o que tem respeito de questões que concernem a vida dentro da universidade. Podemos citar as dificuldades na realizações de concursos, falta de pagamento a funcionários terceirizados e de bolsas para professores e alunos como fator que provocam grande insatisfação interna e externa.

Este período de intolerância gerou um cenário de violência que culminou em uma situação de grave confronto entre seguranças e alunos no último dia 28 de maio de 2015. Exigimos que se estabeleça um ambiente totalmente democrático onde as diversas vozes possam ser ouvidas.

**Moção de Repúdio às Ameaças e Intimidações do Presidente do TRE/SP em defesa da Organização Sindical**

Servidores são proibidos de realizar assembleia no TRE-SP

No dia 24 de abril de 2015, os servidores do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, por determinação do presidente do Tribunal, foram expulsos do prédio do Tribunal, ao tentarem realizar uma assembleia no saguão do edifício, na rua Francisca Miquelina. A assembleia tinha por objetivo discutir a ampliação da jornada de trabalho para 7 horas a partir do dia 4 de maio, comunicada pela administração na quarta-feira, 22.

Antes que se iniciasse a reunião, já havia um grande aparato policial militar dentro e fora do prédio. As 14 horas, horário do início da assembleia, havia um número expressivo de servidores, pois a alteração da jornada de trabalho pegou a todos de surpresa. Pouco antes da reunião, porém, um membro da diretoria do Sintrajud informou que o comunicado sobre a utilização do espaço havia sido indeferido. “ As assembleias devem ser realizadas fora das dependência deste Tribunal”, escreveu o presidente do TER, Antônio Carlos Coltro, no despacho em que respondeu ao documento protocolado pelo Sintrajud.

Esta proibição causou enorme indignação nos servidores. Logo após, um oficial da PM (à paisana) interveio para constranger ainda mais os servidores, alegando ser da segurança do Tribunal e estar a serviço da presidência. Ele disse que todos seriam retirados do saguão e identificados para uma eventual sindicância administrativa. Diante das ameaças, os servidores decidiram transferir a assembleia para a calçada. Logo após essa intervenção os servidores aprovaram que a diretoria e assessoria jurídica do Sintrajud estudem as medidas, inclusive jurídicas, cabíveis contra a atitude do desembargador e em defesa do direito a liberdade sindical.

Repressão à greve

Esta não é a primeira vez que o desembargador Coltro age contra o direito de organização sindical. No ano passado, ele esteve à frente da repressão à greve da categoria, pouco antes das eleições. Na ocasião, o TRE não economizou no uso de policiais militares, dentro e fora do tribunal, e nas ameaças aos servidores. Coltro também se apoiou no TRF, que por meio de uma liminar “proibiu” a greve antes mesmo que ela começasse e fixou multa diária de R$ 300 mil contra o sindicato, com responsabilidade solidária dos servidores – ameaçados de sofrer processos administrativos, cíveis e criminais.

Além disso, o Sindicato tem encontrado muita dificuldade para dialogar com a administração do desembargador. Pedidos de audiência e outros requerimentos demoram a ser atendidos ou nem são respondidos, enquanto medidas que afetam diretamente os servidores, como a mudança da jornada de trabalho, são comunicadas de forma abruptas.

Nós, trabalhadores de vários estados do país presentes no II Congresso Nacional de CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular nos solidarizamos com os servidores da Justiça Eleitoral de São Paulo e repudiamos este ato do presidente do TRE, Antônio Carlos Coltro que demonstra seu caráter antissindical.

Acreditamos que os servidores da Justiça Eleitoral de São Paulo estão no seu direito de lutar por melhores condições de trabalho.

Todo apoio à luta dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo! Pelo fim das ameaças e em defesa do direito à liberdade sindical! Pela jornada de 6 horas!

**Moção de Apoio**

As(os) delegadas(os) do II Congresso Nacional da CSP-Conlutas manifestam apoio às trabalhadoras(es) em educação da base do Sind-Rede-BH que lutam contra a terceirização da docência na Educação infantil, através da criação da função de auxiliar de apoio à Educação Infantil para cuidar das crianças de 0 a 3 anos de idade. O cuidar e o educar são indissociáveis na educação infantil, logo é de responsabilidade do professor da educação infantil tal atendimento. Sendo assim, exigimos que a prefeitura de Belo Horizonte:

* Suspenda a terceirização na docência da Educação Infantil
* Amplie o quadro de professoras e professores da educação infantil
* Atenda a reivindicação de unificação da carreira da educação infantil com a dos professores da rede municipal de Belo Horizonte.

Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte –Sind- Rede-BH.

**Moção de Apoio a Chapa de Oposição à Direção da CUT na Eleição do Sinte-RN (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Norte – Chapa 2 “Muda Sinte”**

O II Congresso da CSP-Conlutas, declaro total apoio à Chapa 2 - Muda Sinte, na eleição do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Rio Grande do Norte, a realizar-se no próximo dia 15 de Junho e convida o conjunto dos trabalhadores filiados à CSP a apoiar o movimento de oposição.

A trinta anos este sindicato, o maior e mais importante do RN, é dirigido pela CUT, servindo os interesses dos governos de plantão e desmobilizando o conjunto dos trabalhadores em suas lutas e reivindicações.

Neste cenário de crises e rupturas com o PT e a CUT, a Chapa 2, oposição á educação filiado a CSP, assume a tarefa de tocar a luta dos trabalhadores em educação do RN e recebe o apoio incondicional deste congresso.

**Moção pela retirada das punições de greve, pelo cumprimento imediato da pauta da Dedic e pela gestão democrática.**

O II Congresso Nacional da CSP – Conlutas vem manifestar irrestrito apoio e solidariedade as professoras das creches da UNICAMP que estão sendo submetidas a constrangimentos e pressões. Em 2014, as professoras das creches da UNICAMP (Dedic) se organizaram junto ao movimento de g revê e articularam, para alem das pautas gerais do movimento, uma pauta que incorpora a demanda específica do setor.

As Professoras deram continuidade a uma luta que se iniciou há muitos anos e, a partir do acumulo dessa discussão, foi apresentada a pauta no ano passado que reivindica condições de trabalho cujo objetivo é a construção de uma educação com enfoque no direito da criança a educação de qualidade, respeitando o direito das famílias trabalhadoras. Hoje as professoras têm uma realidade de trabalho que não garante essas condições. Não são garantidos tempo, espaço e recursos humanos para planejar, preparar e avaliar o trabalho cotidianamente, não há espaços para a construção coletiva do trabalho com preparação e organização, afim de possibilitar a participação de todas nas decisões, com condições necessárias para tal e com horários apropriados. As professoras possuem atribuições e responsabilidades especificas da docência(Deveres), no entanto, não possuem os direitos garantidos na legislação – Tempo dentro da jornada para planejamento e avaliação, gestão democrática, férias e recesso. Com base na realidade vivenciada pelas professoras e pelas crianças, a chamada pauta especifica foi na verdade, uma pauta de toda a categoria porque são nossos filhos que estão sendo privados de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

No entanto, a pauta não foi cumprida e a gestão assumiu posturas arbitrarias, impositivas e antiéticas. São frequentes episódios em que a arbitrariedade da gestão gera falta de coerência e, consequentemente, um ambiente de trabalho conturbado que compromete o exercício da profissão. Além disso, a gestão tem adotado e divulgado um falho conceito de gestão democrática, delegamos suas funções para o corpo decente, eximindo-se de suas responsabilidades. Muitas professoras são submetidas a situações de humilhação, constrangimento e ameaçadas com inverdades ou políticas antissindicais. Não bastassem todas essas situações, agora as professoras que estão em estágio probatório tiveram esse período prorrogado a revelia das normas da universidade simplesmente porque participaram da greve.

Não existe respaldo para aplicações de penalidade as trabalhadoras da creche e o II Congresso Nacional da CSP Conlutas repudia todo e qualquer ato que puna ou ameace as professoras. Elas são as educadoras de nossos filhos, nossas companheiras de luta e não aceitaremos nenhum ataque.

Por isso o II Congresso Nacional da CSP – Conlutas bem manifestar seu repudio, exigindo o cumprimento imediato e efetivo de toda a pauta especifica apresentada pelas professoras, o cumprimento do estágio probatório no período correto (Sem prorrogação) e gestão democrática.

**MOÇÃO DE REPÚDIO AO DESPEJO E APOIO ÀS FAMÍLIAS DA OCUPAÇÃO JARDIM DA UNIÃO**

A ocupação Jardim da União é uma comunidade formada por aproximadamente 1000 famílias do extremo sul de São Paulo, que, cansadas da alta dos aluguéis causadas pela especulação imobiliária, decidiram ocupar um terreno da Prefeitura que estava abandonado há décadas para lutar pelo direito constitucional a uma moradia digna.

Porém, sofreram 5 despejos num período de 4 meses, sendo que o último deles foi extremamente violento, com enfrentamento com a tropa de choque que usou todo seu arsenal de armas (bombas, spray de pimenta, gás lacrimogêneo, cassetetes etc.) sobre as famílias. A operação se deu sob comando da gestão do Prefeito Fernando Haddad, que não atendeu às reivindicações dos ocupantes.

A partir de então, as famílias ocuparam um terreno de propriedade do CDHU, onde moram há 1 ano e 8 meses. Nesse período iniciou-se um processo de negociação com a CDHU, secretaria de habitação do Município e do Estado. Contudo, não se chegou a nenhuma saída concreta e hoje as famílias encontram-se com a ameaça de um despejo, já agendado para dia 1º de julho próximo.

A CDHU, que seria responsável por viabilizar um projeto de moradia para as famílias, se nega a apresentar uma alternativa, e, ao contrário, promove esta ação de reintegração de posse que pode deixar centenas de famílias na rua, agravando ainda mais o problema social em que se encontra o estado de São Paulo.

Ao mesmo tempo, a região é tomada pela especulação imobiliária, por empreiteiras construindo condomínios de luxo, projetos de aeroporto, etc., enquanto o povo pobre mora em condições precárias, com salários baixíssimos, muitos terceirizados, a grande maioria mães solteiras, negras e negros (incluindo haitianos), LGBT`s, que não conseguem pagar os altos aluguéis, e sofrem constantemente a ameaça de ficar sem um teto pra morar.

Não é justo que sejamos despejados pra que depois o terreno fique abandonado, só crescendo o mato, sendo usado pra desova de corpos, prática de estupros, enquanto mais de 1000 famílias, que construíram uma comunidade e deram uso pra aquela terra, ficarão sem casa para morar!

Por isso, pedimos a solidariedade dos sindicatos, movimentos sociais, movimento estudantil, de luta contra as opressões, aqui presentes, para que repudiem o despejo e apoiem a luta das famílias.

Exigimos que a CDHU, o governador Geraldo Alckmin, a secretaria Estadual e Municipal de Habitação, a secretaria do Verde e do Meio Ambiente, a secretaria de Planejamento, o prefeito Fernando Haddad, o Ministério das Cidades e Planejamento e a Presidenta Dilma Roussef com o Projeto Minha Casa Minha Vida . Apresentem imediatamente uma proposta de solução pacífica para este grave problema habitacional e cumpram as promessas feitas nas negociações! Mediante iminente ameaça de despejo exigimos uma reunião de negociação com a CDHU para apresentar nossas propostas e.

* O Jardim da União existe, resiste e vai lutar até o fim!

**Moção de Apoio**

Os delegados do II Congresso da CSP-Conlutas apoiam, de forma incondicional, a luta dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão impulsionada pelo seu sindicato, o Sindsalem na luta pela aprovação do seu plano de cargo, carreiras, e vencimentos – PCCV

**Moção Contra a Criminalização por Parte dos Governos, Empresários e Justiça aos Ex-Kombeiros de Recife**

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) manteve a decisão do Juiz do TJPE (Tribunal de Justiça de Pernambuco) Joaquim Pereira Lafayete Neto em condenar há 4 anos de prisão em regime aberto Feliciano Espinhara da Silva Neto, Maria José de Freitas, João de Florêncio e Widson de Paula em regime aberto (convertido em penas alternativas) e Charles Medeiros Espinhara, Cléssio Gomes e Abimael Alexandre há 9 anos de prisão em regime fechado por terem participado da luta dos kombeiros contra a exclusão desse meio alternativo de transporte, a mando na época pela prefeitura do Recife (Prefeito João Paulo - PT), governo estadual (Jarbas Vasconcelos - PMDB) a serviço dos grandes grupos de transporte rodoviários de passageiros da Região Metropolitana do Recife.

Pesa a acusação aos companheiros de ataque ao patrimônio privado e roubo, na verdade os companheiros resistiam pelo direito ao trabalho e enfrentaram uma guerra a serviço dos donos de ônibus conhecidos como máfia do transporte, que a pretexto da regulamentação e mobilidade urbana só fizeram aumentar o lucro desse setor em detrimento de uma super-exploração de seus trabalhadores, um péssimo serviço prestado a população cobrando altas tarifas, além de serem um dos responsáveis principais pelo caos na mobilidade urbana.

Esses companheiros receberam durante mais de 12 anos solidariedade de entidades como a ADUFERPE (Docentes da UFRPE), SINTUFEPE (Técnicos Administrativos UFRPE), FASUBRA, PSTU, CNSEF, entre outros. Solicitamos agora que a entidades presentes nesse congresso junto com a CSP-CONLUTAS, participem da campanha pela absolvição dos Companheiros e pela não prisão de nenhum deles. Para isso, solicitamos que envie e-mail para o presidente do TJPE Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves (fran@tjpe.jus.br) e presidente do STJ Ministro Francisco Cândido de Melo Falcão Neto gmfcf@stj.jus.br pela reversão e arquivamento da sentença ( processo 001.2003.034264-4) para que mais um movimento social nesse país não seja criminalizado, confiando que a solidariedade de classe e a mobilização dos trabalhadores é que poderão impedir mais uma injustiça nesse país.

**Criminalização dos Professores e Estudantes Lutadores da UNESP**

Nós delegados presentes no II Congresso CSP-Conlutas dirigimos ao Reitor Professor Doutor Durigam da Universidade Estadual Paulista (UNESP) nossa moção de repudio pela instalação de sindicâncias e comissões de averiguação com a clara intenção de censurar a criminalizar o direito de expressão e de organização e de luta do Professor Doutor Jean Paulo Menezes, bem como aos mais de cem alunos sindicados e processados na justiça civil. Outrossim, exigimos o imediato arquivamento das sindicâncias sobre os alunos e o professor, bem como a suspensão das trinta e uma sindicâncias impetradas pelo Diretor Professor Doutor Jonas Contiero aos alunos que lutam por moradia estudantil e bolsas de extensão.

**Moção pela Reintegração do Professor Bruno Mendes da Rede Municipal do Rio de Janeiro.**

Nos últimos anos, a educação pública sofreu inúmeros ataques dos sucessivos governos.

Na cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, prefeito do PMDB, tenta a todo custo transformar a rede pública de ensino num verdadeiro negócio lucrativo para banqueiros e empresários. Por isso, os profissionais da educação realizaram greves em 2013 e 2014.

Intransigente, o prefeito, além de não abrir negociações, submeteu os trabalhadores à brutalidade da polícia militar em 2013 e aos cortes de salários em 2014, que perduram até hoje, apesar de uma liminar, além de processos administrativos e inaptidão no estágio probatório.

O mais grave, porém, na culminância desse processo de perseguições, foi a demissão do professor Bruno Mendes, com o argumento de que o professor fazia críticas ao governo, através das redes sociais.

Neste sentido, o II Congresso da CSP-Conlutas realizado em Sumaré-SP, manifesta seu total apoio e solidariedade ao professor Bruno; repudia veementemente a atitude do prefeito Eduardo Paes e exige a imediata readmissão do professor.

Pela liberdade de expressão e manifestação!

Viva a luta dos professores da educação em defesa da Educação Pública!

**Moção de repúdio ao processo eleitoral**

Moção de repúdio ao processo eleitoral antidemocrático realizado em 13 de Maio de 2015, no sindicato dos instrutores de transito do Piauí/Sinfaepi, conduzido pela diretoria CUTista que impediu a inscrição de Chapa opositora através da não publicação do edital do processo eleitoral.

**Moção de repúdio à demissão do funcionário terceirizado Rafael França**

O II Congresso do CSP-Conlutas repudia a demissão injustificada do servidor terceirizado Rafael França, funcionário da Empresa Tecnisan que presta serviços ao Colégio Pedro II – Rio de Janeiro.

A demissão se configura claramente como uma retaliação por sua posição de liderança nas lutas dos terceirizados que passaram 3 meses sem salário e que, a partir do rompimento do contrato por parte da reitoria da empresa a cima citada, foram demitidos.

Denunciamos que o único demitido por justa causa, e portando, sem chance de readmissão é o funcionário Rafael França.

* Todo o apoio a luta dos terceirizados!
* Não a criminalização das lutas!
* Não ao PL 4330!

**Moção de Repúdio à Prefeitura de Jacareí (PT) e a empresa de ônibus JTU**

O cobrador e cipeiro eleito pelos trabalhadores Claudinei de Sousa Neves, trabalhador da Jacareí Transporte Urbano (JTU), vem sendo alvo da perseguição e repressão da empresa, bem como da Prefeitura Municipal.

A JTU abriu um processo contra Claudinei para a apuração de falta grave, com o objetivo de demiti-lo por justa causa. O processo se baseia em acusações infundadas e forjadas.

De forma absurda, a Prefeitura administrada pelo PT é que está à frente da perseguição. O ataque tem conotações claramente políticas, não sendo apenas contra o companheiro, mas também contra a organização dos trabalhadores e a Oposição de Condutores, da qual Claudinei faz parte.

Solicitamos a todas as entidades classistas, e combativas, que defendem o livre direito de Organização dos trabalhadores, que enviem moção de repúdio a Prefeitura de Jacareí e à empresa JTU.

Enviar e-mail para:

Gabinete do Prefeito: a/c Felismina Aparecida de Sousa Nogueira;

gabinete@jacarei.sp.gov.br

Secretaria de Governo: a/c Pedro Orlando

governo@jacarei.sp.gov.br

Jacareí Transporte Urbano: a/c Ronaldo Marques Junior

jtu@jtu.com.br

Com cópia para:

sjcampos@cspconlutas.org.br

**MOÇÃO DE REPÚDIO À CRIMINALIZAÇÃO DA LUTA POLÍTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Os delegados presentes ao II Congresso Nacional da CSP-Conlutas no período de 4 a 7 de junho de 2015, manifestam seu repúdio á criminalização da luta política que vem ocorrendo no estado do RJ, onde 23 ativistas, entre estudantes e professores, foram presos e estão sendo processados criminalmente por organização criminosa e pela prática de atos de “vandalismo em protestos”, ao exercerem seu legítimo direito de livre manifestação e expressão nas jornadas de julho de 2013. O processo tramita na 27ª vara criminal do RJ, violando os direitos constitucionais dos ativistas.

Em 15/10/2014, após terem conseguido liberdade provisória, 03 deles tiveram sua prisão preventiva novamente decretada pelos mesmos fatos, apenas por terem participado de evento cultural do dia dos professores.

Repudia-se, portanto, esta e qualquer outra prisão política da juventude crítica e questionadora brasileira que, em 2013 e 2014, tomou as ruas do país exigindo moradia, saúde, educação e, melhores condições de vida para a classe trabalhadora, e espera-se a revogação das prisões e o arquivamento do processo.

**PELO PISO SALARIAL DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM**

Estamos diante de uma nova situação política em nosso país que se prenuncia ainda em meados de 2012. Após a eleição de 2014 fica claro o descontentamento dos trabalhadores com o governo burguês de Dilma pelo Partido dos Trabalhadores.

Com tantos ataques que a classe vem sofrendo deste governo diversas categorias estão protagonizando lutas heroicas. E muitas outras ainda estão por eclodir no próximo período que é o caso dos trabalhadores da saúde, em particular os profissionais de enfermagem, que em diversos estados lutam pela conquista de seu piso salarial e sua jornada de 30 horas semanais.

Neste sentido, a CSP-Conlutas deve dar total apoio (material e financeiro) para que esta categoria tenha essa vitória. Pois já existe projetos, em alguns estados, no âmbito federal. Que esta discussão se amplie ainda mais, para que através da luta e do apoio da central os profissionais da saúde alcancem essa vitória!

**Moción de apoyo a Luz Helena - Colombia**

El II Congreso de la CSP Conlutas, reunido del 4 al 7 de Junio en Sumaré, Brasil

Considerando:

1- Que en un panfleto que se colocó en los baños de la Facultad de Derecho de la Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca (UCMC) en la ciudad de Bogotá, el día miércoles 27 de mayo de 2015 en las horas de la noche, se profieren amenazas contra cuatro estudiantes de la institución a nombre de Las Águilas Negras (Bloque Capital). El listado de amenazados es encabezado con el nombre de Luz Helena Ramírez, dirigente del Partido Socialista de los Trabajadores (PST) y destacada luchadora por los derechos humanos.

2- Que la circulación de este panfleto coincide con hechos similares que han ocurrido recientemente en otras universidades en los que se amenaza de muerte a integrantes de la comunidad universitaria, como es el caso de la Universidad Nacional de Colombia en dónde, además de amenazar a activistas estudiantiles, se extendió el listado a reconocidos profesores.

En el caso de la UCMC los estudiantes amenazados lideraron un movimiento estudiantil que el año pasado logró la destitución del Decano de la Facultad de Derecho por la situación de precariedad académica en la que se encontraba la Facultad. La inconformidad se extendió a otras dependencias de la universidad.

3- Que en ese país se volvió costumbre el método de la amenaza y el asesinato, para acallar las voces de descontento, contra dirigentes y activistas sindicales, estudiantes, defensores de derechos humanos y sectores populares. Todos los que se benefician con estas acciones criminales las utilizan para defender sus intereses.

4- Que Luz Helena Ramírez es una destacada defensora de los derechos humanos como integrante del Movimiento de Víctimas de Crímenes de Estado (MOVICE) y dirigente del PST, además activista sindical y luchadora por los derechos de la mujer trabajadora.

Resuelve:

1- Rechazar de manera enfática las amenazas a la vida de luz helena, de los estudiantes de la UCMC, de la Universidad Nacional, de los profesores, dirigentes sindicales y políticos que constantemente son víctimas de intimidación por parte de bandas paramilitares, amparadas por el régimen.

2- Exigimos garantías al gobierno de Juan Manuel Santos para el libre ejercicio de la actividad estudiantil, política y sindical.

3- Exigir al gobierno, investigación y castigo a los responsables de estos hechos, así como el desmantelamiento de las bandas paramilitares, que han segado la vida de cientos de luchadores políticos y sociales.

**Moção de apoio à revolução síria**

A revolução síria completa quatro anos. Ela enfrenta inimigos poderosos. De um lado o regime assassino de Bashar el Assad, apoiado pelos governos do Irã, da Rússia e pelo Hezbollah. De outro lado o grupo contrarrevolucionário Daesh (auto-denominado Estado islâmico) patrocinado por setores capitalistas do golfo pérsico e da Turquia.

Além destes, o imperialismo americano e europeu conspira junto com os governos burgueses do países árabes, em particular dos países do golfo pérsico, para liquidar a revolução e impedir sua expansão para toda a região.

Nós estamos com a revolução síria até sua vitória final quando o povo trabalhador sírio terá o direito à emprego, salário, educação, saúde e moradia, e o direito de decidir democraticamente sobre seu destino!

Viva a revolução Síria! Viva as revoluções árabes!

**Moção de apoio aos trabalhadores da educação de Suteba de Bahía Blanca**

Os trabalhadores da educação de Suteba de Bahía Blanca (Buenos Aires – Argentina) Saudamos este encontro que se reúne no marco de lutas e mobilizações que enfrentam o saque e as reduções salariais que os governos tentam impor a classe, para que outra vez o povo seja culpado da crise.

Expressamos nosso apoio a luta dos trabalhadores do Brasil e, em especial, a nossos companheiros docentes, repudiando a repressão sofrida em Curitiba, Paraná.

Desejamos que sejam frutíferas as discussões do Congresso, convencidos da necessidade da unidade para derrotar os planos do imperialismo, que afetam a educação, a saúde e as condições de vida do nosso povo na América Latina.

* Viva a luta da classe operária!
* Pela solidariedade internacional contra a repressão aos que lutam!
* Em defesa de uma melhor educação pública e gratuita para a população!
* Basta de repressão! Todo o nosso apoio aos estudantes chilenos!

**Moção de apoio as mulheres argentinas**

O II Congresso Nacional da CSP-Conlutas saúda a mobilização de 300 mil mulheres e homens que ocorreu na Argentina contra a violência machista em que a bandeira principal foi “nenhuma a menos”. Em 3 de junho o povo Argentino deu um passo importante e de luta contra a violência à mulher. Foi destacado a mobilização das mulheres trabalhadoras nos seus sindicatos.

* Viva a luta das trabalhadoras e dos trabalhadores contra o machismo!

**Moção de repúdio a violência machista na Argentina**

O II Congresso Nacional da CSP-Conlutas saúda a mobilização de 300 mil mulheres e homens que ocorreu na Argentina contra a violência machista em que a bandeira principal foi “nenhuma a menos”. Em 3 de junho o povo Argentino deu um passo importante e de luta contra a violência à mulher. Foi destacado a mobilização das mulheres trabalhadoras nos seus sindicatos.

Viva a luta das trabalhadoras e dos trabalhadores contra o machismo!

**Moção de repudio ao governo Evo Morales**

Que o governo Evo Morales (Bolívia), a justiça e a polícia entreguem imediatamente a filha adotiva, de Márcia e Ariel, militantes do Partido Operário Revolucionário.

Depois das ameaças de tomar suas filhas no final do ano passado;

Depois das manifestações e greve de fome de Ariel, a justiça dê ganho de causa aos pais adotivos.

Agora quando parecia resolvido a criança foi sequestrada, Nota-se de uma perseguição política do governo ao partido operário revolucionário. Essa conduta fascista do governo se soma a prisão e condenação de Farlim Coca, dirigente estudantil e da suspensão dos direitos sindicais a dirigentes da Federação dos professores de La Paz.

Esse Congresso repudia as ações supressivas do governo e exige a imediato entrega da filha de Márcia e Ariel. E o fim de todo os processos criminais sobre os lutadores.

**Moção de solidariedade aos azeiteiros da Argentina**

O II Congresso Nacional da CSP-Conlutas saúda o triunfo dos trabalhadores azeiteiros da Argentina que, depois de 25 dias de greve, conseguiram aumento de 36% de salário derrotando as multinacionais e o governo de Cristina Kirchner, que até o último momento não queria firmar o acordo que os trabalhadores arrancaram das patronais.

**Moção de Solidariedade com os trabalhadores do Egito**

O governo egípcio lançou novas leis para criminalizar o movimento sindical, popular e revolucionário, impedindo o livre direito de organização, manifestação e de greve.

Além de criminalizar, as novas leis representam ataques contra os direitos dos trabalhadores do setor público e privado, e do povo em geral.

Infelizmente, o movimento sindical independente não tem mantido a necessária independência perante o governo e por isso falha na defesa dos interesses dos trabalhadores e da revolução.

Apoiamos o luta dos trabalhadores egípcios contra a criminalização do movimento sindical e revolucionário.

Viva a revolução egípcia!

Viva a solidariedade internacional entre os trabalhadores de todos os países!

**Moção de apoio à luta do povo Saharaui**

O II Congresso da CSP-Conlutas, 04 a 07 de junho de 2015, por ocasião dos 40 anos do inicio da resistência anticolonial no Sahara ocidental declara,

1 – Apoio e solidariedade a legítima luta do povo Saharaui em seu alienável direito a autodeterminação e independência.

2 – Enérgica condenação as sistemáticas violações dos direitos humanos exercidas pelo regime de ocupação por parte do Marrocos contra a resistência pacifica no Sahara ocidental, em especial a protagonizada contra o movimento sindical e nos somarmos ao chamado do movimento sindical mundial, para libertação de todos os presos políticos e diligentes sindicais Saharauis.

3 – Adesão ao requerimento 6225 aprovado por todos os grupos políticos da câmara dos deputados do Brasil e seguido pelos movimentos sociais de apoio a república Saharaui e seu reconhecimento diplomático.

**Moção Pela Libertação Imediata Do Brasileiro-Palestino Islam Hamed**

Nós, sindicalistas e integrantes de movimentos sociais e populares de todo o Brasil, reunidos no II Congresso da CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular), realizado de 4 a 7 de junho de 2015, em Campinas, interior do Estado de São Paulo, exigimos do governo brasileiro postura firme junto a autoridades palestinas e israelenses pela libertação imediata do brasileiro-palestino Islam Hamed e sua repatriação no Brasil.

Islam Hamed encontra-se preso injustamente na Cisjordânia, Palestina ocupada, em cárcere da Autoridade Nacional Palestina (ANP) desde 2010. A ordem de soltura emitida em 2013 ainda não foi cumprida. Enquanto as negociações entre os governos brasileiro, palestino e israelense não avançam, ele corre risco de morte, pois está há quase 60 dias em greve de fome, para se fazer ouvir.

O Itamaraty afirmou em nota oficial que até o momento seus interlocutores não se sensibilizaram em relação ao caso. A ANP afirma que falta apenas o salvo conduto por Israel para libertá-lo, mas o mantém preso em péssimas condições. Reivindicamos sua soltura imediata pela ANP e que o governo brasileiro o abrigue em sua Embaixada em Ramallah até que haja resposta positiva do Estado de Israel e Islam Hamed possa vir ao Brasil.

Caso as autoridades israelenses não concedam o salvo-conduto para Islam Hamed, exigimos que o governo brasileiro rompa relações diplomáticas, econômicas e militares com o Estado de Israel.

Liberdade e justiça ao brasileiro-palestino já!

**Moção de apoio a Palestina Livre e pelo Boicote A Israel**

Nós, sindicalistas e integrantes de movimentos sociais e populares de todo o Brasil, reunidos no II Congresso da CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular), realizado de 4 a 7 de junho de 2015, em Campinas, interior do Estado de São Paulo, exigimos do governo brasileiro a ruptura imediata de todas as relações e acordos econômicos, diplomáticos e militares com o Estado racista de Israel.

O Brasil se converteu nos últimos anos em um dos cinco maiores importadores de tecnologia militar israelense. Essa posição vergonhosa o torna cúmplice da ocupação, limpeza étnica e apartheid de Israel ao povo palestino. Em solidariedade ao povo palestino, que enfrenta há 67 anos essa situação, nos somamos à campanha de BDS (boicotes, desinvestimento e sanções) a Israel e nos comprometemos a atuar em cada região pelo embargo militar e econômico a esse Estado racista. Palestina livre já!

**Mocion de apoyo al pueblo peruano y en defensa de sus derechos**

1.**Grupo Solvi**

Transnacional de capitales Brasileños, tiene en Perú una filial llamada innova ambiental empresa que cuenta con 1600 trabajadores que se dedican al rubro de la limpieza pública, brindado el servicio a la municipalidad de lima metropolitana (prefectura) y a distintas municipalidades (prefecturas) de la capital Peruana.

El sindicato de esta empresa cuenta con 750 afiliados.

El ataque de la patronal ha sido incesante por destruir la organización despidiendo a 40 afiliados del sindicato y a uno de sus principales dirigentes como es el caso del compañero Roger Vargas Diaz (secretario de defensa).

Desde el mes de febrero fue presentado el pliegos de reglamos por la mejoras de las condiciones laborales, seguridad salud en el trabajo y el incremento económico, el día de ayer se llevó acabo la reunión número 14 con presencia de la empresa sindicato y autoridades de trabajo, la empresa ofrece cero mejoras en las condiciones de trabajo y un aumento de 0.25 centavos de soles(0.30 centavos de real aprox.) por día .

Resuelve

Enviar pronunciamientos de los diversos sindicatos de Brasil al grupo Solvi con sede en Sao Paulo en rechazo a los ataque a la libertad sindical exigiendo el respeto irrestricto a al fuero sindical, restituyendo a los compañeros despedidos a sus puestos de trabajo.

De la misma forma el Rechazo de manera tajante a las miserias de aumento que ofrece la empresa a sus trabajadores.

2. Grupo Belmont Cassinelli

Corporación Cerámica S.A

2.1 **Sindicato Trébol**

Empresa que se dedica al rubro de elaboración de sanitarios y accesorios, cuenta con 1500 trabajadores aproximadamente.

El sindicato sufre los más duros ataques pues su principal lucha ha sido la defensa de la salud, ya que en esta corporación no se respeta la ley de seguridad y salud en el trabajo dando como consecuencia 400 trabajadores con diversas enfermedades ocupacionales, como tendinitis, tendinosis, hernias lumbares, silicosis, neumonocosis, etc. Siendo el único sindicato de Perú que interpuso una demanda penal al dueño, directorio, gerentes, supervisores y encargados, por el incumplimiento de esta la ley.

la patronal en represalia al correcto accionar del sindicato ha empezado una férrea campaña de destrucción a la organización, removiendo a los dirigentes de sus plantas de producción original a otras en otro punto de la ciudad, así como también impulsando la desafiliación otorgando bonos y beneficios a quien renuncie al sindicato.

2.2 **Sindicato Celima**

Empresa dedicada a la producción de cerámicas cuenta con 2000 trabajadores aprox.

El sindicato combativo de Celima llevo a cabo una huelga el día 29 y 30 de abril, en protesta por las pésimas condiciones de trabajo con las que cuentan, como son:

El incumplimiento de la ley seguridad en el trabajo, los ataques a la libertad sindical como campañas de desafiliación, la no disposición al aumento del salario, al reparto injusto de utilidades.

La empresa en represalia a la acción de protesta a despedido a 4 trabajadores del sindicato Celima y es así que en este momento y desde el día 3 de junio los compañeros se encuentra en huelga indefinida hasta la absolución de sus reclamos.

Resuelve:

Brindar solidaridad a los sindicatos del grupo Cassinelli rechazando las prácticas antisindicales, el despedido de los trabajadores en represalia al legítimo derecho de huelga, exigir el respeto de las condiciones de trabajo como las leyes de seguridad y salud

**Mocion de rechazo a lo patrón de FELFORT**

Los delegados del 2° Congreso de CSP CONLUTAS repudiamos la agresión del patrón de la empresa FELFORT y posterior detención policial al delegado sindical de la fábrica, **Rodolfo Vidal**. Expresamos a la vez nuestra incondicional solidaridad con la lucha de Vidal, junto a los otros delegados, contra los abusos patronales y las reiteradas violaciones a las leyes y sentencias judiciales. Porque estos ataques son parte de una sistemática persecución gremial hacia la Comisión Interna, que incluyó el despido de activistas y que tiene por objetivo someter a los trabajadores de esa empresa a una mayor explotación.

**Mocion de rechazo Southern Cooper Corporation y su aliado el gobierno peruano del presidente Ollanta Humala**

**EL VALLE DEL TAMBO, UNA LUCHA INCANSABLE EN DEFENSA DE LA VIDA, CLAMA SOLIDARIDAD INTERNACIONAL CONTRA DE LA SOUTHERN COOPER CORPORATION Y SU ALIADO EL GOBIERNO PERUANO.**

El Valle del Rio Tambo, es uno de los valles más fértiles del sur del Perú, la mayor parte de los recursos agrícolas de la región son cultivados ahí, dando trabajo e ingresos directos económicos a pobladores de más de 5 distritos, pero esta localidad no solo es abundante en recursos agrícolas sino también entre las montañas que la flanquean existe una reserva de más de 120 000 toneladas de Cobre.

El gobierno peruano aprobó y otorgo la concesión del proyecto minero Tía María a la empresa minera Southern Cooper Corporation Perú, perteneciente al Grupo México, la cual tiene un prontuario de desastres ambientales como del Estado de Sonora – México, La Bahía de Ilo en la Región Moquegua – Perú y los casos de corrupción en la concesión de un proyecto minero en la provincia de Andalucía – España. El proyecto minero comprende 2 minas de tajo abierto, la Tapada a 500 Mts. y Tía María a 4km del cauce del rio Tambo.

En el año 2009 se presenta el primer estudio de impacto ambiental, siendo sometida a una evaluación por la oficina de las Naciones Unidas de Servicios y Proyectos (UNOPS) que formulo 138 observaciones, como emisión de polvos, filtraciones de residuos químicos y el manejo de desechos, la cual despertó una enorme preocupación entre los pobladores por los desastres ambientales que podría causar dicho proyecto.

El 2011, el gobierno se ve obligado a suspender el proyecto por las manifestaciones y victimas que estas dejaron en la provincia de islay, el resultado a causa de la represión en aquel año es de 4 agricultores muertos.

Noviembre de 2014, Southern Cooper Corporation presenta la subsanación de las observaciones al estado peruano entre ellas se compromete a no utilizar agua del Rio Tambo en lugar de esta usara agua de mar desalinizada. El Gobierno de Humala aprueba el proyecto usando como excusa el enfriamiento económico que atraviesa el país.

23 Marzo 2015, se inicia un paro indefinido en la provincia de Islay. Un grupo de campesinos inicia huelga de hambre en la plaza de Armas de la Ciudad de Arequipa, Capital de la Región. Exigiendo que el presidente Humala cumpla la promesa ofrecida en la campaña electoral del 2011 de respetar la voluntad de la provincia.

27 Marzo de 2015, Southern Cooper Corporation decide retirar el proyecto, horas más tarde el gobierno mediante el Ministerio de Energía y Minas expresa que el proyecto aún no ha sido cancelada y da su pleno respaldo a la Transnacional Mexicana para su ejecución. Decisión que agudiza el conflicto.

Desde iniciada la huelga el pasado 23 de marzo, las consecuencias y pérdidas en la agricultura se cuentan en millones de nuevos soles y con la trágica perdida de un policía y 3 agricultores muertos.

Como parte de la resistencia los campesino del sur país deciden sumarse a la lucha y viajan a la provincia de Islay respaldando el paro regional del 12, 13, 14 mayo cuya medida dejo 3 fallecidos, 2 de ellos civiles y un agricultor, dado todo estos lamentables sucesos el Gobierno de Ollanta Humala mediante su Primer Ministro el Sr. Pedro Cateriano deciden imponer el estado de Emergencia norma que reduce , medida que suspende derechos relativos a la libertad y seguridad personales, la inviolabilidad de domicilio, la libertad de reunión y de tránsito.

Al implantar esta medida la Policía del Perú y las Fuerzas Militares irrumpieron los hogares de los pobladores golpeando y arrestando a más de 50 campesinos los cuales están siendo procesados en la ciudad de Arequipa. A respuesta del estado de emergencia dirigentes de más de 10 regiones del Perú acuerdan un paro macro regional los días 27 y 28 de Mayo en las cuales los sectores de trabajadores y jóvenes se movilizaron, en Lima y provincia se suscitaron más de un centenar de detenidos.

Frente a todos estos sucesos y abusos de derechos.

RESUELVE:

Votar una moción de censura al gobierno del presidente Ollanta Humala demandando:

1. La inmediata restitución de los derechos constitucionales restringidos a través del Estado de Emergencia en la Provincia de Islay.

2. Sancionar y restringir el uso de armas de fuego a la Policía Nacional y Fuerzas Armadas para garantizar la protección a la vida, a la manifestación.

3. Libertad inmediata a los pobladores detenidos arbitrariamente por ejercer su derecho a la manifestación.

4. Exigir al Gobierno peruano el respeto a la voluntad popular de la provincia de Islay, para resolver este conflicto y así garantizar un gobierno democrático.

**Mocion de solidaried a los profesores chilenos**

Habiendo constatado que estamos viviendo uma profunda crises econômica mundial por responsabilidad del imperialismo, y que lós gobiernos corruptos aplicam planos de austeridad sobre las espaldas de los trabajadores para resolver la crisis. Los chilenos presentes proponemos:

1° Que este II Congresso da CSP-Conlutas resuelva:

1. Solidarizar com los profesores chilenos, quienes se encuentran en Paro indefinido, exigiendo que no se apruebe la “carrera docente” que lo único que pretende és que los profesores sean mas precarizados y explotados.
2. Que el II Congresso da CSP-Conlutas solidarize com La classe trabjadora chilena que majoritariamente rechaza La Reforma Laboral que impulsa el gobierno de Bachelet, por que mantiene escencialmente los pilares fundamentales del código laboral de la Dictadura de Pinochet.